



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

TESE DE DOUTORADO

**“POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ E AS DINÂMICAS DE
DESAGENDAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL”**

VICTOR AUGUSTO NUNES DE VITTO

**SÃO CARLOS
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**“POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ E AS DINÂMICAS DE
DESAGENDAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL”**

VICTOR AUGUSTO NUNES DE VITTO

Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Orientação: Prof.^a Dr^a Ana Cláudia Niedhardt Capella.

São Carlos
Maio – 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Victor Augusto Nunes de Vitto, realizada em 27/01/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella (UFSCar)

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva (USP)

Profa. Dra. Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Profa. Dra. Cristiane Kerches da Silva Leite (USP)

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

DEDICATÓRIAS

À Annita De Vitto,

Nossa meiga matriarca: mãe, avó, bisavó e tataravó. Maior exemplo de nossa família. Pelos mistérios da ancestralidade, cento e oito anos separam seu nascimento do meu retorno às margens de águas límpidas e tranquilas do *Mar Del Plata*, Baradero, Argentina. Sonhos tidos inalcançáveis no passado constituem a realidade presente. Por intermédio de suas mãos chegamos aqui. Estaremos sempre juntos, *abuelita*.

Às e aos ‘jovens da internet’,

Jardim Ângela, Jardim Mitsutani, Capão Redondo, Jardim Nivalves, Valo Velho, Cohab Adventista, Chácara Santa Maria, Vale das Virtudes, Pirajussara, Heliópolis, São Remo, Cohab Raposo Tavares. Obrigado por despertarem o melhor de mim, pessoal e profissionalmente, e terem me lembrado os motivos pelos quais o ofício de educar é o pilar de uma sociedade.

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

*You can't change the world
But you can change the facts
And when you change the facts
You change points of view
If you change points of view
You may change a vote
And when you change a vote
You may change the world
Princess Di is wearing a new dress
(Trivial! Trivial! Trivial!)*

**Depeche Mode – “New Dress”
(Black Celebration Deluxe. Sony Music, 1986)**

AGRADECIMENTOS

À ancestralidade da família Augusto De Vitto, originalmente *Di Vito*: Felice, Irene, Giuseppe, Américo, Annita e Germano. Histórias de resistência e de sobrevivência além-mar que tiveram como origem a tranquila *Campobasso*, na Itália, mas encontraram como destino final as incertezas de uma nova vida em Buenos Aires, Argentina, e São Paulo, Brasil. As realizações do presente e do futuro eram os sonhos tidos inalcançáveis do passado.

À família Santos De Viito. Ao meu avô Waldemar por me ensinar que quase tudo poderia ser subtraído de mim, exceto o conhecimento. Quando eu fui aprovado na ETEC Parque da Juventude, em 2008, você foi o primeiro a me abraçar e dizer que aquela seria a primeira de muitas realizações que viriam a seguir: ser o primeiro da família a realizar o sonho ancestral de uma Educação qualificada, intercâmbio acadêmico, mestrado e doutorado. Eu senti e sinto sua presença em cada uma destas conquistas pessoais e profissionais. À minha mãe Claudia De Vitto, melhor amiga nas trincheiras pessoais da vida, colega e parceira de magistério, de pós-graduação, de publicação científica e de ativismo político. Nós estaremos sempre juntos.

Aos amigos e amigas que se somaram nesta jornada: João Victor, Érica, Carolina, Hugo, Felipe, Roberta, Sidinei, Adriana, João Marcus, Victor, Thaís e Gláucia. Ao Samuel, pois a amizade e a lealdade às vezes irrompem em situações inesperadas. Gim e risadas sinceras salvam quase tudo.

Ao Ítalo, agradeço pela companhia e apoio na realização de algumas entrevistas aqui apresentadas. Do Heliópolis para a vida, o passado nos acena sorrindo do outro lado da Anchieta.

À professora Ivanete Maria Durães de Oliveira (outrora professora da ETEC Parque da Juventude) por demonstrar à gerações inteiras de jovens periféricos da ETEC que o vosso lugar também seria ocupando a universidade pública. E, a partir do Projeto Técnico-Científico (PTC), fomos convencidos, lá chegamos, aqui estamos. Do então PTC ao atual Projeto Integrador, espelho-me em ti: minha genuína gratidão e respeito ao seu trabalho.

À minha orientadora de mestrado e de doutorado, Professora Doutora Ana Cláudia Niedhardt Capella, pelo trabalho desenvolvido desde 2016.

À Professora Doutora Cristiane Kerches (USP), à Professora Doutora Bruna Irineu (UFTM), ao Professor Doutor Thales Andrade (UFSCar) e ao Professor Doutor Alessandro Silva (USP) pelo aceite em comporem a banca de defesa de tese e pelas valiosas recomendações prestadas ao meu processo de formação e à esta investigação.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) pelo suporte acadêmico oferecido a este pesquisador. Especial cumprimento à Professora Doutora Maria do Socorro Sousa Braga e à Professora Doutora Simone Diniz.

À equipe de docentes e aos colegas de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) pelas reflexões proporcionadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Ministério da Educação (MEC) pelo integral financiamento a esta pesquisa.

À minha orientadora de iniciação científica na EACH/USP, Professora Doutora Gladys Beatriz Barreyro, pelo treinamento acadêmico recebido durante a graduação e pela estima ao meu trabalho enquanto pesquisador.

Às pessoas entrevistadas, agradeço o apoio no registro dessa memória política.

Aos meus colegas professores e coordenadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza pela consideração ao meu trabalho enquanto professor e genuíno apoio ao término desta tese. Ao caro colega professor Wanderson pelas aulas interdisciplinares entre a Gestão Pública e a História, sobretudo a partir dos debates sobre o Nacional-Desenvolvimentismo brasileiro. Engenharias teóricas e retóricas implementadas à espreita da institucionalidade vigente e motivadas por quem leva a Educação pública e a escola pública na mente e no coração. A reconciliação da Academia com a rua

que lhe dá origem e sustento, a quem é bem mais do que pontuais objetos de investigação.

RESUMO

Na década de 1980, a redemocratização brasileira coexistiu com uma inédita organização política das pessoas não heterossexuais-cisgêneras no sentido de pressionar os governos pelo reconhecimento de seus direitos civis e sociais. Ainda que, de início, a ação política destes sujeitos estivesse disposta através de uma rede temática fortemente atrelada ao subsistema da Saúde Pública na busca pela redução de danos da então emergente epidemia da AIDS, a agenda destes jamais se situou circunscrita apenas à promoção da saúde sexual e profilaxia ao vírus HIV. O ano de 1995 estreou um momento de incremental inclusão das demandas destes grupos na *agenda-setting* governamental, com destaque à união civil e à punição de atos discriminatórios, inaugurando uma relativa atuação do Executivo e do Judiciário com o comum objetivo de afirmar pontuais direitos que se que contrapôs à omissão legislativa acerca destas históricas reivindicações, visto que os movimentos LGBTQIA+ seguem sem lograr a aprovação de marco legal específico em seu favor no Congresso. Em consonância à moderada afirmação de uma incompleta e judicializada cidadania, a partir de 2011 estas iniciativas foram objeto de uma radicalizada oposição responsável pelo brusco desagendamento de ações anteriormente construídas, tendo a Literatura de Políticas Públicas emprestado o Modelo do Equilíbrio Pontuado a se compreender que este processo social de mudança da atenção e, por consequência, da agenda governamental no sentido da desresponsabilização por alavancar uma cidadania LGBTQIA+ integral foi sustentado por imagens de política pública de conteúdo moralizante, carregadas de símbolos e de apelos emotivos contrários a este grupos, estratégias e cursos de ação políticos que, para além de esvaziarem uma anterior ação governamental afirmativa, bloquearam discussões e respectivas deliberações de novas demandas destes movimentos sociais. Adotou-se um desenho de pesquisa multimétodo a partir da Teoria Fundamentada em Dados Construtivista e da Análise de Discurso Textualmente Orientada na construção de inquéritos de pesquisa implementados em dezesseis entrevistas individuais semiestruturadas junto a pessoas ativistas e aliadas com histórico de participação e de protagonismo na construção de políticas públicas LGBTQIA+. A codificação qualitativa temática e focalizada foi executada a partir do aplicativo *MAXQDA Pro Analytics 12.3*, subsequente análise de discurso que mapeou traços de modalização e de polidez no discurso de pessoas ativistas e aliadas acerca de quatro imagens antiLGBTQIA+: “kit gay”, “cura gay”, “ideologia de gênero” e “sangue gay”. Como resultados, destaca-se o elevado grau de polidez negativa e de modalização epistêmica objetiva mobilizadas no discurso destes sujeitos entrevistados quanto à definição de uma "dinâmica do desagendamento de políticas públicas", haja vista a dimensão eminentemente metafórica e acientífica de tais interpretações interreligiosas cristãs sobre a pertinência dos direitos LGBTQIA+ enquanto prioridades governamentais.

Palavras-chave: agenda governamental; imagens de política pública; LGBTQIA+; polidez; modalização; Teoria Fundamentada em Dados.

ABSTRACT

In the 1980s, Brazilian redemocratization coexisted with an unprecedented political organization of non-heterosexual-cisgender people in the sense of pressuring governments for the recognition of their civil and social rights. Although, at first, the political action of these subjects was arranged through a thematic network strongly linked to the Public Health subsystem in the search to reduce the harm of the then emerging AIDS epidemic, the agenda of these social movements never was limited only to the promotion of sexual health and HIV prophylaxis. In 1995 inaugurated a moment of incremental inclusion of the demands of these groups in the governmental agenda-setting, with emphasis on civil union and the punishment of discriminatory acts, inaugurating a relative action of the Executive and the Judiciary with the common objective of affirming specific rights that it was opposed to the legislative omission regarding these historic claims, after all the LGBTQIA+ movements are still unable to obtain the approval of a specific legal framework in their favor in Congress. In line with the moderate affirmation of an incomplete and judicialized citizenship, from 2011 onwards these initiatives were the object of opposition responsible for the sudden rescheduling of actions previously built. Public Policy Theory borrowing the Punctuated Equilibrium Model to understand that this process social change of attention and, consequently, of the governmental agenda towards the lack of responsibility for leveraging an integral LGBTQIA+ citizenship was supported by public policy images of moralizing content, loaded with symbols and emotional appeals contrary to these groups, strategies and courses of political action that, in addition to emptying a previous affirmative governmental action, blocked discussions and respective deliberations of new demands from these social movements. In order to understand the expansion of political conflict arising from this "anti-gender offensive", a multimethod research design was adopted based on constructivist Grounded Theory and Textually Oriented Discourse Analysis in the construction of research surveys implemented in sixteen individual interviews semi-structured interviews with activists and allies with a history of participation and leadership in the construction of LGBTQIA+ public policies. Thematic and focused qualitative coding was performed using the MAXQDA Pro Analytics 12.3 application, followed by subsequent discourse analysis that mapped modalization and politeness traits in the discourse of activists and allies about four anti-LGBTQIA+ images: "gay booklet", "gay cure", "gender ideology" and "gay blood". As a result, the high degree of negative politeness and objective epistemic modalization mobilized in the discourse of these interviewed subjects regarding the definition of a "policy dynamics of unscheduling" stands out, given the eminently metaphorical and unscientific dimension of such Christian interreligious interpretations on the pertinence of LGBTQIA+ rights as government priorities.

Keywords: governmental agenda; policy images; LGBTQIA+; politeness; modalization; Grounded Theory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ACD	Análise Crítica de Discurso
AD	Análise de Discurso
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AT	Amostragem Teórica
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDC/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Questionando, Intersexo, Assexuais e Pansexuais
MEO	Modalização Epistêmica Objetiva
MEP	Modelo do Equilíbrio Pontuado
MESA	Modalização Epistêmica Subjetiva e Avaliativa
MMF	Modelo dos Múltiplos Fluxos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PBSH	Programa Brasil sem Homofobia
PESH	Projeto Escola sem Homofobia
PN	Polidez Negativa
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNCDH/LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PP	Polidez Positiva
PT	Partidos dos Trabalhadores
SOMOS	Somos: Grupo de Afirmação Homossexual
STF	Superior Tribunal Federal
TFD	Teoria Fundamentada em Dados
TFDC	Teorização Fundamentada em Dado Construtivista

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Nuvem de palavras da imagem de política pública “Kit gay”	175
Imagem 2 – Nuvem de palavras da imagem de política pública “Ideologia de gênero”	184
Imagem 3 – Nuvem de palavras da imagem de política pública “Cura gay”	198
Imagem 4 –Nuvem de palavras da imagem de política pública “Sangue gay”	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de pessoas entrevistadas.....	93
Tabela 2 – Sistema de codificação qualitativa construído através do <i>MAXQDA Analytics Pro 12.3</i>	116
Tabela 3 – Referências de polidez no discurso.....	154
Tabela 4 – Referências de modalização no discurso.....	157
Tabela 5 – Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “kit gay”.....	165
Tabela 6 – Resultados de polidez para a imagem “kit gay”.....	174
Tabela 7 – Resultados de modalização para a imagem “kit gay”.....	174
Tabela 8 – Descrição dos termos linguísticos da imagem “kit gay”.....	175
Tabela 9 – Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “ideologia de gênero”...	175
Tabela 10 – Resultados de polidez para a imagem “ideologia de gênero”.....	183
Tabela 11 – Resultados de modalização para a imagem “ideologia de gênero”.....	184
Tabela 12 – Descrição dos termos linguísticos da imagem “ideologia de gênero”.....	184
Tabela 13 – Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “cura gay”.....	192
Tabela 14 – Resultados de polidez para a imagem “cura gay”.....	196
Tabela 15 – Resultados de modalização para a imagem “cura gay”.....	196
Tabela 16 – Descrição dos termos linguísticos da imagem “cura gay”.....	197
Tabela 17 – Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “sangue gay”.....	197
Tabela 18 – Resultados de polidez para a imagem “sangue gay”.....	200
Tabela 19 – Resultados de modalização para a imagem “sangue gay”.....	200
Tabela 20 – Descrição dos termos linguísticos da imagem “sangue gay”.....	201

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 – BREVE TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL A PARTIR DO MODELO DO EQUILÍBRIO PONTUADO.....	24
---	-----------

1.1)Modelo do Equilíbrio Pontuado: formação (e desmonte) da agenda governamental.....	24
---	----

1.2)Movimentos LGBTQIA+ no Brasil redemocratização: do marginal agendamento da temática HIV/AIDS à tentativa de construção de uma cidadania integral.....	38
---	----

1.3)“Por conta da vitória eleitoral que tiveram, querem transformá-la em vitória política”: fim da ‘política conciliatória’ petista e o desagendamento das políticas LGBTQIA+ no Brasil.....	51
--	----

CAPÍTULO 2 – APORTES METODOLÓGICOS DESDE A TFD CONSTRUTIVISTA E A ANÁLISE DE DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA.....	73
--	-----------

2.1)Discussões iniciais sobre as contribuições da TFD Construtivista à codificação de dados qualitativos.....	74
---	----

2.1.1)A TFD clássica.....	74
---------------------------	----

2.1.2)A TFD Construtivista.....	79
---------------------------------	----

2.2)Gênero e estrutura das entrevistas: características de controle interacional na produção de dados qualitativos a partir de Charmaz e Fairclough.....	92
--	----

2.3)A construção de um <i>corpus</i> analítico: seleção da amostra e pesquisa de campo.....	103
---	-----

2.4)Sobre a não homogeneidade dos inquiridos de pesquisa implementados.....	108
---	-----

2.5)A dimensão ética da pesquisa com seres humanos presente na TFDC.....	112
--	-----

2.6)Pressupostos fundantes da codificação qualitativa: interpretação, abdução e credibilidade da amostragem teórica.....	114
--	-----

2.7)Operação semiautomatizada do <i>MAXQDA Analytics</i> : codificação, recodificação e nuvem de palavras.....	122
--	-----

2.8)Limitações e espaçamentos entre a Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC) e os objetivos do presente trabalho.....	134
---	-----

CAPÍTULO 3 – IMAGENS DE POLÍTICA PÚBLICA COMO PRÁTICA DISCURSIVA DE DESAGENDAMENTO DAS POLÍTICAS LGBTQIA+.....137

3.1)Notas iniciais sobre o “desagendamento governamental” de uma cidadania LGBTQIA+ brasileira.....138

3.2)Representações sociais sobre as imagens antiLGBTQIA+: polidez e de modalização no discurso de pessoas ativistas e aliadas.....146

3.3)Imagens de política pública antiLGBTQIA+ na arena política da Educação: “kit gay” e “ideologia de gênero”.....162

3.4)Imagens de política pública antiLGBTQIA+ “cura gay” e “sangue gay”: estigmas patologizantes anticientíficos no subsistema da Saúde Pública.....189

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....205

REFERÊNCIAS.....209

ANEXO I – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....228

ANEXO II – CODIFICAÇÃO ATRAVÉS DO MAXQDA.....233

INTRODUÇÃO

Início a presente discussão redigindo em primeira pessoa, diferentemente do restante do texto que estará em terceira pessoa, alternância entre vozes intencional. Quis a força das circunstâncias que minha formação na pós-graduação em Ciência Política, o que compreende mestrado e este doutoramento, empreendidos entre fevereiro de 2016 e abril de 2023, encontrasse pelo caminho o impedimento questionável de uma presidenta eleita; a violência como linguagem política ao redor das eleições de 2018; a emergência sanitária global do COVID-19 e todas as irreparáveis externalidades negativas advindas da inação e anticiência governamentais no trato com a pandemia; o aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente com a volta da fome e da violência urbana; o declínio de uma constelação de direitos sociais consagrados pela Carta Magna de 1988 e implementados à sua posteriori promulgação e o vilipêndio do legado das instituições políticas do Estado de Direito brasileiro, embalado por um inédito acirramento político até então não observado desde a redemocratização brasileira, da década de 1980.

É neste complexo caldo de culturas sociocultural, econômico e político que foi forjada a formação deste pesquisador, resultando absolutamente indissociável estes fenômenos contextuais e a condução deste inquérito de pesquisa que encontrou uma cidadania LGBTQIA+ incompleta e alavancada à sucessivos solavancos judiciais. Considerando estes aspectos, a presente tese dará continuidade à proposta desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada “Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: estudo de caso sobre uma omissão legislativa”, por mim defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em março de 2018.

Os movimentos sociais atualmente intitulados LGBTQIA+, após uma experiência de intensa estigmatização e eliminação – das subjetividades e/ou, no limite, até física advindos dos valores e crenças de uma sociedade judaico-cristã que, historicamente, tem desprezado manifestações não

heterossexuais-cisgêneras – passaram a se organizar politicamente, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Sob um contexto de forte supressão das liberdades individuais e políticas, os então “movimentos homossexuais e de transexuais” desde então encontraram consideráveis obstáculos quanto à representação de suas reivindicações junto aos governos.

O advento do HIV e da AIDS, a partir do início da década de 1980, ratificou a sexualidade como um campo de disputas ao redor da emancipação e reconhecimento da diferença em coexistência à elaboração de um pânico social de cunho moralizante que pretendeu associar a difusão do vírus e da doença, respectivamente, a um “câncer gay” advindo da suposta subversão da norma sexual estabelecida pelas instituições religiosas cristãs. Com a consequente retomada da experiência democrática de “Terceira Onda”, viu-se uma inédita e incipiente aproximação entre os governos e parte dos então movimentos de homossexuais e transexuais, dada a necessidade de construção das redes de profilaxia ao HIV que ocuparam posição central no diálogo entre o ente público e estes segmentos sociais.

A partir da década de 1990 houve um transbordamento da discussão de reivindicações históricas destes grupos sociais situadas para além da questão da AIDS, demandas que englobaram desde a tentativa de formalização das uniões civis homossexuais até a discussão de um marco nacional de punição da discriminação e, especialmente, da letalidade por conta da sexualidade e/ou identidade de gênero divergentes da norma cultural. Ainda neste período, pôde-se observar uma multiplicidade de iniciativas nacionais e internacionais que, para além de indicarem agendas políticas comuns entre os movimentos negro, de mulheres e os então autointitulados gays, lésbicas e travestis, proveram atalhos à institucionalização, profissionalização e diversificação do, à época intitulado, “movimento GLT brasileiro”, sobretudo a partir da fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O novo milênio foi caracterizado pela formulação e difusão de políticas públicas para a então “comunidade LGBT”, contexto em que a focalização da ação governativa foi caracterizada pela intersectorialidade com que estes temas foram abordados pelo Executivo nacional e subnacionais e pelos Tribunais, o que, se por um lado permitiu uma profissionalização do ativismo através de ações de incidência política e atuação do âmbito das organizações do Terceiro Setor, colocou em evidência a dificuldade de discussão destas pautas no âmbito dos parlamentos, sobretudo o Congresso Nacional, dada a sua inação frente a estas reivindicações que, para além de não terem sido regulamentadas, encontraram a partir de 2011 uma forte contestação das frentes parlamentares religiosas brasileiras através do fenômeno moralizante da chamada “ideologia de gênero”, ou anti-agenda LGBTQIA+, também observado em outros países da América Latina e da Europa, sobretudo nos territórios do leste europeu.

A segunda década do século XXI foi marcada pela dificuldade em alavancar os temas de interesse dos grupos LGBTQIA+ junto ao governo federal e aos entes subnacionais brasileiros, mostrando uma mudança do entendimento construído, a partir de 1995, sobre a responsabilidade governamental do Executivo e do Legislativo acerca da ampliação da cidadania destes grupos, algo que não se observa em relação ao Judiciário que, sobretudo a partir de 2013, tem apresentado uma maior disposição em garantir mecanismos, ainda que temporários, à tutela de direitos civis e sociais das pessoas não heterossexuais-cisgêneras, sendo este um objeto de pesquisa em que se faz notável a recente politização dos Tribunais como fenômeno político do Estado Democrático de Direito na atualidade.

Ao reconstruir a trajetória política pelo reconhecimento da cidadania das comunidades LGBTQIA+ desde a redemocratização, este trabalho circunscreve que a emergência de inéditos eventos-foco, a partir de 1995, deslocaram estes temas para dentro da agenda multitemática (*agenda-setting*) do Estado brasileiro, algo observado até 2011, em que se nota um processo incremental de discussão de políticas redistributivas e de participação social, especialmente,

seguido por uma circunstância caracterizada por inúmeras pontuações e interrupções na construção de políticas focalizadas para estes grupos sociais, período em que houve um desagendamento destas pautas, uma vez bruscamente retiradas do rol de atenção governamental através de uma acrescida mobilização de cunho moralizante, dentro e fora dos governos, engajada pela sua desresponsabilização ao redor da garantia de uma cidadania LGBTQIA+ integral.

Identificar quais reivindicações em favor de pessoas LGBTQIA+ estiveram no “radar” governamental para além de proporcionar, por si só, uma contribuição teórica ainda incipiente nos estudos sobre estas comunidades, permitirá inferir as razões pelas quais apelos emotivos, sobretudo de cunho religioso e aqui compreendidos como “imagens de política pública antiLGBTQIA+”, têm alcançado a arena política a fim de impedir que os temas de interesse destes grupos sociais estejam contemplados pela agenda de decisões do governo, ainda que se tenham feito relativamente presentes na agenda temática do ente público brasileiro nas últimas duas décadas.

O objetivo desta tese é o de mapear as imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ no Brasil recente, bem como seus respectivos efeitos e alcances no bloqueio de reivindicações desta natureza dentro da agenda governamental brasileira. Para tanto, parte da seguinte pergunta geral de pesquisa: *“Que representações sociais as pessoas ativistas e partícipes aliadas aos movimentos LGBTQIA+ sustentam quando confrontadas acerca das dinâmicas de brusco desagendamento governamental das demandas destes grupos: procuram privilegiar a face positiva de seu engajamento político ou, de forma reversa, atuam com estratégias modalizadoras de atenuação e afastamento de si em relação a esta trajetória de negação de direitos civis e sociais?”*.

Ao privilegiar um desenho de pesquisa pós-empirista no sentido de partir de uma ampla pergunta de pesquisa, em substituição à hipóteses previamente estabelecidas e objetivamente passíveis de comprovação ou refutação, procura-se aqui identificar quais representações sociais sustentam atrizes e

atores políticos que historicamente têm atuado em favor destes grupos sociais acerca das ditas imagens antiLGBTQIA+ mobilizadas no desagendamento e bloqueio das agendas destes movimentos sociais. Na ausência de um marco teórico e metodológico concretamente destinado à analisar a forma como a agenda governamental pode ser desmontada se lançou mão de instrumentos de pesquisa tidos heterodoxos, quais sejam uma análise de discurso desfocada dos aspectos linguísticos e semióticos e interessada no mapeamento de relações sociais e interações conversacionais capazes de caracterizar e explicar processos de mudança social, a exemplo do processo aqui investigado: a brusca mudança da agenda do ente público no sentido do esvaziamento de uma anterior iniciativa incremental na busca pela consolidação de uma cidadania LGBTQIA+ brasileira.

O capítulo um constroi uma integração entre modelos analíticos que focalizam atenção sobre processos políticos de mudança na agenda governamental e na provisão das políticas públicas, situando os antecedentes teóricos, as contribuições originais e revisitadas, bem como as oportunidades e limites da integração entre o Modelo do Equilíbrio Pontuado e o objeto de pesquisa aqui disposto e como o primeiro pode representar um necessário ferramental teórico na análise da dinâmica política em que se deu a interação os movimentos sociais aqui estudados e os governos na provisão de ações em favor das pessoas LGBTQIA+ sobretudo desde a metade da década de 1990, discutindo posteriormente que tais avanços não foram obtidos sem reação, haja vista a pluralidade de iniciativas da chamada “ofensiva antigênero” advindas, especialmente, da arena legislativa nacional.

O segundo capítulo situa a proposta metodológica da presente tese que pretende, primeiramente e a partir da Teoria Fundamentada em Dados Construtivista, discutir o papel do sujeito pesquisador no desenvolvimento do inquérito de pesquisa, na implementação da técnica no trabalho de campo, da mobilização dos aplicativos computacionais de tratamento e análise de dados qualitativos (QDAs) e sua respectiva interface com a análise de discurso em

investigações no âmbito da literatura de Políticas Públicas. Este capítulo dispõe de maior atenção aos debates pós-empiristas que se atentam à necessidade de um desenho de pesquisa pautado pelo “problema dirigido”, aqui traduzido e implementado através da codificação qualitativa da agenda política dos movimentos sociais LGBTQIA+ a partir de dados obtidos em dezesseis entrevistas individuais e semiestruturadas realizadas com participantes das políticas em favor das reivindicações dessas comunidades.

A variante construtivista da Teoria Fundamentada em Dados destaca uma rotina científica replicada por esta investigação a partir da entrevista intensiva, do uso semiautomatizado, indutivo e exploratório do aplicativo *MAXQDA Analytics 12.3* na atividade de codificação aberta (macro-códigos), na geração de perguntas de pesquisa através da intersecção entre os dados e literatura norteadora, na verificação empírica da pergunta geral de pesquisa através da teorização emergente, seguida pela atividade de codificação focalizada (códigos e subcódigos) e, por fim, na elaboração das “nuvens de palavras” como estratégia de representação iconográfica de uma realidade social.

Tais etapas metodológicas coexistem com a constante revisão bibliográfica sobre o objeto de pesquisa visto que, para além de mera etapa inicial de pesquisa, a consulta às teorias norteadoras atravessaram toda a construção da pesquisa. Como vantagem da técnica aqui mobilizada, destaca-se a flexibilidade dos instrumentos de investigação, adaptados à necessidade, ao contexto e à rotina da pessoa pesquisadora na busca pelo mapeamento das ideias e das ações inerentes aos processos sociais que tematizam a presente investigação.

Por fim, o último capítulo apresenta os resultados obtidos com a Análise de Discurso Textualmente Orientada. Considerou-se a polidez e a modalização como critérios de enquadramento discursivo e de ação política que denotam a complexidade a que atrizes e atores pró-LGBTQIA+ estiveram imersos na tentativa de compreensão do conteúdo das ditas imagens de política pública “opositoras”, traduzindo o constrangimento de identificar adversários e de

pontuar que alcances e limites concretos estes entendimentos e formas de discussão destas questões de interesse público de fato possuem nos momentos críticos de decisão governamental.

Neste esforço teórico, considerar as imagens de políticas públicas como instrumentos *per se* de bloqueio de agenda do ente público parece um tanto quanto superestimar a sua capacidade de mobilização de representações sobre como o mundo e a realidade deveriam ser. Trata-se menos de atribuir tão somente às "imagens" o papel de bloqueio de agenda e mais descrevê-las como um recurso discursivo que têm lastreado o fenômeno do desagendamento e que, somado a outros fatores do contexto, podem contribuir com uma mudança inesperada no rol de prioridades do ente governamental.

Desejo-lhes uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

BREVE TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL A PARTIR DO MODELO DO EQUILÍBRIO PONTUADO

Este capítulo pretende discutir a trajetória política das pessoas não heterossexuais-cisgêneras no Ocidente, do advento dos então “movimentos homossexuais e transexuais” até os autointitulados atualmente “LGBTQIA+”, reconhecendo que a luta ao redor da política de gênero e sexual obteve, a partir da retomada da experiência democrática, moderados avanços em matéria de políticas públicas, inaugurando um inédito período de pontual reconhecimento público da responsabilidade governamental acerca da alavancagem da cidadania destes grupos sociais. Entretanto, este processo de incremental expansão de direitos civis e sociais foi contestado e interrompido por um novo conservadorismo enquanto fenômeno global amalgamado ao redor da chamada “ofensiva antigênero” enquanto estratégia discursiva e de ação política que esvaziou uma até então incipiente atenção governamental na busca pela construção de uma cidadania a estes grupos sociais.

Considerando o exposto, cabe tecer considerações sobre quais princípios fundantes da Literatura de Políticas Públicas serão mobilizados por esta presente investigação. Aqui se privilegiará que os processos políticos estão atravessados pela existência de mudanças bruscas e não-incrementais nos processos políticos (EASTON, 1953); que a racionalidade dos participantes das políticas é limitada (SIMON, 1955); que a leitura dos conflitos políticos através do mapeamento das dinâmicas entre grupos que atuam nos subsistemas da política indica uma ampliação analítica das clássicas explicações pluralistas (HECLO, 1978; MASSARDIER, 2006); que os governos podem ser aludidos à “organizações anárquicas” em que soluções construídas e defendidas por grupos em específico buscam se associar a temas de alta atenção para o ente público e este processo de definição das prioridades governamentais se dá sob um contexto de fortes assimetrias de poder político e econômico entre os participantes das políticas (COHEN, MARCH, OLSEN, 1972); e que estes

participantes sustentam soluções favoritas e buscam locais de discussão mais favoráveis para alavancá-las, sendo que alguns sujeitos e/ou grupos possuem acesso privilegiado a autoridades que detêm capacidade formal e legal de decisão política (KINGDON, 1984; STONE, 1989).

1.1) Modelo do Equilíbrio Pontuado: formação (e desmonte) da agenda governamental

Partindo da pergunta de *“por quê longos períodos de estabilidade são bruscamente interrompidos por mudanças inesperadas?”*, Frank Baumgartner e Bryan Jones propuseram investigar o efeito das conjunturas políticas e das mudanças organizacionais sobre os focos de atenção governamentais, reconhecendo que as disputas dentro dos subsistemas da política pela definição de certo tema de interesse público como um problema de responsabilidade governamental funcionariam como forças dirigidas e capazes de conduzir certo monopólio político vigente à estabilidade ou ruptura. Para eles, os processos políticos são dominados por elites que exercem influência em áreas temáticas das políticas públicas, situação em que os entendimentos destes grupos sobre como as políticas deveriam ser conduzidas de uma forma e não de outra acabam sendo privilegiados junto aos formuladores de políticas.

Um antecedente teórico ao Modelo do Equilíbrio Pontuado é o trabalho de Herbert Simon (1955) que defendeu a existência de um contexto de forte incerteza na tomada de decisão, considerando que as preferências dos atores políticos não são estáticas, mas definidas, também, por eventos externos às instituições. Assim sendo, defendeu o argumento de que a arquitetura cognitiva dos sujeitos e das instituições é moldada por uma racionalidade limitada, dada a inexistência de critérios objetivos para definir as escolhas e os interesses dos participantes das políticas, fazendo destas literaturas das décadas de 1970 e 1980 o “paradigma da racionalidade limitada” (CALMON, COSTA, 2007). Porém, mesmo entre os estudos da racionalidade limitada se observava, até a década de 1980, certas dificuldades em determinar quando as mudanças não poderiam

mais ser consideradas incrementais (SMITH, LARIMER, 2009; CAIRNEY, 2013; JONES, BAUMGARTNER, 2012), aspecto alvo da atenção do Modelo do Equilíbrio Pontuado como se demonstrará a seguir.

Seguindo a distinção entre “soluções” e “problemas” defendida pelo Modelo da Lata do Lixo de Cohen, March e Olsen (1972) e ratificada pelo Modelo dos Múltiplos Fluxos, de Kingdon (1984), o Modelo do Equilíbrio Pontuado (MEP), de Baumgartner e Jones (1993), delineia que as “situações sociais” (*social situations*) não necessariamente são objeto da atenção governamental pois carecem de uma história causal que estabeleça a correlação entre dada questão compreendida como problema e uma solução com custos políticos e orçamentários razoavelmente aceitos em certa circunstância.

Elevar um tema à agenda governamental envolve a análise de um conjunto de soluções, não somente de alguma em particular, considerando a complexidade e a multicausalidade dos problemas. Desta forma, os processos políticos são marcados pela concorrência na definição do que o ente público compreende como prioritário, dado que os problemas que clamam pela atenção e recursos governamentais não são automaticamente reconhecidos na agenda-setting, devendo ser preexistidos de uma imagem política responsável por sustentar um entendimento que convença os formuladores de políticas acerca da pertinência de dada demanda.

O monopólio da política pública (*policy monopoly*) pode ser definido como instituições de suporte e acesso limitado em que operam fortes ideias sobre determinadas políticas públicas vinculadas e defendidas por estes arranjos institucionais. Estes monopólios são consolidados nos subsistemas, ou seja, nos locais de discussão das políticas (*venues*) que podem ser espaços físicos ou virtuais, centralizados ou não, em que as/os participantes compartilham ideias e valores a respeito de como o processo político deveria ser conduzido em dado contexto, incluindo-se quais temas e soluções deveriam ou não constar na agenda governamental. Segundo os autores:

A policy monopoly has a definable institutional structure responsible for policymaking in an issue area, and its responsibility is supported by some powerful idea or image. This image is generally connected to core political values and can be communicated policy monopoly systematically dampens pressures for change, we say that it contains a negative feedback process. Yet policy monopolies are not invulnerable forever (TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006: p.8-9).

O sucesso de um monopólio da política pública deriva de quando uma imagem da política é amplamente aceita e suportada por uma política pública. Para o MEP, a “imagem da política pública” (*policy image*) representa as formas pelas quais uma política pública é interpretada e discutida em seus locais de formulação, sendo compostas por informações empíricas e apelos emotivos responsáveis por darem o “tom” (*tone*), ou seja, sentido, finalidade e causalidade a certo entendimento em detrimento de outros possíveis. São capturadas e difundidas em diferentes subsistemas temáticos, sendo que as interações entre uma imagem da política e um local de discussão de políticas funcionariam como um sistema de auto reforço capaz de alterar a agenda governamental, incremental ou bruscamente.

As imagens podem definir a *agenda-setting* através de dois processos: serial e paralelo. No primeiro caso, a estabilidade de um monopólio da política pública indica a manutenção do incrementalismo nas decisões políticas, enquanto no segundo o esforço está em alterar o *status quo* vigente modificando os focos de atenção e ação governamentais sobre um tema em particular, não necessariamente retirando-o da agenda-setting pois a mudança pode ser dar a partir da proposição de uma nova solução a um problema de responsabilidade do ente público ou até mesmo variação do grau de urgência da intervenção do governo sobre um tema. Baumgartner e Jones ressaltaram que:

(...) As the image of the issue changed from that of a private misfortune to a public problem amenable to government. Solutions, the issue rose high on the government agenda. (...) Policymakers obviously have incentives to portray issues in different ways, depending on what they might gain from different understandings, but no single policymaker is often in a position of determining alone what understanding will come to dominate. The process by which whole communities of experts come to accept one causal story over another is an important part of the policy process, since it determines what governmental responses will be on and off the national agenda. Even if individual policymakers may realize their interests in seeing one policy image being accepted over another,

no single policymaker is in a position to determine the success or failure of any particular image (BAUMGARTNER, JONES, 1993:p.28).

A força dirigida que leva à estabilidade ou mudança do processo político é a disputa pela definição dos temas de interesse público para os governos em dado contexto. Se os temas se mantêm no foco da atenção governamental, o subsistema da política tende à manutenção do monopólio político. Os formuladores de políticas tendem a preservar os arranjos de poder vigentes, o que acaba por desencorajar debates que pretendam alterar tais relações de força e a privilegiar a inércia das decisões em curso.

Em momentos de incrementalismo no monopólio da política pública, percebe-se uma “força retardadora” que se ajusta suavemente aos novos sinais de informação trazidos pelo sistema político em geral e pelo ambiente macropolítico. Neste caso, a mudança da agenda política ocorreria a partir de uma “dinâmica de deslizamento” (*stick-slip dynamic*) caracterizada pelo fato de que problemas e soluções antes trabalhados nos subsistemas da política são lentamente deslocados para o macrossistema, ganhando notoriedade e impactando os cursos de atenção e ação governamentais (BAUMGARTNER, JONES, 1993; BAUMGARTNER, JONES, MORTENSEN, 2014).

Cabe destacar que, a despeito dos monopólios das políticas públicas constituídos, as/os participantes das políticas em desvantagem nos subsistemas não seriam “indefesos” e teriam condições de subverter estas correlações de força através da manipulação da imagem política de um tema de interesse público como uma oportunidade para questionar o *status quo* vigente, podendo-se alterar o local de discussão da política, bem como o entendimento de um problema e a consequente representação de uma solução ligada a ele.

Quando houvesse discordância na forma como uma política é compreendida, os proponentes focalizam um conjunto de imagens enquanto seus oponentes procuram alavancar outros entendimentos. Nestas ocasiões, os temas podem sair inesperadamente do subsistema rotineiro e burocrático e alcançar o sistema macropolítico, abrindo a possibilidade para grandes mudanças que interrompem os períodos de inércia da tomada de decisão, as

chamadas “explosões de mudança” (*bursts of change*), em que se observa a emergência de uma nova imagem da política pública capaz de atrair outros participantes ao subsistema da política.

Para o MEP, a formulação de políticas funciona dentro de um “sistema” (*policy making system*), situação em que os temas de interesse público se movem do subsistema para o ambiente macropolítico produzindo inesperadas mudanças na *agenda-setting*, o chamado “efeito da crista da onda”, ou *bandwagon effect*, pois acessar a agenda governamental é o pré-requisito da existência de uma pontuação, ou seja, de uma mudança brusca no foco da atenção do ente público. As “ondas de criticismo ou entusiasmo” (*waves of criticism or enthusiasm*) são períodos em que uma imagem da política vinculada a um monopólio da política pública é contestada a partir do avanço de novas mobilizações políticas pequenas, porém potencialmente capazes de se converter em mudanças de maior magnitude.

Uma alteração nos “tons” da política pública – no caso, as informações empíricas e/ou os apelos emotivos que determinam que nível de atenção os governos e a sociedade civil devem debruçar sobre um tema em específico – leva a uma mudança das preferências expressas por um grupo, o que acarreta em períodos de instabilidade política, conforme observado na seguinte passagem:

In summary, subsystem politics is the politics of equilibrium — the politics of the policy monopoly, incrementalism, a widely accepted supportive image, and negative feedback. Subsystem decision-making is decentralized to the iron triangles and issue networks of specialists in the bureaucracy, legislative subgroups, and interested parties. Established interests tend to dampen departures from inertia until political mobilization, advancement on the governmental agenda, and positive feedback occur. At that point, issues spill over into the macro-political system, making possible major change. Macro politics is the politics of punctuation — the politics of large-scale change, competing policy images, political manipulation, and positive feedback (BAUMGARTNER, JONES, MORTENSEN, 2014: p.67).

Se os períodos de equilíbrio se referem a quando um tema é capturado por um subsistema da política, os períodos de desequilíbrio revelam uma dinâmica em que dado tema é alçado rápida e inesperadamente à agenda

macropolítica, situação em que maiores mudanças nas circunstâncias vigentes causam grandes alterações nas prioridades dos governos e, por consequência, no conteúdo das políticas públicas. Assim, o monopólio da política está em constante estresse, sendo a definição de uma situação social como problema governamental o fator que determina o incrementalismo ou a mudança. As mudanças políticas advém da interação entre as instituições políticas multiníveis e a tomada de decisão individual, uma combinação que cria padrões circunstanciais e imprevisíveis de manutenção do incrementalismo ou mobilização intensa de novos participantes e suas respectivas imagens das políticas.

Para Baumgartner e Jones, um mesmo local de discussão de políticas poderia sustentar diferentes e concorrenciais imagens da política acerca de uma mesma questão pública, mas mesmo os subsistemas conflitantes podem evitar interrupções na política. Há situações em que os grupos opostos podem modificar certos elementos de suas estruturas de crenças através do aprendizado de políticas que nasce das interações contínuas entre os subsistemas da política (*belief-adjusting process*), o que pode levar a um comprometimento menor no conteúdo das políticas públicas.

Como forma de se analisar os padrões de estabilidade ou mudança na agenda governamental, os autores do MEP defendem que o orçamento destinado à dada questão pública representa um indicador do nível de atenção dirigida por parte dos governos em dada circunstância. Ao analisarem o orçamento estadunidense dos séculos XX e XXI¹, os autores perceberam a presença de longos períodos de estabilidade das decisões que, por vezes, eram

¹ O Modelo do Equilíbrio Pontuado não foi o primeiro entre aqueles do chamado “paradigma da racionalidade limitada” a reconhecer a importância do orçamento público como indicador na definição da agenda política. Considerações a este respeito podem ser encontradas também no Modelo dos Múltiplos Fluxos. Sobre este aspecto, John Kingdon (1984, p.105) pontuou que: “The budget is a central part of governmental activity. Programs, agencies, and professional careers wax and wane according to their budget share. A budget pinch very directly affects both bureaucrats and legislators since the programs in which they have a personal career stake are affected. Budgetary considerations sometimes force items higher on the governmental agenda, acting as a promoter. At other times, budgets act as constraints, holding some items low on (or even off) the agenda because the item would cost more than decision makers are willing to contemplate”.

interrompidos por momentos de não incrementalismo orçamentário (*fat tailed distribution*). Para Baumgartner e Jones (1993) e Baumgartner, Jones e Mortensen (2014) a execução orçamentária é impactada tanto por forças endógenas quanto exógenas, tendo estas a capacidade de alterar o montante investido dos recursos públicos o que influencia, diretamente, o desenho de uma política a despeito da vontade individual de seus formuladores. Segundo o MEP, os cursos de ação de um subsistema estão sujeitos aos custos de decisão e transação, sendo que os elaboradores e participantes de um sistema de formulação de políticas devem superar esses custos para que constituam um monopólio da política e, por consequência, alcancem a atenção governamental.

O Modelo reúne a análise de configurações institucionais e de processos de tomada de decisão para prever a magnitude das mudanças nas prioridades governamentais e nas políticas públicas. Cabe destacar que o MEP teve seu escopo analítico ampliado das dinâmicas de mudança política no âmbito dos subsistemas da política para a investigação das chamadas “mudanças pontuadas” no processo político, estendendo as análises anteriores que consideravam, tão somente, o período de definição da agenda-setting. Implícito ao Modelo revisitado existe uma “teoria de tomada de decisão individual e coletiva” em que as pontuações nas políticas surgem de uma mudança nas preferências ou uma mudança na atenção (*attention-driven*) e não de uma mudança irracional por parte de quem participa de um subsistema da política (JONES, BAUMGARTNER, 2005).

Os autores ressaltam que as mudanças em condições socioeconômicas que alteram, por consequência, o nível de atenção pública de um tema, revelam a ocorrência de eventos externos, ao passo em que o impacto das discussões de novas informações técnicas, a mudança do governo eleito e/ou da composição dos quadros políticos e administrativos de um local de discussão de políticas indicam a presença de processos de menor impacto capazes de gerar mudanças pontuais ou isoladas em que a alteração de um subsistema pode alcançar outros que estejam relacionados a ele. Dois tipos de “atritos” seriam

observados quando do choque entre um monopólio da política e estes sinais advindos da macropolítica: aqueles fruto da arquitetura cognitiva dos participantes envolvidos, por um lado, e das normas culturais e dos procedimentos organizacionais dos subsistemas que constroem a sua ação política, por outro (JONES, BAUMGARTNER, 2005; JONES, BAUMGARTNER, 2012).

Como característica do Modelo, ressalta-se as chamadas “reflexões metafóricas”² (*metaphorical thinking*), no caso o deslocamento das explicações de processos biológicos para os processos políticos. No MEP, observa-se uma transferência de ideias que se apropriou, de forma inédita, do processo de fricção das placas tectônicas que levam a ocorrência de terremotos para argumentar que os fluxos de informação emitidos pelo sistema político e pelo ambiente macropolítico em geral são absorvidos de duas formas: a partir de um “sistema serial de deslizamento incremental” de temas entre os subsistemas ou entre o subsistema e o ambiente macropolítico, períodos de menor magnitude de fricção entre monopólios da política estabelecidos e estes sinais exógenos e endógenos; e através de um “sistema paralelo” que elevaria rapidamente certo tema ao centro da atenção governamental, o fenômeno da “a crista da onda”, causada pelo intenso atrito de novas informações e/ou apelos emotivos capazes de desestabilizar um monopólio da política pública vigente. Segundo os autores:

In the natural world, there are various specifications for friction, but all of them involve the interaction of two forces: a retarding force and a

² Conforme anteriormente mencionado, o Modelo do Equilíbrio Pontuado resgatou muito dos conceitos e esquemas explicativos do Modelo dos Múltiplos Fluxos, publicado em 1984 por John Kingdon. Para além da distinção entre as “situações” e os “problemas”, a análise da formação da agenda política a partir dos subsistemas da política e o reconhecimento da importância da execução orçamentária como indicador da formação da agenda governamental, nota-se como outra característica comum a alusão dos processos políticos aos fenômenos estudados pelas Ciências Naturais enquanto como formas de interpretação sobre o processo decisório que permitiram, para além de uma interdisciplinaridade entre a Ciência Política e outras áreas do conhecimento, que os Modelos demarcassem uma fluidez e uma complementaridade relevante para se compreender os motivos pelos quais as agendas políticas apresentam mudanças repentinas, sendo simbióticas ao ratificarem o argumento de Easton (1953) de que a tomada de decisão não se daria apenas de maneira incremental (CAPELLA, 2007). Para explicar a dinâmica de formação da agenda governamental, Kingdon definiu as ideias ao redor uma solução defendida por um grupo e/ou subsistema como “bolhas” que flutuam no caldo de culturas da política, sendo este “borbulhamento político das ideias” (*soften up*) o acoplamento entre três fluxos: dos problemas, das políticas públicas e do sistema político.

force directed at overcoming the retarding force. Earthquakes are a primary example of one type friction. The general process that generates earthquakes is known as stick-slip dynamics. The earth's tectonic plates are held in place by a retarding force, the "friction" of the plates, while the dynamic processes generated by activities in the earth's core push on these plates. When the forces acting on the plates are strong enough, the plates release, and, rather than slide incrementally in adjustment, slip violently, resulting in the earthquake (JONES, BAUMGARTNER, 2012: p.8).

Na versão atualizada do MEP, vê-se uma tentativa de construção de uma abordagem do processamento de informações que interage desde e com as arenas menos visíveis, no caso os subsistemas da política, até com o ambiente macropolítico e macrossociológico (JONES, BAUMGARTNER, 2005). A pontuação na agenda-setting e nas políticas públicas deriva de uma interação entre um fluxo de informações em um sistema de formulação de políticas e o grau de resistência aos ajustes que podem ser incorporados a este sistema a partir das novas informações técnicas e apelos emotivos introduzidos. A forma pela qual um local de discussão e formulação de políticas se ajusta a estes fluxos de informações define o alcance das rupturas no sistema político.

Para os autores, a quantidade de informação processada pelos governos é desproporcional à sua capacidade de compreendê-las. Há períodos em que estas informações são subutilizadas (*underreaction*), em outros ela ocupa posição central na definição da agenda governamental e na formulação das políticas (*overreaction*). Assim sendo, a definição dos problemas de responsabilidade governamentais e as soluções que se ligam a eles não acontece no vácuo, pelo contrário, estes processos se dão quando os fluxos de informação indicam que uma situação é merecedora de atenção governamental. De acordo com o Modelo:

The manner in which public policy adjusts to these information flows determines the extent of bursts of activity in the system. (...) That is, policy making alternates between periods of underreaction to changes in the flow of information coming into a policy making system from the environment and overreaction to it (TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006:p.35).

A fricção age para atrasar a ação do fluxo de informações sobre um monopólio da política pública até que seja desenvolvida pressão suficiente para

superar essa resistência institucional. A mudança ocorre somente quando estes sinais informativos do mundo externo são fortes e tenham se acumulado de maneira irreversível ao longo do tempo, gerando atritos de ordem política. Para além da ideia de que os períodos de mudança representariam um episódio disjuntado e excepcional a uma regra de estabilidade da formulação de políticas, Baumgartner e Jones argumentaram que uma situação problemática ficaria em “modo de espera” até que uma crise a retirasse do subsistema da política para a agenda macropolítica, período em que os governos seriam pressionados a dar uma resposta emergencial a estas questões. A necessidade de intervenção sobre dado tema de interesse público ficaria em segundo plano até que um sinal de informação exógeno indicasse a urgência de uma ação do ente público, o que sugere que estes “períodos críticos” advém do próprio incrementalismo.

Entre os objetivos gerais do MEP está a construção de um marco teórico geral e empírico sobre os orçamentos públicos capaz de traduzir como a análise do empenho orçamentário pode funcionar como indicador dos focos de atenção governamental no sentido de que demonstra a alocação de uma “atenção seletiva” do ente público a certas questões de interesse público, o que justifica a sua inclusão na *agenda-setting* (BAUMGARTNER, JONES, MORTENSEN, 2014; TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006), como argumentado em:

Yet subsystem politics and the bureaucratic regularity of annual budget submissions constitute endogenous forces that tend to favor continuing with the same decision design. As a consequence, budget decisions tend either to be static, arrived at by applying the current decision design and subsystem institutions to the new choice situation, or disjointed, arrived at by utilizing a different decision design and macropolitical institutions that may incorporate new attributes into the choice structure or shift attention from one dimension to another. Even these explanations do not exhaust the possible interactions among institutions, images, and the environment, for large changes can also arise from endogenous conflicts over the appropriate image and from shifts in attention when the external circumstances have changed little, if at all (TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006:p.19).

Para Jones e Baumgartner (2012), outros modelos descreveram a existência de mudanças políticas rápidas, porém postuladas, tão somente, através de variáveis exógenas ao sistema político. Ao considerar a existência de variáveis exógenas e endógenas responsáveis por alterar as interações entre as

imagens das políticas e os locais de discussão em que as políticas são discutidas, o Modelo reconheceu a dimensão não linear e interativa dos processos que implicam em pontuações, sendo que a destruição de um monopólio da política pública tem mais relação com a mudança dos entendimentos sobre as políticas em discussão do que com a intensidade dos interesses dos atores envolvidos.

Em resumo, o Modelo do Equilíbrio Pontuado (MEP) procura explicar a existência de rupturas políticas bruscas a partir do estudo da interação entre as imagens políticas e as instituições, sendo o “equilíbrio pontuado” uma dinâmica em que o conflito político se expande para além do subsistema da política em que certo tema de interesse público está capturado, conduzindo-o a outros subsistemas ou a agenda macropolítica, este último o ápice da atenção governamental sobre uma questão em particular. A definição dos temas de interesse público se dá através de questões que entram e saem da agenda e as políticas existentes podem reforçá-las ou questioná-las, bem como as estruturas institucionais permitem que as mudanças ocorram e moldem a velocidade e a magnitude das dinâmicas políticas em áreas específicas de interesse dos governos.

O MEP tem por objetivo compreender a velocidade das mudanças da agenda governamental: lentas no caso da dinâmica do “deslizamento incremental” e bruscas quando interrompem longos períodos de estabilidade através da dinâmica do “efeito da crista da onda”, situação em que uma questão pública rapidamente deixa os espaços burocráticos de decisão, como os subsistemas, e alcançam forte atenção midiática e governamental no macrossistema político. A intensidade da “fricção” é uma característica fundamental dos sistemas políticos que serve para descrevê-los, bem como adequar análises comparativas. Segundo os autores, o sistema político e partidário estadunidense é bipartido entre liberais democratas e conservadores republicanos e a distribuição dos participantes em alas ideológicas não é um

fator trivial no estudo da formação da agenda-setting e na definição das políticas públicas.

Os participantes das políticas, por vezes, desviam a atenção e mudam seu curso de ação e essas mudanças de trajetória vivenciadas por um grupo ideológico e partidário não são ignoradas pelos grupos rivais, o que justifica a descrição que o MEP faz acerca dos subsistemas da política enquanto espaços rotineiros e burocráticos em que se justapõem preferências e entendimentos diversos acerca de uma mesma questão pública (JONES, BAUMGARTNER, 2005). Ao analisarem o sistema político estadunidense, o Modelo pontuou que os conflitos políticos podem se dar pela contestação de um monopólio político vigente, sendo que estas relações de força dominantes, ou *status quo*, são alvo da ação de grupos tidos como minoritários. Segundo os autores do MEP:

(...) Discussions of political issues are usually disaggregated into a number of issue-oriented competition among several interests, can be disintegrating over time, or may be building up their independence from others. They may be called iron triangles, issue niches, policy subsystems, or issue networks, but any such characterization can be considered only a snapshot of a dynamic process. Whatever the name one gives to these communities of specialists operating out of the political spotlight, most issues most of the time are treated within such a community of experts (TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006: p.6-7).

Sobretudo a partir de sua versão revisada (TRUE, JONES, BAUMGARTNER, 2006), os autores do MEP incluíram nas análises a presença de novos participantes na definição do escopo das políticas que não necessariamente possuem algum grau de vínculo institucional. Tais participantes identificam os locais de discussão de políticas mais favoráveis às suas crenças políticas e que oferecem mais vantagens competitivas ao cumprimento de seus objetivos ao redor de uma política (*venue shopping*), tendo a capacidade de defender seus pontos de vista em vários locais de discussão simultaneamente.

O reconhecimento de que os subsistemas da política são espaços primordiais de disputa entre diferentes crenças políticas, cenário em que a arquitetura cognitiva e emocional dos participantes das políticas não é trivial e efetivamente impacta os processos de alocação de atenção dos governos sobre os diferentes temas de interesse público. O MEP descreveu a existência de um

processo de “atenção seletiva” da informação e do enquadramento que se dá a ela. Alguns elementos internos e externos aos governos podem acrescer a força destes sinais de informação, sendo eles os partidos, a opinião pública, as eleições, as ações de ativistas, etc. Focaliza esforços em compreender como se dá a alocação de atenção governamental.

O Modelo reitera que a informação é um recurso estratégico processado dentro dos subsistemas da política e destaca que as disputas podem se dar por divergências dos aspectos técnicos constantes nas propostas políticas, sendo que as informações empíricas, combinadas aos apelos emotivos, dão o “tom” na defesa de uma solução em detrimento de outras possíveis. A informação pode definir o nível de gravidade, as causas e as soluções que se associam aos problemas em discussão. Para Baumgartner e Jones (2012, p.7):

Information processing involves collecting, assembling, interpreting, and prioritizing signals from the policy making environment. (...) Information can be uncertain (the precise value of the estimate is not set) and ambiguous (subject to more than one interpretation). Even when attended to, information still must be interpreted and translated into policy action.

Desta forma, a mesma informação pode estar sujeita a inúmeras interpretações. As fontes e os volumes de informação são desproporcionais à capacidade dos formuladores de políticas de processá-los, levando em conta a sua racionalidade limitada, bem como a existência de recursos escassos como o tempo, a burocracia disponível, a assimetria tecnológica, etc., o que os leva a filtrar alguns dados, indicadores, informações e evidências científicas de sua preferência e ignorar a maioria dos demais. Esta leitura dos processos políticos vai de encontro ao argumento do MEP sobre a existência de um fluxo de informações que impacta a forma como os governos definem suas prioridades. De acordo com os autores do MEP:

In focusing on the human cognitive and emotional side of political decision making, (...) PET is based more on the allocation of attention and the heuristics that decision makers, and consequently organizations, use to allocate scarce attention. Unlike other resources capable of being allocated to choice, which can be adjusted continuously to the nature of the problem, attention must be allocated in a disjoint and episodic manner. Moreover, decision makers have a

built-in resistance to altering their decision premises, which is required for major policy change (JONES, BAUMGARTNER, 2012: p.4).

Como limitantes do MEP, ressalta-se sua característica mais descritiva do que prescritiva, visto a dificuldade do marco teórico em prever a temporalidade (*timing*) das pontuações. Ainda que o Modelo ofereça um marco analítico capaz de identificar os padrões de mudanças políticas inesperadas do passado, falha em oferecer um indicativo de quando tais novos rumos políticos poderiam acontecer, sendo insuficiente para receber o qualitativo de “teoria geral da pontuação política”, sendo que duas outras perguntas poderiam compor os novos inquéritos de pesquisa do MEP: “por que certos temas são mais receptíveis ao governo que outros?” e “que outros fatores contribuem para a ocorrência das pontuações?” (SMITH, LARIMER, 2009).

1.2) Movimentos LGBTQIA+ no Brasil redemocratização: do marginal agendamento da temática HIV/AIDS à tentativa de construção de uma cidadania integral

A partir da organização de movimentos sociais “homossexuais”, “lesbigsays” e “queers”³, viu-se o advento de uma ação política carregada de sentidos, quais fossem o reconhecimento de uma memória política de opressão, a constante reelaboração de uma identidade coletiva, bem como a construção de uma agenda de grupo social que, no Brasil, atrelou a luta antiditadura às reivindicações por reconhecimento destas comunidades, destacando-se a atuação, desde a década de 1970, do “SOMOS”: Grupo de Afirmação Homossexual e do dele dissidente Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Sobre este período, Ferreira et al, 2020 (p.23) pontua que:

³ Para além de estarem agrupadas ao redor de duas demandas centrais nem sempre convergentes – orientações sexuais não heterossexuais e identidades de gênero não cisgêneras, existem marcadores sociodemográficos que complexificam a vulnerabilidade a que estão sujeitas estas comunidades, sendo mais adequado pensar em “movimentos sociais”, no plural, dada a multiplicidade e as especificidades de reivindicações que se situam abaixo do guarda-chuva “LGBTQIA+” (SILVA, 2006). Considerando que estes movimentos sociais carregam consigo uma complexa e não linear memória política de luta ao redor do reconhecimento de sua cidadania e da conseqüente redistribuição de direitos civis, políticos e sociais, é de se pressupor que, no seu âmbito, exista uma diversidade não trivial de estratégias políticas e de sentidos para a ação no processo de negociação destas demandas junto aos governos.

No Brasil, o contexto em que se desenvolveram os movimentos foi marcado pelo cenário político local, considerando que as organizações eram majoritariamente de sindicatos e pautadas pelo debate do proletariado. A criação de grupos autônomos para o (à época chamado de) movimento homossexual era considerada uma ameaça à unidade de grande parte dos movimentos de classe (considerando uma pequena exceção), havendo inclusive quem não aceitasse a presença de LGBTI+, motivo pelo qual foram travados inúmeros debates sobre a forma como as lutas deveriam ser conduzidas. Essas são algumas demonstrações em relação às particularidades que marcaram a história dos movimentos LGBTI+ no país, que em nada estão vinculadas com Stonewall.

Deslocar para segundo plano as repercussões da Revolta de Stonewall, por vezes erroneamente compreendida “mito fundador” destes movimentos sociais no Ocidente, é intencional escolha teórica no sentido de questionar uma interpretação tipicamente estadunidense e descontextualizada⁴ de um processo desacoplado das circunstâncias locais brasileiras da época em que se observava uma combinação entre intensa repressão policial do regime ditatorial e resistência de grupos de esquerda à participação destes sujeitos nas lutas de classe e antitadura vigentes entre as décadas de 1960 e de 1980 (TREVISAN, 2007; FERREIRA, et. al., 2020; QUINALHA, 2020; BULGARELLI, 2020).

A derrocada da ditadura civil-militar brasileira propiciou a aproximação entre o ente público e estas comunidades a partir da segunda metade dos anos 80 em que o combate ao HIV e a AIDS se situou como uma forma destes grupos sociais ingressarem marginalmente na agenda governamental, situando-se ao redor das soluções aos graves impasses de saúde pública implícitos à epidemia – rápida mortandade por consequência da AIDS, discussão de novas tecnologias sociais de profilaxia aos comportamentos de risco, reivindicação de uma política permanente de testagem, aconselhamento e

⁴ A Revolta de Stonewall é um evento histórico – e não necessariamente o principal – entre muitos símbolos, ações e sentidos de resistência e insurgência não heterossexual-cisgênera no Ocidente. Compreendê-la enquanto “mito” de fundação destes movimentos sociais acaba por apagar a memória política de eventos anteriores, como o Comitê Científico Humanitário, organizado por Magnus Hirschfeld em 1897, bem como a Sociedade *Mattachine* de Harry Hay nos EUA que alcançou o seu ápice na década de 1950 (SILVA, 2006). No Brasil da primeira metade do século XX, o carnaval despontava como cena social da performance do não binarismo de gênero, dada a atuação e protagonismo travesti, o que indica a existência de organizações políticas não heterossexuais-cisgêneras anteriores ao pretense “mito de Stonewall” (GREEN, 1999; TREVISAN, 2007).

posterior acesso aos antirretrovirais através do Sistema Único de Saúde (SUS) – bem os como de ordem social – estigmas ao redor da transmissão do HIV que o associaram a uma “peste gay” fruto da transgressão da ordem moral e sexual estabelecida e conseqüente agravamento da segregação socioespacial, guetização e repressão policial dirigida a estes sujeitos – produzidos pelo surgimento, complexificação e divulgação na mídia dos casos desta infecção sexualmente transmissível (PARKER, 1997; DA COSTA SANTOS, 2007; ALONSO, 2010; FERREIRA et. al, 2020).

É a partir deste período que o então Movimento Homossexual e Transexual Brasileiro alcança um status de rede temática mantenedora de uma agenda pública e sistêmica, ainda que estes grupos sociais já possuíssem uma agenda política própria no período anterior ao advento do vírus e da doença supracitados, o que fez com que entre 1986 e 1995 houvesse uma captura de uma ampla pauta reivindicatória de direitos civis e sociais para não heterossexuais-cisgêneros pela então urgente necessidade de se mitigar a expansão e os efeitos da tríade HIV/AIDS, impasse sanitário e estigma social emergentes nesta circunstância, inaugurando a ação política destes sujeitos no âmbito do subsistema da Saúde Pública em um contexto de indefinição e incerteza acerca das nuances de formulação de um sistema universal e integral que se discutia no período e que deu origem ao posterior Sistema Único de Saúde, o SUS (PARKER, 1997; PAIVA, 2000; TREVISAN, 2007; DA COSTA SANTOS, 2007; CARRARA, 2010).

A democracia de Terceira Onda no Brasil incluiu, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte e da Constituição Federal de 1988 dela advinda, o debate sobre históricas demandas de grupos sociais vulnerabilizados, a exemplo dos sujeitos não heterossexuais-cisgêneros, e até então excluídos seja dos processos de participação política, seja enquanto beneficiários de políticas públicas, sendo o texto constitucional promulgado forte indutor da focalização de políticas para estes grupos que se observaria nas décadas posteriores (FARAH, 2004; CARRARA, 2010). Neste período, a

primeira ação de incidência política destes movimentos sociais no Congresso Nacional foi a tentativa de inclusão da não discriminação por orientação sexual no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, demanda que não obteve êxito e permanece na agenda política destes grupos até a atualidade. Bulgarelli (2020, p.93) destacou que:

Em pesquisa sobre a atuação do Triângulo Rosa no período, a pesquisadora Cristina Câmara relata que a demanda pela inserção do termo 'orientação sexual' no conjunto de garantias antidiscriminatórias dos princípios fundamentais da Constituição não prosperou frente a oposição de deputados constituintes evangélicos, à época empenhados em um conjunto de medidas como garantias atreladas ao exercício da religião e da profissão da fé e a liberação de concessões de rádio e TV a igrejas.

É constante na recente história da redemocratização brasileira o fato de o Congresso Nacional se omitir em discutir e deliberar favoravelmente às pessoas atualmente autointituladas LGBTQIA+. Viu-se com o Modelo do Equilíbrio Pontuado que a definição da agenda política também representa uma restrição autoimposta pelos e aos governos, pois ao priorizar determinados problemas, perde-se a oportunidade de destinar atenção a muitos outros. Parece ser o caso do objeto aqui investigado, haja vista que entre os temas prioritários do então emergente governo redemocratizado não constou a busca por uma garantia constitucional antidiscriminatória às pessoas não heterossexuais-cisgêneras, sendo esta a primeira entre muitas que se seguiram do Estado brasileiro compreender as pautas destes grupos sociais como situações supostamente inerentes à vida em sociedade e não como demandas que deveriam ocupar a trilha da ação governamental.

Parte da Literatura de Políticas Públicas, a exemplo do MEP, defende a ideia de que os recursos políticos estão desigualmente distribuídos entre as e os diversos participantes das políticas públicas que, frequentemente, utilizam-os para moldar a ação governamental, perseguindo seus objetivos dentro de restrições políticas e sociais intrínsecas ao contexto da ocasião, sendo que também se esforçam para mudar essas restrições a seu favor. Para o grupo social aqui estudado, trata-se de sujeitos em iminente desigualdade

multidimensional e que historicamente carecem de instrumentos econômicos e políticos⁵ capazes de modificar o *status* de uma situação social incômoda em um problema de literal responsabilidade governamental.

Se a capacidade de definir a agenda governamental é desigualmente distribuída, cabe aqui destacar quais parcelas da sociedade civil e política se posicionaram, desde a redemocratização, contra a expansão de direitos civis e sociais às pessoas não heterossexuais-cisgêneras: os monopólios da Religião. A ascendente representação parlamentar de sujeitos pentecostais e neopentecostais⁶ demonstra indícios logo nas eleições de 1986, momento em que já se observava a defesa de uma “agenda moralista” (MACHADO, 2015: p.45) que permeou os debates sobre o novo texto constitucional discutido e promulgado naquela legislatura. Segundo Machado (2015), quando comparados a estes primeiros, a participação de representantes da Reforma Católica

⁵ Segundo Fraser (2006, p.3), o gênero, a raça e a sexualidade configuram como integrantes de uma desigualdade cultural que colide, ao mesmo tempo, com injustiças socioeconômicas, o que fariam destas expressões “coletividades bivalentes” imersas em normas culturais injustas que, se não causam diretamente, complexificam as desigualdades socioeconômicas, observando-se um *path dependence* de viciosa subordinação cultural e econômica. Esta depreciação bivalente delinea um contexto marcado por uma “variedade de danos”: representações marcadas por estereótipos, difamação, discriminação legal, ausente ou inadequada proteção jurídica, negação de direitos plenos, inaccessão às instâncias de deliberação pública, etc que representam “injustiças de reconhecimento”, considerando que políticas focalizadas de redistribuição econômica não equacionam, para estes sujeitos, a desigualdade.

⁶ Em relação ao segmento evangélico, neste período se definiam como minoria religiosa historicamente preterida pelo Estado brasileiro tendo criticado, a partir da década de 1980, a subordinação social vivida por estes segmentos, associados a sujeitos majoritariamente não brancos, de escolaridade baixa e territorialidade periférica. Tendo a redemocratização e a promulgação do novo texto constitucional funcionado enquanto “janelas inéditas de oportunidade” destes participarem das instâncias formais de deliberação, a Política passa a ser compreendida não mais como entidade “perversa, corrompida e apartada da religião”, passando a ser instrumento de representação de interesses e estratégia de defesa de um segmento cristão não-católico, objeto de acusações de “charlatanismo” durante a ditadura civil-militar, sendo a política formal o mecanismo para a construção de uma inédita hegemonia evangélica que incluem “revelações paranormais” através do Espírito Santo como instruções espirituais para a implementação de um pretense projeto político de longo prazo que, na prática, representam discursos nem sempre consensuais sobre uma “nação brasileira cristã”, haja vista a multiplicidade de entidades evangélicas: lideranças religiosas consagradas e respectivos familiares, missionários sem cargos formais em Igrejas, empresariado do segmento evangélico, quadros tradicionais na política com vivência religiosa, etc, destacando-se neste processo a fundação do então Partido Republicano Brasileiro, atual Republicanos, em 2005 (MACHADO, 2015; 2018; SOUZA et al, 2019).

Carismática foi numericamente inferior e mostrou indícios de engajamento eleitoral apenas na década seguinte.

A formalização do princípio da laicidade estatal na nova Constituinte não resultou suficiente para obstaculizar empreendimentos do tipo moral-religioso que pretendessem ajustar decisões governamentais às suas respectivas visões de mundo e códigos de conduta conforme argumentado a seguir:

As ciências sociais associam a ampliação da presença de pentecostais e carismáticos na política com o processo de redemocratização que favoreceu a emergência de novos atores coletivos na cena pública brasileira. Demonstram também que a agenda política desses grupos cristãos privilegia as questões morais e que isto seria uma forma de reação ao avanço do feminismo e do movimento pela diversidade sexual na sociedade. Nesse sentido, a despeito das divergências teóricas, observa-se uma forte tendência dos estudiosos interpretarem a participação desses religiosos no cenário político não como elemento extemporâneo que teima em resgatar formas pré-modernas de organização social, mas sim como um elemento constitutivo da própria esfera pública brasileira (MACHADO, 2015: p.46).

Ainda segundo Machado (2015; 2018), neopentecostais e católicos carismáticos emergiram como atores políticos em um contexto de crise econômica e social herdadas ao fim da ditadura civil-militar, em um momento de incerteza política na retomada da experiência democrática, por um lado, e nas múltiplas disparidades socioeconômicas agravadas pelo descontrole inflacionário, alta taxa de desemprego e crescente endividamento externo e consequente ineficiência governamental em políticas públicas de resposta a este complexo contexto, por outro, que fizeram dos 80s uma “década perdida” do ponto de vista macro e microeconômico (SALLUM JR, KUGELMAS, 1991).

Neste contexto, não foram escassas as tentativas de justificação dos efeitos adversos da crise macroeconômica e social através dos dogmas da espiritualidade cristã, haja vista a emergência de uma estratégia de comunicação de massas, a chamada “Teologia da Prosperidade” como fenômeno inicialmente circunscrito às então novas igrejas eletrônicas neopentecostais, responsáveis por incorporar à vivência religiosa princípios intrínsecos ao neoliberalismo, como a meritocracia, interpretação esta em que a graça financeira seria resultado do “merecimento espiritual”, situando a pobreza

multidimensional como suposta “provação do espírito” (MACHADO, 2015). Estes movimentos do cristianismo renovado se posicionam enquanto um pretensão “farol ético” (MACHADO, 2015: p.48) na restauração dos valores da sociedade brasileira, cenário em que a participação na política irrompeu como “dever moral”, sendo os governos posicionados a um suposto lócus de evangelização.

A década de 1990 deu início à nova trajetória política em favor da cidadania de não heterossexuais-cisgêneros no país, momento de consolidação de redes temáticas nacionais e internacionais, além da forte profissionalização, institucionalização e “onguização” através das organizações do Terceiro Setor, destacando-se a difusão dos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), do Encontro Nacional de Travestis a partir de 1993, bem como a realização da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA), a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a emergência de formas inéditas de participação política, como as Paradas do Orgulho ocorridas no Rio de Janeiro e em Curitiba, estes três eventos-foco ocorridos a partir de 1995 (BRASIL, 2004; DA COSTA SANTOS, 2007; MISKOLCI, 2012), período em que se observou ascendente ação em rede internacional, profissionalização via incidência política (*advocacy*) nos espaços formais de decisão e diversificação da representação política do ativismo dos movimentos então intitulados GLBTs⁷ (SILVA, 2006; FACCHINI, 2009).

Neste período, observou-se uma atuação de pessoas não heterossexuais-cisgêneras a partir de duas estratégias principais: a afirmação e visibilidade de uma identidade positiva nos meios de comunicação⁸, a partir das

⁷ Apenas a partir do XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, realizado em 2005, que as pessoas bissexuais passaram a constar na sigla das comunidades de não heterossexuais-cisgêneros, sendo esta busca por representação um elemento de intensa tensão intramovimentos nas décadas de 1980 e 1990. Neste período, outra sigla frequentemente utilizada era a “GLTB” e buscava garantir maior visibilidade ao segmento travesti e transexual (FACCHINI, 2009).

⁸ Fraser (2006, p.8) aborda o caso da chamada “sexualidade desprezada” como a discriminação orientada às sexualidades não heterossexuais. Para estes grupos, os remédios afirmativos se situaram ao redor da política de identidade e diferenciação dos não heterossexuais-cisgêneros, empreendendo aquilo que descreveu como “reconhecimento estigmatizante”, dado que a distinção negativa é o fator justificante do reconhecimento, não sendo, assim, universalizante. Já os remédios transformativos destas comunidades foram empreendidos através da política *queer*

Paradas do Orgulho sobretudo, e as ações de incidência política nos espaços de decisão formal, especialmente no âmbito do Legislativo, sendo a tentativa de legislar acerca da então “união civil homossexual” como primeira grande articulação destes movimentos no parlamento nacional. A proposição do Projeto de Lei nº 1151/1995, que instituía a união civil entre pessoas do mesmo sexo, representou um novo patamar na alavancagem da cidadania destes sujeitos, visto que a demanda que se situava para além da reivindicação de direitos sociais difusos (trabalho, moradia, acesso a bens e serviços públicos não focalizados, etc.).

Porém, a busca por legitimação de representações sociais da homoconjugalidade e homoparentalidade foi interdita pela oposição de grupos com “ideologias familiaristas e naturalistas de origem religiosa” (MELLO, 2004: p.202), provedores de ação de intolerância e bloqueio no acesso a estes direitos civis conforme se nota nas observações de Mello (2004, p.211-212):

Os opositores ao Projeto, em geral fundados numa leitura religiosa da homossexualidade, entendem que lésbicas e gays são livres para estabelecer os vínculos afetivosexuais que quiserem, mas não teriam o direito de reivindicar a proteção do Estado para relações fundadas nos ‘apelos da sensualidade’ e não em um ‘amor verdadeiro’. Semelhantes relações não passariam da materialização de um misto de pecado, doença, crime e mau-caratismo, numa afronta à sociedade, à natureza e a Deus. (...) O não reconhecimento das uniões homossexuais como entidades familiares fundamenta-se, também, na compreensão de que a homossexualidade é uma imoralidade e que os homossexuais, conseqüentemente, não devem ser estimulados a permanecer no terreno da ‘marginalidade’ e do ‘desvio’, mas ao invés, devem ser reintegrados socialmente, por meio da conversão – no sentido religioso mesmo – ao universo heterossexual, supostamente o único capaz de

que, desde a década de 1970, aponta como solução à ausente paridade de participação abolir o caráter compulsório da heterossexualidade e do binarismo de gênero enquanto padrões valorativos aspirados culturalmente. Trata-se de desestabilizar a rigidez moral ao redor das identidades sexuais que seriam, em tese, fluídas em um campo sexual de diferenças múltiplas e em constante reinvenção. As disputas por soluções em contextos de injustiça são intituladas pela autora como “remédios” que podem estar envoltos ao redor de duas concepções: desde a criação de uma imagem positiva acerca da diversidade cultural e o reconhecimento de manifestações culturais tidas como minoritárias até uma proposta não de adequação, mas de transformação radical dos padrões sociais representados como ideais em certa circunstância. A profunda divergência entre estas duas soluções tende a “desdiferenciar” um grupo social, ou seja, a primeira acaba diferenciando o grupo dos demais no sentido em que reivindica o reconhecimento de uma identidade particular, enquanto a segunda desestabiliza os padrões culturais vigentes ao negar a sua especificidade.

proporcionar felicidade e realização pessoal, por atender aos preceitos da moral cristã.

No embate parlamentar vivido por conta da tentativa de afirmação deste direito civil, viu-se a emergência de um conflito entre laicidade e religião em que a negação do status de “casamento” e de “entidade familiar”, por parte do Estado, na mesma acepção já vivida por relações heterossexuais e cisgêneras não se deu por incompatibilidade legal e jurídica, mas por questões de moral religiosa cristã em que a Igreja Católica despontou como principal opositora ao entendimento da livre orientação sexual como direito humano e ao reconhecimento da conjugalidade homossexual e da homoparentalidade (MELLO, 2004; CARRARA, 2010).

Ainda sobre esta iniciativa, Carrara (2010) pontuou que este projeto legislativo, para além de despertar um debate moralizante sobre o “casamento” enquanto estrutura social advinda de uma matriz cultural e religiosa que condena publicamente as sexualidades tidas desviantes do padrão heterossexual-cisgênero de conduta, também não configuravam como demanda universal de todas as pessoas então GLBTs, o que causou uma resistência intramovimentos sociais pela definição do “casamento civil” como agenda central destes.

A alternância do tema prioritário às agendas destes movimentos sociais no sentido de privilegiar o enfrentamento formal-legal de marcadores sociais de discriminação alterou o conteúdo e o enquadramento dos “problemas” que deveriam constar na agenda governamental brasileira: do reconhecimento das uniões civis, a incidência política se deslocou a uma demanda tida como universal, no caso, a provisão de uma legislação que coibisse ações de discriminação a estes grupos⁹. Carrara (2010, p.136) pontua que:

⁹ A aprovação da lei paulista nº10948/2001 que pune, administrativamente, estabelecimentos públicos e privados que cometem atos discriminatórios em função da orientação sexual e identidade de gênero teve um efeito motivador para que estes movimentos pleiteassem a sanção de um marco nacional capaz de punir não apenas na esfera administrativa, mas também civil e penal, luta esta que se deu ao redor do Projeto de Lei nº5003, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara nº122, de 2006 que pretenderam equiparar as violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo no marco da Lei nº7716, de 1989 (DE VITTO, 2018).

O impasse do Congresso no que diz respeito à lei de parceria civil, em discussão desde 1995, fez com que, nos últimos anos, os esforços ativistas se voltassem estrategicamente para a criminalização da homofobia, ou seja, para a tentativa de alteração do Código Penal no sentido de também transformar em delito atos de discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero”. Para alguns ativistas, a mudança de ênfase – da união civil para a criminalização da homofobia – se justificava pragmaticamente. Às lideranças, parecia mais fácil aprovar a criminalização da homofobia do que aprovar uma lei de parceria civil, uma vez que, para parlamentares contrários à causa, seria mais difícil se posicionarem contra um projeto desse tipo sem aparecerem publicamente como favoráveis à violência que cotidianamente e de modo dramático atinge gays, lésbicas, travestis e transexuais.

A “mudança de ênfase” descrita por Sérgio Carrara se justificava, também, pelas reflexões advindas da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. O deslocamento da agenda dos movimentos sociais aqui analisados se deu a partir do foco nas chamadas “opressões múltiplas e correlatas” como uma articulação entre marcadores sociais das diferenças (AGUIÃO, 2017), o que supõe reconhecer que “várias formas de intolerância podem se entrecruzar ou potencializar mutuamente” (FACCHINI, 2009:p.137).

No âmbito dos organismos multilaterais de promoção dos direitos humanos se viu a construção de um entendimento comum no Ocidente em favor da expansão de direitos e políticas públicas a estes grupos sociais, a exemplo da 43ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada nos EUA em 1990, que decidiu sobre a despatologização da homossexualidade, a iniciativa da Anistia Internacional em definir, no ano de 1991, a discriminação à homossexuais e transexuais como uma violação dos direitos humanos, a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, realizada em Pequim no ano 1995, que resultaram em recomendações aos países signatários voltadas à institucionalização de políticas como meio de se mitigar as diferentes desigualdades civis, políticas e

sociais que acometiam inúmeros grupos sociais (BRASIL, 2004; FARAH, 2004; FACCHINI, 2009; CARRARA, 2010).

A realização destas Conferências internacionais formalizou o encontro de dois cursos de ação pública e política que, desde a década de 70, viam-se reunidos tanto nas reivindicações ao redor da redemocratização quanto naquelas voltadas à melhoria das condições de vida: os movimentos feministas e os movimentos lésbicos, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Dado que a pauta de gênero era comum a ambos supracitados, viu-se com frequência a construção de uma trajetória carregada de sentidos comuns, a exemplo da luta contra a invisibilização e pelo reconhecimento das mulheres, para além da esfera privada, como “sujeito coletivo”, o que demandava, segundo Souza-Lobo (1991, p.23), Farah (2004, p.50) e Gohn (2007, p.45), entendê-las como “atrizes políticas”¹⁰, sendo esta categoria mais que um status simbólico, mas político e legitimador da participação das mulheres nas decisões políticas à nível nacional e internacional. De acordo com Marta Farah (2004, p.50):

Como afirma Elisabeth Souza-Lobo, “frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”. A história desses movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada.

Estas discussões também permearam os movimentos então GLBTs, sobretudo quanto à subrepresentação dos grupos lésbicos, de travestis e transexuais ainda observada naquela circunstância, caracterizada por uma dominância masculina e gay na definição da agenda destes movimentos sociais. Para além de proporcionar um debate acerca da representatividade de mulheres – cis e trans – na definição da agenda, dos cursos de ação e nas posições de liderança destes movimentos, o encontro entre as pautas feminina e a de não heterossexuais-cisgêneros também permitiu a construção de uma agenda

¹⁰ Haja vista a importância de representar e se referir adequadamente às mulheres partícipes em processos políticos e de decisão governamental, esta investigação se referirá à ativistas e aliadas como “atrizes políticas”, intencionalmente refutando associá-las ao conceito “atores políticos”, clássico termo masculinizante mobilizado pela Ciência Política em geral e pela Literatura de Políticas Públicas.

política comum pelos chamados “direitos reprodutivos e sexuais” (FACCHINI, 2009; CARRARA, 2010; AGUIÃO, 2014).

Desde a década de 1990 se registram pontos focais de resistência das discussões de gênero em fóruns transnacionais de Direitos Humanos, a exemplo da ONU. Representantes do Vaticano¹¹ e de ONGs estadunidenses contestaram os documentos finais assessorados, em sua maioria, pelo movimento de mulheres na Conferência de Mulheres de Pequim (CORRÊA, 2011; MACHADO, 2018), tendo os grupos religiosos católicos defendido concepções biologizantes da sexualidade, bem como os papéis sociais de subordinação historicamente atribuídos às mulheres, revelando a existência de um curso de ação política de organizações cristãs que, desde então, já se posicionavam contra políticas de enfrentamento das desigualdades vivenciadas por questões de gênero. Para Machado (2018, p.3) havia por parte dos segmentos:

¹¹ Para Machado (2015), a forte ruptura com experiências anteriores de politização dentro das instituições católicas sob a égide da Teologia da Libertação, a exemplo do Movimento de Ação Católica e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inauguraram a participação dos carismáticos a partir do Congresso Nacional da Renovação Católica Carismática (RCC), de 1995, e a campanha nacional “Fé e Política” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1996. A criação destas inéditas instâncias para tratar da intersecção entre a religião católica e a política, a exemplo da Secretaria Moses e seu respectivo substituto, o Ministério Fé e Política, representaram indicadores de uma ascendente participação política de segmentos praticantes da fé católica até então socialmente despolitizados, amalgamados pela emergência de um discurso de assimilação e pacificação das contradições econômicas com substituição da crítica social coletiva pelo individualismo e pela dimensão emocional da fé, conforme pontuado na seguinte passagem: “embora com uma agenda política circunscrita aos temas morais, não se pode deixar de reconhecer que a reconfiguração do movimento carismático politizou setores católicos que até então pareciam indiferentes em relação ao debate da coisa pública. (...) Para orientar a participação de seus membros nos pleitos eleitorais e monitorar a atuação destes nos cargos públicos, dirigentes da RCC começaram a produzir, no final da década de 1990, material bibliográfico próprio como a cartilha “Fé e Política: uma proposta de reflexão” (p.55-56). Para esta autora, a recente doutrina social católica tem sido permeada por uma “posição medievalesca” descontextualizada, pois ignora a separação formal entre Estado e Igreja e a pluralidade da sociedade civil organizada, além de igualar a ação política a um empreendimento missionário de cruzada e conversão religiosa, aludindo a incidência política destes sujeitos aos “templários de uma guerra santa”, contemporaneamente travada nos espaços formais de decisão, sobretudo os parlamentos em todo o país, em que a “cultura de pentecostes” estaria a serviço da moralização da coisa pública em que os discursos carismáticos pautados pelo “amor ao próximo”, “fraternidade” e “solidariedade” contrastam com uma ação política concreta que têm advogado pelo ausente reconhecimento daqueles que não compactuam com suas crenças e atitudes, no caso a chamada “formação espiritual das mentes” (p.65), o que inclui eventualmente evangelizar pessoas tomadoras de decisões políticas.

(...) Representantes da Santa Sé e das ONGs cristãs que participavam das negociações e tentavam desqualificar o movimento feminista, associando-o tanto com a “cultura da morte” quanto com a homossexualidade. A primeira associação em função da luta feminista pelo direito de livre escolha das mulheres em relação ao aborto e a segunda pela demanda dos direitos sexuais que foi incorporada na plataforma da ONU a partir da Conferência de População e Desenvolvimento foi realizada no Cairo, em 1994.

Em contraponto a este momento em que as mulheres passaram a se definir como sujeito de direitos com foco em sua autonomia e representatividade política através de uma luta interpretativa ao redor do enquadramento do “gênero” (CORRÊA, 2011; ALVAREZ, 2014a; 2014b; MACHADO, 2018) enquanto representação social dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, viu-se a difusão de “estratégias discursivas” (MACHADO, 2018: p.3) mobilizadas por parte de intelectuais da Igreja Católica em associar a estes movimentos sociais a propagação da chamada “agenda global do feminismo de gênero”¹².

Deste período de ascendente representação religiosa no Congresso Nacional, iniciada desde a redemocratização, em que a política passa a ser compreendida como “cruzada terrena” católica e “lócus de evangelização” pentecostal, tem-se a emergência de uma agenda da moral cristã, interreligiosa e reativa (LIONÇO, 2014; MACHADO; 2015; 2018; CARRARA, 2010) ao concomitante crescimento da intersecção entre os novos movimentos sociais feministas e então GLBTs e os governos, com destaque à participação de ativistas em fóruns internacionais de discussão de Direitos Humanos e no

¹² A Conferência Episcopal do Peru, de 1997, o Concílio Pontifício para a Família, realizado no ano 2000, bem como a Congregação para a Doutrina da Fé, ocorrida em 2004, foram eventos católicos que comumente vincularam o feminismo e o marxismo à “fenômenos de radicalização” que supostamente se objetivavam à destruição dos valores cristãos no Ocidente, sendo que é neste contexto politicamente reativo que o termo “ideologia de gênero” é elaborado e difundido internacionalmente. A emergência de uma “antropologia cristã” como alicerce teórico e retórico da defesa dos papéis biológicos e socioculturalmente tradicionais associados às mulheres encontraram respaldo em outras publicações sobre o tema serviram de financiamento para ações de incidência política a nível local, a exemplo das obras do sacerdote Jorge Scala, com destaque para *“Ideologia de Gênero: neototalitarismo e morte da família”*, de 2011 (LIONÇO, 2014).

assessoramento da formulação de políticas públicas nacionais, (CORRÊA, 2011; ALVAREZ, 2014),

Ainda na última década do século XX, os movimentos GLBTs deixaram de atuar como “redes temáticas” para exercer o papel de “comunidades de políticas”, visto a internacionalização, profissionalização e diversificação do ativismo a partir de então. A década de 1990 e o início dos anos 2000s foram caracterizados também pela diversificação destes movimentos sociais em instâncias até então inéditas como o Terceiro Setor, os setoriais de partidos políticos, a construção de Frentes Parlamentares, de pastorais da diversidade, além daquela observada no âmbito das comunidades epistêmicas (SILVA, 2006; FACCHINI, 2009; AGUIÃO, 2017).

A realização de Conferências internacionais, dos quais o Brasil configurou como signatário, ratificou a responsabilidade governamental ao redor da focalização de políticas públicas para grupos sociais tidos como em situação de vulnerabilidade, sendo que é neste contexto de pressão externa por soluções a situações tidas como intoleráveis que emergem quatro decisões governamentais¹³: a inclusão das pessoas homossexuais como comunidade a ser atendida pelo primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), de 1996, a criação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em 1997, a Resolução nº1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia que prevê proibição a tratamento terapêutico que pretenda reverter as sexualidades não-heterossexuais, além criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e da proposição, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº5003 que previa legislar acerca da punição administrativa aos atos discriminatórios em razão de orientação sexual, estes últimos em 2001. Nos

¹³ Não se defende aqui que estas instâncias foram criadas por força exclusiva da ação dos movimentos GLTs, pelo contrário: A Conferência de Pequim, de 1995, e a Conferência de Durban, de 2001, ratificaram que a focalização das políticas públicas configurava como agenda comum dos chamados “novos movimentos sociais”, sendo eles o movimento negro, de mulheres e de não heterossexuais-cisgêneros. O que se procura destacar é que a SDH e o CNCD configuraram como inéditos locais de discussão das políticas em favor destes grupos, sendo subsistemas responsáveis por uma série de decisões desencadeadas após a mudança de governo ocorrida em 2003, sobretudo.

anos seguintes, destacaram-se a inclusão de GLBTs no segundo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), de 2002, seguida, no mesmo ano, da Resolução nº 1652, do Conselho Federal de Medicina (CFM) que definiu critérios para a realização do então chamado “processo transexualizador”¹⁴.

Desde o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), partícipes destes movimentos sociais foram incorporados pelos governos como formuladores e assessores de políticas focalizadas. Se por um lado, parte destes ativismos compreendeu tal intersecção entre ente público e parte da sociedade civil organizada como intento de governamentalidade no sentido de cooptação da ação coletiva e da agenda política destes sujeitos, por outro, viu-se uma inédita institucionalização de demandas, inclusive com o reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado brasileiro acerca da garantia destes direitos civis e sociais e com a consequente atribuição de soluções às situações sociais de desigualdades multidimensionais que passaram a ser compreendidas como incômodas e, portanto, passíveis de atuação governamental no sentido de mitigá-las.

Com a mudança do governo eleito, a partir de 2003¹⁵, viu-se uma alteração na Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) que passou a ter *status* ministerial, além da alavancagem de Grupos de Trabalho e Comitês Técnicos intersetoriais no âmbito de ministérios, secretarias, frentes parlamentares e comissões legislativas do Congresso Nacional, ações no sentido da formalização de programas governamentais em favor de GLBTs¹⁶

¹⁴ Esta Resolução do Conselho Federal de Medicina viria a embasar a Portaria do Ministério da Saúde nº1707, de 2008, que previu a realização dos procedimentos de redesignação de gênero no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (COACCI, 2019).

¹⁵ Ainda como resultante da emergência do novo governo federal eleito em 2002, destaca-se a ocorrência de outros dois eventos-foco de agendamento de políticas LGBTQIA+: a mudança da solução pleiteada pelo Projeto de Lei nº5003, de 2001, que, inicialmente, previa punir administrativamente as discriminações contra GLBT e passou a equipará-las às penas dispostas pela lei antirracismo nº7716, de 1989; e o lançamento da então chamada Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual no Congresso Nacional, em 2006 (DE VITTO, 2018).

¹⁶ Apenas a partir do XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, realizado em 2005, que as pessoas bissexuais passaram a constar formalmente na sigla das comunidades de não heterossexuais-cisgêneros, sendo esta busca por representação um elemento de intensa

através de Decretos presidenciais, Atos Infralegais e Portarias Ministeriais, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004)¹⁷. Aguião (2014; 2017) destaca que o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 inaugurou um período em que a transversalidade fora adotada enquanto estratégia de reconhecimento de direitos e diretriz para as políticas então “LGBT” formuladas e implementadas pelo governo da ocasião ao prover ações comuns entre ministérios e secretarias da União, por um lado, bem como difundiu a importância destas políticas levassem em consideração as especificidades sociodemográficas de sua população atendida.

Outra marca distintiva deste momento foi a criação de instâncias de participação social em que estas parcelas da sociedade civil podiam vocalizar agendas próprias aos governos, destacando-se a Conferência Nacional LGBT¹⁸ e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, existente desde 2001 porém politicamente atomizado nesta circunstância. Apesar de representarem uma oportunidade de participação de sujeitos críticos ao ativismo formalmente constituído e governamentalizado tanto em relação às pontuais iniciativas afirmativas advindas de governos locais, quanto às agendas e ações concretas advindas internacionalmente do chamado "Sistema ONU" desde os 1990s, tal diversificação da representatividade dos movimentos sociais - definida por Alvarez para o caso das feministas (2014a:p.68) como “transversalização horizontal”, ou *side streaming* - não se traduziu na alavancagem concreta de políticas públicas, haja vista que estes fóruns tinham

tensão intramovimentos nas décadas de 1980 e 1990 (SILVA, 2006). Neste período, outra sigla frequentemente utilizada era a “GLTB” e buscava garantir mais visibilidade ao segmento travesti e transexual (FACCHINI, 2009).

¹⁷ Iniciativa advinda do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a formulação intersetorial do referido Programa esteve em linha com o entendimento de “vulnerabilidades acrescidas” advindo da Conferência de Durban, especialmente, como norteador de uma agenda de direitos humanos para não heterossexuais-cisgêneros no Brasil (BRASIL, 2004; MELLO et. al., 2012).

¹⁸ Facchini (2009) destaca que a utilização generalizada da sigla “LGBT” pelo ativismo brasileiro se deu a partir das discussões empreendidas pelo Conselho Nacional LGBT, em 2008.

alcance consultivo e não-deliberativo, contexto em que muitas reflexões dispostas em Conselhos temáticos e Conferências jamais foram, de fato, agendadas pelos governos da ocasião (AGUIÃO, 2014; 2017; IRINEU, 2014).

A alavancagem destas ações afirmativas através de políticas focalizadas não representou um ato político pacificado. Ainda no período que compreende os dois primeiros mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010), viu-se a associação do feminismo ao marxismo como retórica de rotulação do “outro” traduzida pelo combate à pauta de gênero como sinônimo de combate ao comunismo, estratégia amalgamada ao redor do Movimento Escola sem Partido, fundado em 2004 (LIONÇO, 2014). Sobre este período, Machado (2018) destaca a atuação do ex-deputado federal Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) como opositor à iniciativas legislativas em favor das mulheres e LGBTQIA+, haja vista seus discursos contrários à focalização de políticas, estas últimas entendidas como “apologia ao homossexualismo”, bem como a alavancagem de iniciativas legislativas, a exemplo do PL 5816/2005, voltado à autorizar procedimentos de reversão da homossexualidade.

Não bastasse o fortalecimento de uma coalizão política intra e extragovernamental ao redor de uma agenda da moral cristã interreligiosa, Irineu (2014; 2020; 2021) destaca que a construção de uma “dinâmica paternalista” entre os governos Lula (2003-2010) e os movimentos então autorreferenciados LGBTs justificou a precariedade orçamentária e a consequente baixa institucionalização de políticas públicas focalizadas a estes grupos sociais vulnerabilizados.

Para esta autora, a histórica aliança entre setores organizados do Partido do Trabalhadores (PT) e estes movimentos sociais fez com que parte do ativismo fosse governamentalizado pelo ente público da ocasião, provendo uma circunstância de aceite dos atípicos *timings* de alavancagem ou de desistência governamental em relação a estas políticas, haja vista a construção uma pragmática “política de alianças eleitorais” que contemplava palanques em comum com diferentes segmentos da sociedade civil, o que incluiu frequentes

coalizões políticas entre o PT e os segmentos católicos e evangélicos conservadores desde as eleições de 2002. Neste intento conciliatório por parte das gestões lulistas se viu a promoção do conflito entre uma “agenda anti-homofobia” e uma “agenda da moral cristã”, desenhando-se o seguinte contexto:

A aliança histórica entre ativismo LGBT e PT impactaram no processo de formulação da política LGBT, especialmente no que tange à priorização do diálogo com determinados grupos de ativismo nacional por parte do governo e a hipervalorização na avaliação do movimento sobre a gestão da política pública de Lula. Essa visão do governo Lula como uma gestão pró-LGBT, proeminente em alguns setores da militância LGBT, especialmente por setores do ativismo LGBT alinhados à programática do partido, esconde uma perspectiva paternalista que, em minha análise, contribuiu para a baixa institucionalização da política LGBT no Brasil (IRINEU, 2021: p.570).

Apesar da alta letalidade então vivenciada por sujeitos não heterossexuais-cisgêneros (BRASIL, 2013), da dificuldade de agendar politicamente os temas de interesse destes grupos e da precariedade orçamentária e institucional que caracterizada as moderadas iniciativas então em curso ao redor, sobretudo, do Programa Brasil sem Homofobia (PBSH), Irineu (2021) descreve que, à despeito desta trajetória pontuada na afirmação de direitos civis e sociais aos então LGBTs, a imagem do Brasil frente à comunidade internacional era de suposta referência no reconhecimento com redistribuição de direitos a estes grupos sociais.

Destaca-se que o PBSH, os fóruns nacionais de discussão através dos Conselhos e Conferências temáticas, além de ações do chamado “turismo amigável” (*friendly*) representavam sutis políticas focalizadas ora de iniciativa, ora de financiamento de organismos multilaterais, a exemplo do “Sistema ONU” (CORRÊA, 2011), desenhando um contexto descrito por Irineu (2014; 2020; 2021) como “LGBTfobia cordial”¹⁹ no caso brasileiro: na dimensão local, um país

¹⁹ A imagem de nação pró-LGBTQIA+ outrora difundida nem sempre encontrou ressonância nas decisões políticas do Estado brasileiro. A precária alavancagem de uma cidadania a estes grupos sociais encontrou um cenário de inefetividade da política pública quanto aos seus objetivos e instrumentos, bem como um alto teor de judicialização da afirmação destes direitos civis e sociais. Segundo Irineu (2021, p.575), “as orientações dos organismos internacionais aos países em desenvolvimento têm sido feitas com vistas a influenciar no desenho das políticas sociais, especialmente na educação e na proteção social, desde a década de 1990. Assim, cabe

letal e intolerante às diferenças, na dimensão internacional, imagem de um país inclusivo e diverso, ainda que atravessado por pontuais ações de afirmação de identidade através de políticas altamente precarizadas e discutidas em restritos locais especializados, com limitado alcance do ativismo às ações de assessoramento destas políticas e em espaços consultivos de participação social em que as decisões ali alavancadas guardavam baixíssima aderência governamental de fato, situando-se no espectro da consulta popular que não necessariamente era consagrada sob a forma de deliberação formal-legal.

No emergir das duas primeiras décadas do Brasil pós-redemocratizado, o Parlamento despontou como arena política de indisponibilidade e inação às reivindicações LGBTQIA+ conforme observado na rejeição à emenda da não-discriminação por orientação sexual no texto constitucional, no bloqueio das discussões acerca do reconhecimento da união civil homossexual e da homoparentalidade e na controvérsia ao redor do enquadramento da discriminação ou preconceito contra estes grupos na lei antirracismo, o demonstra que os avanços pontuais conquistados por estas comunidades não vieram sem reação de uma agenda da moral com ascendente representação político-partidária e junto aos governos democráticos de FHC e Lula (MELLO, 2004; MESSENERG, 2017; DE VITTO, 2018; IRINEU, 2021), sendo que os “intentos conciliatórios” destes governos foram rompidos a partir de 2011 conforme se discutirá a seguir.

1.3) “Por conta da vitória eleitoral que tiveram, querem transformá-la em vitória política”: fim da ‘política conciliatória’ petista e o desagendamento das políticas LGBTQIA+ no Brasil

inferir que parcela significativa dos processos institucionais da política pública LGBT ocorreu atrelada a parcerias com essas agências internacionais. A exemplo, o texto-base e outros processos da I Conferência Nacional LGBT foram elaborados através de consultoria financiada por cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal afirmação indica que em certa medida a política pública LGBT instituída no governo Lula não corresponde única e exclusivamente às demandas do movimento LGBT, pois foram as diretrizes internacionais que influenciaram para que sua gestão tomasse iniciativa ‘nunca antes’ tomada ‘na história mundial’.

É com este diagnóstico entre aspas advindo de um entrevistado ex-ministro, ex-parlamentar e atual dirigente de partido político ouvido por este trabalho que se inaugura a discussão sobre o período que compreende a última década (2011-2020), atravessada pela atomização de discursos e ações contrários à tentativa de consolidação de uma cidadania LGBTQIA+ no Brasil redemocratizado. Apesar de uma trajetória anterior de incremental, ainda que precarizada, construção de uma interlocução entre governos e estes movimentos sociais no sentido de uma lenta constituição de direitos e políticas focalizadas, viu-se a partir de 2011 a difusão, dentro e fora dos governos, de uma agenda antidireitos LGBTQIA+.

A proposição do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009, e do Plano Nacional de Educação (PL 8035/2010), em 2010, representaram eventos desencadeadores de uma radicalização da oposição que se beneficiou do processo eleitoral então vigente para retirar estas discussões dos microssistemas burocráticos governamentais – comissões legislativas, grupos de trabalho ministeriais e interministeriais (GTI), fóruns internacionais dos quais o Brasil configurou como signatário, a exemplo dos Princípios de Yogyakarta, de 2006 – e alçá-las ao macrosistema da política, no caso o centro do debate eleitoral, impactando, inclusive, a agenda eleitoral, visto que a campanha da então presidente Dilma Rousseff (PT), ao ser publicamente confrontada por grupos adversários sobre estes temas, emitiu comunicações no sentido de situar – o que se viria a confirmar posteriormente – sobre a intenção de desagendar tais temas da agenda governamental.

Conforme destacado, estes enfrentamentos políticos eram são recentes, mas se radicalizaram na arena política na última década (2011-2020), ocupando crescentemente a agenda de Comissões legislativas temáticas com Projetos de Lei elaborados no intuito de modificação os avanços em matéria de direitos civis e sociais até então vigentes, sobretudo a partir do Brasil sem Homofobia (2004), sendo seguidos da construção de uma agenda propositiva de teor político antigênero e antiLGBTQIA+. Cita-se como exemplo a trajetória de discussão e

tramitação legislativas do Projeto de Lei 8035/2010, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período entre 2011 e 2020, proposto no último ano do segundo governo Lula da Silva e aprovado somente em 2014 pelo Congresso Nacional, podendo-se ressaltar que sua apreciação gerou alterações substanciais de seu conteúdo originário, tal qual supressão dos temas relacionados a gênero e orientação sexual conforme destaca Machado (2018, p.7):

Durante os anos em que este projeto tramitava nas duas casas do Congresso Nacional, uma série de eventos foi realizada naquele espaço com o intuito de difundir o discurso da 'ideologia de gênero' entre os parlamentares e fornecer subsídios para Projetos de leis que pudessem impedir a adoção da perspectiva de gênero nas políticas educacionais. O fortalecimento político dos pentecostais na Câmara de Deputados, primeiro com a indicação do deputado e pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e, depois, com a eleição de Eduardo Cunha para o cargo mais importante daquela casa, favoreceu também os grupos católicos comprometido com a cruzada à ideologia de gênero no Brasil que passaram a ser convidados a expor suas ideias em diferentes situações.

Para além das bancadas formais compostas por legisladores vinculados aos grupos sociais das religiões católicas e evangélicas, religiosos, Machado (2018) ressalta a participação atomizada de "atores religiosos" de suporte aos cursos de ação fundamentalistas e que exerciam iniciativas enquanto assessoras e assessores parlamentares, convidadas e convidados de seminários e audiências públicas em Comissões temáticas, sobretudo a de Educação e a de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, e a de Assuntos Sociais, do Senado.

A formalização de uma ampla agenda legislativa interreligiosa cristã e de caráter revisionista de direitos civis e sociais outrora garantidos foi alavancada através do PL nº5167, de 2011, que determinava que nenhuma relação poderia se equiparar ao casamento ou a entidade familiar heterossexual, o PL nº 1672, de 2011, de criação do Dia do Orgulho Heterossexual, o PL nº 6583, 2013, que dispunha sobre o Estatuto da Família e, por fim, os PL nº 5574 e PL nº 5686, ambos do ano de 2016, que definiam como contravenção quem utilizasse

banheiro público em desacordo com o seu gênero (MISKOLCI, CAMPANA, 2017; DE VITTO, 2018). Sobre este período, destaca-se que:

A eleição em 2013 do deputado federal Marco Feliciano, pastor de uma igreja pentecostal, para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal foi uma demonstração clara de que rapidamente os pastores entenderam a máxima de que em política não existe espaço vazio. Demonstrou também que os aliados históricos do movimento LGBT, em especial os representantes do Partido dos Trabalhadores na legislatura em questão, tinham outras prioridades ou subestimaram a capacidade de mobilização dos parlamentares de identidade religiosa em uma comissão de trabalho fundamental para a ampliação da cidadania das minorias sexuais (MACHADO, 2015: p.65).

Desta atomizada incidência política (*advocacy*) intralegislativa através da representação parlamentar de sacerdotes, padres, arcebispos, pastores, bispos, missionários, apóstolos, destaca-se Damares Alves, missionária, ex-assessora parlamentar do então senador Magno Malta (PR/ES) por mais de uma década e ex-ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, além de ONGs e grupos autônomos vinculados a estas Frentes religiosas, a exemplo da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) e o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira enquanto representante formal da Renovação Carismática Católica (MACHADO, 2015; TOITIO, 2020).

A despeito do lançamento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a ocorrência da II Conferência Nacional LGBT, a publicação dos Relatórios Sobre a Violência Homofóbica e a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT ocorridos entre 2011 e 2013 (MELLO et. al, 2012), estas ações pontuais do Executivo federal foram objeto de uma inédita radicalização de oposições intra e extraparlamentares preexistentes, consagradas através de tensões em audiências públicas em que se discutia iniciativas legislativas em favor de LGBTQIA+ e da proposição de Projetos de Lei e Projetos de Decreto Legislativo de Sustação de Atos do Poder Executivo que visavam interromper Decretos presidenciais, Atos Infralegais e Portarias ministeriais então vigentes pela afirmação de direitos a estas comunidades, experiência intersetorial de focalização de políticas iniciada no

governo Fernando H. Cardoso e aperfeiçoadas nas duas primeiras gestões de Lula da Silva (DE VITTO e DE VITTO, 2017).

A difusão da chamada “ideologia de gênero” como conceito e ação política em antítese à educação para as diferenças difundido, sobretudo, a partir de 2004²⁰, embalada pelo aumento da representação de grupos religiosos no Parlamento nacional e subnacionais – em parte advinda das alianças eleitorais estabelecidas com o Partido dos Trabalhadores (PT), então governo (IRINEU, 2021) – conformaram com a criação de Frentes Parlamentares Mistas com vinculação cristã: A Frente Parlamentar Mista Evangélica, em 2005, e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, em 2019, como indicativos do aumento exponencial da incidência de grupos religiosos em diversos locais de discussão e deliberação de políticas, especialmente no Legislativo brasileiro (COLLING, 2020; IRINEU, 2021).

A última década (2011-2020) foi caracterizada pela difusão de uma abrupta contestação e conseqüente interrupção da discussão dos temas de gênero e sexualidade nos currículos escolares – não apenas a nível nacional, mas também em Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras municipais, sobretudo de capitais – fenômeno político da chamada “ofensiva antigênero” que, neste caso, alcança não apenas o Brasil, mas também outras nações latinoamericanas (MISKOLCI, CAMPANA, 2017; IRINEU, 2020). Para Irineu (2020, p.143):

Esses ataques antigênero não são recentes, todavia especialmente por considerar o vínculo histórico do movimento LGBTI com a história de construção do PT, há uma urgência em considerar os recentes quinze anos que envolveram ao mesmo tempo: I) a criação de um programa específico para população LGBTI, porém com baixa dotação orçamentária e fragilidade institucional; II) a intensa publicização dessas ações como “inéditas” globalmente e um predomínio do financiamento internacional para tais iniciativas; III) o fortalecimento de espaços de participação social, mas com capacidade ínfima de

²⁰ Segundo Leandro Colling (2020, p.245), o conceito da ideologia de gênero “(...) é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła. A matriz dessa retórica é católica – mais precisamente, neofundamentalista católica, contrária inclusive a disposições do Concílio do Vaticano”.

monitoramento da política, haja vista sua não reformulação após as conferências.

No tópico anterior destinado à compreender as nuances do momento de agendamento de demandas e agenciamento de pessoas heterossexuais-cisgêneras e respectivos sujeitos aliados a tais pautas junto aos órgãos oficiais do governo brasileiro, como no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), viu-se que a despeito dos esforços de internacionalização, institucionalização e diversificação de um ativismo profissionalizado, tais ações não se traduziram em reconhecimento concreto destas questões públicas (acesso adequado aos serviços públicos, enfrentamento legal-formal da violência multidimensional e respectiva alta letalidade específica, acesso aos chamados "Direitos de Família", etc) na agenda de decisões dos governos. Quando muito, tais demandas foram contempladas pela *agenda-setting* governamental, a exemplo do documento "Programa Brasil sem Homofobia", uma generosa carta de intenções, datada de 2004, que sinalizou a ampliação de um marco de ampla cidadania jamais concretamente alcançada (BRASIL, 2004; MELLO et al, 2012; IRINEU, 2020).

Conforme assignado na discussão inicial deste capítulo, a viabilidade de uma proposta política se traduz pelos limites que a realidade e as circunstâncias impõem: os aspectos simbólicos, como as crenças coletivas e regras consuetudinárias, podem impor óbices reais às certas propostas de políticas, ainda que elas conservem baixo custo transacional. A existência de soluções satisfatórias tecnicamente, por si só, não resulta como justificção suficiente para sua aplicação no sentido de se mitigar a existência de certos impasses da sociedade, haja vista que estas soluções otimizadas carecem de um ambiente organizacional flexível e da aceitabilidade de seu valor simbólico por parte do corpo político vigente, o que nem sempre acontece e pode perpetuar a existência e a complexificação de certos problemas sociais de responsabilidade governamental (KINGDON, 1984; MAJONE, 1997).

Para o Modelo do Equilíbrio Pontuado, restrições técnicas e políticas são fatores que limitam a liberdade de ação do governo acerca da manutenção de

uma situação particular no subsistema da política, ou seja, no radar de prioridades do ente público processadas no nível do microsistema da política (BAUMGARTNER, JONES, 1993; 2005; 2012). No caso aqui investigado, tem-se o dado o baixo custo orçamentário das “soluções” propostas ao reconhecimento de uma cidadania LGBTQIA+, precárias do ponto de vista institucional que estas políticas estiveram desde a formal interseção das agendas destes movimentos sociais com a agenda governamental (IRINEU, 2020; 2021), traduzida a partir de três eventos-foco ocorridos em 1995 e já discutidos inicialmente neste capítulo, conduz a um diagnóstico: o que têm obstaculizado o reconhecimento destes direitos civis e sociais se situa em uma dimensão eminentemente simbólica, no caso o dogma interreligioso cristão.

Desta forma, a presente investigação se empenha menos em identificar os limites técnicos das políticas públicas, como a legislação e o orçamento disponíveis, e focaliza os chamados "apelos emotivos" que colocaram em risco a alavancagem de um curso de ação política em favor de pessoas não heterossexuais-cisgêneras entre 1985 e 2018. Para além de mapear a descontinuidade da discussão e deliberação de soluções que melhor mitigariam as desigualdades multidimensionais vivenciadas por estes grupos, aqui se destinará atenção à compreender de que forma certos grupos e seus respectivos discursos e cursos de ação política construíram imagens de política pública antiLGBTQIA+ que se configuraram, desde 2011, como simbólicas restrições autoimpostas pelo governo brasileiro que, frente ao impasse destes movimentos de oposição, oscilou entre "decidir não decidir" ou judicializar tais demandas (DE VITTO, 2021).

A intencional inação legislativa acerca da garantia de direitos a estes grupos sociais conduziu a uma intensa judicialização da cidadania LGBTQIA+, visto que a frequente atuação judicial decorre, neste caso, da histórica dificuldade de se garantir direitos civis e sociais a estas comunidades no Congresso Nacional, arena política de indisponibilidade à deliberação em favor das pessoas LGBTQIA+ desde a redemocratização. Estes movimentos sociais

têm entendido o Judiciário enquanto local especializado de discussão e deliberação de políticas públicas em seu favor (*venue-seeking*) (TAYLOR, 2007), tendo o Supremo Tribunal Federal sido elencado como local especializado de discussão “preferido” (*venue-shopping*) (KINGDON, 1984) por ter consagrado acesso imediato, ainda que precário pois tais decisões não possuem literal faculdade legislativa, à parte destas demandas históricas, conforme observado no reconhecimento da união civil homoafetiva (ADPF nº132/RJ e ADI nº4.277/DF no STF; e Resolução nº175/2013 no CNJ), criminalização da violência (MI nº4733/2012 e ADO nº26/2013 no STF) e direito à doação de sangue (ADO nº5543/2016 no STF) (DE VITTO, 2021).

É no período posterior ao ano de 2011 que o Judiciário atuou como local especializado de discussão e afirmação destes direitos, e de pacificação de controvérsias, como nos casos do reconhecimento da homoconjugalidade e homoparentalidade e da criminalização da violência, demandas que ocuparam posição central na agenda política destes movimentos sociais. As decisões judiciais têm confrontado a ideia-força de que o reconhecimento destes direitos representariam supostos “privilégios” à estas comunidades, haja vista a secular e intergeracional desigualdade a que têm estado sujeito, o que justificaria a busca pela garantia dos direitos civis e sociais e pela mesma proteção penal já lograda por outros grupos, inclusive e sobretudo pelos grupos empreendedores de uma moral interreligiosa opositora à expansão da cidadania LGBTQIA+ brasileira.

Apesar da importância do Judiciário enquanto local especializado de discussão de políticas que tem se posicionado favoravelmente às históricas reivindicações destes grupos sociais historicamente objeto de injustiças, Bahia et. all (2013) argumentaram que estas decisões são passíveis de revogação, visto a sua ausente regulamentação por parte do parlamento brasileiro. No mesmo sentido, autoras como Dias (2011) e Irineu (2014) ratificaram que a crescente judicialização de políticas LGBTQIA+ não proporcionam a

manutenção destes direitos no tempo-espaço, o que leva a uma situação de acesso imediato, porém precário, à parte destas demandas históricas.

Na literatura clássica de Políticas Públicas, tem-se que as soluções políticas que contam com respaldo científico acabam por se destacar no processo de análise das políticas pois o convencimento, nestes casos, viabiliza-se através da mobilização de dados, estudos, planos e indicadores que dizem respeito a um tema ou política pública em específico, ainda que o processo político não se resuma a esta dimensão somente técnica inerente às políticas públicas (KINGDON, 1984; MAJONE, 1997).

O próprio conceito de "imagem de políticas públicas" de Baumgartner e Jones reitera tal entendimento ao argumentarem no Modelo do Equilíbrio Pontuado que as informações científicas definem como as políticas são interpretadas e discutidas em certa arena decisória, as ditas "imagens". Concorde-se com Majone (1997) que os dados científicos - mobilizados através de estudos, planos e indicadores - ainda que representem instrumentos adicionais no convencimento de uma proposta, não são *per se* capazes de traduzir em "verdade" a sua pertinência e viabilidade política.

Conforme se observará no decorrer desta tese, em definitivo parece ser o caso das agendas dos movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil, visto que a oposição a estes temas de interesse público se deu não por discordâncias de teor técnico mas, fundamentalmente, por interpretações particulares e, por vezes, anticientíficas, não raro imersas em leituras religiosas responsáveis por ditar padrões aspirados de conduta responsáveis por relegar à marginalidade da atenção governamental aquelas e aqueles que não compactuavam com tais dogmas religiosos, sobretudo o descumprimento da norma sexual estabelecida.

Messenberg (2017) descreve que a cultura política brasileira recente tem sido atravessada por um moralismo enquanto campo semântico responsável pela elaboração de uma forte distinção entre o "eu" e o "outro" a partir de valores discriminatórios, anticientíficos e antidemocráticos, estando esta "narrativa

mítica do complô brasileiro” (p.637) lastreada em três eixos centrais de discurso: o “antipetismo”, o “conservadorismo moral” e os “princípios liberais”.

Ao analisar as publicações de grupos auto referenciados de “direita” em uma rede social no ano de 2015, a autora relata a presença de ataques virtuais às liberdades e garantias fundamentais de grupos políticos identificados como “adversários” – especialmente àqueles associados ao Partido dos Trabalhadores (PT), então governo naquele contexto – e de grupos sociais rotulados como aqueles que guardam certas diferenças sociodemográficas tidas como intoleráveis: raça e etnia não caucasiana, gênero feminino, orientações sexuais não-heterossexuais, identidades de gênero não-cisgêneras, praticantes de cultos não-cristãos, classes sociais em estado de subalternidade alvo de políticas sociais compensatórias e/ou sujeitos autorreferidos de ideologias e partidos de esquerda.

Estas ideias e consequentes interpretações sobre a realidade não estão em estado de inércia na arena política, pelo contrário, o seu estilo e o modo de comunicação, quando somados ao momento de discussão (*timing*), configuraram como elementos fundamentais para se obter apoio à dada questão política e suas respectivas soluções (KINGDON, 1984), por um lado, mas também são capazes de interromper bruscamente os focos de atenção e ação governamentais (BAUMGARTNER, JONES, 1993; 2005; 2012; 2017).

Para os grupos defensores de um conservadorismo moral mapeados por Messenberg (2017), a “solução” mobilizada contra aquelas e aqueles que destoassem de suas estruturas de pensamento se viabilizou através de ações reativas ao intento de se consagrar, junto ao ente público, temas historicamente pertencentes às agendas dos movimentos sociais LGBTQIA+, cenário em que as crenças religiosas ocuparam posição central no desenho destas estratégias discursivas, visto que entender o “outro” como a “personificação do mal” é, mais do que estratégia eleitoral, a manutenção de um *status quo*:

Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam a ideia-chave de ‘família tradicional’ são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, oposição ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a

concordância com a ‘cura gay’. Os conteúdos centrais da ideia-força ‘resgate da fé cristã’ envolvem emissões que invocam a entrega dos destinos individuais e coletivos ‘nas mãos de Deus’, a profusão de mensagens de salmos e provérbios bíblicos, além da crítica ao que denominam de ‘cristofobia’, atribuída à esquerda (MESSENERG, 2017: p.637-638).

Se interpretar certo adversário na política enquanto a “personificação do mal” resultou como estratégia política de desagendamento governamental das demandas destes últimos, a solução política destes grupos da “moral” foi e tem sido a própria contestação à ampliação de uma cidadania LGBTQIA+, ao passo em que a reafirmação de uma identidade social hegemônica própria que contempla – para além de outros aspectos, como a desafeição partidária e ideológica ao governo da ocasião, de centro-esquerda – a pretensa “defesa da fé e da família cristã” tem funcionado como instrumento para, ao mesmo tempo, criar escusas à manutenção da exclusão dos tidos “diferentes”, no caso os “outros” que diferem sociodemográfica e/ou politicamente destes grupos sociais reativos²¹ (MESSENERG, 2017; COLLING, 2020).

Recordemo-nos do conceito do MEP de “efeito da crista da onda”, ou *bandwagon effect*, momentos inesperados em que a agenda governamental é alterada por sinais de informação externos ao ente público. A interrupção do incrementalismo, ou pontuação política, neste caso representam uma brusca mudança no foco da atenção do governamental, alavancadas através das chamadas “ondas de criticismo ou entusiasmo” (*waves of criticism or enthusiasm*), haja vista que uma imagem de política pública anteriormente vinculada a um monopólio da política pública passa a ser contestada através de mobilizações capazes de se converter em mudanças de maior magnitude. Para o caso em questão, tais períodos críticos advieram da interrupção de um

²¹ Messenberg (2017) também argumenta que estes atores políticos da moral também têm imputado a estes grupos sociais objeto de vulnerabilidade uma suposta responsabilidade pelo “fracasso da política nacional” como se houvesse alguma intersecção factível entre períodos de crise econômica e social, por um lado, e a afirmação de pontuais direitos civis e sociais aos grupos sujeitados às desigualdades multicausais, por outro, ou se a ampliação da cidadania destes últimos fosse elemento supostamente justificador de momentos de crise que advém, na realidade, das próprias disfunções da economia de mercado e do Liberalismo como filosofia política, teoria política e marco de gestão macroeconômica (BROWN, 2006; 2019; MESSENERG, 2017).

precário conjunto de ações afirmativas deslizadas nos subsistemas do Executivo federal lentamente no decorrer de quase duas décadas, especialmente entre 1995 e 2010.

A contestação pública a projetos de políticas públicas de educação para as diferenças atravessou os pleitos eleitorais – nacionais e locais – da última década, sendo a imagem “kit gay” discutida durante as eleições presidenciais de 2010 e 2018 com o objetivo comum de identificação de adversários políticos e partidários em um contexto em que parte substantiva da coalizão política que deu sustentação às eleições e gestões da ex-presidenta Dilma Rousseff tinha forte vinculação com tais reações contrárias, o que fez com que o próprio Executivo alterasse o entendimento acerca da responsabilidade governamental em afirmar os direitos LGBTQIA+, encerrando com a possibilidade de que estas políticas de governo, implementadas desde os governos FHC e Lula da Silva, viessem a se consolidar como políticas de Estado, como se percebe na “Mensagem da Dilma”, difundida pelas redes sociais durante o segundo turno de 2010:

O PNDH-3 é uma ampla carta de intenções que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte à família. Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, (...) será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil. (G1, 2010).

A desistência pública, formal e pré-eleitoral na alavancagem de direitos LGBTQIA+, acertadamente definida por De Oliveira Jr. e Maio (2017, p.128) como “cultura do desagendamento”, havia sido anunciada como intenção do então futuro governo em que se viu uma comunicação caracterizada pela captura e difusão dos entendimentos contrários aos grupos sociais de não heterossexuais-cisgêneros, especialmente em duas ideias-força presentes na supracitada “Mensagem”: evitar discussões que “afrontassem a família cristã” – imagem antagônica também aos direitos reprodutivos das mulheres, como no caso do direito ao aborto – e que “violassem a liberdade de crença”, referindo-se a demanda pela criminalização da violência, interpretada pelos grupos

opositores como uma “mordança gay” pois a punição à discriminação ou preconceito por orientação sexual e identidade de gênero incluía, na vigência da lei antirracismo, os espaços de culto.

O que há de inédito neste contexto é que a mudança de governo em 2011, ainda que sob gestão do PT, conduziu a um desagendamento do conjunto de ações políticas anteriormente alinhadas à afirmação dos direitos civis e sociais para LGBTQIA+ consagrados entre 2004 e 2010, mudança da atenção e ação governamentais advinda após um prolongado período incremental favorável a discussão destas demandas, bruscamente interrompido a partir da difusão de imagens de política pública antiLGBTQIA+ de oposição em diversas arenas políticas, tendo esta articulada reação à expansão de uma cidadania LGBTQIA+ sido apreendida pelo Executivo federal da ocasião e difundida através de comunicações públicas que, sob a tentativa de pacificar o conflito, acabaram por difundir e legitimar estas imagens, caso da supracitada “Mensagem da Dilma” e o pronunciamento da então presidenta que, em maio de 2011, referindo-se ao “Escola sem Homofobia” afirmou em coletiva de imprensa que o governo “não faria propaganda de opções sexuais”.

Deste período, destacou-se também o efeito do “apensamento seguido de desapensamento”²² do Projeto de Lei da Câmara nº122, de 2006. A aprovação na Câmara do Projeto de Lei nº5003/2001 que enquadrava a discriminação ou preconceito por orientação sexual e identidade de gênero nas penas da lei antirracismo acabou ofuscada pela intensa controvérsia durante a sua tramitação no Senado a partir de 2007, sendo apensado ao então Projeto de Reforma do Código Penal Brasileiro (PLS nº236/2013) em 2013 e, em

²² No sentido de se interromper as discussões da equiparação da violência contra LGBT ao crime de racismo, a Frente Parlamentar Evangélica construiu o entendimento de que o referido PLC deveria ser anexado ao então Projeto de Lei do Senado nº236, de 2013, voltado a Reforma do Código Penal, o que aconteceu no final de 2013 após um intenso embate entre os parlamentares religiosos e os movimentos LGBTQIA+, estes últimos, no geral, contrários à proposta de apensamento. Após um ano da anexação de um Projeto a outro, a iniciativa parlamentar em favor de não heterossexuais-cisgêneros foi desapensada e arquivada definitivamente em 2014, sendo retomado o debate a seu respeito apenas em 2016 através da Sugestão Legislativa nº05 que alcançou quase cento e trinta e nove mil apoios e devolveu a referida questão pública à agenda do Senado federal, local em que tramita atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (DE VITTO, 2018).

seguida, desapensado deste e arquivado em 2014, sendo esta uma estratégia de interromper a discussão da demanda e da tramitação da proposta com o menor custo político para seus grupos opositores, visto que tal criminalização de discursos de ódio alcançaria os espaços de culto e foi compreendida como suposta violação da liberdade de expressão e de crença (DE VITTO, 2018).

A oposição aos temas de gênero e sexualidade ocuparam centralidade nos debates eleitorais a nível nacional e subnacional entre 2011 e 2018 a partir da difusão de uma agenda negativa de viés neofundamentalista religiosa e reacionária em que se destaca a associação do Programa Escola sem Homofobia a um “kit gay” (DE OLIVEIRA JR, MAIO, 2017), a tentativa de autorizar procedimentos terapêuticos de reorientação sexual amalgamadas ao redor da ideia-força anticientífica da “cura gay” (GONÇALVES, 2019), a cruzada legislativa nacional e subnacional antigênero nos currículos educacionais alavancada pelo “Escola sem Partido” (COLLING, 2020; MISKOLCI, CAMPANA, 2017), além do ataque às ações culturais decoloniais que deflagraram no encerramento prematuro da mostra “*Queermuseu: cartografias da diferença na Arte brasileira*”, com replicação desta estratégia de censura para outros eventos culturais em todo o país a partir de então (RECH, SCHUTZ, 2017).

Uma vez constrangidos politicamente a se posicionar sobre estes temas, parte da então gestão petista parece ter construído, entre 2011 e 2016, uma estratégia “defensiva” e pouco politizada na discussão e alavancagem destes temas, conforme destacado por uma ativista e um ex-parlamentar entrevistados para este trabalho que argumentaram, respectivamente, que “quando a gente disse que não ia falar sobre questões que são estruturantes na sociedade, a gente deu a mensagem à população de que: ‘é feio falar disso, eu não quero’, abriu a porta para que essa disputa moralizante tomasse conta e virasse o centro do debate até hoje” e “encontraram uma denominação fácil de campanha política contra a educação sexual e o governo não quis enfrentar mostrando que não era verdadeiro, como se tivesse assumido [que o Projeto Escola sem Homofobia seria um erro, em tese]”, o que reforça o argumento de um não-trivial

esgotamento da “política conciliatória” adotada por este partido nas últimas décadas (IRINEU, 2020; 2021).

O desagendamento das políticas LGBTQIA+ tem sido diretamente proporcional à ampliação de marcos legais em conformidade com a agenda cristã interreligiosa, esta última alavancada interpretada como “cruzada espiritual” fruto de uma “missão por Deus atribuída” (LIONÇO, 2014; MACHADO, 2015; 2018). Sendo o campo religioso bastante heterogêneo quanto às suas lideranças e marcado por uma atuação notoriamente suprapartidária, parece pacificado entre os segmentos cristãos a importância do chamado “ativismo religioso na política” no sentido de qualificar cidadãos e formar lideranças com vinculação religiosa para incidir no microssistema da política: assessoria parlamentar, assessoria às políticas públicas específicas, incidência política quando da discussão e deliberação legislativa, composição de alianças eleitorais e, mais recentemente, consolidação de candidaturas próprias no Parlamento e no Judiciário. De acordo com Machado (2015, p.62):

Ainda que tenham concepções diferenciadas da política, projetos genuínos de formação de quadros, e mesmo interesses específicos e conflitantes, as agendas políticas dos carismáticos e dos pentecostais sobrepõem-se quando se trata da moralidade sexual e do tema da família. Várias entrevistas assinalaram a aproximação dos atores políticos carismáticos com os legisladores de identidade religiosa pentecostal no Congresso Nacional. (...) A missionária Rosângela Justino, da Igreja Batista, mencionou-nos que visita os gabinetes de todos os parlamentares na companhia de um sacerdote católico, conclamando-os a votar contra as propostas de ampliação do permissivo para os casos do aborto e dos direitos dos homossexuais (MACHADO, 2015: p.62).

Entre as trincheiras de ação política comumente mobilizadas por carismáticos e evangélicos, para além da política de alianças partidárias, nota-se a proposição de projetos de lei e demais decretos legislativos em coautoria, sustação de projetos legislativos e de atos do Executivo favoráveis às pessoas LGBTQIA+, participações polêmicas em audiências públicas, redação de pareceres em relatórios de comissões parlamentares, votos em separado e moções de apoio ou repúdio, ações de incidência política em gabinetes do Executivo e Judiciário, entre outras estratégias políticas não capturadas por esta

investigação, a exemplo de ações midiáticas em redes sociais, cartilhas difundidas dentro das institucionalidades religiosas em períodos eleitorais, etc (TOITIO, 2016; DE OLIVEIRA, MAIO, 2017).

Tais instrumentos de retroalimentação de uma agenda política cristã interreligiosa incluem temas desde a defesa da “vida” desde a sua concepção, a defesa da família tradicional heterossexual-cisgênera, a educação sexual como competência exclusiva da família, a adoção de procedimentos do tipo terapêutico e do tipo manicomial às diferenças não heterossexuais-cisgêneras (GONÇALVES, 2019), além da ampliação de isenção tributária e demais incentivos governamentais às entidades religiosas como demandas cernes de redes “interdenominacionais” e “supradenominacionais” (MACHADO, 2015: p.63), com destaque ao Encontro de Cristãos em Busca de Unidade e Santidade (ENCRISTUS), de 2008, e a renomeação do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política para Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política, esta última de 2011, com o intuito de aproximar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de setores evangélicos (LIONÇO, 2014; MACHADO, 2015; 2018).

Com o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff, as ações políticas antiLGBTQIA+ perderam centralidade enquanto estratégia de oposição ao governo federal, momento em que o governo Michel Temer descontinuava locais especializados de discussão de políticas públicas focalizadas a grupos sociais objeto de vulnerabilização, haja vista o encerramento brusco de uma “aprendizagem institucional” anterior se estendeu ao fim do então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a dissolução da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) esta última que, no passado, havia liderado a discussão e implementação de políticas LGBTQIA+ no Brasil (QUINALHA, 2020; TOITIO, 2020; DE VITTO, 2021).

Em concomitância a estes fatos, viu-se forte ascensão de atores e atrizes políticos vinculados às Frentes cristãs interreligiosas em cargos ministeriais do “novo governo” pós-*impeachment*, a exemplo da nomeação do deputado federal

André Moura, cantor gospel e integrante da Frente Parlamentar Evangélica então pelo PSC/SE (atualmente filiado ao UNIÃO/SE), como líder do governo Temer na Câmara dos Deputados, símbolo este de notável despretenção governamental em alavancar direitos às comunidades LGBTQIA+ no Parlamento, conforme acertadamente destaca Toitio (2020).

CAPÍTULO 2

APORTES METODOLÓGICOS DESDE A TFD CONSTRUTIVISTA E A ANÁLISE DE DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA

Se na segunda metade do século XX a distinção entre positivistas e pós-positivistas era mais bem definida, o mesmo não pode se afirmar sobre a atualidade, haja vista que os procedimentos científicos cada vez mais se voltam para a flexibilidade e abrangência das técnicas entre os diferentes campos do conhecimento científico em vez de rígidos padrões normativos a serem aplicados independentemente do desenho da investigação, tornando, por vezes, nada definidos os limites entre estes paradigmas, o que tem desincentivado uma visão antagônica entre si muito presente no momento anterior (CHARMAZ, 2009; MINAYO, 2012; LIMA, MANINI, 2016).

Data da década de 1990 a iniciativa de certos sujeitos pesquisadores da Ciência Política em recomendarem que elaborações metodológicas se ajustassem aos objetivos da investigação, sendo recurso frequente a modelagem teórica e metodológica a fim de que as técnicas sejam instrumento do trabalho científico e não o contrário (GROFMAN, 1997), evitando que o critério de escolha de teorias embasadoras e instrumentos de pesquisa se norteiem tão somente a partir da simples predileção da pessoa pesquisadora, as chamadas “metodologias de prateleira” (ALONSO, et. al, 2021) ou investigações do tipo “método dirigido” (*method-driven*) (SHAPIRO, 2002), em que métodos de pesquisa são generalizados a diferentes investigações sem uma reflexão anterior que reconheça a sua pertinência teórica e contextual.

Neste esforço nada trivial de contextualização e sofisticação das técnicas de pesquisa, trata-se menos de desacreditar os modelos que se objetivam à comparação e à generalização de dados qualitativos e mais de discutir que estes procedimentos epistemológicos precisam ser calibrados às realidades tanto da pessoa pesquisadora, quanto daquilo que se pretende investigar (SHAPIRO, 2002, MINAYO, 2012).

A partir do propósito de discussão sobre as circunstâncias de coprodução e coleta de dados primários através de entrevistas, construção de um método de codificação qualitativa e posterior interpretação e abdução de falas e ações de pessoas entrevistadas sobre o tema objeto, privilegiou-se a interseção entre os marcos teóricos e respectivas técnicas de codificação temática e axial de dados qualitativos obtidos através de entrevistas semi estruturadas inerentes à Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC), de Kathy Charmaz.

Tal atividade inicial de codificação foi combinada às reflexões acerca das representações sociais de falas e ações humanas codificadas, de maneira focalizada, a partir de critérios de polidez e modalização de brindados pela Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), de Norman Fairclough, em que, mais do que as nuances linguísticas, a forma como a fala sustenta ou questiona relações de poder vigentes ocupa posição privilegiada na análise. Tem-se aqui duas rodadas de codificação qualitativa, sendo a primeira temática com o intuito de organicidade do material coletado, e uma segunda fase voltada a induzir e abduzir inferências causais sobre o tema.

2.1) Discussões iniciais sobre as contribuições da Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC) à codificação de dados qualitativos

2.1.1) A Teoria Fundamentada em Dados Clássica (TFD)

A Teoria Fundamentada em Dados clássica (TFD), advinda na década de 1960, foi proposta com o objetivo de estudar processos sociais e psicossociais dentro de um ambiente ou experiência específica e, desde a sua gênese, perpassou diferentes áreas substantivas do conhecimento científico, definindo-a como objeto de pesquisa em intersecção entre os campos da Saúde Pública, sobretudo a Enfermagem, e as Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia. De iniciativa dos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss, sendo a obra “A Descoberta da Teoria Fundamentada: Estratégias para Pesquisa Qualitativa”²³ a sua matriz teórica fundante, estes propuseram que a construção

²³ Originalmente nomeada como “*The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*”, 1967.

de teorias se desse de forma indutiva e abdutiva partir da interpretação dos dados, contrariando epistemologias que partissem de teorias existentes e pressupõem a dedução de hipóteses sobre o objeto investigado.

A TFD aliou duas tradições da Sociologia, sendo a primeira, de caráter mais positivista, enfocou a construção de uma técnica quantitativa lastreada em critérios de codificação de material qualitativo como técnica rigorosa para pesquisas desta natureza, estabelecendo-se a priori critérios específicos quanto à finalidade da atividade de codificação, capazes de discussão e replicação posterior, enfoque em que se observou maior controle empírico sobre o tratamento dos dados típico aos trabalhos de Glaser. A segunda se situava a partir do interacionismo simbólico de Strauss que defendia a ideia-força de que os sujeitos representam agentes ativos nos processos sociais, mais do que passivos aos efeitos das estruturas, sendo que os significados sociais subjetivos são constituídos através da linguagem e da ação enquanto questões emergentes de investigação empírica, posicionando a pesquisa qualitativa como um “ato subjetivo de construção” (GUNTHER, 2006:p.202), visto que a interação entre os sujeitos é capaz de definir como a realidade social é percebida e interpretada (METELSKI et. al., 2021), conforme se observa:

A construção da ação foi o problema central a ser tratado. Em resumo, Strauss levou para a teoria fundamentada as noções da atividade humana, dos processos emergentes, das significações sociais e subjetivas, das práticas da solução de problemas e do estudo irrestrito da ação (CHARMAZ, 2009:p.21).

Segundo Kathleen Charmaz²⁴ (2009), a despeito destas divergentes

²⁴ Orientanda de Anselm Strauss e profissional do campo da Enfermagem, Kathleen “Kathy” Charmaz (2009) implementou a TFD clássica nas décadas de 1980 e 1990 tendo como objeto de pesquisa as representações sociais, metas e hierarquias de identidade de sujeitos no processo de envelhecimento, de deficiência, de adoecimento e de morte, sobretudo estudos de caso sobre pacientes em estado terminal, bem como a organização do rito hospitalar e a temporalidade no processo de transição para a morte como tema principal. Precursora da referida Teoria nos EUA, propôs a partir dos resultados de suas investigações o que nomeou de “reimaginação da Teoria Fundamentada clássica” a partir da Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC), enfatizando a potencialidade interpretativa e abdutiva da mesma e dando continuidade a certos aspectos da abordagem de primeira geração, sobretudo o enfoque metodológico acerca da atividade de codificação de dados primários qualitativos como instrumento concreto de prática de uma anunciada “ciência de fronteira” entre o Campo da Saúde e as Ciências Sociais.

concepções que embasaram a construção e trajetória da TFC clássica, aliar a estratégia quantitativa de codificação de dados primários qualitativos, combinando-a à uma interpretação baseada na dimensão interacionista de atuação dos sujeitos centrada na ação, por outro, representou a principal simbiose teórica e metodológica de crítica ao positivismo e a noção de pretensa fidedignidade científica da pesquisa quantitativa em relação à qualitativa. Para a autora, o contexto em que a Teoria foi desenvolvida era caracterizado por um momento de crise para a pesquisa qualitativa, haja vista a forte predileção pelo *big data* em departamentos das Ciências Biológicas e Sociais observados na segunda metade do século XX:

Os pesquisadores quantitativos dos anos de 1960 viam a pesquisa qualitativa como impressionista, anedótica, não sistemática e tendenciosa. A prioridade atribuída por eles à reprodução e à verificação resultou na desconsideração dos problemas humanos e das questões de pesquisa que não se ajustavam aos planos de pesquisa positivistas. Se, de alguma forma, os defensores da quantificação reconheciam a pesquisa qualitativa, tratavam-na como um exercício preliminar para aprimorar os instrumentos quantitativos. Dessa forma, alguns pesquisadores quantitativos utilizaram entrevistas ou observações como apoio para projetarem pesquisas mais exatas ou experimentos mais eficazes. Conforme o positivismo ganhou força em meados do século passado, a divisão entre a teoria e a pesquisa cresceu simultaneamente (CHARMAZ, 2009:p.18).

Ao questionar a suposição de que a pesquisa qualitativa não fosse capaz de gerar teorizações e/ou que fosse esta somente instrumento para a construção de métodos quantitativos mais apurados - a sujeição de um método à outro como fim e não como meio, crítica também presente em Shapiro (2002) - a TFD clássica contribuiu com a adoção de técnicas de codificação quantitativa em pesquisas das Ciências Humanas, algo inédito na ocasião de sua proposição.

Ainda segundo Glaser e Strauss, os estudos positivistas, centrados em testes de hipóteses e na ênfase à explicação e a representação normativas de uma realidade investigada e imaginada, suprimiram o contexto em que os dados eram produzidos, partindo do pressuposto de que estes constituiriam fatos objetivos *per se*, sendo o papel do sujeito pesquisador circunscrito a aquele que

os descobre e analisa, sob o risco de elevar suas próprias suposições ao *status* de “informação objetiva e neutra”. A despeito da crítica aos pesquisadores quantitativos, Charmaz (2009) ressalta que a TFD clássica reproduziu, em parte, estes mesmos vieses epistemológicos que objetivava desmistificar, visto que esta Teoria “situa-se na tradição positivista e, portanto, considera os dados como verdadeiros em si mesmos, sem considerar os processos de produção desses dados” (CHARMAZ, 2009:p.180), ainda que permeada sob o interacionismo simbólico típico aos estudos de Strauss.

O ponto de distinção entre as recomendações de Glaser e Strauss e os estudos positivistas é que os primeiros reconheceram que as ideias anteriores que sujeitos pesquisadores possuem acerca de seus objetos influenciam o material empírico embasador de teorização emergente - a chamada “teoria recebida” que pode advir tanto de impressões subjetivas, quanto da apuração de fatos científicos obtida com uma revisão de literatura ou construção teórica anterior - e, para tanto, propuseram que a revisão bibliográfica sobre o objeto ocorresse apenas após a coleta de dados com o intuito de mitigar sua possível influência, circunstância em que os conhecimentos prévios do pesquisador ficariam em um estado de “suspensão” para que a Teoria pudesse emergir a partir dos dados coletados, além de que o pesquisador se dedicasse a redação de memorandos de codificação construídos a partir de sua atuação em campo e que a seleção de amostra não obedecesse critérios de representatividade populacional, mas por critério de relevância a partir dos *insights* do pesquisador sobre quais perfis de entrevistados melhor se ajustariam à investigação pretendida.

Estas são características primordiais da TFD clássica, posteriormente revisadas no modelo de segunda geração, a TFD construtivista de Charmaz (2009), em que se observa nesta última maior parcimônia do uso de modelos teóricos norteadores do inquérito de coleta dos dados, bem como dos critérios construídos na e pela atividade de codificação. Ao passo em que a Teoria clássica se circunscreve por um agir epistemológico em que a teoria

fundamentada é exclusivamente construída a partir dos dados coletados, incluindo a etapa de revisão de literatura, Kathy Charmaz chama atenção para o fato de que o sujeito pesquisador possui pressupostos próprios sobre o objeto em investigação, a despeito da mobilização ou não de teoria norteadora anterior à coleta de dados, sendo o seu uso menos problemático do que a suposição de pretensa neutralidade da pessoa analista em relação ao objeto de pesquisa, sendo que a influência de pressupostos do sujeito pesquisador em relação à análise podem existir com ou sem a mobilização de literatura norteadora elaborada e revisada anteriormente ao início da pesquisa.²⁵

Ao abrigar legitimidade da amostra - compreendendo-a como o grau de apuração e sensibilidade do sujeito pesquisador para a escolha desta, inferência um tanto quanto subjetiva, porém ainda sim reivindicada e compreendida como “legítima” pelos autores da TFD clássica - com flexibilidade dos instrumentos de

²⁵ Este ponto foi fundamental na eleição deste pesquisador pela TFD construtivista de Charmaz (2009). A construção do projeto de pesquisa do doutorado foi influenciada pela predileção pessoal e pela formação acadêmica específica deste interlocutor com as literaturas de agenda governamental, em que se inclui o Modelo do Equilíbrio Pontuado (MEP), sendo o desenvolvimento da investigação conduzido em parte pelas afirmações normativas e hipóteses causais desta literatura embasadora. Por outro lado, o estudo do desagendamento de políticas LGBTQIA+ no Brasil pós 2010, fenômeno de estudo eminentemente interdisciplinar e pouco investigado pela Ciência Política, elevou ao limite a sua simples intersecção com os Modelos estadunidenses clássicos de formação da agenda governamental, não sendo raro ter que recorrer a sua integração com outros teóricos das Ciências Sociais para agregar alguma inteligibilidade à análise do tema, caso observado em De Vitto (2018) na construção do conceito de “empreendedor moral das políticas públicas” elaborado a partir da intersecção entre o conceito de “empreendedor de políticas” de John Kingdon e o de “cruzado moral”, de Howard Becker para compreender o processo de bloqueio de uma agenda antiLGBTIfobia no Brasil. Se é irrecusável o fato de que os Modelos de agenda governamental emprestaram conceitos-chave sem os quais esta análise não existiria, a exemplo do conceito de “imagens de políticas públicas”, também não se pode ocultar que a mobilização “clássica” realizada acerca destes marcos por parte da literatura brasileira – no caso, “pôr os Modelos para rodar” como projetados, a despeito da existência de mudanças no seu contexto de formulação e o de implementação – tem sido uma estratégia de pesquisa intencionalmente abdicada por este pesquisador em toda a sua pós-graduação. Segundo Charmaz (2009, p.171), “os tons neutros do discurso analítico de muitas pesquisas qualitativas suprimem as ações interpretativas que as produziram e, além disso, erradicam as ambiguidades tanto nos ambientes estudados quanto no seu tratamento analítico”. Tendo em vista esta recomendação, a opção metodológica desta investigação foi reconhecer e preservar o fato de que conceitos e hipóteses do MEP influenciaram toda a construção do trabalho (inquérito, coleta, transcrição, codificações e análise), porém não com o intuito do chamado “forçamento de dados” (CHARMAZ, 2009) no sentido de que o objeto correspondesse e suprisse as afirmações e suposições teóricas deste Modelo de agenda governamental, mas sim no sentido de auxiliar na interpretação do objeto e depreender dele o que possivelmente há de comum com o Modelo supracitado.

análise, eminentemente multimétodo sem uma prescrição epistemológica a priori, a Teoria Fundamentada originária incentivou a Enfermagem a adotar técnicas qualitativas da Sociologia na coleta de dados, a exemplo de entrevistas estruturadas, aliando-as à codificação e interpretação dos dados que lastrearam o desenvolvimento de teorias a partir dos dados sem a necessidade de uma literatura embasadora previamente revisada sobre a qual os dados posteriormente coletados se submetessem a fim de testá-la empiricamente. A TFD clássica também pressupôs ênfase à capacidade interpretativa dos sujeitos cientistas sociais, até então posicionados no papel de analistas que “descobrem e descrevem sobre os dados”, ao passo em que desenvolveram técnicas epistemológicas a serem aplicadas em outros objetos e departamentos de pesquisa, ratificando que a ambiguidade e a subjetividade podem permear tanto estudos positivistas, como os estudos construtivistas.²⁶

2.1.2) A Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC)

A partir dos anos 90, a TFD clássica foi amplamente utilizada por pesquisadores em investigações multimétodo, tendo esta Teoria incorporado parte dos pressupostos positivistas alvo de crítica inicialmente, o que justificou a emergência de uma nova TFD, a construtivista²⁷, voltada ao mapeamento de padrões e conexões sociais não lineares, as chamadas “realidades múltiplas”,

²⁶ Os autores e a autora da TFD clássica e construtivista, respectivamente e de maneira unívoca, reconhecem que esta crítica aos estudos positivistas faz morada e origem na obra de Howard Becker, especialmente no artigo “*Whose Side Are We On?*” (1967), sobre a manipulação das hierarquias de credibilidade nos debates acadêmicos, contexto permeado por uma pretensa cientificidade de algumas epistemologias em relação às demais, em que a suposta e imaginada distinção científica (no caso, dos sujeitos pesquisadores quantitativos em relação aos seus pares qualitativos) esteve lastreada em três categorias de argumentos: de autoridade, de censura e de sarcasmo.

²⁷ Artigos que tratam da TFDC no Brasil frequentemente a mobilizam para análises bibliométricas (GASQUE, 2007; TORRES et. al., 2014; DE MEDEIROS, et. al, 2019), ainda que esta não seja a proposta original de Charmaz (2009) que trabalha com entrevistas semiestruturadas em investigações sobre a cena hospitalar, técnica replicada no Campo da Saúde Pública por Minayo (2012), Metelski et. al. (2021) e em outros campos científicos das Ciências Humanas conforme observado em Gasque (2007) e Silva (2015).

com foco na “compreensão imaginativa” (CHARMAZ, 2009: p.173) da pessoa pesquisadora e/ou analista e na interpretação da dimensão teórica e simbólica da atividade humana, com ênfase às falas, ações e respectivos significados, o que possibilitaria a construção de uma “teorização” sobre dado objeto como resultado de “ação social compartilhada” (CHARMAZ, 2009: p.177). Para tanto, Kathy Charmaz elenca prioridades de análise a partir das chamadas “experiências compartilhadas” (p.178) entre pessoa pesquisadora e demais pessoas participantes que, juntas, constroem significados acerca de dado tema, visto que os primeiros elencam certo tema de interesse e relevância social, coletam informações que sozinhos não teriam como produzir ou acessar e, posteriormente, fazem inferências a respeito destes dados. Desta forma,

Uma Teoria Fundamentada é aquela derivada indutivamente do estudo do fenômeno que representa. Isto é, ele é descoberto, desenvolvido, e provisoriamente verificado por meio de sistemática coleta e análise de dados. Portanto, a coleta de dados, análise e teoria possuem relação recíproca entre si. Não se começa com uma teoria para prová-la. Começa-se com uma área de estudo em que se permite a emergência do que é relevante (STRAUSS, CORBIN, 1990, apud, GASQUE, 2007:p.91).

Se a interpretação de que a suposta inexistência de uma pergunta de pesquisa resulta ponto focal minoritário de controvérsia na mobilização da TFDC, bem como o argumento de que sua construção se daria, em tese, apenas a partir do interesse pessoal do sujeito pesquisador e demais partícipes (TORRES, et. al, 2014), parece consenso na literatura revisada que a TFDC tem por característica, de fato, uma pergunta de pesquisa ampla, que não necessariamente parte de hipóteses elencadas e testadas posteriormente, sem reduzir o objeto de pesquisa a orquestração de um número reduzido de variáveis pretensamente controláveis e objetivas, entendendo o fenômeno social em toda a sua totalidade e complexidade, para além dos pressupostos da área de investigação em que se situa a pessoa investigadora (CHARMAZ, 2009; TAROZZI, 2011; SILVA, 2015; METELSKI et. al., 2021).

Na TFDC, a coleta, a codificação e a análise dos dados não é realizada de forma linear, pelo contrário, são etapas construídas a partir da “sensibilidade

teórica” da pessoa pesquisadora e interlocutora, o que envolve desde a seleção das pessoas entrevistadas, qual parte deste material será contemplado pela análise, o “ir e vir” entre dados tratados e dados emergentes (comparação, seleção e análise de dados anteriormente primários), requerendo o exercício de uma "capacidade imaginativa" dos sujeitos envolvidos acerca de uma teorização emergente (GASQUE, 2007). Neste agir epistemológico nada linear entre o “ir e vir” entre dados primários e teorização em construção, a constante revisão bibliográfica sobre o tema fornece a sensibilidade teórica relevante à teorização pretendida²⁸, contrariando a lógica de sequenciamento típica às técnicas de viés positivista:

Na abordagem clássica da TFD, a revisão bibliográfica é adiada para evitar que ideias preconcebidas influenciem o pensamento dos pesquisadores ou previnam a tendência de ajustar conceitos já existentes às narrativas dos participantes. Na TFDC, essa postura é considerada um excesso, uma vez que todos possuem conhecimentos prévios que inegavelmente influenciam na interpretação dos dados. Além disso, as teorias existentes sensibilizam os pesquisadores, ou fornecem sensibilidade teórica, que se refere à capacidade que o pesquisador tem de reconhecer variações nos dados, de ter *insights* e interpretá-los, identificando dados relevantes para o estudo e equilibrando ciência e criatividade. Com a TFDC, o uso da literatura publicada contribui para a argumentação e credibilidade do trabalho (METELSKI et. al., 2021:p.5).

É de destaque na TFDC que o contexto social pode se alterar em meio ao desenvolvimento da pesquisa, bem como as implicações anteriores da pessoa pesquisadora e interlocutora em relação ao seu objeto, sendo estas questões de forte relevância aos paradigmas autorreferidos construtivistas,

²⁸ Entre os sujeitos intérpretes da TFDC no Brasil há discordâncias sobre como Charmaz (2009) compreende o alcance do levantamento bibliográfico. Este trabalho se alinha às compreensões de Metelski et. al (2021), Lima e Manini (2016) e Gasque (2007): a de que a revisão bibliográfica, longe de ser somente uma etapa inicial de construção do projeto de pesquisa, é uma atividade constante na condução da investigação e que a perpassa desde a concepção do projeto até a redação final da investigação. De fato, esta é a própria recomendação da autora, que pode ser observada na seguinte passagem: “Esboce a revisão bibliográfica e o referencial teórico em relação à sua teoria fundamentada. Você pode utilizá-la para orientar a forma como você faz a crítica dos estudos e das teorias anteriores e para estabelecer comparações com esses materiais. (...) O método comparativo constante da teoria fundamentada não termina com a conclusão da análise dos dados. A revisão bibliográfica e o referencial teórico podem servir como valiosas fontes de comparação e análise. Por meio da comparação das evidências e ideias de outros estudiosos com a sua teoria fundamentada, você pode apontar onde e como as ideias deles esclarecem as suas categorias teóricas e o modo como a sua teoria amplia, transcende ou questiona as ideias predominantes em seu campo” (CHARMAZ, 2009:p.222).

interpretativos e pós-positivistas (CHARMAZ, 2009; LIMA, MANINI, 2016). A produção científica, mais do que construtos neutros passíveis de avaliação por pares, são também construções sociais imersas de valores e crenças de quem as elaboraram. A diferença fundamental entre abordagens positivistas e construtivistas tem sido a preocupação das últimas em, no lugar de evocar uma autodeclarada e pretensa “ciência da neutralidade”, discutir os pressupostos teóricos e percalços metodológicos enfrentados pelo sujeito pesquisador, expondo à audiência leitora quais critérios foram mobilizados para que tanto os dados primários, quanto as interpretações deles advindas, demonstrem certo mosaico analítico e não tantos outros possíveis, visto que “os construtivistas procuram ter consciência de suas pressuposições e lutam com a forma como essas influenciam a pesquisa” (CHARMAZ, 2009:p.179).

Nos trabalhos de Charmaz (2009) há uma densa discussão sobre a importância de se reduzir os efeitos da “ação interessada” da pessoa pesquisadora e interlocutora no sentido de impedir que a discussão acadêmica seja uma mera arena de discussão de ideias e interesses próprios destes sujeitos, focalizando a importância da participação das pessoas entrevistadas em detrimento daquelas e daqueles que estão a cargo da interlocução destas informações e saberes. Neste esforço de garantir relativa objetividade à atividade inferencial e interpretativa de uma realidade investigada, o construtivismo sob a égide da TFDC entende que o conhecimento científico é advindo de experiências compartilhadas a partir de um processo interativo e interpretativo complexo brindado por vivências pessoais e profissionais da pessoa pesquisadora anteriores e durante a elaboração do inquérito que embasam impressões subjetivas sobre o tema, informações científicas obtidas através de levantamento bibliográfico e/ou avaliação por pares, e a interação do sujeito pesquisador com demais participantes do inquérito, a exemplo das pessoas entrevistadas.

A teorização coconstruída e emergente do empreendimento construtivista representa um “esforço imaginativo” (CHARMAZ, 2009: p.173) que, para além

de abordar as nuances principais que se situam ao redor de um objeto de pesquisa, permite também a análise de aspectos não abordados acerca de um tema, em substituição à focos hipotéticos estabelecidos a priori ou já objeto de grande atenção por parte da literatura especializada. Sobre as características centrais da Teoria, Metelski et. al, 2021 (p.4) enfatiza que:

A TFDC parte do pressuposto de que o pesquisador não é neutro, pois é um ser humano com sua maneira própria de usar a linguagem, suas próprias opiniões e valores. No entanto, o pesquisador deve fazer um trabalho reflexivo para reduzir a influência de seus vieses no participante e na coconstrução dos dados, bem como na sua análise dos dados. O construcionismo social é uma postura filosófica que supõe que todas as pessoas assumem a realidade como a percebem; portanto, é uma construção social, enquanto os rigores da metodologia da TFD, incluindo a TFDC, destinam-se a orientar o pesquisador a fazer o trabalho reflexivo e analítico necessário para priorizar ao máximo a perspectiva dos participantes. A TFDC enfatiza especificamente que qualquer pesquisa realizada por seres humanos inevitavelmente apresentará um retrato interpretativo do mundo. Assim, a vertente construtivista difere da versão original da TFD de Glaser e Strauss, que afirmam que a teoria é descoberta nos dados e, quando localizada, não é influenciada pelo envolvimento do pesquisador. Por essas razões, (...) pode ser considerada uma inovação da TFD.

Uma das discussões centrais à TFDC é a de que pessoas pesquisadoras constroem sentidos e significados sobre os dados que mobilizam, sendo que a coconstrução dos dados ocorre através da interação entre pessoa pesquisadora entrevistadora e pessoas entrevistadas, visto que se trata de pesquisa lastreada em entrevistas realizadas através de roteiros semiestruturados, o que justifica a ênfase da TFDC no não apagamento desta relação através da qual se obtém dados primários e respectivas análises secundárias deles advindas e influenciadas, por exemplo, pelos critérios de escolha do público entrevistado, pelos métodos empregados na teorização e, até mesmo, em que espaços sociais o conhecimento produzido circulará: se de maneira restrita entre espaços acadêmicos e sujeitos intelectuais ou se, para além destes espaços, a pessoa pesquisadora e analista realizará divulgação científica para a sociedade em geral via mídia audiovisual (podcasts, documentários), via rodas de conversa

em interlocução com a sociedade civil (aulas públicas, audiências públicas)²⁹, entre outras iniciativas possíveis.

Charmaz define a “teorização” enquanto prática que busca construir explicações causais de boa fé (*bona fide*), visto que, primeiramente, um dos propósitos da análise é situar a audiência leitora dos limites circunstanciais ao cumprimento de uma neutralidade frequentemente anunciada e idealizada, porém não discutida e, por consequência, em demasiado subjetiva, ainda que mobilizada conceitualmente por técnicas de pesquisa quantitativas que, não raro, auto proclamam uma fidedignidade científica dos resultados tão somente pelo método empregado (GROFMAN, 1997; CHARMAZ, 2009). A TFDC não pretende prover teoria ou explicações que se pretendam generalizar afirmações acerca de dado objeto, mas teorização que dê sustentação a um modelo particular sobre dado fenômeno social, certos objetivos epistemológicos da pessoa pesquisadora-interlocutora e do respectivo campo científico a que faz parte, bem como do contexto sobre os quais se desenvolveu e se analisou um

²⁹ Para Charmaz (2009, p.33), “o que quer que conste como dados procede de algum propósito para a realização de um objetivo específico. Por sua vez, os propósitos e objetivos surgem sob determinadas condições históricas, sociais e situacionais”. Cabe destacar que a opção pela TFDC se deu pelo fato de que este marco metodológico reconhece a neutralidade acadêmica como um valor simbólico nem sempre alcançável em sua totalidade, discute os limites que este fato pode trazer à construção de investigações científicas e, como resultado, provê técnicas para se reduzir o viés da pessoa pesquisadora sobre a coleta de dados e os resultados da análise, aspecto nada trivial nesta investigação visto que este interlocutor é cidadão e, em parte mais recente de sua trajetória, pesquisador e analista sobre temas que envolvem os movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil. Anunciar este aspecto à audiência leitora, mais do que marcar posição simbólica individual e do grupo social a que faz parte frente ao campo científico da Ciência Política no Brasil, permite um olhar externo sobre o sucesso ou insucesso na busca por uma relativa neutralidade como propósito na construção e divulgação desta investigação pretensamente científica. Sobre o impacto das vozes e intenções da pessoa pesquisadora no empreendimento científico, pontua a mesma autora: “agora considere uma observação sobre a voz do escritor. (...) Chamei a atenção para o fato de que a ênfase analítica da teoria fundamentada pode levar a uma autoria oculta repleta de neutralidade presumida, com pretensões objetivistas e um autor ausente. Contudo, as teorias fundamentadas concluídas não precisam ser registros objetivados, destituídos de voz. (...) Os pesquisadores que usam a teoria fundamentada não precisam escrever como técnicos desincorporados. Nos excertos apresentados, a minha voz permeia as passagens e persuade o leitor embora eu permaneça em segundo plano como uma intérprete das cenas e situações. (...) A voz ecoa o envolvimento do pesquisador com os fenômenos estudados; ela não reproduz os fenômenos” (CHARMAZ, 2009:p.234). A TFDC posiciona a pessoa pesquisadora para além do papel de “analista neutra” ao considerá-la “pessoa interlocutora” que exerce uma circunstancial e desigual influência na condução da investigação a que se propõe.

objeto de pesquisa (SILVA, 2015). Desta maneira, a teorização foi pensada como uma estratégia de compreensão de uma realidade social circunstancial, em que os propósitos e percalços epistemológicos daqueles sujeitos que empreenderem a análise sejam publicizados aos partícipes entrevistados, à audiência leitora, aos pares acadêmicos, etc.

A teorização tem como base os chamados “conceitos sensibilizadores” enquanto pontos de partida indutivos na coleta de dados, pois baseiam perguntas do inquérito, bem como um “olhar focalizado” sobre os dados produzidos e/ou de ideias emergentes durante a implementação da metodologia e que podem ser aprimoradas na interpretação dos resultados codificados. Entre tais conceitos norteadores não preconcebidos pelo sujeito pesquisador, a TFDC destaca, por exemplo, as reflexões anteriores de um levantamento bibliográfico que colidem com um trecho da fala de uma pessoa entrevistada, fatos narrados por mais de um sujeito e que não eram, exatamente, objeto das perguntas semiestruturadas inicialmente e que se relacionam com os objetivos do inquérito em construção, entre outros eventos indutivos que, definitivamente, rompem com uma dinâmica lógica-dedutiva, evitando-se o chamado “forçamento de dados”³⁰ (CHARMAZ, 2009: p.33), a exemplo do enquadramento dos dados

³⁰ Permitam a este interlocutor uma breve, porém necessária, reflexão não-tergiversante sobre o chamado “forçamento de dados” e uma possível aproximação com a literatura de Políticas Públicas. Uma das “pistas” para melhor qualificarmos uma neutralidade alcançável por parte das pessoas pesquisadoras está na alusão que Giandomenico Majone estabelece dos chamados “analistas de políticas públicas” como “artesãos de evidências” sobre as quais se baseiam certas decisões políticas. O autor descreve que a escolha pelo investimento em uma ideia em detrimento de outras nos subsistemas da Política - debate certamente inspirado por John Kingdon a partir do texto clássico “Como Nasce uma Ideia?” (1984) - perpassa a construção e difusão de um argumento persuasivo faseado em quatro etapas: dados, informações, evidências e conclusões. Os dados são obtidos através de observações imprevistas, devem ser “encontrados” e não “fabricados” e representam o primeiro direcionamento da atividade argumentativa. Ao serem refinados através de ferramentas quantitativas e/ou qualitativas, ver-se-ia a elaboração de um novo conjunto mais apurado de dados secundários: as informações. Entre um universo de dados, o analista-artesão de ideias que embasam políticas públicas seleciona àqueles de acordo com o sentido e a finalidade de sua argumentação persuasiva, deslocando-os da sua origem ao escopo, estilo e finalidade de uma ação argumentativa. Para Majone, há que se diferenciar a evidência dos dados e informações dela advindas. A evidência se constrói através de uma informação selecionada e introduzida em certo ponto do argumento com o objetivo de persuadir um público em específico acerca de uma verdade posicional, sendo ela a forma pela qual os dados que geram uma informação – que é intencionalmente deslocada para dentro de um argumento – e que visam persuadir certo público acerca de determinado entendimento. Assim, os dados e as informações seriam interpretados

primários à uma Teoria anterior e não o contrário - processo definido como "método-dirigido" por Grofman (1997) e Shapiro (2002), da replicação exata de guias de entrevistas e de livros de códigos a serem implementados em diversas pesquisas sem qualquer ajuste, ainda que pontual, ao objetivo da pesquisa, ao objeto mobilizado e ao contexto em que se deu o desenvolvimento seja do tema, seja da investigação. Ao enfatizar o papel do sujeito pesquisador em realizar os ajustes segundo o desenho e os objetivos de seu inquérito, lutando contra a preconceção e o forçamento de dados, Charmaz (2009, p.96-97) reflete que:

Quando observamos o modo como os estilos analíticos e os conjuntos de ferramentas conceituais são absorvidos em uma disciplina, descobrimos, entre eles, modas e tendências. Essas modas e tendências limitam as maneiras de ver e, possivelmente, constroem os dados a esquemas antigos. (...) Em toda a literatura da teoria fundamentada, os pesquisadores são orientados a evitar forçar os seus dados em códigos e categorias preconcebidos, sendo que, entre esses estão, em primeiro lugar, as teorias existentes. Devemos também nos prevenir contra o forçamento das nossas preconceções nos dados que codificamos. (...) Os pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada, bem como outros pesquisadores, podem inconscientemente partir das suas próprias preconceções a respeito do que uma determinada experiência significa e acarreta. (...) Todo pesquisador conserva preconceções que influenciam, mas que não podem determinar o que observamos e o modo como compreendemos aquilo que observamos.

Considerando que a pesquisa qualitativa requer análise de textos preexistentes (levantamento bibliográfico, análise documental, etc.) e/ou extraídos pelo próprio sujeito pesquisador entrevistador (transcrição de conteúdo audiovisual coletado *in loco*, etc.), Charmaz (2009) destaca que os

através de juízos de valor individuais ou coletivos para que sustentem certa argumentação conclusiva em detrimento de outras possíveis. Dado que novas ideias carecem de respaldo teórico e metodológico, bem como de dados primários e respectivos indicadores que comprovem a sua eficácia, o analista-artesão precisa "costurar" uma justificação que combine instrumentos de investigação capazes de contornar os obstáculos intelectuais, institucionais, econômicos e políticos da escolha de análise de uma solução política tida como não ortodoxa. Aqui está um ponto em comum a este trabalho: o intencional desenquadramento à ortodoxia teórica e metodológica de uma prática científica replicadora de Modelos e "engrenagens" epistemológicas e, à rigor, difusora de uma auto proclamada neutralidade não problematizada teoricamente. Como neutralidade, sugere-se objetivamente: evitar a construção de evidências pré-selecionadas pela predileção deste pesquisador-interlocutor, anunciando-se, a priori, as intenções pessoais e acadêmicas que atravessaram a construção do inquérito e a análise posterior dos dados primários, afastando-se de uma atuação do "artesão de suas próprias impressões subjetivas e ideias prediletas delas advindas", tal qual pretende evitar a tipologia elaborada por Majone.

textos não são fatos objetivos em si, ao contrário, requerem interpretação e, assim, podem ser alvo de múltiplas e divergentes inferências. A autora da TFDC atribui importância ao legado científico da investigação, cenário em que os resultados necessariamente precisam dialogar com o marco teórico e a literatura sobre o objeto no sentido de refutá-los ou complementá-los, o que reitera a importância de uma revisão bibliográfica como *continuum* no andamento da investigação, e não situada somente à uma etapa inicial.

Ainda que inquéritos implementados a partir desta Teoria possam incluir questionamentos sobre tópicos específicos através de perguntas individualizadas segundo a participação de dado sujeito em certo objeto de pesquisa, este certamente não é o foco da TFDC e, sobre esta característica, cabe pontuação adicional. Decerto, há um fundamento na Teoria que embasa o seu estilo de menor intervenção possível: a recomendação em replicar diferentes rodadas de entrevistas com as mesmas pessoas partícipes. Tal agir metodológico permite ao sujeito entrevistador revisar os dados obtidos e questionar pessoas partícipes sobre assuntos em aberto nas interações conversacionais posteriores, não havendo necessidade de se obter a maior quantidade e qualidade de dados possíveis logo em uma primeira interação, considerando a possibilidade do sujeito entrevistador estabelecer vínculos mais duradouros e uma "relação de confiança" com a pessoa entrevistada que, inclusive, pode auxiliar na posterior obtenção de informações inéditas, pouco provavelmente obtidas logo em uma primeira interação conversacional.

A variante construtivista da TFD sobrevaloriza a espontaneidade do rito conversacional em busca das chamadas "afirmações significativas e histórias imprevistas", obtidas através de perguntas amplas e comuns a todos entrevistados, o que Charmaz (2009) define em sua obra como "entrevista intensiva". Para a autora, a interação entre sujeito pesquisador e pessoa entrevistada deve ser negociada e contextual: sujeito pesquisador estrutura previamente temas e perguntas gerais e específicas e pessoa entrevistada narra suas histórias com interrupção mínima, podendo inclusive subverter a ordem de

perguntas prevista inicialmente, o que faz com que os temas abordados não necessariamente sejam os mesmos, nem na mesma ordem, temporalidade e frequência a fim de garantir maior diversidade de narrações coletadas e preservar o lugar, tempo e espaço de onde falam. Desta forma, o sujeito pesquisador garante a espontaneidade da implementação do inquérito, levando em conta o cuidado adicional na etapa posterior de codificação, pois as perguntas, e respectivos temas e datas dos fatos, não estarão na mesma ordem. Aqui cabe nova consulta ao trabalho de Metelski et al (2021, p.2):

(...) A TFDC propõe que uma teoria seja desenvolvida pelo pesquisador a partir de dados coconstruídos com os participantes, geralmente por meio de entrevistas. Isso significa, segundo Charmaz, que os dados da entrevista são influenciados tanto pelo pesquisador quanto pelo participante, mesmo porque eles são produzidos durante uma entrevista, uma vez que o pesquisador escolhe quais perguntas fazer e interage com o participante à medida que ele responde às perguntas. Posteriormente, a análise dos dados é novamente influenciada pelo pesquisador a partir de sua perspectiva como ser humano que está envolvido com os dados. Com a TFDC, o pesquisador busca compreender os significados atribuídos pelos participantes ao evento ou fenômeno investigado, mas também leva em consideração como a relação entre eles e o participante influencia os próprios dados que coletam. Há ênfase específica no atuar para reduzir os vieses que o pesquisador traz para o processo.

Demonstra-se fundamental à TFDC desmistificar a ideia de “neutralidade da interação” entre sujeito pesquisador e demais pessoas partícipes da investigação, visto que a entrevista é uma intencional “ação interessada” no sentido de que houve um aceite anterior em participar, com certo objetivo a cada sujeito, assim como há interesses próprios no sujeito entrevistador em abordar o tema e escolher tais pessoas entrevistadas para tanto, bem como no fato de que cada participante elege que conteúdo conversacional trazer à discussão e os porquês da escolha de narrar um fato em detrimento de muitos outros. Desta forma, este trabalho define a atividade de coleta das entrevistas como a coconstrução de relações sociais que não estão dadas, ao contrário, foram marcadas por fatores de imprevisibilidade: antes de se construírem dados e respectivas informações, houve uma coconstrução de relações sociais

marcadas por aceite mútuo em estar ali, discutir sobre um tema proposto, que nuances serão discutidas e quais não serão, etc.

A opção por definir o conteúdo conversacional coletado como fruto de relações sociais imprevisíveis e coproduzidas perpassa reconhecer que estas interações são igualmente marcadas por relações desiguais de poder, sendo este o aspecto que afasta a TFDC, e este trabalho por consequência, de uma presunção de “neutralidade imaginada” recorrente em outros métodos da pesquisa qualitativa, a exemplo da Análise de Conteúdo³¹. Para a tese em questão, resultou importante a adoção desta estratégia metodológica visto que atrizes e atores políticos partícipes apresentaram um perfil de engajamento, mais do que profissional ou de interesse difuso, mas atravessado também, e principalmente em certos casos, por envolvimento pessoal no tema versado, traduzido em experiências de desrespeito, defesa dos próprios direitos civis e sociais e, por conseguinte, de sua cidadania e/ou do grupo a que faz parte, etc. Para Charmaz:

As diferenças relativas ao poder e à posição social podem ser trabalhadas e exauridas durante a entrevista. As pessoas que ocupam uma posição de maior poder podem assumir o controle, aproveitar as perguntas da entrevista para tratar dos tópicos com suas próprias palavras, controlar o tempo, o ritmo e a duração da entrevista. Tanto indivíduos dotados de maior poder quanto aqueles destituídos de

³¹ Em definitivo, o objetivo desta tese não é a de desempenhar uma discussão normativa sobre a construção de um tipo ideal de implementação da pesquisa qualitativa mobilizada através de entrevistas. Não haveria nada menos construtivista do que um texto redigido com tal finalidade. Aqui, trata-se de discutir as nuances que, pontualmente, atravessaram este trabalho e, a partir de então, revelar os bastidores da pesquisa à audiência leitora, recomendação de Charmaz (2009) a fim de permitir a melhor replicação de seu método e/ou das inferências proporcionadas pela investigação. Esta investigação se alinha às considerações de Rocha e Deusdará (2005) sobre a existência de uma “excessiva objetividade” da Análise de Conteúdo, dada a sua suposição de que o conteúdo comunicativo representaria, tão somente, o veículo de transmissão de uma realidade à priori, bem como a noção de que o pesquisador ocuparia, tão-somente, um papel de observador imparcial na coleta e tratamento destes dados primários. Diferentemente desta vertente metodológica, a Análise de Discurso (AD) não procura mapear e interpretar, simplesmente, um conteúdo comunicativo mas, reconhecendo que o pesquisador não ocupa posição neutra na coleta de dados, busca uma materialidade discursiva capaz de compreender os sentidos de sua existência, os sujeitos que os propagam – os interlocutores – bem como suas redes de efeitos e significações. Assim sendo, combina dois recursos de rigor metodológico ausentes na perspectiva anterior supracitada e que atravessaram a presente tese: a problematização da pergunta norteadora do inquérito investigativo e o não apagamento da presença e das implicações iniciais do pesquisador enquanto sujeito intermediário na análise da constituição dos sujeitos e dos sentidos dos processos linguísticos objetos de sua produção científica.

qualquer um podem desconfiar de seus entrevistadores, das instituições financiadoras e do objetivo declarado da pesquisa, assim como quanto à forma como as descobertas podem vir a ser utilizadas. (...) Os entrevistados podem apresentar questões ocultas ou manifestas sobre se o entrevistador é ou não um representante de autoridades ou apoiadores – e testar a sua lealdade (CHARMAZ, 2009:p.48-49).

Se existem intrínsecas dinâmicas de poder na execução das entrevistas - a exemplo do grau de concentração de capital cultural, político e econômico de cada pessoa participante - estas podem definir qual das partes detém maior controle sobre o roteiro das perguntas e/ou o rito de sua implementação, visto que fatores sociodemográficos e posições pessoais e/ou profissionais dos sujeitos envolvidos podem conduzir a escolha de uma narrativa em detrimento de outras possíveis sobre o tema objeto da conversação.

Considerando que a interação conversacional está atravessada por dinâmicas desiguais de poder, é de se supor a existência de problemas de comunicação na construção comum do texto: correção de uma pessoa participante por outra, disfluências excepcionais como hesitações, repetições, solicitações alheias diversas à proposta do trabalho, contradições que levam à revisão de informações anteriormente veiculadas, silêncios imprevistos, mudanças súbitas de estilo e do tema originário da proposta do trabalho acadêmico (FAIRCLOUGH, 2001; ROCHA, DEUSDARÁ, 2005), entre outros aspectos que requerem análise e interpretação da cena social em que se desenvolve a coprodução dos dados através de quem fala, do que fala, em que tempo, de que lugar e em que situação, visto que os significados da fala e da ação de todos os sujeitos participantes importam para a TFDC conforme se vê na seguinte passagem:

Delinear o contexto, as cenas e as circunstâncias da ação com cautela. Registrar quem fez o que, quando ocorreu, por que aconteceu (se você puder determinar as razões) e como ocorreu. Identificar as condições nas quais determinadas ações, intenções e processos emergem ou são abrandados. Concentrar-se nas palavras e expressões específicas às quais os participantes parecem atribuir um significado especial (CHARMAZ, 2009: p.39-40).

Entender a entrevista qualitativa como instrumento através do qual se possibilita a identificação e compreensão das relações sociais observadas em certo grupo social, sobretudo o padrão de crenças, motivações e valores sustentados em circunstâncias específicas é ideia compartilhada por outras autoras e autores de pesquisas qualitativas, a exemplo de Gaskell (2002). Para ele, as análises não devem negligenciar que a obtenção destes dados primários é impactada pela interação entre sujeito entrevistador e pessoas entrevistadas pois as entrevistas representam um “processo social” que supera, tão somente, a troca de informações entre duas ou mais partes sendo, na realidade, “uma interação, uma troca de ideias e de significados em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas, (...) tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento” (GASKELL, 2002: p.73).

Charmaz (2009,p.53) sugere que o inquérito que seja caracterizado por aspectos mobilizados por esta investigação, sendo eles: a pré-entrevista com a realização e sondagens anteriores baseadas na literatura, documentos oficiais e entrevistas anteriores dos próprios entrevistados a fim de se confrontar possíveis alterações de perspectivas acerca de mesmo tema; ajustes na mobilização da linguagem a depender do perfil sociodemográfico da pessoa entrevistada, evitando-se termos estritamente acadêmicos, estrangeirismos e neologismos, considerando a viabilidade se valer de uma linguagem mais coloquial em alguns casos a fim de aproximar o vínculo entre as partes; cumprir os ritos de implementação da entrevista, a exemplo de iniciá-la a partir da apresentação da biografia do pesquisador, dos objetivos da pesquisa e de perguntas do tipo “há algo que gostaria de me perguntar antes de começarmos?”, preferindo-se iniciar por perguntas amplas seguidas de perguntas específicas, e posicionamento previamente a pessoa entrevistada com o rito de encerramento do tipo "caminhando para conclusão, algo mais a acrescentar?”, além dos agradecimentos; e, por fim, de dimensão ética ao

prezar pelo bem-estar das pessoas entrevistadas como aspecto mais prioritário do que a potencial obtenção de dados tidos vantajosos ou inéditos.

2.2) Gênero e estrutura das entrevistas: características de controle interacional na produção de dados qualitativos a partir de Charmaz e Fairclough

Este tópico está dedicado à discussão das dinâmicas de interação entre pessoas entrevistadas e sujeito pesquisador enquanto participantes da atividade de pesquisa e de um texto dela advinda, no caso o conteúdo das entrevistas. Em "Discurso e Mudança Social", Norman Fairclough argumenta que as mudanças nas práticas sociais geram mudanças no plano da linguagem e, por consequência, na forma, na finalidade e na difusão do que se pretende comunicar, os chamados "textos", aqui compreendidos enquanto resultado do registro formal de certas interações sociais e que pretendem captar, sobretudo, como tais conteúdos falados, escritos e/ou iconográficos representam indicadores subjetivos de padrões de mudança social - passada, em curso ou pretendida (FAIRCLOUGH, 2001).

No caso desta investigação, os textos coconstruídos se deram através de questionários semiestruturados temáticos e temporais em que o modo de estilo do conteúdo, inicialmente conversacional via captação dos áudios, foi posteriormente transcrito e passível de interpretação e abdução. O modo retórico expositivo alternou entre a formalidade do inquérito semiestruturado e certos momentos de informalidade da linguagem mobilizada, sempre quando de iniciativa da pessoa entrevistada, aspectos que serão alvo de maior atenção no decorrer desta seção metodológica. Estas são algumas características através das quais são definidas o "gênero" de um texto produzido, o que sugere que o tipo e o estilo de atividade sobre a qual se depreende a produção de certo conteúdo perpassa uma "estrutura composicional particular" (FAIRCLOUGH, 2001:p.162) atravessada pela interação circunstancial entre partícipes, bem como atividades de descrição e análise empreendidas pelo sujeito pesquisador entrevistador.

Segundo este autor, o gênero de um texto produzido perpassa alguns aspectos fundamentais, observados na passagem que segue:

Eu vou usar o termo 'gênero' para um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovada, como a conversa informal, comprar produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico. Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos (FAIRCLOUGH, 2001: p.161).

O gênero de uma entrevista é definido, fundamentalmente, por turnos de conversação particulares à sua realização, no caso a natureza e a finalidade do diálogo: tratou-se de conversação espontânea ou intencional? Qual tema capturou o evento? Ambos sujeitos tinham a mesma oportunidade de iniciar os turnos de diálogo ou até mesmo de encerrar a interação? São perguntas norteadoras centrais à obra de Fairclough que aqui se pretende bastante esmiuçar. Por se tratar de entrevistas com finalidade estritamente acadêmica, cabe destacar que foram produzidas, transcritas, registradas, revisadas e analisadas à luz de um conjunto de agires epistemológicos das Ciências Sociais, o que as enquadram sob uma lógica de saber que, eventualmente, perpassa um *status* assimétrico entre partícipes, sujeito pesquisador entrevistador e pessoas entrevistadas, respectivamente.

Neste caso, a assimetria reside no fato de que discursos particulares, da "rua e do cotidiano" parafraseando Norman, acabam transformados em tese acadêmica a partir de métodos de investigação nem sempre dominados teoricamente pelos sujeitos partícipes e alvos da investigação. Assim, pessoas entrevistadas podem prestar informações sobre aspectos as quais não sabem inicialmente estarem sendo analisadas quanto à sua trajetória, participação ou opinião pessoal em relação a dado tema social.

Fairclough enfatiza sobre a importância de se reconhecer que o *ethos* de ambos sujeitos envolvidos é ambivalente e isso pode tornar a interação fragmentada e pouco ordenada, com vozes que se interrompem mutuamente, considerando que a implementação de um inquérito semiestruturado requer da

pessoa pesquisadora entrevistadora relativo controle da fala do sujeito entrevistado para melhor gestão do tempo e conseqüente cumprimento do inquérito (ao menos de boa parte dele), haja vista os imprevistos e improvisos que uma metodologia como esta requer quando estendida a público sociodemograficamente diverso. Aqui emerge nova pergunta norteadora de uma Análise Crítica de Discurso voltada ao estudo da mudança social: que lutas e conflitos simbólicos existem entre as vozes partícipes nesta interação e coconstrução conversacional?

Pode o sujeito pesquisador anunciar o intento do exercício de uma "forma colaborativa" de interação e registro do texto junto às pessoas participantes, a pretensa neutralidade imaginada, que a seu despeito não se anulam as assimetrias inerentes ao conteúdo coproduzido, sendo mais adequado emergir a discussão sobre os efeitos indesejados e adversos do controle dos turnos conversacionais e da agenda de temas a serem discutidos, sendo que no cumprimento do inquérito houve inerente assimetria sobre a organização básica da interação, visto que o entrevistador definiu a marcação do início e reinício de cada ciclo ao aceitar ou interromper a fala da pessoa entrevistada. Sobre este aspecto, consultemos Fairclough (2001, p.192) na seguinte passagem:

As convenções de controle interacional de um gênero corporificam exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes. A investigação do controle interacional é, portanto, um meio de explicar a realização e a negociação concretas das relações sociais na prática social.

Outro ponto marcante da assimetria aqui discutida é o fato de que as pessoas entrevistadas nem sempre possuem a oportunidade de formular perguntas ao sujeito entrevistador que versem sobre o tema investigado. No que tange a este esforço teórico, as escassas perguntas realizadas procuraram inferir sobre a trajetória acadêmica e pessoal do sujeito pesquisador, sobre os objetivos e intenções pessoais e acadêmicas deste no estudo do tema e, por fim, sobre o estilo e o tempo de duração das entrevistas, consagrando simbolicamente o sujeito pesquisador como "quem pergunta" e a si próprias, pessoas objeto das entrevistas, como "quem respondem voluntariamente",

sendo o aceite e conseqüente participação na entrevista atravessadas pela "aceitação implícita" (FAIRCLOUGH, 2001: p.178) do fato de que os sujeitos pesquisadores controlam o gênero e o estilo de coprodução dos textos, uma coconstrução propositadamente desuniforme³².

Os ciclos de interação conversacional se deram de duas formas: pergunta do sujeito entrevistador, resposta do sujeito entrevistado, aceitação do pesquisador acerca do conteúdo da resposta e, por fim, nova pergunta do sujeito entrevistador sucessivamente, observando-se que a alternância entre turnos considerou exclusivamente a prévia aceitação do sujeito entrevistador com o conteúdo ali coproduzido, partindo em seguida para outra pergunta a fim de abordar o mesmo fato ou diverso, em linha com os objetivos da investigação e perfil de engajamento de cada sujeito entrevistado junto ao tema objeto. Em relação ao segundo ciclo, vê-se ainda maior intervenção do sujeito pesquisador: pergunta do entrevistador, resposta do sujeito entrevistado, identificada tergiversação ou fuga do tema entrevistador interrompe a resposta em curso e reelabora a pergunta anterior e, caso não haja resposta em linha com a questão proposta, passa uma próxima questão.

Sobre estas assimetrias de poder na coconstrução de textos, Norman Fairclough argumentou que:

(...) Como os marcadores explícitos se tornam menos evidentes, os marcadores encobertos de assimetria de poder tornam-se mais sutis em vez de desaparecerem. Por exemplo, se uma pessoa é

³² Anunciar formalmente a coconstrução teórica propositadamente assimétrica dos dados primários desta investigação quanto a oportunidade de definir o início e fim dos turnos conversacionais, bem como quanto à definição do tema, temporalidade e sujeitos objeto das entrevistas é prescrição metodológica uníssona entre a Teoria Fundamentada em Dados Construtivista, de Charmaz (2009), e a Análise De Discurso Textualmente Orientada (ADTO), de Fairclough (2001). Ambos oferecem uma gama de opções e soluções metodológicas a seu público interessado, ressaltando uma condição em comum: em substituição à somente descrever uma preocupação com a "neutralidade", polissêmica e subjetiva que é sua aceção e aplicação prática na rotina científica, há um senso de dever da pessoa pesquisadora em explicitar as condições de suas escolhas metodológicas a fim de se cumprir com o princípio da "replicação" do método. Assim, são vários os fatores de influência que atravessaram este esforço teórico: os conceitos sensibilizadores das teorias norteadoras do Campo das Políticas Públicas, os resultados de investigações teóricas anteriores empreendidas por este pesquisador, as impressões subjetivas sobre o objeto e, por fim, a assimetria na definição dos turnos conversacionais que deram origem à uma coconstrução desuniforme dos dados primários, opção intencional e pragmática deste pesquisador entrevistador à coleta dos dados primários aqui apresentados e discutidos.

regularmente a única que formula ou resume o que se disse numa interação (e constantemente oferece sua versão do que ocorreu), isso é um tipo mais sutil de assimetria do que se a pessoa for a única permitida a falar sem ter sido convidada a fazê-lo. (...) No entanto, ainda é uma assimetria bastante poderosa e pode ser explorada para controlar a interação. Uma forma de interpretar esses casos é que a eliminação aparente de marcadores e assimetrias explícitas de poder e, de fato, apenas aparente, e que detentores de poder e 'sentinelas' de vários tipos estão simplesmente substituindo mecanismos explícitos de controle por mecanismos encobertos. Há certa verdade nisso, mas apenas meia-verdade: esse modo de democratização e algumas vezes apenas aparente, mas pode ser também substancial, e há luta sobre seu significado (FAIRCLOUGH, 2001: p.251).

A implementação de um inquérito semiestruturado foi escolha intencional do sujeito pesquisador no sentido de se privilegiar a obtenção de informações mais objetivas sobre os fatos alvo da análise, no caso a intersecção entre momentos pontuais da trajetória de dado sujeito no apoio à expansão de uma cidadania LGBTQIA+, abdicando-se da busca por um estilo e gênero conversacional mais orgânico, espontâneo e "democrático", na acepção acima supracitada pelo autor, haja vista o risco de, possivelmente, tergiversar do tema e dos objetivos centrais desta investigação não apenas no estudo do desagendamento de uma cidadania LGBTQIA+, mas também do genuíno intento de se empreender uma análise lastreada em técnicas das Ciências Sociais que pretendem, eventualmente, também dialogar e refinar teorias e métodos de uma Ciência sobre a Política.

Esta opção pragmática, inclusive, nunca contemplou a observação, registro e inferências causais acerca de maneirismos, vestimentas, expressões corporais e contexto linguístico (sotaques regionais, gírias de grupos sociais específicos, etc), aspectos alvo de intensa atenção da Análise Crítica de Discurso e da própria obra de Fairclough aqui bastante mobilizada. Conforme pontuam Shapiro (2002) e Grofman (1997), as técnicas devem se adequar aos objetivos pontuais da investigação, e não o contrário, no que definiram de "problema-dirigido" (*problem driven*), ocupando as primeiras o espaço que devem possuir: o de instrumento, e não de finalidade do trabalho acadêmico ou até mesmo marca de distinção acadêmica de uma área frente às demais. Assim,

optou-se em utilizar apenas parte da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), proposta por Norman.

Discutir a existência de assimetrias de poder inerentes à coprodução de textos que serviram de dados primários à investigações científicas, caso da superposição conversacional aqui problematizada, é tarefa pouco abonada por sujeitos pesquisadores, geralmente motivados por uma crença de que revelar os "bastidores" de sua construção teórica poderia ser suposto motivo para desacreditar seus dados e respectivas inferências (FAIRCLOUGH, 2001, CHARMAZ, 2009; MINAYO, 2012).

Na realidade, tem-se o oposto: com Charmaz (2009), viu-se a coconstrução de uma Teoria Fundamentada em Dados Construtivista perpassa, fundamental e obrigatoriamente, por trazer à baila vieses, limites e oportunidades dos marcos teóricos e metodológicos em construção, visto que o ausente registro de percalços e descobertas fruto da atividade científica dificultariam replicar tais teorias e métodos posteriormente. A autora supracitada defende a ideia de que a replicação metodológica se orientaria mais pelos relatos de experiência dos sujeitos pesquisadores com a dita técnica do que com a obra originária de certo método, visto que é tão somente na implementação de uma rotina científica que se poderia mensurar a operabilidade, alcances e limites de dada metodologia.

Até aqui se viu que a distribuição e tomada de turnos conversacionais definem o gênero de dada interação conversacional, sobretudo sua forma, oportunidade de participação e intervenção (início, mudança de tema, controle do tempo, encerramento) sendo, no caso desta investigação, marcados por uma assimetria na oportunidade de intervenção da interação, aqui justificada pela necessidade de objetividade e assertividade advindas de um esforço teórico caracterizado pela centralização dos turnos por parte do sujeito entrevistador que elaborou previamente as questões implementadas através do inquérito semiestruturado e, no decorrer de sua implementação, julgou se as informações prestadas acerca de dada pergunta eram relevantes ao estudo do tema

proposto, permitindo que o sujeito entrevistado o desenvolvesse por mais tempo, cenário em que a pessoa entrevistada tomou o turno quando lhe permitido pelo sujeito entrevistador, ainda que não tivesse a oportunidade de ofertá-los igualmente, o que sugere uma interação marcada por uma relação de superposição: apenas uma das partes deteve a autonomia de interromper uma fala em curso. Sobre este ponto, cabe consultar Norman na seguinte passagem:

O par adjacente pergunta-resposta é central para muitos tipos de trocas. Em alguns gêneros, encontram-se sequências de trocas pergunta-resposta que constituem estruturas de níveis mais altos, que podemos chamar 'transações' ou 'episódios'. Isso ocorre em sala de aula, na qual partes das aulas podem ser constituídas como sequências de pergunta-resposta sobre tópicos específicos, normalmente com o professor abrindo e fechando a transação; também se aplica, mas de modo diferente, ao interrogatório jurídico, no qual o advogado pode usar tais sequências para formar um caso contra uma testemunha. A natureza do sistema de trocas é relevante não só para a tomada de turnos, mas também para o tipo de coisas que as pessoas podem dizer (FAIRCLOUGH, 2001: p.194).

Quanto ao chamado “sistema de trocas” da produção de um gênero textual pretendido, no caso os dados primários obtidos com as entrevistas, viu-se que o sujeito entrevistador deteve maior parte do controle dos turnos, exceto quando a pessoa entrevistada se recusou a responder dada pergunta, o que exigiu que o primeiro reiniciasse o ciclo de interação com a próxima questão, visto que se optou previamente em não reelaborar a mesma pergunta de forma improvisada a fim de cumprir uma dimensão ética defendida por Charmaz (2009) e reiterada por Minayo (2012): respeitar a autodeterminação da pessoa entrevistada no sentido da construção de um “ambiente amigável” e possibilitando a coconstrução de um texto com menor incidência de assimetrias de poder que se inegavelmente existem, aqui pretenderam ser publicizadas e mitigadas quanto ao sujeito entrevistador abdicar do papel de “interrogador”, o que posicionaria a pessoa entrevistada ao mero papel social de “objeto de pesquisa”.

À título de reiterar o argumento comum entre Charmaz (2009) e Fairclough (2001) de que as entrevistas estão fortemente impactadas por complexas dinâmicas de poder em que nem sempre o sujeito pesquisador

deterá controle do processo de interação conversacional, cabe destacar a circunstância particular em que se deu a realização de uma das dezesseis entrevistas: na data de realização do encontro, um certo partido político discutia internamente e divulgava na mídia sobre a possibilidade de lançar um candidato a presidência da República nas eleições de 2022, um ex-apresentador de televisão com perfil ideológico de centro-direita, ação esta posteriormente descartada. Nesta ocasião, sujeitos alheios à dinâmica interacional “sujeito entrevistador e pessoa entrevistada” interferiram reiteradamente no conteúdo conversacional, possivelmente a partir de uma subjetiva compreensão de que parte das opiniões emitidas pela pessoa entrevistada potencialmente gerariam futura controvérsia e respectivos óbices aos então pretensos, e não concretizados, intentos partidários do período, conforme se observou na atípica dinâmica abaixo descrita:

Diário de Bordo 00X/20YY³³

(...) Três assessores acompanharam presencialmente a realização da entrevista que seguia em aparente tom de naturalidade, até que um deles – que estava sentado ao meu lado – chegou a interromper sucessivas vezes para emitir opiniões próprias que ora reiteravam, ora refutavam a narrativa do entrevistado principal, enquanto um dos dois sentados mais ao fundo do escritório gravava o áudio com telefone próprio. Ao final da entrevista, o assessor “interventor” solicitou, formalmente e mais de uma vez – no ato da realização da entrevista e posteriormente por e-mail – que o pesquisador cedesse cópia da versão do áudio original por ele coletado, o que foi acatado. Após tais intervenções externas à dinâmica até então coconstruída entre sujeito entrevistador e pessoa entrevistada, esta última se mostrou tendente à forte tergiversação das perguntas propostas, ainda que não tenha se recusado formalmente a responder sobre nenhuma delas. Notava-se, também, a uma certa resistência da pessoa entrevistada à intervenção do pesquisador no sentido de retomar o objetivo inicial da entrevista e da pergunta em si, visto que algumas respostas superaram os trinta minutos sobre uma questão específica, tendo esta entrevista a duração exata de três horas e doze minutos em áudio coletado que se, por um lado, esgotou as perguntas do inquérito, por outro, algumas destas respostas pouco ou nada dialogavam com o tema, sujeitos participantes e/ou contexto da pergunta inicialmente proposta.

³³ O número e o ano do referido diário de bordo foram suprimidos por aspecto ético a fim de se evitar a possível identificação da pessoa entrevistada. Para a autora da TFDC, “os memorandos podem permanecer privados e não partilhados. (...) Você escreve memorandos para interpretar os dados, não para comunicá-los a um público” (CHARMAZ, 2009:p.118). Uma opção metodológica mobilizada por este trabalho foi a de não codificar os diários de bordo e os memorandos de codificação, deixando de integrá-los aos dados primários coletados a fim de que estes últimos fossem o exclusivo conteúdo norteador da teorização aqui proposta.

Deter o controle dos turnos de fala por parte de uma das partes não anula a preocupação e conseqüente tentativa de coconstrução textual em que ambos partícipes se sintam confortáveis na interação textual. Evitar a insistência em perguntas e temas percebidos como “desconfortáveis” fez parte deste esforço ético. Se por um lado, reelaborar uma questão anteriormente evitada eventualmente pudesse proporcionar a captação de dados tidos inéditos a este trabalho, por outro fazê-lo de forma improvisada no decorrer das entrevistas poderia incorrer no custo de se prolongar uma situação de desconforto, daí a preocupação de se arregimentar a interação apenas através do inquérito semiestruturado. Tem-se uma vantagem deste gênero e estilo textual quando comparado à alternativas tidas orgânicas ou, na acepção de Fairclough, “democráticas”.

Entretanto, nem sempre pausas ou silêncios entre os turnos são indicadores de desconforto com o tema e/ou a respectiva pergunta. Para Fairclough (2001), hesitações nas respostas, com pausas frequentes entre frases, podem advir também de perguntas complexas sobre fatos e memórias não recentes ou sobre acontecimentos sobre os quais o entrevistado não havia refletido individualmente ou sido requerido antes em dinâmica conversacional de igual teor e finalidade. Assim, coube ao sujeito pesquisador deduzir subjetivamente sobre estes casos particulares. Destaca-se também que a ausência de pausas representou possível indicador de pressa por motivo exterior à comunicação, como o interesse de que a pergunta ou a interação terminasse o quanto antes, por exemplo.

Quanto à seleção e mudança dos tópicos da interação conversacional, outro aspecto objeto da atenção de Fairclough em sua Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), tem-se aqui mais uma característica do inquérito semiestruturado implementado: o poder do sujeito entrevistador de definir e policiar a agenda de temas e respectivas circunstâncias. Tal aspecto do controle interacional, conforme discutido, determinou a estrutura da conversação quanto à abertura e o fechamento dos ciclos a partir da priorização da ordem

dos tópicos, quanto tempo se abordou cada tema, contexto, instituição, política pública ou participação de certo sujeito ou grupo social em um fato específico, restando à cargo do sujeito entrevistador policiar a agenda da conversação avaliando o conteúdo do enunciado do sujeito no decorrer da coprodução textual, inclusive unilateralmente interrompendo, quando entendesse necessário, a interação conversacional com a pessoa entrevistada para conseguir informação explícita ou mais específica (datas, locais, nomes de outros sujeitos partícipes de dado fato, palavras-chave, remediar situações de fuga do tema ou intencional tergiversação, etc), conforme se observa na seguinte passagem:

Em tais interações, (...) os tópicos serão introduzidos e mudados apenas pelo(a) participante dominante, frequentemente de acordo com uma agenda ou rotina preestabelecida, que pode ou não ser explícita no discurso (FAIRCLOUGH, 2001: p.196 - grifo meu).

Apesar de Fairclough (2001) pontuar que interações conversacionais assimétricas estariam caracterizadas por somente o denominado "participante dominante" deter capacidade de alterar os tópicos, caso de uma consulta médica em que a pessoa operadora da Medicina ou área correlata definiria os cursos possíveis do diálogo desenvolvido³⁴, nesta investigação se fez uma adaptação metodológica: questões alvo da atenção do sujeito entrevistador foram aprofundadas ou alteradas pela pessoa entrevistada quando esta última

³⁴ Impreterível refletir sobre como este tópico do controle conversacional se relaciona com a obra "História da Sexualidade I: a vontade do saber", de Michel Foucault (1988). Neste livro, Michel reflete sobre a chamada "ciência sobre a sexualidade", ou *scientia sexualis*, entendida esta como uma técnica de poder-saber em que a secular confissão religiosa cristã foi incorporada à outras duas instituições sociais: o equipamento de saúde (hospital e manicômio) e equipamentos do Poder Judiciário (delegacia de polícia, tribunais do Júri, etc), todas no sentido de patrocinarem a heterossexualidade e a cisgneridade enquanto exclusiva legitimidade de expressão sexual e de gênero no espaço público, relegando à marginalização, à perseguição e ao extermínio outras manifestações não heterossexuais-cisgêneras. Padres, médicos e juizes, respectivamente, detiveram e detém o status simbólico e institucional de quem "faz as perguntas" e de quem pouco provavelmente "é perguntado", assim concentrando suficiente poder assimétrico do turnos e agenda de temas das interações conversacionais na busca da contenção de toda diferença tida como socialmente indesejada. As técnicas de confissão religiosa se sofisticaram e alcançaram outras instituições sociais, impelindo pacientes de serviços de saúde a confessarem práticas individuais nos atendimentos clínicos, bem como cidadãos e cidadãos confessarem atos da vida civil em interrogatórios de diversificada natureza junto aos Tribunais e órgãos competentes.

convenceu o primeiro da relação entre o tema objeto da pergunta e outro fato não abordado inicialmente e, assim, suficientemente convencido da pertinência da informação, não interrompeu o turno, garantindo tempo mais amplo para aprofundamento da questão. Dois perfis de perguntas se destacaram no inquérito implementado:

- a) afirmação ou negação de uma proposição realizada pelo sujeito entrevistador (sim ou não);
- b) perguntas que envolvem temporalidade, causalidade e possibilidade (como, quando, onde, quem, por quê, quais consequências, como poderia ter sido).

Ainda que seja perceptível a maior faculdade do sujeito entrevistador em restringir ou ampliar o foco sobre determinada parte do turno conversacional, visto que é ele quem deteve o poder de agenda preestabelecida de temas de interesse sobre o texto em coconstrução, as intenções com as quais se lastreiam a interrupção ou não de um turno conversacional nem sempre foram nítidas ao sujeito entrevistado. Assim sendo, tem-se um sujeito entrevistador que controlava os assuntos versados a partir de perguntas relativamente fechadas e previamente motivadas, ainda que não tenha controle sobre o conteúdo das respostas. Porém, se a pessoa entrevistada mudar o tópico de uma pergunta anteriormente realizada, ainda sim o teria feito a partir da concessão do sujeito entrevistador que detém o controle sobre esta mudança na interação conversacional.

2.3) A construção de um *corpus analítico*: seleção da amostra e pesquisa de campo

O código linguístico mobilizado por esta tese foi exclusivamente oral, no caso o áudio coletado a partir das entrevistas, construído a partir de uma comunicação dual³⁵ entre sujeito pesquisador entrevistador e as respectivas

³⁵ A exceção à esta estratégia metodológica de “comunicação dual” se deu na implementação de uma entrevista em que a pessoa entrevistada principal foi, em oito oportunidades, interrompida por um sujeito terceiro, a despeito das intervenções (sim, no plural) do pesquisador no sentido de se retomar a proposta original da entrevista. Nas quinze demais, cumpriu-se o anteriormente negociado entre as partes.

peessoas entrevistadas previamente mapeadas e posteriormente ouvidas. Este desenho de pesquisa alcança somente a investigação das variáveis linguísticas – palavras, frases, figuras de linguagem – e paralinguísticas – ritmo de entoação, pausas, autocontradição e reelaboração de argumento inicialmente exposto – como unidades de análise produtoras de mensagens e de informação, não sendo o objetivo deste empreendimento teórico a adoção de uma estratégia de pesquisa que contemplasse os chamados códigos “semióticos não verbais”, como as posturas, gestos e manifestações emocionais outras, visto que o único material produzido e analisado são os áudios e as transcrições deles advindos.

O método adotado foi a pesquisa bibliográfica e de campo a partir de entrevistas presenciais semiestruturadas, amostra reduzida e não probabilística contemplando dezesseis pessoas entrevistadas, realizadas em espaços públicos ou privados de escolha exclusiva destas e destes partícipes, sendo que a captação do áudio se deu através de smartphone marca Samsung, modelo J7 Prime e transcrição literal do conteúdo armazenado em arquivo do tipo .MP3, utilizando-se o programa computacional gratuito *VLC Player* para reprodução do áudio e o *Microsoft Word* para transcrição do material e leitura exploratória.

A obtenção destes dados primários se deu a partir da formulação de perguntas gerais e específicas (Anexo I). As entrevistas semiestruturadas ofereceram a oportunidade de se inferir sobre uma amplitude de variáveis sociais sem deixar de se atentar à dimensão individual da pessoa emissora da mensagem. Neste caso, a solução encontrada foi elaborar um conjunto de perguntas respondidas por todas a fim de permitir uma comparabilidade de respostas, associada a um segundo bloco de perguntas particulares à experiência e trajetória pessoal e profissional de cada sujeito, dada a existência de diferenças em relação à temporalidade e à territorialidade em que se deu a relação deste com o objeto, além da operância de outras variáveis sociodemográficas que não as de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Preocupou-se com uma relativa flexibilidade de implementação do inquérito, não necessariamente seguindo a ordem preestabelecida pelo sujeito

pesquisador entrevistador a fim de que houvesse menor intervenção possível na construção temporal e espacial individualizada dos fatos narrados, respeitando o linçamento entre tema, período e interpretações individuais de partícipes, bem como conter impressões subjetivas e a condução do tema sob uma interpretação contextual em detrimento de outras possíveis por parte do sujeito pesquisador. Se um mesmo tema foi narrado de forma periódica e temporal por um grupo de pessoas entrevistadas e de forma desagregada contextualmente por outro grupo, no “ir e vir” entre momentos históricos diferentes, estas características foram preservadas na coleta dos dados primários e estes foram temporalmente agregados na posterior codificação em subcódigos como “governos militares”, “governos FHC”, “governos Lula”, “governos Dilma”, “governo Temer”, conforme se verá no decorrer deste capítulo.

Considerando que os dados primários obtidos foram fruto de uma coconstrução emergente entre sujeito pesquisador entrevistador e pessoas partícipes ativistas e aliadas, a opção deste estudo foi pela adoção de uma estratégia de correspondência mínima entre as partes no desenvolver dos turnos conversacionais de captação de dados primários. Quando inquirido sobre perguntas como “sobre o tema X e/ou elaboração da narrativa Y, você não acha o mesmo, entrevistador?”, “qual é a sua opinião sobre isso?” ou “você concorda comigo ou não?”, a escolha epistemológica deste sujeito pesquisador foi de reportar à pessoa partícipe sobre a impossibilidade de emitir opinião pessoal sobre a questão e a sua respectiva coconstrução conversacional, evitando-se, inclusive, expressões faciais e gesticulações que indicassem aprovação ou reprovação ao conteúdo veiculado a fim de conter a super representação de interpretações alinhadas às do sujeito pesquisador e, como isso, garantir diversidade de inferências sobre os mesmos fenômenos sociais e respectivos contextos. Conforme já discutido anteriormente, deter o controle dos turnos conversacionais e da agenda de temas discutidos já resultou assimetria de influência suficiente em relação aos dados primários produzidos, o que fez este sujeito pesquisador entrevistador evitar outros possíveis vieses.

Ainda que prezar por uma diversidade sociodemográfica, biográfica, territorial e de posições acerca da cidadania LGBTQIA+ fosse objetivo inicial deste pesquisador, o mesmo não se observou quanto ao perfil das pessoas entrevistadas que aceitaram o convite de, voluntariamente, participarem deste estudo: 37,5% de mulheres, 62,5% de homens; 18,7% negros e 81,7% brancos; 50% heterossexuais-cisgêneros e 50% são autointitulados LGBTQIA+, destes: 75% são gays, 12,5% lésbica e 12,5% travesti. Mais do que ouvir apenas os sujeitos interessados, priorizou-se a escuta de aliados, na mesma proporção, a fim de que outras interpretações, inclusive não contempladas na literatura vigente, pudessem ser objeto de análise.

A seguir, apresenta-se uma biografia das pessoas entrevistadas.

Tabela 1. Relação de pessoas entrevistadas³⁶

Pessoa entrevistada	Biografia	Cidade e data de realização
Iara Bernardi	Ex-deputada federal e vereadora da cidade de Sorocaba pelo Partido dos Trabalhadores (PT), proponente do Projeto de Lei nº5003/2001, matéria que deu origem ao PLC nº122/2006 no Senado Federal e coordenadora da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual e de Gênero na 52ª Legislatura.	Sorocaba, 13 de dezembro de 2017.
Antônio “Toni” Reis	Ex-presidente e ex-secretário de educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (ABGLT), presidente do Grupo Dignidade e diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI.	Curitiba, 19 de dezembro de 2017.
Julian Rodrigues	Ex-assessor do então deputado federal Eustáquio Luciano Zica (PT/SP), foi secretário-executivo da Comissão Temática de Cidadania LGBT no “Programa de Governo Lula 2006”, ex-coordenador municipal LGBT da cidade de São Paulo,	São Paulo, 12 de janeiro de 2018.

³⁶ Na dissertação intitulada “Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: estudo de caso sobre uma omissão legislativa”, o recorte metodológico privilegiou a escuta de participantes das políticas favoráveis às demandas de LGBTs. Naquela circunstância, as entrevistas foram conduzidas a partir do chamado efeito da “bola de neve” (*snowball effect*), visto que os primeiros entrevistados acabaram recomendando e intermediando a realização deste trabalho de campo com outros participantes envolvidos no tema, o que efetivamente facilitou a captação destes dados primários, aspecto que se repetiu, também, na coleta destas informações do doutorado. A importância de apontar tais fundamentos deriva da existência de um *continuum* analítico, metodológico e de agenda de pesquisa individual deste pesquisador entre o trabalho anterior de 2018 e este de 2023.

	coordenador nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), ativista do Grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) e do Setorial LGBT do Partido dos Trabalhadores.	
Paulo Iotti	Doutor, mestre e bacharel em Direito, autor intelectual do Mandado de Injunção nº 4733/2012 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº26/2013 que pretenderam judicializar a responsabilidade pela criminalização da violência às pessoas LGBTQIA+. É um dos autores intelectuais do “Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero” junto à jurista e ex-magistrada, Maria Berenice Dias, e compõe o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS).	São Paulo, 15 de janeiro de 2018.
Fátima Cleide	Ex-senadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT/RO) e por duas vezes relatora do PLC nº122/2006 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDHLP) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) entre 2007 e 2010.	São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.
José Genoíno	Deputado constituinte, ex-ministro nas gestões de Lula da Silva, autor da emenda sobre a inclusão da não-discriminação por orientação sexual no artigo quinto da Constituição Federal de 1988 e de projetos de lei em favor da comunidade de LGBTs.	São Paulo, 26 de julho de 2019.
Antônio Carlos Egypto	Educador, psicólogo, diretor-presidente do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), entidade pioneira na implementação de uma política de educação sexual no governo municipal de Luíza Erundina, sob a gestão do ex-secretário de educação Paulo Freire, retomado sob a gestão da ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.	São Paulo, 09 de agosto de 2019.
Symmy Larrat	Travesti, implantadora e coordenadora do Programa Transcidadania na cidade de São Paulo sob a gestão de Fernando Haddad, ex-coordenadora geral de Promoção de Direitos LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República na gestão Dilma Rousseff, conselheira de Assistência Social do estado da Bahia e presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (ABGLT).	Salvador, 21 de agosto de 2019.
Roberto Freire	Deputado constituinte, deputado federal entre 1983 e 2017, ex-ministro da Cultura no governo Michel Temer. Defensor da inclusão da não-discriminação por orientação sexual no artigo quinto da Constituição Federal de 1988, presidente do Partido Cidadania, proponente da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº26/2013 que requereu do Superior Tribunal Federal enquadrar a violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero na lei antirracismo.	Brasília, 22 de agosto de 2019.
Eliseu de Oliveira Neto	Assessor legislativo do Senado federal, compõe o setorial Diversidade 23 do partido Cidadania. Articulador da proposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº26/2013 que requereu do Superior Tribunal Federal enquadrar	Brasília, 22 de agosto de 2019 e

	a violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero na lei antirracismo.	online, via <i>Skype</i> , 02 de outubro de 2020 ³⁷ .
Andrey Lemos	Conselheiro nacional do Sistema Único de Saúde, ativista pelas causas da comunidade negra e presidente da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (UNALGBT).	Brasília, 22 de agosto de 2019.
Beto de Jesus	Ex-presidente e ativista da ABGLT, ativista do Grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), participe do lançamento do Programa Brasil sem Homofobia e integrante da <i>AIDS Health Foundation</i> (AHF).	São Paulo, 05 de setembro de 2019.
Laura Carneiro	Ex-assessora parlamentar do então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ocupou o cargo de deputada federal entre 1995 e 2007 e entre 2015 e 2019, ex-vereadora da cidade do Rio de Janeiro e ex-secretária da Assistência Social e de Projetos Especiais da cidade do Rio de Janeiro. Autora de projetos de lei, projetos de decreto legislativos, relatorias e votos à parte em favor de LGBTQIA+.	Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019.
Yone Lindgren	Ativista participe do histórico grupo carioca Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, integrante da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (UNALGBT).	Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019.
Celso Ricardo Monteiro	Babalorixá do <i>Ilê Asé Igbín</i> de Ouro da Sociedade <i>Ketu</i> de Culto à Orixá, fundador do Grupo de Valorização do Trabalho em Rede, coordenador da Comissão Municipal de AIDS do Conselho Municipal de Saúde de SP e da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, membro do Grupo de Trabalho “População Negra e AIDS” do Comitê Técnico de Saúde da População Negra da Secretaria da Saúde do estado de São Paulo (RENAFRO).	São Paulo, 24 de setembro de 2019.
Margarita Díaz	Presidenta da OnG REPROLATINA, entidade responsável pela pesquisa qualitativa que deu origem à elaboração do material impresso e audiovisual que compunha o Programa Escola sem Homofobia, iniciativa da ABGLT e entidades parceiras, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Campinas, 02 de outubro de 2019.

Elaboração própria.

³⁷ Entrevista realizada virtualmente haja vista as restrições advindas da necessidade de isolamento social vivenciados durante o alerta sanitário da pandemia do COVID-19.

2.4) Sobre a não homogeneidade dos inquéritos de pesquisa implementados

As cinco primeiras entrevistas, realizadas entre 2017 e 2018, foram originalmente destinadas a estudo de caso específico, ainda que tenham contemplado também perguntas de pesquisa sobre temas mais gerais, sendo as onze demais, implementadas entre 2019 e 2020, realizadas sob objetivos de pesquisa mais abrangentes, repetindo este último algumas perguntas do inquérito implementado anteriormente.

Entre os elementos em comum entre os inquéritos, destaca-se a temporalidade, no caso o período que compreende entre a redemocratização brasileira, de 1985, e o final do governo do ex-presidente Michel Temer, em 2018; o objeto de pesquisa, sendo as intersecções e rupturas entre as agendas políticas dos movimentos LGBTQIA+ e a agenda governamental brasileira; a escuta, apenas, de sujeitos favoráveis à cidadania destes grupos sociais, sendo de Howard Becker (1988) e sua respectiva “Sociologia sobre o Desvio” a justificativa de escolha de se privilegiar a escuta dos sujeitos tidos “rotulados”; e, por fim, o fato de que o universo dos dados primários coletados desde 2017 foi submetido às mesmas etapas e técnicas de análise: coleta, transcrição, codificação, investigação e abdução a partir do aplicativo computacional MAXQDA.

As perguntas em comum entre o inquérito de 2017 e 2018, orientado à construção da dissertação de mestrado, e o de 2019 e 2020, empenhado à subsidiar esta tese de doutoramento, versaram sobre as questões específicas (perguntas na íntegra podem ser consultadas no Anexo I):

- 1) a formação das agendas políticas dos movimentos LGBTQIA+ com identificação primária de prioridades, definição de problema público e solução a ele atribuída;
- 2) a negociação dos temas de interesse com sujeitos aliados em locais favoráveis de discussão de políticas para LGBTQIA+ (*venue shopping*), como gabinetes parlamentares, grupos de trabalho ministeriais,

organizações transnacionais de Direitos Humanos (ONU) e Conferências internacionais temáticas (Cairo, Pequim, Santiago, Durban e Yogyakarta, respectiva e especialmente);

- 3) a formação de entidades profissionais, a exemplo de Organizações Não Governamentais e comunidades epistêmicas, e de associações temáticas locais e nacionais como o CORSA, a ABGLT e a Aliança Nacional LGBTI;
- 4) o desenho e redesenho de formas particulares de participação política e ações de visibilidade, como as Paradas do Orgulho;
- 5) as tensões intramovimentos sociais fruto da atuação de diversas coalizões de defesa em disputa da atenção e recursos do ente público através da formação da agenda governamental multiníveis (federal, estadual e municipal);
- 6) a identificação de atrizes, atores e entidades, bem como o mapeamento de estratégias cursos de ação de grupos sociais favoráveis (parlamentares e gestores de ONGs) à ampliação da cidadania LGBTQIA+ brasileira;
- 7) a identificação de atrizes, atores e entidades, bem como o mapeamento de estratégias cursos de ação de grupos sociais opositores (parlamentares e organizações da sociedade civil) à ampliação da cidadania LGBTQIA+ brasileira;
- 8) o efeito das alianças eleitorais e da composição governamental dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff com grupos sociais opositores à ampliação da cidadania LGBTQIA+ brasileira;
- 9) a institucionalização e conseqüente desinstitucionalização das políticas públicas LGBTQIA+ através da participação e do controle social (Conselhos e Conferências) considerando a precariedade orçamentária destas pontuais iniciativas pregressas;
- 10) as ações reiteradamente distópicas entre Executivo, Legislativo e Judiciário na alavancagem de direitos civis e sociais às pessoas LGBTQIA+: atos infralegais e portarias ministeriais do Executivo, omissão

inconstitucional do parlamento acerca da agenda em geral e ascendente judicialização dessas demandas como estratégia principal de garantir o cumprimento de uma cidadania integral.

Entre os elementos que diferenciam o primeiro do segundo inquérito, cabe pontuar que aquele implementado em 2017 e 2018, e apresentado sob a forma de uma dissertação de mestrado, estava focalizado a compreender a trajetória de um tema específico das agendas dos movimentos sociais LGBTQIA+, e não em sua completude, destacando a violência motivada em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero não heterossexual-cisgênera contra estas cidadãs e cidadãos como problema público de responsabilidade governamental e as consequentes soluções em disputa atribuídas a ele, bem como as deliberações políticas (ou a ausência dela em alguns casos) acerca desta reivindicação.

Ainda que a temporalidade objeto das investigações seja a mesma, o contexto em que as entrevistas foram realizadas se alterou bruscamente, sobretudo porque os cinco diálogos coletados para o primeiro inquérito se deram durante o governo Michel Temer (dezembro de 2017 a fevereiro de 2018), ao passo em que as onze seguintes foram coletadas no decorrer do governo Jair Bolsonaro e do drama sanitário mundial vivenciado pela emergência da pandemia do COVID-19 (julho de 2019 a outubro de 2020). Concorde-se com Fairclough (2001, p 277-278) que a seleção de uma amostra de discursos coletados com vistas a analisar processos de mudança social e política enfrentam um complicador: sujeitos pesquisadores dependem do estudo de um ampliada temporalidade através da qual se deu a alteração de certas correlações de força políticas, de interesses sociais e outras dinâmicas de expansão e contração do conflito em dada sociedade:

Trata-se, em parte, de um problema prático de saber-se o que é útil, e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar amostras para um corpus. (...) Há problemas particulares em coletar um corpus de dados

que dá acesso a processos de mudança, porque, obviamente, é preciso tentar incorporar períodos de tempo razoáveis nos dados. (...) Uma forma comum de ampliar-se o corpus é o uso de entrevistas. Pode-se entrevistar pessoas envolvidas como participantes em amostras do corpus, não somente para estimular suas interpretações sobre as amostras, mas também como uma oportunidade para o(a) pesquisador(a) experimentar problemas que vão além da amostra.

No caso em questão, a mudança do Executivo federal e Congresso Nacional empossados a partir de janeiro de 2019 e a consequente alteração das circunstâncias políticas e sociais são fundamentais de serem debatidas pelo fato de que as pessoas entrevistadas a partir de 2019, ainda que informadas anteriormente à realização das entrevistas de que a temporalidade da investigação se situava específica e exclusivamente entre os anos de 1985 e de 2018, por iniciativa própria e sem serem questionadas a respeito, fizeram afirmações frequentes sobre o ex-presidente da República eleito em 2018, a legislatura vigente no Congresso Nacional e a pandemia da COVID-19, o que, se por um lado, demandou maiores intervenções do pesquisador entrevistador no sentido de se retomar o objetivo inicial, por outro configura como oportunidade à realização de novas investigações que dêem continuidade a esta, haja vista que toda a base de dados primários foi alvo de transcrição e codificação, estando este material parcialmente finalizado para futuras análises sobre o governo findado (2019-2022) e as circunstâncias macropolíticas e macrossociológicas que o atravessaram.

2.5) A dimensão ética da pesquisa com seres humanos presente na TFDC

Sendo a TFDC uma estratégia de pesquisa qualitativa emergente das Ciências Biológicas, é de se supor que esteja enquadrada em critérios de Comitê de Ética de pesquisas com seres humanos, aspecto este decididamente alvo da atenção de Charmaz (2009), sobretudo pelo fato de que as áreas de investigação em que estão a autora – no caso as Ciências da Saúde como “campo” e a Enfermagem, como “subcampo” – estabelecem como contrapartida ao desenvolvimento da pesquisa científica a prévia submissão e aprovação do

inquérito ao Comitê de Ética da instituição universitária, trâmite de submissão e construção acadêmicas sobre os quais esta pesquisa, por pertencer ao campo das Ciências Sociais e ao subcampo da “Literatura de Políticas Públicas”, não foi submetida³⁸.

Uma mudança fundamental vivenciada entre os trabalhos da autora e esta investigação é a desobrigação de pesquisas das Ciências Sociais submeterem o inquérito de entrevistas à avaliação e acreditação externas do Comitê de Ética universitário, mesmo que assim desejarem. Resumidamente, o “agir ético” é, tal qual o termo de onde deriva, polissêmico, passível de diferentes interpretações. Parece bastante factível a este pesquisador que a possibilidade de submissão voluntária de um inquérito das Sociais ao Comitê supracitado ensejada no futuro como rito formal da rotina científica do supracitado campo científico. Identificar precocemente uma pergunta “problemática” antes de sua implementação, corrigindo-a ou a suprimindo, pode ser considerada uma estratégia de saturação teórica? Se existe a possibilidade de uma coconstrução teórica isenta de dados enviesados advindos de uma “pergunta eticamente problemática”, é de todo crível considerar a possibilidade de tal revisão externa por pares.

A TFDC enfatiza a necessidade de preservar a dignidade humana da pessoa entrevistada, devendo o sujeito pesquisador e entrevistador confrontar ideias, posições no decorrer da trajetória, análises de contexto e de aspectos secundários sem, no entanto, desqualificar a participação e as contribuições do sujeito ao fenômeno investigado. No momento anterior à entrevista, ratificou-se que qualquer pergunta poderia deixar de ser respondida sem necessidade de prévia ou posterior justificção, prezando pela implementação de um inquérito não obrigatório ou não condicionado a qualquer outro fator, ainda que semiestruturado. Todas as pessoas entrevistadas se dispuseram a responder à totalidade das perguntas realizadas, não havendo recusas a este respeito.

³⁸ Em 2018, este sujeito pesquisador foi dispensado pelo PPG-POL da necessidade de submeter o inquérito desta pesquisa para apreciação e acreditação externas, a exemplo da Plataforma Brasil, do governo federal.

Se os temas versarem sobre aspectos tidos “delicados” à trajetória da pessoa entrevistada, a TFDC recomenda ao sujeito entrevistador finalizar a entrevista de forma que o sujeito não se sinta posteriormente desamparado ao final da interação. Decerto, é bastante improvável que o sujeito pesquisador saiba previamente quais assuntos e/ou recordações possam gerar "gatilhos psicológicos" em sua pessoa entrevistada. Considerando que o grupo social aqui estudado vivencia um contexto intergeracional de subcidadania, haja vista o histórico inaccessível aos mais diferentes tipos de direitos, é de se imaginar que a investigação ao redor de sujeitos que ocupam posições social e economicamente desprivilegiadas requeira ainda mais atenção ao gênero e ao rito da pretendida interação conversacional. Para tanto, adotou-se duas estratégias de redução de danos: anunciar na etapa da pré-entrevista a desobrigação da pessoa entrevistada de responder às questões do inquérito tidas como incômodas, e a mudança de turno e de agenda de discussão quando a pessoa entrevistada se demonstrou visivelmente desconfortável.

Algumas perguntas sobre esta etapa ficam em aberto: a replicação contínua de entrevistas não reduz os seres humanos a meros objetos de pesquisa? Se não, o custo de oportunidade da replicação é acessível contanto tempo, orçamento e disponibilidade do pesquisador e das pessoas entrevistadas? Nem sempre é possível construir relações estáveis de reciprocidade ou generosa compatibilidade de agenda entre sujeito pesquisador e pessoa entrevistada. No caso da efetiva replicação das entrevistas, demandaria necessária reavaliação do inquérito pelo Comitê de Ética para a implementação destas novas rodadas? Parecem questões menos centrais, mas que apontam para o fato de que as técnicas etnográficas biomédicas de experimentação através de dados qualitativos nem sempre são passíveis de replicação exata pelas Ciências Sociais.

2.6) Pressupostos fundantes da codificação qualitativa: interpretação, abdução e credibilidade da amostragem teórica

A codificação qualitativa é uma técnica que possibilita atribuir códigos subjetivos a determinados segmentos extraídos de um corpo textual, o que permite à pessoa pesquisadora identificar significados tácitos em comum aos trechos agrupados, ou seja, símbolos implícitos ao que se fala em certas interações conversacionais. Trata-se de um empreendimento de análise do tipo Indutivo em que relações causais, conceitos e categorias são construídas e identificadas a partir de efeitos presentes texto coletado, transcrito e codificado, ainda que não exclua a possibilidade de dedução científica, visto que estas relações causais, conceitos e categorias mapeadas são atreladas à relações preexistentes e contrapostas ao conteúdo objeto de análise. Para Charmaz (2009, p.69):

Codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados. Os seus códigos revelam a forma como você seleciona, separa e classifica os dados para iniciar uma interpretação analítica sobre eles.

A Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC) procura correlacionar como falas e ações possuem significados a certo tema e/ou grupo social interessado. Sua autora dedicou boa parte da Teoria em traçar sugestões que evitassem a construção de estudos exclusivamente descritivos, a exemplo da importância de elaboração de um sistema próprio de codificação qualitativa de dados primários. Para Charmaz (2009), um dos problemas mais comuns em processos de codificação é apenas situar fragmentos de corpos textuais em tópicos temáticos, negligenciando a codificação de ações e processos que melhor subsidiariam inferências posteriores. Igual atenção destinou em recomendar que a pessoa pesquisadora evitasse privilegiar questões pessoais e/ou disciplinares ao campo científico a que pertence no decorrer da coleta, codificação e posterior análise dos dados, o que não interdita a mobilização de literatura norteadora anterior.

A TFD clássica e sua variante construtivista mais recente propõem em comum a construção de um sistema de codificação circunstancial aos objetivos da investigação em curso e, logo, não predeterminado por livro de códigos anteriormente elaborado. Não há na TFDC proibição de uso de livro de códigos pré elaborado, desde que a pessoa pesquisadora faça as calibrações teóricas devidas para melhor uso destes critérios no que se pretende estudar, evitando tanto quanto puder o chamado “forçamento de dados” (CHARMAZ, 2009) ou o impasse do “método dirigido” (GROFMAN, 1997; SHAPIRO, 2002), escolhas metodológicas que, erroneamente, elevam à técnica ao *status* de finalidade de pesquisa e não de instrumento, ou fazem com que dados emergentes e coproduzidos se ajustem à uma estrutura de pensamento e interpretação construída a entender outros processos sociais.

Para Charmaz (2009, p.72-73) a construção de códigos próprios a partir dos dados obtidos em detrimento de uso de um livro de códigos anteriormente elaborado para outros propósitos e lastreado em um conjunto de dados alheios à investigação em curso é recomendação que melhor procura se ajustar às questões emergentes e particulares de um estudo em construção, o que justifica o fato de que para a Teoria é acessória a preocupação de se replicar, generalizar e comparar certo livro de códigos preestabelecidos:

A lógica da codificação da teoria fundamentada diferencia-se da lógica quantitativa que aplica categorias ou códigos *preconcebidos* aos dados. Nós *criamos* os nossos códigos ao definirmos aquilo que observamos nos dados. Os códigos surgem à medida que você faz uma análise minuciosa dos seus dados e define significados dentro dele. Por meio dessa codificação ativa, você interage com os seus dados, repetidamente, questionando-os de diferentes maneiras. Consequentemente, a codificação pode levá-lo a áreas imprevistas e a novas questões de pesquisa. A linguagem desempenha um papel crucial em relação ao que e à como codificamos. Na verdade, o mundo empírico não aparece para nós em um estado natural e isolado da experiência humana. Pelo contrário, nós conhecemos o mundo empírico por meio da linguagem e das atitudes que tomamos diante dele. Nesse sentido, nenhum pesquisador é neutro, pois a linguagem confere forma e significado às realidades observadas. O uso específico da linguagem reflete as opiniões e os valores (grifo da autora).

As considerações da autora sobre a etapa metodológica possuem menos finalidade de representar um pacote de atos normativos a serem

obrigatoriamente cumpridos³⁹ e mais de prestar recomendações gerais sobre a pesquisa qualitativa baseada em entrevistas intensivas seguidas de codificação aberta e focalizada destes dados primários, bem como interpretação e abdução das informações emergentes em uma teorização proposta, sendo que cada investigação deve se ajustar à uma série de dimensões acadêmicas e extra-acadêmicas que atravessam a atividade científica: o envolvimento anterior (ou ausência dele) da pessoa pesquisadora com o tema estudado; o momento socioeconômico no qual se desenvolve a pesquisa; considerar que o Campo Científico e respectivas *doxas* sedimentadas a que faz parte o sujeito pesquisador entrevistador e seu objeto podem influenciar os resultados; o idioma sobre o qual se arrola certa análise científica, etc.

Codificar os dados como ações que derivam de processos sociais, para além de agrupá-los em temas gerais, é objetivo fundante das Teorias Fundamentadas em Dados clássica e construtivista e, por isso, os livros de códigos nem sempre são generalizáveis para estas técnicas. Na TFDC, a codificação é o esqueleto da análise posterior pois integra as especificidades dos dados primários obtidos ao marco teórico anterior, incentivando o estudo dos processos sociais através da construção e mobilização de “*códigos in vivo*” (CHARMAZ, 2009:p.84) que permitam a edição e o ajuste do conteúdo dos textos a partir de critérios de relevância que levam em conta mais o conteúdo obtido e inerente aos dados do que o interesse da pessoa pesquisadora em certo tema de pesquisa.

Característica marcante das TFDs é a de observar que o papel social exercido pelo sujeito pesquisador se situa muito além de suposto “analista neutro” de certa realidade que se objetiva investigar. Este tópico, para além de ser problematizado na construção e implementação do inquérito da entrevista

³⁹ Para Charmaz (2009, p.24), mais do que um conjunto de compulsórias prescrições, a TFDC pode ser compreendida como um “conjunto de princípios e diretrizes [metodológicas] flexíveis” a ser ajustado caso a caso, extrapolando o campo científico da Saúde de onde inicialmente adveio, intersectorialidade observada nos estudos sociológicos de Strauss e a operacionalização que este fizeste da Teoria Fundamentada clássica desde os anos 1960, tópico discutido inicialmente neste segundo capítulo.

intensiva, atravessa todo o empreendimento científico, a exemplo da etapa de codificação qualitativa. Apesar da imputação de técnica “anedótica” (FAIRCLOUGH, 2001) ou “subjetiva” frequentemente associada aos estudos construtivistas em diversas áreas do conhecimento (FISHER, 2003; BARCELLOS, 2012; MINAYO, 2012), não se pode rejeitar o fato de que estes melhor têm se dedicado à refutar um paradigma de pretensa neutralidade científica ao publicizar os critérios da opção por um desenho de pesquisa em detrimento de outras possibilidades. No mesmo sentido, ainda sobre a influência da pessoa pesquisadora na atividade de codificação, Metelski et al, 2021 (p.6) argumenta que:

O objetivo da codificação do processo é reduzir a tendência de projetar uma interpretação muito cedo no processo de análise. Além disso, é muito fácil para os pesquisadores, como seres humanos, projetar significado ‘sobre’ um participante por meio de um código aplicado a dados sem atenção cuidadosa ao participante, um ator, que se envolve com o mundo no contexto de sua própria experiência vivida.

Comum às Teorias Fundamentadas de primeira e de segunda geração aqui discutidas é a primazia por uma atividade de codificação em etapas, sendo a primeira do tipo “aberta” a fim de observar as lacunas dos dados coletados, bem como categorizá-los em macrocódigos temáticos e não apriorísticos (CAMPOS, 2004; MINAYO, 2012); e a segunda, nomeada de “focalizada”, em que os macrocódigos anteriores são refinados em códigos e subcódigos mais específicos no sentido de identificar processos e ações sociais, propondo o chamado “paradigma da codificação qualitativa”, no caso a sistematização dos dados por intermédio das correlações entre categorias e subcategorias a partir de certos pressupostos como condições causais, fenômenos sociais particulares, atípicas do contexto e mapeamento de estratégias de ação, interação e consequência nas relações humanas (STRAUSS, CORBIN, 1998; GASQUE, 2007) conforme se observa em:

Pela realização cautelosa da codificação, você começa a tecer dois dos principais fios do tecido da teoria fundamentada: os enunciados teóricos passíveis de generalização que transcendem épocas e lugares específicos e as análises contextuais das ações e dos eventos. A codificação na teoria fundamentada compreende pelo menos duas fases principais: 1) uma fase inicial que envolve a denominação de cada palavra, linha ou segmento de dado, seguida por 2) uma fase

focalizada e seletiva que utiliza os códigos iniciais mais significativos ou frequentes para classificar, sintetizar, integrar e organizar grandes quantidades de dados (CHARMAZ, 2009:p.72).

A codificação focalizada⁴⁰ sintetiza e explica segmentos maiores de dados, refinando os macrocódigos iniciais ao identificar significados e questões implícitas a eles como correlação entre eventos, temporalidade precisa em que se desenvolveu certa situação investigada, entre outros fatores. Nesta etapa, os códigos deixam de ser simplesmente léxicos para caracterizarem categorias, ou seja, ações correlatas que condensam e combinam dados com a interpretação do sujeito pesquisador, o chamado “empreendimento da coprodução teórica”. Assim sendo, busca refinar a etapa inicial de codificação a partir da inclusão dos subcódigos com vistas a especificar representações e fatos particulares a um macrocódigo. Esta fase de codificação secundária amplia a capacidade analítica de ideias emergentes ao prover uma “teoria fundamentada desajeitada” (CHARMAZ, 2009:p.94) em que os códigos estão dispostos à construção de uma história causal coerente e, por vezes, inédita ao objeto estudado, conforme observado passagem que segue:

Segundo Strauss e Corbin (1998, p. 125-128), a codificação axial resolve questões como ‘*quando, onde, por que, quem, como e com que consequências*’. (...) Ao empenharem-se na codificação axial, Strauss e Corbin aplicam um conjunto de termos científicos para tornar visíveis as conexões entre as categorias. Eles agrupam os enunciados dos participantes como elementos componentes de um esquema de organização para responder às suas questões mencionadas acima. Nesse esquema de organização, Strauss e Corbin incluem: 1) *condições*, as circunstâncias ou situações as quais determinam a estrutura dos fenômenos estudados; 2) *ações/interações*, a rotina dos participantes ou suas respostas estratégicas a questões, eventos ou problemas, e, 3) *consequências*, efeitos das ações/interações Strauss e Corbin utilizam as condições para responder às questões do tipo por que, onde, como e quando. As ações/interações solucionam perguntas do tipo por quem e como. Por sua vez, as consequências respondem às perguntas que questionam o que ocorre por causa dessas ações/interações (CHARMAZ, 2009: p.91 – grifos da autora).

Mais do que categorias em si, a codificação qualitativa pretende identificar correlações entre diferentes interações conversacionais – com o mesmo partícipe ou um conjunto deles – sobre certo tema alvo da atenção

⁴⁰ A TFD clássica nomeia esta fase de “codificação axial”.

científica, sendo os códigos coconstruídos na relação tripartite entre sujeito pesquisador e suas respectivas teorias norteadoras, pessoa entrevistada e o teor dos dados primários coletados. Recordemo-nos que Charmaz (2009) compreende as rodadas de entrevista intensiva como um processo contínuo e emergente de interação conversacional em que a ida à campo para coleta do material é apenas uma das etapas formais da rotina científica, afinal, a pessoa pesquisadora segue em contínua interação com os sujeitos entrevistados ao analisar posteriormente as suas falas, sendo a construção do livro de códigos uma ação em que a pessoa pesquisadora reimagina a cena da entrevista ao mobilizar e interpretar os dados antes coletados.

Os códigos alocados à agrupar certo conjunto de dados podem ser provisórios, visto que passíveis de exclusão ou reorganização a depender dos temas, ações e processos que mais ocupem a centralidade das falas objeto do estudo, sendo que a capacidade que o código possui de capturar os significados e as ações definirá sua relevância na análise: se pouco centrais forem as informações, este pode ser mantido de forma secundária, escolha mobilizada por esta investigação, visto que todo o conteúdo coletado foi codificado em vez de focar apenas nos temas iniciais de interesse da pessoa pesquisadora, até mesmo questões pouco frequentes nas interações conversacionais. Na busca por construir códigos *in vivo*, ou seja, identificados com ações e processos sociais, Kathy Charmaz recomenda que:

Se os seus códigos definirem outra perspectiva de um processo, ação ou crença, distinta daquela sustentada pelo(s) seu(s) participante, observe isso. As suas ideias e observações fazem toda a diferença. Não as deixe de lado, mesmo que elas não reflitam os dados. Elas podem estar baseadas em ações e significados ocultos que ainda não tenham vindo à tona completamente. Essas intuições constituem outro conjunto de ideias a ser verificado. O nosso trabalho é elaborar uma compreensão analítica do material, a qual pode contrapor entendimentos aos quais já estamos plenamente acostumados. O que você observa em seus dados depende, em parte, das suas perspectivas anteriores. Antes de admitir as suas perspectivas como uma verdade, tente vê-las como a representação de uma perspectiva entre muitas (CHARMAZ, 2009:p.82).

A Teoria Fundamentada em Dados Construtivista pressupõe um “método comparativo constante” na construção de uma teorização coproduzida, indutiva

e emergente que, a partir dos dados coletados, cria e testa categorias provisórias de interpretação sobre dada realidade social. Tais categorias interpretativas, provisórias que são à análise em curso, carecem de ser testadas com outras rodadas de entrevistas intensivas, afinal, a teorização se desenvolve concomitantemente à coleta de dados, técnica definida por Charmaz (2009, p.142-143) como “amostragem teórica” (AT).

Os enunciados e respectivos eventos são codificados em busca de refinar categorias anteriores a fim de explorar tensões e ambiguidades do material empírico, a exemplo de ideias ou posicionamentos divergentes sobre um mesmo acontecimento e/ou processo social. A amostragem teórica é permeada por uma lógica indutiva através da coleta de dados, primeira etapa de codificação, coleta de novos dados para testar e ampliar a codificação anterior para permitir o “ir e vir” entre dados e análise, sendo uma técnica que varia de acordo com o perfil do estudo (revisão de documentos, entrevistas semiestruturadas, observações participantes, etc).

Enquanto instrumento de abdução dos dados, a AT preconizada pela TFDC foca na identificação de determinadas ações, experiências, eventos ou entendimentos no lugar de focar os indivíduos *per se*. Não apenas os dados, mas o marco teórico emergente é testado ao limite, o que justifica a modelagem entre modelos teóricos como elemento para viabilizar maior abrangência de dados a serem analisados: mais explicações, mais variáveis e mais inferências causais.

Conforme discutido inicialmente neste capítulo, as Teorias Fundamentadas não se objetivam a testar hipóteses previamente deduzidas, lastro metodológico de investigações tidas como “positivistas” (FAIRCLOUGH, 2001; FISHER, 2003). Por outro lado, o fato de ser construída sob uma forma indutiva não anula a possibilidade de investigações como esta comprovar ou refutar impressões iniciais da pessoa pesquisadora ou de ideias-força em circulação na bibliografia revisada (MINAYO, 2012; METELSKI, et al, 2019). O método abduativo procura olhar sobre uma experiência, elaborar conjecturas a

seu respeito, bem como testar estas conjecturas em novos dados mais focalizados que subsidiarão a emergência de teorias fundamentadas (CHARMAZ, 2009).

Cabe pontuar que o esforço científico da teorização coproduzida e emergente é finito quanto a seus objetivos iniciais e recursos materiais e imateriais a que a pessoa pesquisadora têm acesso. Assim sendo, como saber o momento adequado de interromper as entrevistas intensivas e respectivas imersões nos dados? Para Charmaz (2009), quando as categorias estiverem saturadas com grande volume de dados e/ou quando os dados não despertam mais *insights* do pesquisador para cumprir o que a investigação se propõe podem indicar períodos de saturação, ou suficiência, teórica⁴¹. Este entendimento reforça o fato de que a construção da pesquisa qualitativa não é linear, o que justifica flexibilidade quanto ao cumprimento do método, visto que “a TFD não tem um compromisso, mas sim uma expectativa da busca por uma teoria fundamentada nos dados empíricos” (MEDEIROS et. al.,2019:p.107).

A comparação entre uma teoria emergente e a literatura sedimentada sobre dado tema de interesse científico está atravessada por critérios de indução e abdução circunstanciais que devem ser publicizados para, primeiramente, agregar certo grau de credibilidade à análise ao permitir a discussão e possível replicação posterior da metodologia coconstruída, ainda que as Teorias Fundamentadas enfatizem a oportunidade de desenhos de pesquisa pensados “caso a caso” e desloquem para segundo plano a construção de uma técnica uniforme e generalizável.

A saturação de uma teorização emergente esbarra em certas perguntas de pesquisa: sobre a *originalidade* da análise, o sujeito pesquisador deve se questionar: quais avanços sua investigação trouxe ao estudo do tema?; sobre a

⁴¹ Charmaz (2009) é reticente neste tópico ao não reconhecer formalmente que nem todas as investigações dispõem do acesso aos mesmos recursos materiais e imateriais. Assim, não há estratégia única de esgotamento teórico possível, ela será fortemente influenciada pelo contexto em que a pesquisa se desenvolve: os recursos de financiamento a que se tem acesso (sobretudo no caso das entrevistas em que se pode demandar deslocamento físico), bem como os prazos de elaboração e conclusão da investigação são algumas entre tantas outras determinantes da possibilidade de “saturar” os dados e construir teorizações mais robustas.

ressonância teórica com a literatura norteadora, caberia questionar o seguinte: os resultados obtidos dialogam com a realidade dos participantes e a literatura preexistente?; e, por fim, sobre a *utilidade*, emerge o seguinte: o estudo cumpre uma finalidade social? Instiga novas investigações sobre o tema objeto da pesquisa? São questões a serem discutidas ao final de um estudo qualitativo Fundamentado em Dados.

2.7) Operação semiautomatizada do *MAXQDA Analytics*: codificação, recodificação e nuvem de palavras

Característica dos estudos científicos da atualidade é a possibilidade de fazer análises qualitativas com dados quantitativos, e vice-versa, o que tem pavimentado sólidas elaborações metodológicas basilares às emergentes análises multimétodo (KAEFER et. al., 2015; KUCKARTZ, RADIKER, 2019), a exemplo da combinação entre a frequência de palavras e a análise de cluster como técnicas quantitativas; e a codificação de categorias, árvores de palavras, árvores de “nós”, memorandos de codificação e nuvens de palavras como métodos de interpretação e de abdução de dados qualitativos (DA SILVA et. al., 2015).

O ascendente uso de Softwares de Análise Qualitativa de Dados (do inglês *Computer Assisted Qualitative Data Analysis – CAQDAS*) ou Aplicativos de Análise de Dados Qualitativos (do inglês *Qualitative Data Analysis Software – QDAS*) (ALONSO et. al, 2021) aponta um agir epistemológico que – ao contrário da pesquisa qualitativa da segunda metade do século XX que estava permeada por análise manual através de material impresso – busca combinar modelos clássicos da Análise de Conteúdo e de Análise de Discurso à adoção de aplicativos computacionais que permitem a construção de uma base de dados, além da edição, codificação, combinação e validação dos dados obtidos por estas investigações. Tais *softwares* de análise dos dados qualitativos têm sido comumente utilizados em pesquisas das Ciências Humanas, segundo Alonso et al, 2021 (p.313):

A QDA pode ser aplicada em uma grande variedade de dados, a exemplo de transcrições de entrevistas e grupos de foco, fotografias, documentos, filmes e gravações de áudio e vídeo. Todos estes materiais podem ser analisados no MAXQDA, assim como na maioria dos softwares que apoiam as metodologias qualitativas. O MAXQDA funciona através da marcação de segmentos codificados, que são as partes codificadas do texto, às quais podem ser atribuídos rótulos ou cores distintas, facilitando a sua visualização no contexto da pesquisa. Após a codificação dos dados e as posteriores revisões para alinhamento das informações, procede-se à sua interpretação e análise.

Ainda que certos estudos advoguem pelo uso de softwares em pesquisa qualitativa por conta do rigor metodológico (consistência, transparência e validação) e da assertividade (flexibilidade, velocidade e suporte técnico) para trabalhar com grandes volumes de dados (MINAYO, 2012; BRAGA, et. al., 2019; OLIVEIRA, 2019; ALONSO et. al, 2021), poucos ressaltaram a importância de detalhar e publicizar a execução particular do aplicativo computacional para além da apresentação dos resultados individuais da investigação (DA SILVA et. al., 2015; KAEFER et. al., 2015; LIMA, MANINI, 2016).

Os softwares – instrumentos aleatórios entre um universo de possibilidades de técnicas de investigação – não podem ser reduzidos ou igualados ao *status* de “metodologia da pesquisa” *per se*, pois carecem de teorias norteadoras e perguntas gerais de pesquisa que o precedam e direcionem o seu uso dentro de objetivos e finalidades empíricas especificadas (CHARMAZ, 2009), evitando-se falsas expectativas sobre o alcance e os resultados que estes aplicativos possam proporcionar (KAEFER et. al., 2015); além de ausente discussão sobre o custo de oportunidade de aquisição e do tempo de aprendizagem com os aplicativos computacionais, que podem variar consideravelmente a depender do software escolhido (ALONSO et al, 2021).

Em relação às atividades automatizadas de codificação, parte expressiva da literatura sobre os softwares de CAQDAs⁴² apontam que estas análises são, na realidade, *semiautomatizadas*: por mais que os aplicativos garantam maior

⁴² Entre os softwares de pesquisa qualitativa mais difundidos e testados pela literatura metodológica aqui apresentada, destaca-se o NVIVO (DA SILVA et. al, 2015; KAEFER et. al, 2015; LIMA, MANINI, 2016), o MAXQDA (BRAGA et. al., 2019; OLIVEIRA, 2019; KUCKARTZ, RADIKER, 2019; ALONSO et. al., 2021) e o *Atlas.TI* (NUNES et. al, 2017).

rapidez, precisão e validação na organização e/ou tratamento dos dados, é fundamental que estejam atrelados aos objetivos, aos métodos e à checagem do sujeito pesquisador e/ou respectiva equipe (CHARMAZ, 2009; GRIMMER, STEWART, 2013; NUNES et. al, 2017; BRAGA et. al, 2019; OLIVEIRA, 2019; ALONSO et. al, 2021), que fica a cargo de desempenhar a maior parte do trabalho intelectual desenvolvido, sendo esta uma limitação objetiva da utilização destes aplicativos computacionais (DA SILVA et. al., 2015; LIMA, MANINI, 2016), conforme observado na seguinte passagem de Lima e Manini (2016, p.78-79):

Os softwares são instrumentos de apoio ao processo de análise, porém não fazem a análise pelo(s) pesquisador (es). Essa é uma tarefa meramente intelectual, abstrata e complexa que nenhum QDAS, pelo menos até o momento, é capaz de realizar. (...) Um aspecto digno de nota é que o software não é o método ou a metodologia. Essa é outra confusão muito comum. Apesar de alguns softwares terem sido concebidos pensando em um pressuposto teórico ou em uma abordagem metodológica, (...) é importante que o pesquisador tenha clareza dos pressupostos teóricos e metodológicos de sua pesquisa e como esses podem (e se podem) ser executados no software de escolha.

Ao testar a função de transcrição automática de áudio no software NVivo, Lima e Manini (2016) relataram que o aplicativo apresenta erros de semântica e desconexão entre a fala e a degravação, além de seu uso ser pouco intuitivo e demandar elevado tempo na correção do texto, aspecto também ressaltado por Nunes et al (2017, p.237) ao defenderem que “a codificação manual é capaz de detectar sutilezas da fala que o *software* não identifica”. Inicialmente, este pesquisador realizou o mesmo teste no aplicativo *MAXQDA Analytics Pro 12.3* e, ao se deparar com as mesmas dificuldades, optou por realizar a transcrição e conferência manuais do conteúdo das entrevistas, anexando os arquivos separadamente em formato Word (.docx do Microsoft Office 2010) na plataforma para as atividades de codificação e posterior interpretação.

Considerando estes testes, priorizou-se por uma utilização semiautomatizada do supracitado QDA com a transcrição e codificação manuais do material coletado, resguardando-se a linguagem e o conteúdo da comunicação original, sendo que a única intervenção do pesquisador se deu na

etapa da transcrição com a correção de erros gramaticais e semânticos, intervenção pontual sempre situada entre colchetes para se distinguir do conteúdo conversacional originalmente coletado.

A recente difusão de tais técnicas automatizadas e semiautomatizadas em estudos das Ciências Humanas e Ciências Biológicas têm facilitado a organização temática e respectivas inferências acerca de desenhos de pesquisa voltados a coletar e analisar um grande volume de dados. Estes softwares têm apresentado desempenho satisfatório quando a unidade de análise é estritamente textual (CAVALCANTI et al, 2014; LIMA, MANINI, 2016; NUNES et al, 2017; ALONSO, et. al, 2021), caso desta investigação que é lastreada por coleta e tratamento de dados advindos de entrevistas semiestruturadas.

Baseando-se em experiências de uso dos QDAs para pesquisas qualitativas, Nunes et. al (2017) propuseram seis estratégias de codificação, sendo elas: a leitura exploratória dos textos (*estratégia um*), desenvolvimento de um esquema de codificação usando ferramentas de frequência de palavras com as categorias de análise sendo extraídas dos dados (*estratégia dois*) e pesquisa de texto e autocodificação (*estratégia três*), codificação envolvendo indexação versus redução de dados (*estratégia quatro*), verificação de códigos observando a consistência e a omissão (*estratégia cinco*) e busca por semelhanças ou diferenças (*estratégia seis*).

Para esta investigação foram mobilizadas quatro das seis estratégias anteriormente descritas, sendo elas: *estratégia um* com a transcrição e duas rodadas de leitura do material, umas por entrevistado e uma por pergunta, respectivamente; a *estratégia dois* a partir da codificação manual com auxílio de ferramenta computacional a fim de incluir respostas inteiras ou fragmentos, a depender de como o conteúdo se relacionava com o código previamente construído; a *estratégia quatro* que contou com a elaboração de dezenove nuvens de palavras, sendo dezesseis individuais para cada entrevista, uma considerando apenas pessoas ativistas entrevistadas, uma considerando apenas parlamentares aliadas e aliados e uma considerando o universo do

material coletado e, por fim, a *estratégia cinco* com a releitura dos segmentos atribuídos a cada código para mensurar casos de inconsistência e de omissão.

Aqui se prezou pela construção de um conjunto de códigos próprios no decorrer da leitura do material coletado e de suas relações com as teorias norteadoras e com a pergunta geral da pesquisa em vez de codificar a partir de um livro de códigos preexistente, o que indica a mobilização de um método do tipo exploratório, indutivo e interpretativo sobre o qual há precedente na literatura das Ciências Humanas (MOREIRA, 2007), inclusive com a utilização do aplicativo *MAXQDA* (NUNES, et al, 2017), conforme se observa na seguinte passagem:

Essa codificação não é executada de forma autônoma pelo software, mas dependente da indicação do pesquisador. Assim, embora o processo de análise seja mecanicamente facilitado e acelerado pelos pacotes de software, a codificação é resultado do raciocínio e da versatilidade do pesquisador. E, considerando que durante o processo de análise o pesquisador passa a ter uma visão mais geral sobre os dados, esses softwares permitem a revisão dos códigos, combinando-os ou dividindo-os (NUNES, et. al., 2017: p.235-236).

Entre as vantagens e desvantagens elencadas pelas autoras acima referenciadas, destaca-se, respectivamente, que a capacidade de estocagem e manipulação de alto volume de informações viabiliza a construção de bases de dados permanentes e de códigos que podem ser replicados em outras investigações. O uso dos aplicativos torna o processo metodológico mais explícito, o que facilita a publicização das etapas de tratamento e análise, reforça a validade de pesquisa e viabiliza a comunicação entre pessoas pesquisadoras, ainda que seu custo de aquisição possa ser elevado em alguns casos, sem contar o extenso tempo de aprendizagem com a plataforma, além de que uma excessiva automatização da análise pode sobressair à atividade de interpretação destas informações (NUNES et. al, 2017).

Lima e Manini (2016, p.90) destacam a possibilidade de elaboração dos chamados “mapas mentais” – a exemplo de diagramas, organogramas, nuvem de palavras, etc. – que permitam a organização das ideias ao redor de um conceito ou imagem, o que nomearam de “ferramentas de *brainstorming*” (LIMA,

MANINI, 2016: p.83), ou seja, técnicas de mapeamento dos conceitos-chave ou ideias-força para construir, refinar ou exaurir a validação e/ou conferência dos macrocódigos, códigos e/ou subcódigos, cumprindo-se com o princípio da exaustividade dos dados, a chamada “estratégia de saturação” nomeada por Charmaz (2009), para refinar interpretações e inferências. De acordo com mesmos autores supracitados:

São poucos os trabalhos que fazem a correlação entre o referencial teórico, o processo metodológico de análise de conteúdo qualitativo e o percurso empreendido. Se considerarmos a utilização dos softwares de apoio ao processo, essa correlação é ainda menor. (...) Existe uma tendência de o foco ser somente do uso dos softwares ou dos recursos, sem fazer a devida correlação com a teoria que fundamentam o processo (LIMA, MANINI, 2016: p.93).

Muitas análises pretensamente autodeclaradas qualitativas são, na realidade, análises não quantitativas, visto que o enfoque qualitativo também requer métodos transparentes, confiáveis e replicáveis; e nem sempre estas investigações reconhecem que a análise do fenômeno social em profundidade é mais prioritária do que o método de quantificação em si (CAVALCANTE et. al, 2014; SILVA et. al., 2015; LIMA,MANINI, 2016). A fim de se evitar tal efeito indesejável no cumprimento da etapa metodológica, cabe melhor discutir as nuances particulares da mobilização do aplicativo *MAXQDA Analytics Pro 12.3* para esta investigação a partir da apresentação do sistema de codificação aqui coproduzida.

Tabela 2 - Sistema de codificação qualitativa construído através do *MAXQDA Analytics Pro 12.3*.

SISTEMA DE CÓDIGOS (MAXQDA PRO 12.3)		Segmentos codificados	%
Total de segmentos codificados		2032	100
Agenda política dos movimentos LGBTQIA+		538	26,48
	Candidaturas LGBTQIA+ e a representação na política	16	
	Casamento civil igualitário e "Direito das Famílias"	50	
	Coordenadorias e Centros de Referência LGBTQIA+	8	

Cultura e LGBTQIA+	6	
Criminalização da violência	0	
Emenda à lei antirracismo: PL 5003/2001 e PLC 122/2006	94	
Emenda da não-discriminação à CF88	23	
PLs do "crime de ódio" e do "estupro de ódio"	7	
Direitos humanos e LGBT: SDH, CNCD, SEDH e PNDHs	20	
Educação e LGBTQIA+	0	
Educação integral para gênero e sexualidade	59	
Programa Escola sem Homofobia	29	
"Transcidadania", educação e empregabilidade trans	3	
Encontros, Conferências e Conselhos nacionais e locais	25	
Identidade de gênero: nome social e uso do banheiro	17	
Mercado "rosa"	10	
Organismos, Conferências e Tratados internacionais	27	
Paradas do orgulho, datas comemorativas e ações de visibilidade	31	
Programa Brasil sem Homofobia	29	
Saúde e LGBTQIA+	0	
Direito à doação de sangue	4	
Rede temática IST/HIV/AIDS	41	
Saúde integral para a pessoa travesti e transexual	8	
SUS e LGBTQIA+	19	
Segurança pública e LGBTQIA+	12	
Aliadas/os dos movimentos LGBTQIA+	241	11,86
Atrizes, atores políticos e entidades	0	
GTPOS	6	
Outras atrizes, atores políticos e entidades	42	
Reprolatina	3	
Definições dos/as aliadas/os sobre os movimentos LGBTQIA+	8	
Defesa dos direitos LGBTQIA+ no Legislativo por aliadas/os	0	
Estratégias e cursos de ação de aliados/as	25	
Frentes parlamentares e audiências públicas em Comissões	16	
Tensões entre aliados/as e movimentos LGBTQIA+	27	
Movimento de mulheres	0	
Agendas da mulher e LGBTQIA+: o papel das legisladoras	24	
Direitos sexuais e reprodutivos em geral	24	

Movimento negro	0	
Lei Caó como "antidiscriminatória geral" e o "racismo social"	41	
Luta antirracista e sua intersecção com LGBTQIA+	25	
Eleições e contraofensiva aos direitos LGBTQIA+	175	8,61
Aliança eleitoral do PT c/ opositores e consequências para LGBTQIA+	60	
AntiLGBTQIA+ como estratégia de alavancagem eleitoral	23	
Antipetismo, impeachment e a eleição presidencial de 2018	27	
Campanhas eleitorais e a defesa dos direitos LGBTQIA+	30	
"Empreendedores da moral": poder econômico e os "cultomícios"	35	
Governos e LGBTQIA+	350	17,22
Definições sobre o Estado brasileiro	0	
"Biopolítica" e "necropolítica"	18	
Estado de Direito: laicidade estatal e liberdade religiosa	13	
"Neoliberalismo" e a "busca pela igualdade" entre os diferentes	18	
Executivo, Legislativo e a cidadania LGBTQIA+	0	
Fernando H. Cardoso, 50ª e 51ª Legislaturas e os direitos LGBTQIA+	17	
Lula da Silva, 52ª e 53ª Legislaturas e os direitos LGBTQIA+	38	
Dilma Rousseff, 54ª e 55ª Legislaturas e os direitos LGBTQIA+	61	
Michel Temer, 55ª Legislatura e os direitos LGBTQIA+	29	
Jair Bolsonaro, 56ª Legislatura e os direitos LGBTQIA+	43	
Sustação de decisões do Executivo via PDCs parlamentares	9	
Governamentalização dos movimentos LGBTQIA+	15	
Legislativo, Judiciário e a cidadania LGBTQIA+	0	
Ativismo judicial e consequências à democracia representativa	14	
Contestação das decisões judiciais em favor de LGBTQIA+	6	
Omissão parlamentar e consequente judicialização da agenda LGBTQIA+	69	
Movimentos LGBTQIA+	369	18,16
Ação política dos movimentos LGBTQIA+	0	
Disputa de narrativas com opositores	14	
"Hay gobierno, dialoguemos" e o suprapartidarismo	27	
Incidência política/advocacy	24	
Onguização, profissionalização e comunidades epistêmicas	14	
Atrizes, atores políticos e entidades LGBTQIA+	0	

	ABGLT	32	
	ABL e LBL	7	
	Aliança Nacional LGBTI	27	
	ANTRA	5	
	UNALGBT	3	
	Memórias políticas dos movimentos LGBTQIA+	0	
	Ditadura, luta de classes e a resistência ao MHB	15	
	Identidade coletiva, representação sociodemográfica e as siglas	35	
	Pessoas LGBTQIA+ e a sociedade brasileira	18	
	Trajetórias pessoais do ativismo LGBTQIA+	11	
	Políticas LGBTQIA+	0	
	Diálogo intersetorial/interministerial para alavancar políticas	20	
	LGBTQIA+ como "empreendedores de políticas"	27	
	Política afirmativa/identitária ou estruturante/civilizatória?	19	
	Políticas LGBTQIA+ são de governo ou Estado?	16	
	Precariedade institucional e orçamentária das políticas LGBTQIA+	22	
	Tensões intramovimentos	0	
	Acesso a cargos, informações, emendas e visibilidade privilegiada	10	
	Disputas pela agenda do movimento social	12	
	Disputas por conta da preferência ideológica e partidária	11	
	Opositores aos movimentos LGBTQIA+	359	17,67
	Atrizes, atores políticos e entidades	34	
	Definições de LGBTQIA+ e aliadas/os sobre os opositores	72	
	Disuadir o governo da situação em apoiar políticas LGBTQIA+	41	
	Imagens de política pública antiLGBTQIA+	0	
	"Cura gay": patologização e encarceramento das identidades LGBTQIA+	17	
	"Escola sem Partido" e "homeschooling"	9	
	Estatuto da Família, Estatuto do Nascituro e o antiaborto	25	
	"Ideologia de gênero" e ofensiva antigênero na Educação	29	
	Intolerância religiosa com matrizes não judaico-cristãs	5	
	HIV como "câncer gay" e doação de "sangue gay"	11	
	"Kit gay" e a "mamadeira de piroca"	33	
	Liberdade de expressão, de crença e a "cristofobia"	28	
	"Privilégio gay" e a "heterofobia"	19	

Oposição à "solução da criminalização" como racismo social	0	
"Abolicionistas penais" anticriminalização da violência	21	
Estratégia do "apensamento seguido desapensamento" do PLC 122/2006	15	

Elaboração própria.

A codificação qualitativa foi iniciada a partir da construção de macrocategorias temáticas e, posteriormente, de códigos e de subcódigos não-apriorísticos a fim de garantir organicidade ao volume de dados coletados, sendo dezesseis entrevistas semiestruturadas com quatrocentas e noventa e duas páginas no total. Aos segmentos destacados se permitiu a codificação em uma ou mais macrocategorias, códigos e subcódigos, visto que partes do material coletado abordam, no mesmo parágrafo, diferentes temas o que, se por um lado, aumentou significativamente o número de segmentos codificados, por outro permitiu que os códigos e subcódigos temáticos contemplassem maior número de dados possíveis, o que facilitou a posterior interpretação do material. Desta forma, marcadores não-apriorísticos elencados pela frequência dos temas alvo da atenção dos entrevistados e pela intersecção entre temas abordados e as teorias do objeto e da literatura de Políticas Públicas embasadoras, obedecendo-se as recomendações de Campos (2004):

No caso da escolha pela categorização **não apriorística**, essas emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa (CAMPOS, 2004, p.614 – grifo do autor).

A primeira rodada codificação resultou em seis macrocategorias temáticas não-apriorísticas, sendo elas: “agendas políticas dos movimentos LGBTQIA+”, “aliadas/os dos movimentos LGBTQIA+”, “eleições e contraofensiva aos direitos LGBTQIA+”, “Estado, governo e LGBTQIA+”, “movimentos LGBTQIA+” e “opositores aos movimentos LGBTQIA+”. Estas categorias não possuem, em si, segmentos codificados e atribuídos, tendo sido elencadas com o intuito de distribuir os dados em análise conforme temas relevantes à literatura

revisada e aos objetivos da presente investigação, fase metodológica nomeada por Charmaz (2009) de “codificação aberta”. Haja vista a grande quantidade de dados primários, esta etapa teve por objetivo garantir certo grau de organicidade ao conteúdo, sem ainda situá-lo através do contexto, de ações e processos sociais, que foram executadas posteriormente.

A segunda rodada de codificação se situou em refinar as ditas seis macrocategorias, respeitando-se os critérios temáticos, a chamada “codificação focalizada” da TFDC, a fim de realizar um prévio mapeamento de ações e de processos e separando os trechos segmentados em categorias mais específicas. Dos segmentos atribuídos a macrocategoria “agendas políticas dos movimentos LGBTQIA+” foram submetidos a outra codificação que gerou quinze códigos; do macrocódigo “aliadas/os dos movimentos LGBTQIA+” foram gerados cinco códigos; do macrocódigo “eleições e contraofensiva aos direitos LGBTQIA+” se obteve cinco códigos; do macrocódigo “Estado, governo e LGBTQIA+” se extraiu quatro códigos; do macrocódigo “movimentos LGBTQIA+” foi retido cinco códigos; e do macrocódigo “opositores aos movimentos LGBTQIA+” se obteve cinco códigos.

Uma vez encerrada as etapas de codificação aberta e codificação focalizada, fez-se uma terceira rodada de codificações a fim de se elaborar um novo refinamento dos códigos anteriormente construídos, descrito pela autora da TFD construtivista como “estratégia da saturação” ou “estratégia de abdução” dos dados. Segundo Metelski et. al. (2021, p.6):

Com a abdução, o pesquisador vai e volta entre os dados e as possíveis interpretações dos dados, buscando chegar à explicação teórica mais plausível. Por meio desse processo, o pesquisador testa as hipóteses, confirmando ou não as ideias.

Com os macrocódigos e códigos consolidados, iniciou-se a comparação dos dados obtidos e previamente organizados com a literatura norteadora, no caso a de Políticas Públicas e a bibliografia sobre o objeto, agregando uma relativa carga de interpretação aos dados que, inclusive, proporcionou a principal reflexão deste trabalho: a intersecção entre o conteúdo conversacional

coletado, transcrito e inicialmente codificado sobre a trajetória percorrida de ascensão e queda de políticas de reconhecimento às comunidades LGBTQIA+ com o Modelo do Equilíbrio Pontuado, sobretudo através do conceito de “imagem de política pública” como instrumento revelador de cursos discursivos e de ação com vistas a que uma integral cidadania LGBTQIA+ permanecesse deslocada e não patrocinada da atenção governamental.

A saturação dos dados se deu através de três estratégias metodológicas: a construção dos subcódigos através da recodificação em terceira rodada de análise dos dados, e abdução do conceito emergente e coconstruído de “imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+” a partir da codificação da polidez e da modalização do discurso de pessoas ativistas e pessoas aliadas, bem como através de uma “nuvem de palavras” baseada nos segmentos alocados no macrocódigo “opositores aos movimentos LGBTQIA+”, código “imagens de política pública antiLGBTQIA+” e respectivos nove subcódigos sendo eles: “cura gay: patologização e encarceramento das identidades LGBTQIA+”, “Escola sem Partido e homeschooling”, “Estatuto da Família, Estatuto do Nascituro e o antiaborto”, “ideologia de gênero e ofensiva antigênero na Educação”, “intolerância religiosa com matrizes não judaico-cristãs”, “HIV como câncer gay e doação de sangue gay”, “kit gay e a mamadeira de piroca”, “liberdade de expressão, de crença e a ‘cristofobia” e “privilégio gay e a heterofobia”.

Para Gasque (2007) e Lima e Manini (2016), a nuvem de palavras é uma técnica com o objetivo de qualificar os termos gerais do conteúdo às ações dos participantes na busca de expressões significativas, sendo estas “representações visuais do pensamento analítico que são usadas para experimentar e mostrar encadeamentos conceituais cujos formatos não estão vinculados ao paradigma, mas deixados abertos à imaginação” (GASQUE, 2007: p.106). Para a investigação em questão, as nuvens de palavras foram utilizadas como instrumento adicional para se exercer a capacidade imaginativa na busca pela compreensão circunstancial do conceito de “imagem de política pública” ao tema do desagendamento governamental da cidadania LGBTQIA+.

visto que a codificação dos segmentos textuais permitiu a posterior análise da correlação entre palavras e frases. Na dita “nuvem” aqui construída, deixou-se de fora conjunções e preposições (DA SILVA et. al, 2015), focalizando adjetivos, advérbios, substantivos, sujeitos e verbos, prática recorrente a fim de mineralizar termos-chave que, de fato, detenham correspondência com o objeto da investigação, fazendo das “imagens” do Modelo do Equilíbrio Pontuado clusters exploratórios que possibilitam a “visualização de padrões semânticos, agrupando fontes ou nós que compartilham palavras/valores/atributos semelhantes. As palavras que aparecem juntas são mais semelhantes do que as que aparecem separadas” (DA SILVA et. al., 2015: p.131).

Cada imagem de política pública antiLGBTQIA+ mapeada deterá uma análise própria baseada na trajetória do tema público (iniciativas anteriores do movimentos sociais, decisões governamentais, etc), atrizes e atores políticos favoráveis e contrários; segmentos textuais codificados aberta, focalizada e de forma abductiva pelo MAXQDA, codificação dos padrões de polidez e modalidade dos trechos discursivos, bem como a apresentação da respectiva nuvem de palavras.

2.8) Limitações e espaçamentos entre a Teoria Fundamentada em Dados Construtivista (TFDC) e os objetivos do presente trabalho

Críticos da TFDC argumentam que esta construção teórica e metodológica tem se voltado muito às questões comportamentais no nível microssociológico e há menor frequência de estudos que investigam questões macrossociológicas e macropolíticas, como as relações de poder (TORRES, et al, 2014). Charmaz rebate que não há nada no método que o desautorize a incluir estes objetivos mais amplos e que esta não contemplação é mais fruto da agenda de pesquisa individual dos pesquisadores que a mobilizaram, a partir do subcampo da Enfermagem, do que uma suposta incompatibilidade entre os estudos sobre o poder e a dita Teoria. Para esta autora:

Esses críticos normalmente deixam de perceber quatro pontos fundamentais: 1) a teorização é uma atividade; 2) os métodos da teoria fundamentada fornecem formas construtivas de prosseguir com essa

atividade; 3) o problema de pesquisa e os interesses de desdobramento do pesquisador podem determinar o conteúdo dessa atividade, não o método; e 4) o produto da teorização reflete o modo como os pesquisadores atuaram nesses pontos fundamentais (CHARMAZ, 2009:p.184).

A natureza microssociológica da TFDC – a partir de estudos sobre os ritos hospitalares em contexto de iminente morte – parecem não focar sobre o papel das circunstâncias macrosociológicas imprevisíveis e incontroláveis, no caso o contexto histórico, econômico e/ou político que atravessa seus estudos. Não há registro destes marcadores posicionados para além dos muros das instituições hospitalares alvo do interesse científico de Charmaz (2009) e outros sujeitos pesquisadores que replicaram este método no Brasil, como os estudos de Minayo (2021) e Metelski et al (2021). De muito se beneficiaria a audiência leitora em saber se o equipamento de saúde em que foi desenvolvido dado estudo é público ou privado; se público, abarcado por um sistema integral, universal e nacional de assistência, tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro ou não; se privado, que marcadores sociodemográficos, como a classe social, detém seus usufrutuos; qual a finalidade do equipamento: se trata de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou internação psiquiátrica? São elementos do contexto sobre os quais, em geral, carecem a supracitada Teoria e seus intentos de replicação no seu campo científico originário.

A análise dos fatores contextuais é uma variável fundamental nos estudos de Políticas Públicas e, certamente, para esta investigação. Assim sendo, certas estratégias metodológicas foram mobilizadas para melhor aproveitamento dos dados primários coletados: os inquiridos obedeceram a uma ordem cronológica para facilitar a captação do desenvolvimento da trajetória do tema (*path dependence*). Se os entrevistados mudassem a temporalidade inicialmente proposta, a estratégia foi esgotar o tema, atentando-se aos chamados “indicadores de esgotamento”, a exemplo de pausa ou silêncio como circunstâncias corretas de intervenção do sujeito pesquisador, optando por encerrar a narrativa em curso e retomar em seguida o período sobre o qual se pretendia explorar inicialmente.

Para Charmaz (2009), a tarefa do pesquisador é a descoberta da sutileza e da complexidade das intenções por trás das palavras. Assim sendo, a autora recomenda captação da chamada “metalinguagem” sob a forma de expressões, emoções e outros indicadores que se situam “além da palavra”, a exemplo também dos diários de bordo e memorandos de coconstrução teórica elaborados pelo sujeito pesquisador. A opção desta investigação se situou em focalizar atenção no conteúdo linguístico das entrevistas, ainda que a particularidade em que se desenvolveram algumas entrevistas tenha demandado a redação de diários de bordo na sequência de sua implementação, conforme demonstrado em registro anterior sobre a atipicidade ocorrida em uma das entrevistas.

Ao possível impacto emocional que as narrativas das pessoas entrevistadas pudessem gerar no sujeito pesquisador entrevistador se destinou igual tratamento, visto não ser dimensão que dialogue com os objetivos desta investigação, no caso dispor de metodologias das Ciências Sociais no diálogo com literaturas posicionadas na Ciência Política. A recomendação de Charmaz (2009) em se replicar as entrevistas com os mesmos sujeitos e, assim, comparar respostas – atividades de rotina no campo da saúde, diga-se de passagem, visto que o objeto é o próprio paciente que se encontra em tratamento no âmbito hospitalar, o que não demanda em tese custos adicionais com deslocamento da pessoa entrevistadora – foi substituída pela busca de maior abrangência e diversidade no perfil das pessoas entrevistadas, realizando-se apenas uma entrevista por partícipe ativista e/ou aliado LGBTQIA+. Por fim, o idioma originário da TDFC e o deste trabalho não são os mesmos: recomendações explícitas à língua inglesa foram desprezadas.

CAPÍTULO 3

IMAGENS DE POLÍTICA PÚBLICA COMO PRÁTICA DISCURSIVA DE DESAGENDAMENTO DAS POLÍTICAS LGBTQIA+

Data da década de 1990 investigações da Ciência Política destinadas à compreender de que forma os processos políticos são constituídos, mediados e impactados por práticas comunicativas, reconhecendo que a fala representa uma ação humana individual e coletiva intermediadora de tecidos sociais capazes de definir o curso de ação governamental através das políticas públicas. Este enfoque sociológico sobre a tomada de decisão política, caracterizado como “virada argumentativa”, compreende a dinâmica das políticas públicas como potencialmente circunstancial, instável e sujeita à relações de poder assimétricas entre diversos partícipes e grupos interessados (STONE, 1989; MAJONE, 1997; FISHER, 2003).

Nesta abordagem, para além da ênfase anteriormente observada em estudos da área acerca das condições em que se dava a decisão política dentro de um ambiente institucional específico, destina-se atenção à justaposição entre redes de ação pública intra, inter e extragovernamentais e quais respectivas crenças, visões de mundo e ideias enquadram (*framing*) certas propostas de políticas públicas sobre como a sociedade e o governo deveriam ser, o que indica um processo social inacabado de construção e mudança das políticas públicas. Esta abordagem teórica e metodológica encontra precedente na Literatura de Políticas Públicas desde Teorias internacionais consagradas (FISHER, 2003; BAUMGARTNER, MAHONEY, 2008) até investigações de caráter mais local (BARCELOS, 2017; ALMEIDA, GOMES, 2018).

Para tanto, este trabalho destinou centralidade à Análise Crítica do Discurso enquanto técnica voltada a compreender processos discursivos que sustentam em si inerentes desigualdades sociais e políticas, sobretudo de que forma os sujeitos objeto destas posições socialmente desprivilegiadas constroem práticas discursivas contrahegemônicas visando a mudança social de um estado, por eles compreendido, como de injustiça (FAIRCLOUGH, MELO,

2012). Assim, a Análise de Discurso Textualmente Orientada, proposta por Norman Fairclough (2001), será aqui mobilizada a fim de mapear quais as representações sociais de pessoas ativistas e aliadas entrevistadas por esta investigação acerca das imagens de política pública antiLGBTQIA+ enquanto prática discursiva de desagendamento das questões públicas de interesse destas comunidades do rol de prioridades do Estado brasileiro.

3.1) Notas iniciais sobre o “desagendamento governamental” de uma cidadania LGBTQIA+ brasileira

Importante reconhecer que a literatura clássica sobre a formação da agenda governamental tem estado muito mais ocupada em entender o que compõe o rol de temas prioritários ao ente público em dado contexto, tais quais as soluções associadas ao que fora compreendido como "problemático" e passível de alocação de atenção e de recursos dos governos. Entretanto, não se observa na mesma medida investigações que estudem as dinâmicas de contestação e conseqüente remodelação da agenda política oficial, intento teórico que melhor parece ter sido descrito no campo das ideias e analisado concretamente pelo Modelo do Equilíbrio Pontuado, sobretudo no que toca ao papel exercido pelos efeitos circunstanciais na provisão de imprevisíveis pontuações na agenda governamental, até então processada em espaços rotineiros do ente público, os microssistemas da política.

Desde sua versão originária, publicada em 1993, o MEP possui uma característica teórica e metodológica orientada a compreender o processo de mudança política: a investigação ao redor de uma “dinâmica da política pública” (*policy dynamics*) de ascensão e queda de soluções políticas à situações sociais entendidas como incômodas. Em substituição a se analisar a formação ou o desmonte da agenda governamental como processos supostamente dissociados, Baumgartner e Jones enfatizam a existência de uma trajetória percorrida fortemente imbricada entre ascensão e queda das questões de

interesse público que captam a atenção e a ação governamental conforme argumentam Baumgartner e Mahoney (2008, p.443):

The dynamics of shifting attention can result in rapid shifts in the collective issue definition associated with a given policy, even if most policies most of the time are stable (...) When policy-makers see that others around them are focusing attention on an aspect of the issue that they had previously ignored, they are more likely to do so themselves. *The key insight here is that in a social network, in which every individual's action is largely dependent on how he/she expects those around him/her to behave (rather than only on their own preferences), collective actions are principally determined by the communications networks among the whole, more than by the preferences of any single actor* (grifo meu).

A opção deste pesquisador pelo referido Modelo se deu no intuito de compreender a dinâmica da política pública por trás da inicial intersecção entre demandas dos grupos sociais hoje intitulados LGBTQIA+ e os governos brasileiros em que se presenciou um lento deslizamento incremental em instâncias específicas do microssistema do governo federal brasileiro (SEDH, Ministério da Saúde, Frente Parlamentar LGBT, etc) seguido de um período crítico emergido nas eleições de 2010 em que a pontual afirmação destes direitos civis e sociais foi alavancada ao macrossistema da agenda eleitoral, sendo posteriormente mobilizada como estratégia geral de oposição aos governos Dilma Rousseff, desagendamento brusco ensejado, sobretudo, no Congresso Nacional a partir da ação política de uma Frente cristã interreligiosa.

A fusão entre crenças da doutrina cristã – que atravessam diferentes vivências religiosas católicas, pentecostais e neopentecostais – e da ascensão do antipetismo amalgamado ao redor de um “espírito anticomunista” da parte de redes sociais empreendedoras da moral se mostrou univocamente contrária à conquista da cidadania plena por parte das pessoas LGBTQIA+, posicionando-as como o “outro” a ser politicamente combatido por estas instituições religiosas e seus respectivos códigos morais de conduta (ROSADO-NUNES, 2014; LIONÇO, 2014; MESSENERG, 2017). Mesmo no auge de uma agenda antiLGBTQIA+ com a já discutida “ofensiva antigênero”, sobretudo entre o pleito eleitoral de 2010 e o *impeachment* da então presidenta eleita, as ações do governo

brasileiro em favor destes grupos sociais não se reduziram a zero, ainda que o esgotamento do intento conciliário petista elevasse tais demandas à *agenda-setting* sem arcar com o custo político de lhes atribuir soluções concretas sob a forma de políticas públicas.

Baumgartner e Jones (1993; 2002; 2005; 2012) enfatizam que a mudança brusca no desenvolvimento de uma questão de interesse público e consequente atenção governamental a ela atribuída pode se dar em um tema, mas não em outros, em um contexto, mas não em outros, em uma coalizão político-partidária, mas não em outras, podendo ser reivindicada por certos atores e atrizes políticas partícipes, mas não por outros, o que nos leva a compreender que as pontuações políticas estão amalgamadas em certos fatores fundantes: tema objeto da atenção ou desatenção governamental; temporalidade em que se desenvolve a discussão de certa questão pública; soluções sob a forma de políticas públicas mantidas pela coalizão dominante da ocasião nos microssistemas governamentais; e pautas reivindicatórias de adversários e seu intento de patrocinar uma desproporcional atenção pública à sua interpretação sobre a pertinência de certa questão pública na agenda governamental.

As imagens de política pública representam o instrumento que sustenta as interpretações sobre como deveria ser o rol de prioridades dos governos, destacando-se que se tratam de ações de *feedback* positivo: a emergência de novos atores e atrizes políticas, novas ideias e novos arranjos de demandas e respectivas soluções a elas ligadas enquanto mudanças que geram forte atenção e mobilização a um tema, podendo alçá-lo ou, como advoga esta tese, retirá-lo da agenda do ente público. Sobre as imagens, podemos caracterizá-las da seguinte forma:

A criação de uma imagem é considerada componente estratégico na mobilização da atenção do macrossistema em torno de uma questão e, por isso, a disputa para criação de consenso em torno de uma policy image é considerada pelos autores um elemento crucial na luta política (ALMEIDA, GOMES, 2018: p.450).

Neste capítulo, pretende-se discutir que diferentes imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ foram construídas e mantidas em paralelo ao ato

continuado de desagendamento, cada qual aguardando o tempo certo para se expandir, dinâmica política pontuada esta em que a ascensão de interpretações interreligiosas cristãs sobre políticas afirmativas em andamento ou em discussão foram diretamente proporcionais à desatenção que os governos brasileiros prestaram à pretensa construção de uma cidadania às pessoas não heterossexuais-cisgêneros. Assim sendo, é de se supor que os entendimentos neoconservadores sobre a sociedade e o papel exercido pelos governos não foram veiculados através de uma imagem única, mas sim a partir de um conjunto de imagens difundidas no sentido comum de desresponsabilizar o governo da situação em reconhecer e redistribuir certos direitos a sujeitos personificados em interpretações moralmente condenatórias.

Argumentar sobre uma "dinâmica de desagendamento" se dá a partir de uma interpretação da literatura kingdoniana que compreende o próprio Modelo dos Múltiplos Fluxos e as atualizações pelas quais o Modelo do Equilíbrio Pontuado esteve objeto a partir de suas pessoas intérpretes (STONE, 1989; ZARAHDIADIS, 2000; CAPELLA, 2007; ZITTOUN, 2014), pontuando que esse processo não é igual ao ato de não agendar, afinal, as situações sociais incômodas às comunidades LGBTQIA+ alvo de desagendamento permaneceram no chamado "fluxo dos problemas", ainda que objeto de forte constrangimento público no chamado "fluxo do sistema político", que envolve as instituições políticas responsáveis pelas decisões oficiais do ente público.

Baumgartner e Jones (1993; 2002) importam da literatura kingdoniana o conceito do "efeito de transbordamento político", do inglês *spillover effect*. John Kingdon já havia anteriormente sugerido a existência de uma replicação de estratégias de sucesso na formação da agenda governamental, situação em que um mesmo entendimento sobre certo tema poderia ser estendido à discussão deste em outras arenas decisórias, ou até mesmo ser aplicada à defesa de outras questões públicas diversas. Para os autores do MEP, uma imagem bem sucedida em um discussão específica pode ser mobilizada e incorporada em outras arenas decisórias, haja vista se tratar, conforme descreveram Almeida e

Gomes (2018), de componentes estratégicos que mobilizam consensos e discensos no embate político.

Não se trata da ausência de soluções associadas às situações sociais incômodas aos movimentos LGBTQIA+, visto a existência de agendas intramovimentos que oscilaram, desde os anos 1990s, entre a adoção de remédios afirmativos e remédios transformativos, conforme discutido no primeiro capítulo, tampouco de impertinência técnica destes projetos de políticas públicas. De parte dos grupos sociais interreligiosos aqui estudados, tratou-se de advogar contra qualquer dos “intentos de solução”, a despeito de anterior análise técnica, legal ou orçamentária a seu respeito. A luta política aqui estudada não parece ter guardado a pretensa “racionalidade dos atores” tão discutida nos estudos institucionalistas e neoinstitucionalistas da Ciência Política clássica, visto que não se trata de dinâmica política em que soluções tecnicamente construídas e justificadas disputam a atenção governamental.

Se observar a política pública através de seus instrumentos formais (LASCOUMES, LE-GALES, 2001) parece menos promissor às características da dinâmica discutida e, por consequência, aos objetivos iniciais da presente discussão, a ênfase analítica elegida é ao redor da dimensão sociológica das políticas públicas que, para além de meros instrumentos de um “Estado em ação”, estão imersas em subjetividades nem sempre “óbvias” que orientam seu sentido e alcance. Se assumirmos o pressuposto de que políticas públicas são feitas de linguagem, conforme sugeriu Majone (1989), a opção desta tese é a de mapear aquilo que Barcelos et al (2017, p.17) definem como “concepções discursivas básicas” da política pública:

A concepção de prática discursiva é útil para analisar as ações dos agentes envolvidos nos processos de política pública, uma vez que esses agentes são movidos por concepções e ideias, materializando-as na sua atuação cotidiana.

Ao replicar o Modelo do Equilíbrio Pontuado a se compreender as dinâmicas políticas de Educação Superior no Brasil dos governos Lula, os autores supracitados argumentaram que “cada determinação legal reflete uma

imagem de política pública que se liga ao sistema macropolítico” (BARCELOS, et al, 2017: p.7), o que oferece um reflexão teórica a esta tese: considerando que os movimentos LGBTQIA+, desde a redemocratização, não lograram a aprovação de um marco legal em seu favor, a ausência de tais regulamentações legislativas são o efeito de que estes temas deixaram de ser compreendidos como questões sociais problemáticas de responsabilidade dos governos. A ausência de lei tem sido sustentada por certas imagens antiLGBTQIA+ que, a partir de entendimentos eminentemente subjetivos, advindos de interpretações religiosas condenatórias a estes grupos, bloquearam o deslizamento de certas questões públicas à agenda de decisões.

Compreender o enquadramento (*framing*) das imagens de política pública antiLGBTQIA+ é objetivo fundante do presente capítulo e justifica a opção metodológica por uma Teoria Fundamentada em Dados acoplada à Análise de Discurso Textualmente Orientada. O estudo da dinâmica política ao redor das imagens não emergiu como questão principal desde o início desta investigação, mas se destacou como categoria analítica na leitura exploratória e subsequentes etapas de codificação aberta e focalizada dos dados primários obtidos com as entrevistas⁴³. Por fim, a literatura revisada ao redor das imagens (BAUMGARTNER, MAHONEY, 2008; BARCELOS et al, 2017) pontuava centralidade na identificação das representações sociais que sustentam tais informações empíricas e/ou apelos emotivos utilizados à se interpretar de questões publicamente discutidas, optando-se pelos instrumentos construtivistas ou pós-empíricas em linha ao que argumenta Charmaz (2009, p.179):

A extensão lógica da abordagem construtivista refere-se a descobrir como, quando e até que ponto a experiência estudada está inserida em posturas, redes, situações e relações mais amplas e, muitas vezes, ocultas. Assim, tornam-se evidentes as diferenças e as distinções entre as pessoas, bem como as hierarquias de poder, comunicação e oportunidade que mantêm e perpetuam tais diferenças e distinções. Uma abordagem construtivista tem o propósito de estar vigilante em

⁴³ Até o exame de qualificação de tese, a abordagem então privilegiada por este estudo era o mapeamento das coalizões de defesa que disputavam a centralidade da agenda política dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil, proposta abdicada quando da imersão nos dados que proporcionaram reflexões sobre as "imagens" que este pesquisador não havia, até então, considerado na presente análise.

relação às condições nas quais essas diferenças e distinções surgem e são mantidas.

O reconhecimento prévio de que este objeto empírico é marcado por uma grande heterogeneidade de redes sociais (*social networks*) sugere que estas atrizes e atores políticos participantes detenham divergentes concepções em disputa sobre a pertinência dos direitos LGBTQIA+ constarem na agenda governamental. A fluidez teórica observada entre o conceito de imagens de política pública e a abordagem da TFDC está no fato de que ambas, ainda que cada uma a seu modo, possuem o intuito de captar sutilezas discursivas destas redes que melhor revelam relações de poder desigualmente distribuídas e que constituem aquilo que Fairclough (2001) nomeou de "mosaico da realidade social": representações sociais em disputa continuamente elaboram e reelaboram uma realidade social que, quando favorável à certos sujeitos, pretende-se manter uma posição social hegemônica; quando imersos em contextos de desigualdade social e política, pretendem através do discurso, compreendido como instrumento de ação política, empreender processos de mudança social.

Para este último autor, o foco da atenção da análise discursiva proposta na ADTO alterna entre os eventos discursivos, no caso a especificidade textual, e as mudanças estruturais, ou seja, os textos não podem ser desatrelados dos contextos a que fazem parte. Iniciar a tese apresentando a dinâmica da política pública antiLGBTQIA+ entre 1985 e 2018 é parte deste esforço de compreender de quais circunstâncias advieram os textos aqui coproduzidos e interpretados. A mudança social - pretendida ou, para o caso em questão, alcançada - deixaria traços nos textos marcados pela alternância entre estilos e vocabulários técnicos e informais; marcadores de familiaridade ou de afastamento; posição de sujeito e/ou autoridade; ou até mesmo convergências discursivas na definição de uma identidade individual ou coletiva, o que sugere que hegemonias e contrahegemonias políticas podem ser investigadas a partir da

esfera discursiva, haja vista os marcadores de assimetria de poder que as atravessam serem inerentes aos conteúdos conversacionais.

A luta pela manutenção ou contestação de uma agenda governamental hegemônica, o "monopólio da política" definido no MEP, é fruto da intersecção entre as práticas sociais e as práticas discursivas, pois representam a capacidade de impor uma visão de mundo em detrimento de outras possíveis. Nota-se na obra de Fairclough (2001) uma influência teórica gramsciana na definição de que as hegemonias políticas não são estanques, pelo contrário, podem ser objeto de mudança e ruptura, sendo que a mudança social se dá através do discurso contrahegemônico. Para o caso em questão, a hegemonia de uma agenda LGBTQIA+ incrementalmente processada em locais especializados de provisão das políticas públicas foi objeto de imagens contrahegemônicas no intuito de desagendar tais demandas da atenção e da ação governamentais.

A combinação de aspectos textuais microssociológicos, como a cena de coconstrução teórica através das entrevistas intensivas, e macrossociológicos, obtida através da literatura revisada no sentido de mapear a trajetória percorrida em tais lutas de poder traduzidas nas disputas multinível intra e extra movimentos LGBTQIA+ na busca pela garantia de uma cidadania plena requer compreender que:

“A mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem. Tais contradições, dilemas e entendimentos subjetivos dos problemas em situações concretas têm suas condições sociais em contradições e lutas estruturais nos níveis institucional e societário. Entretanto, o que decisivamente determina a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as lutas que se desenvolvem ao redor das contradições (...) Os próprios eventos discursivos têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor (FAIRCLOUGH, 2001:p.127-128).

Sendo o discurso, entre outras definições possíveis, a representação social da identidade de um grupo social, supõe que este carrega consigo marcas da representação de interesses de sujeitos capazes de defender uma

agenda pública frente à sociedade civil: que situações sociais são entendidas como intoleráveis e de consequente responsabilidade governamental, bem como quais soluções podem ser associadas à essas questões problemáticas (*issue problem*). Assim sendo, os discursos sustentam aquilo que o Modelo do Equilíbrio Pontuado define como o “tom” da política pública (*tone*), visto que estes conteúdos conversacionais são o veículo de informações empíricas e de apelos emotivos que caracterizam uma representação dos problemas públicos em detrimento de outras possíveis.

3.2) Representações sociais sobre as imagens antiLGBTQIA+: polidez e modalização do discurso de pessoas ativistas e aliadas

O modelo teórico e metodológico que orientou a presente investigação foi a Análise de Discurso Textualmente Orientada, de Norman Fairclough (2001), cabendo aqui refletir sobre as justificativas da opção por este autor em detrimento de uma constelação de técnicas de estudo da dimensão discursiva (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005). No intento de se examinar a concomitância entre a forma e o significado das práticas discursivas, por um lado, e a ocorrência de processos de mudança social, por outro, o autor oscila entre a ênfase na estruturação microssociológica de ordens de discurso textuais com a observação de determinados fenômenos macrossociológicos em que se nota dinâmicas políticas de latente desigualdade entre grupos da sociedade civil, enfatizando de forma sujeitos em desvantagem⁴⁴ na vida em sociedade buscam

⁴⁴ Pode a audiência leitora se questionar dos motivos da presente tese não ter investigado os discursos elaborados por sujeitos identificados com supracitada “frente interreligiosa cristã” e esta opção analítica guarda respaldo nas comuns recomendações de Becker (2001) e Fairclough (2001) sobre a necessidade de que estudos científicos busquem compreender tais dinâmicas de desigualdade através da escuta não dos grupos hegemônicos, mas dos próprios sujeitos objeto de uma posição social “fora da expectativa da normalidade”, ou *outsider*. Esta tem sido uma escolha teórica e metodológica que acompanha este pesquisador em sua trajetória acadêmica desde o trabalho anterior, a dissertação de mestrado em Ciência Política, conforme a citação a seguir: “Quando estudamos os processos envolvidos no desvio, portanto, devemos adotar o ponto de vista de pelo menos um dos grupos envolvidos, seja o daqueles que são tratados como desviantes, seja o daqueles que rotulam os outros como tais. É possível, claro, ver a situação de ambos os lados. Mas isso não pode ser feito simultaneamente. (...) É possível descrever as perspectivas de um grupo e ver como elas se enredam ou deixam de se enredar com as do outro grupo: as perspectivas de infratores de regras à medida que coincidem

representar sua identidade e respectivos interesses coletivos. Conforme apontam Fairclough e Melo (2012: p.312):

A ACD [Análise Crítica do Discurso] é uma forma de ciência social crítica, projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social, fornecendo recursos para que se chegue a uma solução. É claro que isso leva a uma pergunta: um problema para quem? Na condição de ciência social crítica, a ACD tem objetivos emancipatórios e focaliza os chamados 'perdedores' dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante. Mas isso não nos dá um conjunto de problemas sociais claramente definidos e incontroversos. Os assuntos problemáticos e que requerem mudança são inerentemente controversos e contestáveis, e a ACD estará inevitavelmente envolvida em debates e controvérsias sociais quando enfatizar certas características da vida social como problema. (...) O que faz com que a estrutura e organização da vida social resistam a uma resolução descomplicada?

Ao ser constitutiva de certas dimensões da estrutura social, tais práticas discursivas se configuram como elementos que representam certa significação do mundo, a exemplo das identidades sociais e posições de sujeito (quem fala, porque fala, que representações sociais sustentam e de que formas tais representações organizam pessoas em comunidades); das relações sociais que esses grupos estabelecem com os demais (de que forma as representações sociais são negociadas; representações em disputa delimitam dialeticamente o “eu” e o “outro”; a quem eu me associo e contra quem me oponho; relações particulares e a lutas pelo poder); e quais organizações sociais e normas socioculturais são resultado dos sistemas de crença e de conhecimento hegemônicos em uma sociedade em certa circunstância.

Para Fairclough (2001), o discurso desempenha, ao mesmo tempo, três metafunções: a textual enquanto informações organizadas na atividade de comunicação; a ideacional, haja vista veicular sistemas de crença e de representação particular do mundo de quem fala; e a interpessoal, no caso quais relações sociais tais discursos são capazes de produzir. Tais metafunções produzem significados à prática discursiva, sendo eles a ação, entendida como

e conflitam com as perspectivas daqueles que as impõem, e vice-versa. Mas não podemos compreender a situação ou processo sem dar peso pleno às diferenças entre as perspectivas dos dois grupos envolvidos” (BECKER, 2001, p.171, apud, DE VITTO, 2018, p.74).

o próprio ato de comunicar, a representação, ou seja, que problemas do mundo real se pretende expor e, por fim, a identificação, no caso quais grupos se aglutinam e se acirram neste processo e de que forma estas redes sociais se organizam ao redor de formas particulares de ser e de pensar o mundo como é e/ou como poderia ser. Norman se dedica à investigar a dimensão política por trás do uso da linguagem, entendendo a prática discursiva como socialmente constituída (cumulativa), constitutiva (mantida) e transformativa (orientada à mudança).

Ao desfocar atenção das nuances exclusivamente linguísticas dos discursos, o intento teórico de Fairclough (2001, p.90) está em reconhecer o “uso da linguagem como forma de prática social”, situação em que atos de fala e respectivos enunciados textuais, para além de instrumentos de comunicação em si mesmos, circunscrevem e representam práticas macrossociológicas de constituição de certa realidade social. Considerando a ênfase analítica da ADTO em identificar as relações de poder inerentes à certas ordens do discurso⁴⁵, reconhece que os processos de mudança social são sustentados por práticas discursivas, a exemplo de conteúdos conversacionais obtidos através de artigos jornalísticos, produção científica, entrevistas, material audiovisual diverso, etc., característica que possibilita à ADTO ser mobilizada por pesquisadores que não necessariamente possuem experiência anterior com técnicas linguísticas, configurando-se como uma proposta eminentemente multidisciplinar:

“A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. (...) *Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política. O que é específico acerca de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta.* Projetos de pesquisa em análise de discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social; diante do enfoque que tenho adotado, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural. *Isso quer dizer que são as disciplinas que se ocupam com essas questões – a sociologia, a ciência política, a*

⁴⁵ As “ordens de discurso” aqui referidas são fruto do entendimento de Michel Foucault (1988): o de que o discurso representa uma prática social produtora de sentidos que norteiam a manutenção ou contestação de certa “estrutura social”. Assim sendo, é deste autor a influência estruturalista em muito observada em “Discurso e Mudança Social”, de Norman Fairclough.

história – que deveriam ser consideradas em primeiro lugar na definição dos projetos de pesquisa. A análise de discurso seria mais bem tratada como um método para conduzir pesquisas sobre questões que são definidas fora dela. (...) Trata-se, contudo, de uma maneira totalmente inovadora de considerá-la: em muitos casos, grupos interdisciplinares de pesquisadores podem estar aptos para trabalhar com pessoas, por exemplo, na educação ou na saúde, em investigações de questões e problemas que elas experimentam durante o curso da mudança” (FAIRCLOUGH, 2001:p.276 - grifo meu).

A destinação que Fairclough atribui à sua técnica de análise de discurso em muito se aproxima com o debate realizado no capítulo dois. Na não-trivial preocupação de se evitar o chamado “método-dirigido” (SHAPIRO, 2002) ou o “forçamento de dados” (CHARMAZ, 2009), a presente investigação partiu de uma pergunta geral de pesquisa que, no decorrer da realização das entrevistas semiestruturadas e posterior atividade de codificação, foi sendo calibrada quanto aos seus objetivos e instrumentos, tal qual sugere a Teoria Fundamentada em Dados Construtivista: que o método de pesquisa se ajuste à realidade da pessoa pesquisadora, e não o inverso. Assim sendo, a ADTO foi incorporada à presente análise após a atividade de codificação focalizada no intuito de se ampliar a capacidade explicativa dos dados através da combinação de diferentes enunciados codificados, no intuito de identificar especificidades discursivas que fossem além da mera descrição do conteúdo destes atos de fala obtidos com as entrevistas intensivas.

A teorização aqui emergente e coproduzida advoga pela interpretação de que as imagens de política pública antiLGBTQIA+ são práticas discursivas hegemônicas que representam a defesa de um *status quo* vigente, notadamente marcado pela multicausal desigualdade a que tem estado sujeitos não heterossexuais-cisgêneros na busca pela reivindicação de uma cidadania integral, uma tentativa do chamado “fazer direitos” definido por Vianna (2013). Neste contexto, o fortalecimento de uma frente interreligiosa cristã tem bloqueado, discursiva e formalmente através de instrumentos advindos dos cargos políticos que têm ocupado, todo intento civilizatório e emancipatório que pessoas LGBTQIA+ requereram dos governos redemocratizados no Brasil.

Considerando os objetivos da ADTO na busca pela interpretação da mudança social através de ações discursivas contrahegemônicas, Cavalcante et al (2014, p.14) argumentam que:

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros.

Compreender as representações sociais inertes à dado discurso é tarefa obtida através da análise das dimensões interpessoais da linguagem, no caso a dinâmica entre quem fala, o “eu”, e sobre quem se fala, o “outro”; bem como das dimensões ideacionais da linguagem, entendido como o papel do discurso na construção de significação e de sentidos para a ação, mapeando processos relacionais entre aspectos de certa identidade coletiva e em que relações estão imersos estes sujeitos falantes: hegemônicas ou à margem de uma realidade social. Para tanto, dois recursos discursivos podem traduzir a posição de sujeitos falantes em relação a certo tema objeto da interação conversacional: a polidez e a modalização.

A partir da Análise de Discurso Textualmente Orientada, elaborou-se um quadro geral dos dois padrões de polidez, bem como um quadro geral de quatro padrões de modalização, que serviram de critérios à terceira fase de codificação dos segmentos enunciativos atribuídos ao código “opositores aos movimentos LGBTQIA+”, subcódigo “imagens de política pública antiLGBTQIA+”, conforme disposto no item 2.7 do capítulo anterior. A codificação e seleção de amostras textuais do subcódigo supracitado focaliza atenção nos “pontos críticos” em atenção à perspectiva das chamadas “ondas de mudança da agenda governamental” (*bandwagon*) descritas pelo Modelo do Equilíbrio Pontuado, entendimento teórico no sentido garantir centralidade às dinâmicas de mudança social também encontrado na obra de Fairclough:

Os pesquisadores podem bem desejar codificar um *corpus* inteiro ou grande parte dele, em termos amplos, talvez resumindo o discurso ou codificando-o em tópicos. Ou podem decompor o *corpus* em classes

particulares de traços – certos tipos de questões ou formulações. Contudo, a concepção de discurso que apresentei e a visão de análise que resumi anteriormente são especialmente relevantes para a análise detalhada de um pequeno número de amostras de discurso. Isso levanta o problema de como selecionar amostras para análise detalhada. (...) Uma estratégia de seleção que deve ser recomendada consiste em focalizar o que anteriormente chamei de ‘ponto crítico’ e ‘momento de crise’ (FAIRCLOUGH, 2001: p.281-grifo do autor).

Mapear e analisar estratégias de modalização e polidez nos discursos pode indicar dinâmicas de representação social implícitas, e bem menos óbvias, ao discurso das pessoas falantes e que alcança muito além do que a trajetória das discussões e interrupções das situações sociais outrora entendidas como problemas públicos objeto desta análise, bem como o papel social exercido pelas pessoas falantes na defesa de certas agendas públicas e na contestação seu respectivo desagendamento.

Conforme recomendação metodológica de Charmaz (2009) e sua Teoria Fundamentada em Dados, os critérios abaixo situados sobre “polidez” e sobre “modalização” foram elaborados no intuito de responder à pergunta geral desta pesquisa e não possuem pretensão de serem critérios generalizáveis a outras investigações, visto que foram construídos a partir da interpretação do pesquisador acerca da ADTO, bem como quais critérios de polidez e de modalização melhor se ajustaram à se compreender as representações sociais aqui investigadas.

A polidez é definida como um “contrato conversacional” (OLIVEIRA, 2004) ou um “ato de fala indireto” (RODRIGUES, 2014) que traduz a habilidade de uma parte deter o controle da cena conversacional: uma parte pressiona a outra a agir de uma certa maneira. Desta forma, trata-se de recurso discursivo que reconhece, incorpora e reproduz relações sociais e de poder particulares em um certo discurso. Segundo Fairclough (2001), as práticas de polidez podem ser variadas, alternando desde pedidos explícitos até estratégias de mitigação

da própria face⁴⁶ que envolvem questões de autoestima, de privacidade e de autonomia da pessoa falante.

Na presente investigação, as perguntas semiestruturadas não passaram anteriormente pela aprovação das pessoas entrevistadas, o que conduz à possibilidade de um “efeito surpresa” sobre o roteiro da interação conversacional, cenário em que à uma pergunta inesperada e compreendida como supostamente adversa à face da pessoa falante se supõe a mobilização de recursos discursivos de afastamento de si em relação ao que se discute, a chamada “polidez negativa” definida por Barrere (2017, p.391):

Com polidez negativa, na qual o locutor aponta para satisfazer a face negativa de seu interlocutor, contanto que suas necessidades básicas de preservação de território e de autodeterminação não sejam violados (BARRERE, 2017: p.391).

A veiculação de um discurso negativamente polido pode ocorrer através de discordância explícita ou implícita⁴⁷ ao conteúdo de uma pergunta; de uma resposta evasiva em que se note indiferença quanto à temporalidade, aos sujeitos partícipes e demais elementos que constituem um acontecimento narrado; de tergiversação do tema original; de recusa da resposta ou até mesmo de impessoalização do discurso com o uso de pronomes do caso reto como “eu”

⁴⁶ A definição de “face” é originária de Goffman (1967), sendo compreendida como certa “imagem pessoal” expressada por um sujeito em uma interação social e que alcança desde aspectos da fala (nuances linguísticas e relações de poder inerentes ao conteúdo conversacional, sobretudo) até dimensões de expressão corporal (padrão de entonação verbal, gesticulação, vestimenta, etc). É constituída de um repertório discursivo e não discursivo altamente circunstancial em que um sujeito expressa aos demais uma imagem sobre si, premeditadamente elaborada ou improvisada à certa cena social. Para o autor, a face é elemento fundante ao processo de socialização, visto que caracteriza a cena em que se dá a interação entre os sujeitos, no caso a opção por emitir uma imagem sobre si em detrimento de outras possíveis. Os estudos sobre a face foram objeto da atenção da linguística pragmática, sobretudo na obra de Brown e Levinson (1987) sobre a polidez. Para estes últimos autores, a polidez negativa constitui recurso discursivo de se evitar os chamados “atos ameaçadores da face” (AAF), do inglês “*face threatening acts*” (FTA), estratégias de autopreservação e/ou afastamento de si em relação a dado tema objeto da interação conversacional.

⁴⁷ Em casos de “pedido implícito”, certa informação é prestada ou pedido é feito de forma mais indireta, a exemplo de uma pergunta retórica do tipo “caramba, como vou lidar com isso agora?” enquanto equivalente a se dizer “não percebe que estou com um problema e preciso de sua ajuda?”. O pedido de ajuda, neste caso, é do tipo indireto com vistas a se evitar constrangimento na interação conversacional fruto de uma recusa ao pedido inicial.

e “você” para tratar de temas mais complexos e que envolvam muitos mais sujeitos do que somente a pessoa entrevistadora e o sujeito falante (OLIVEIRA, 2004; BARERRE, 2017).

Para Fairclough (2001), a polidez negativa também pressupõe hipotética disposição em ajudar, ainda que genuinamente não haja esforço para tanto, bem como delimita o interesse pela preservação da própria privacidade ou o desejo de não ser perturbado com certo tema, memória ou pergunta. Frequentes interrupções autoimpostas ao conteúdo conversacional representam indicadores de hesitação, relutância e/ou incerteza com certo tema ou acontecimento em específico, contexto em que discursar através desta modalidade de polidez pode expressar o baixo grau de afinidade com certo interlocutor da atividade comunicacional ou até mesmo evitar infringir uma alheia autoridade legitimada⁴⁸.

No sentido contrário, e considerando que as perguntas das entrevistas foram implementadas a partir dos relatos de experiências previamente assumidas pelos sujeitos, prezando-se por uma estratégia de interferência mínima no desenrolar das narrações conforme discutido no capítulo dois, observou-se também a mobilização de estratégias discursivas de intersecção

⁴⁸ Outro aspecto passível de interpretação é o chamado “contexto de situação” (FAIRCLOUGH, 2001: p.111), efeito sobre a interpretação textual deve considerar aspectos particulares da identidade coletiva dos participantes, a exemplo de aspectos sociodemográficos. Neste caso, a “voz e o *ethos* científico” (p.182) situados ao redor da pessoa pesquisadora enquanto “entendida” sobre certo tema pode gerar um afastamento entre estes e as pessoas participantes: o sujeito pesquisador pretensamente enquanto a “voz autorizada pela ciência” e a pessoa entrevistada como supostamente “voz da experiência sobre o mundo”. Como exemplo da correlação teórica e discursiva entre modalidade e polidez, faz-se presente nos estudos da área a exemplificação da cena do consultório médico (FAIRCLOUGH, 2001; CHARMAZ, 2009). Na chamada “Medicina padrão”, o método discursivo é centrado na autorização e legitimação institucionalmente conferida à pessoa que exerce a Medicina, um *ethos* sustentado pelo “poder-saber”, revelando uma assimetria na relação social entre a pessoa médica e a pessoa paciente que pode levar a um contexto de mobilização de polidez negativa dos segundos em relação aos primeiros. Nesta cena social, a interação conversacional é estritamente formal, direta, não espontânea e, sob alguns aspectos, indiferente à dor e à doença, haja vista que o sujeito profissional detém controle unívoco do turno, do tópico e do ritmo conversacional, posicionando a pessoa paciente como “portador de problemas a serem resolvidos”. Já no chamado “método alternativo da Medicina”, focaliza-se nas questões de saúde e de bem viver mais gerais do contexto da paciente, no qual se observa uma performance discursiva de maior simetria, informalidade e proximidade social, o que gera uma mútua polidez positiva: para além de meros “indivíduos adoecidos”, pessoas pacientes são compreendidas como um sujeito social na sua totalidade.

entre dado sujeito falante e respectivo fato narrado, ou de conexão entre pesquisador e pessoa entrevistada, a chamada “polidez positiva”, definida como:

Com polidez positiva direcionada à face positiva do interlocutor, de modo a demonstrar que existe, em maior ou menor grau, interesse do locutor nas mesmas coisas que o ouvinte (interesse que se fundamenta no desejo de aceitação social) (BARRERE, 2017: p.391).

A polidez positiva descreve relações de interesse, de afinidade, de empatia, de solidariedade mútua e de concordância entre as pessoas em uma interação conversacional, veiculadas através de atos de fala que traduzam algum grau de certeza e/ou proximidade em relação aos fatos narrados, esta última caracterizada por Fairclough (2001) como “intersubjetividade”: o conteúdo conversacional de uma pergunta recebe uma “aprovação tácita” por parte do sujeito a quem se direciona, que se utiliza de afirmações no sentido de reafirmar sua pertinência dentro de um “mosaico identitário” específico. A partir da ADTO se apresenta um quadro dos padrões supracitados de polidez que aqui orientarão a codificação dos enunciados sobre as imagens de política pública antiLGBTQIA+:

Tabela 3. Referências de polidez no discurso

Polidez negativa		Polidez positiva	
Atenuação e discordância da pergunta observada em: “não sei se as coisas se desenvolveram assim”, “penso diferente”, “discurso do encaminhamento”, responder a uma pergunta com outra pergunta, etc.	PN-1	Intersubjetividade expressa por afirmações de concordância com a pergunta, por exemplo: “concordo com a pergunta”, “exato”, “com certeza”, “sim!”, etc.	PP-1
Não subjetividade a partir da desidentificação entre si e o (s) sujeito (s) envolvido (s) na narração vista em: “os movimentos assim decidiram e foi acatado”, etc.	PN-2	Intersubjetividade expressa pela solidariedade com o/s sujeito/s e fatos objetos da narração (<i>ethos</i> aliado) expressa no uso de pronome pessoal “nós” ou locução pronominal “a gente”.	PP-2

<p>Não subjetividade a partir da desidentificação entre si e os acontecimentos narrados, por exemplo: “a circunstância era essa e não havia nada que pudesse ser feito para alterá-la”, bem como desidentificação de lugar (“aqui”, “ali”, “lá”).</p>	<p>PN-3</p>	<p>Intersubjetividade⁴⁹ e subjetividade expressas pelo pertencimento a uma identidade coletiva e fatos narrados (<i>ethos</i> LGBTQIA +) expressa no uso de pronome pessoal “nós” ou locução pronominal “a gente”.</p>	<p>PP-3</p>
---	-------------	---	-------------

Elaboração própria.

Outro indicador da caracterização de uma ordem discursiva é o recurso da modalização, aqui compreendido como a posição social de dado sujeito falante em relação ao conteúdo de um conteúdo conversacional (NEVES, 2000; FAIRCLOUGH, 2001). Este estudo se alinha à sua definição enquanto “estratégias argumentativas” (TORRESAN, 2004: p.93), haja vista que modalizar é conduzir a ação para a qual se orienta um enunciado. Para Fairclough (2001), a modalidade discursiva representa mais do que o grau de comprometimento da pessoa falante com um texto coconstruído, podendo indicar graus de afinidade e solidariedade de quem fala com aquelas e aqueles sobre os quais se fala, o que a aproxima do recurso da polidez.

Enquanto a polidez dialoga mais com a dimensão individual de quem profere o discurso, a “face” no sentido de identificar ou desidentificar o “eu” e o “outro”, a modalidade é o recurso que traduz de forma mais ampliada as representações sociais da pessoa falante em relação a dado objeto do discurso. De acordo com Fairclough (2001:p.200-201):

A modalidade é, então, um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais — ou, nos termos da linguística sistêmica, entre as funções ideacional e interpessoal da linguagem. A modalidade é uma importante dimensão do discurso e (...) uma medida da sua importância social é a extensão com que a modalidade das proposições é contestada e aberta à luta e à transformação.

⁴⁹ A intersubjetividade, neste caso, trata-se também do fato de que o pesquisador desta investigação é sujeito LGBTQIA+ e a aproximação narrativa, por vezes observada, entre entrevistador e pessoa (s) entrevistada (s) em relação à pergunta ou ao tema objeto desta investigação pode ter se dado pela identificação mútua enquanto sujeitos pertencentes ao mesmo grupo social, justificador de um promisso vínculo de solidariedade e, por consequência, maior disposição à narração, o que justificou, em parte, a elaboração desta categoria, visto a ocorrência de passagens como “(...) você sabe e sente a violência que nós sofremos todos os dias” ou “(...) só estando na nossa pele para saber a dor destas desigualdades”.

Apesar de reconhecer a existência de múltiplos critérios de mapeamento de padrões de modalização⁵⁰, este trabalho replicará apenas os dois tipos de modalização constantes na ADTO: modalização epistêmica objetiva e modalização epistêmica subjetiva, na qual se inclui também a modalização avaliativa.

Sobre a primeira, tem-se que a modalidade objetiva é observada como estratégia discursiva que, tal qual, a polidez negativa, implica alguma forma de poder, podendo-se traduzir em conteúdos menos assertivos e descritivos sobre certo objeto da interação conversacional, ao passo em que a modalização subjetiva denota maior afinidade com o (s) sujeito (s) e o (s) fato (s) de certo enunciado, em que se observa delimitação precisa de um contexto, haja vista a presença de informações sobre temporalidade, relações causais, pessoas partícipes, etc, sendo que na modalização subjetiva avaliativa são acrescentadas adjetivações diversas sobre a cena alvo da conversação.

O nível de interação entre uma identidade coletiva e respectivas representações sobre uma realidade social presente ou não em discursos modalizados ocorre a partir de uma dimensão particular da gramática presente no enunciado e que cumpre uma função interpessoal de linguagem que pode ser expressa, a título de exemplificação, por verbos auxiliares modais (“dever”, “poder”, etc.), tempos verbais (“foi”, “é”, “será”), advérbios modais (possivelmente, provavelmente), indeterminações (“é provável, quem sabe, pode ser”, responder à uma pergunta com outra pergunta) conforme se observa no quadro a seguir em que se busca melhor qualificar os critérios de modalização aqui discutidos e implementados na codificação dos trechos sobre as imagens antiLGBTIQIA+:

⁵⁰ Neves (2000) destaca a existência da chamada “modalização deontica”, muito utilizada na análise de normas culturais e legais, a exemplo de discursos que indicam “obrigatoriedade”, no caso obrigação de fazer e proibição de não fazer, e de “permissão”, desobrigação do não fazer e do permissão de fazer. Este trabalho se ateve à replicar as tipologias de modalização constantes na Análise de Discurso Textualmente Orientada, de Fairclough (2001), haja vista que, primeiramente, a ADTO tem por objetivo específico compreender processos de mudança social e, por fim, o método proposto por Norman alcança pesquisas das Ciências Humanas em geral, podendo ser mobilizada por sujeitos não familiarizados com as teorias e técnicas da Linguística, da Semiótica e da Pragmática.

Tabela 4. Referências de modalização no discurso

Modalização epistêmica objetiva		Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa	
Afastamento em relação aos fatos narrados e enunciados de incerteza expressas em “acho” “talvez”, “pode ser”, “quem sabe”, indeterminação do sujeito em “isso”, “aquilo”, “daquilo”; indeterminação de lugar em “aqui”, “ali”, “lá”, “cá”, interrupção voluntária do diálogo sinalizado através de reticências, mudança e deslocamento do discurso do falante para o interlocutor a partir do pronome “você” (exemplo: “ você vê que o tema é complexo...”), “coisificação” de pessoas, ações e processos, bem como responder uma pergunta anterior com outra pergunta.	MEO-1	Afinidade com os fatos narrados e enunciados de confirmação expressos sob os pronomes “eu” “nós”, bem como mobilização de verbos em primeira pessoa que demonstrem relatos de vivência pessoal.	MESA-1
Indeterminação do/s sujeito/s envolvido/s referidos em terceira pessoa a partir do uso dos pronomes pessoais “ele”, “ela”, “eles”, “elas”, “dele”, “dela”, “deles”, “delas”, ou termos que denotam sujeito oculto como “as pessoas”, “aqueles indivíduos”, “o cara”, “os caras”, “o fulano” ⁵¹ , “a sociedade brasileira”, etc.	MEO-2	Identificação do/s sujeitos/s envolvido/s em que se situa nome próprios de indivíduos ou grupos envolvidos com alguma identificação e caracterização sociodemográfica implícita (“a direita”, “a esquerda”, “as Igrejas”, “as mulheres brasileiras”, etc) ou explícita (“o partido X”; “o ex-ministro da Saúde W”).	MESA-2
Indefinição da temporalidade dos fatos narrados através de termos como “aconteceu lá trás”, “faz tempo”, “há certo tempo”, “não me recordo quando aconteceu”, “acho que foi em tal data ou período, mas não tenho certeza”, “no passado”, “ontem”, “amanhã”, etc.	MEO-3	Definição da temporalidade dos fatos narrados em que datas (dia, mês, ano, etc.) e o contexto do qual se refere são descritos com alguma informação implícita (“hoje” como temporalidade de ocorrência da entrevista”) ou explícita (“no verão de 2003”; “logo após a ex-presidenta assumir seu primeiro mandato”).	MESA-3

⁵¹ Há termos que, quando combinados, agregam uma multiplicidade de codificações. Por exemplo, um discurso marcado pelo termo “o fulano” pode demonstrar uma indeterminação do sujeito (MEO-2), enquanto o termo “o fulano lá”, para além do marcador supracitado, agrega em si uma indeterminação do lugar em que o dito “o fulano” estaria (MEO-2 para “o fulano”, MEO-1 para o “lá”). Assim, será recorrente na codificação que se propõe e se apresenta que um mesmo termo possa estar codificado em um trecho de discurso de uma forma e qualificado de maneira diferente quando em associação com outras passagens do mesmo discurso ou outro diverso. A codificação sempre priorizará o contexto do segmento da codificação aberta, aquela em que se recortou e se segmentou tematicamente certos parágrafos de um discurso na íntegra.

Modalização epistêmica objetiva		Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa	
Dados primários, informações e/ou análises científicas que embasam um discurso pela “verdade”, “neutralidade” e “objetividade” acerca da narração a partir da menção de documentos oficiais dos governos e dos movimentos sociais, trabalhos acadêmicos, etc.	MEO-4	Expressão de juízos de valor individuais sobre a narração a partir de adjetivos, advérbios de tempo e de modo e metaforizações.	MESA-4

Elaboração própria.

Considerando que as representações sociais são veiculadas através de ordens de discurso particulares, e identificados aqui os critérios de polidez e modalização que embasarão a análise dos discursos de pessoas ativistas e aliadas sobre a dinâmica de um ausente reconhecimento da cidadania LGBTQIA+, cabe uma reflexão adicional sobre a interação entre discurso e mudança social aqui pretendida.

As “representações sociais” enquanto conceito possuem uma natureza eminentemente polissêmica, visto que atravessam uma multiplicidade de áreas do conhecimento, tendo sido originado na Psicologia Social com os estudos de Moscovici (1961)⁵². Considerando sua caracterização originária enquanto formas particulares de conhecimento capazes de definir comportamentos individuais e coletivos (MOSCOVICI, 1961; JODELET, 2001), aqui se optou por privilegiar que, primeiramente, as ditas representações são difundidas e mediadas pela linguagem, veículo através do qual crenças e valores pessoais ou de grupo social circunscrevem formas particulares de interpretar uma certa realidade social (FAIRCLOUGH, 2001; SHIMIZU, et al 2015; TORRES et al, 2015), estando fortemente atreladas à uma identidade coletiva norteadora conforme se observa na seguinte passagem de Van Dijk (2015, p.19-20):

Assume-se que as representações sociais em nossas mentes (tais como os conhecimentos socialmente partilhados, as crenças, as atitudes e as ideologias) atuam como a ‘interface’ necessária entre as interações de nível micro e o texto e a fala individuais, por um lado, e

⁵² Não se pretende apresentar uma extensa revisão bibliográfica sobre o conceito, ou até mesmo acerca das disputas epistêmicas existentes no seu intento de definição teórica. Para tanto, recomenda-se consulta à Wachelke e Camargo (2007).

as macroestruturas sociais, por outro. Essa premissa vai além das clássicas abordagens ‘correlacionais’ das relações entre linguagem e sociedade, como na sociolinguística, por exemplo. Ao mesmo tempo, tal premissa fornece uma extensão necessária do trabalho em linguística crítica e em análise crítica do discurso acerca dos modos como o uso da linguagem ou o discurso contribuem para a reprodução ou legitimação do poder social.

Considerando as reflexões iniciais, presentes na abertura deste capítulo, sobre as dinâmicas do desagendamento governamental das demandas LGBTQIA+ e sua dimensão eminentemente discursiva e simbólica⁵³ em disputa, a definição de representação social escolhida por esta investigação é a de que um dos aspectos que compõem a representação social de um sujeito é a sua face. A abordagem do tema aqui investigado, bem como as perguntas do inquérito de pesquisa podem constituir um ato de ameaça à face dos sujeitos entrevistados.

No decorrer da implementação das entrevistas, bem como nas atividades de transcrição do conteúdo e posterior leitura exploratória, identificou-se na interação conversacional coconstruída que as pessoas entrevistadas mobilizaram estratégias discursivas de polidez positiva e negativa, bem como de modalização objetiva e subjetiva, o que indica que a representação social individual de sujeitos ativistas e aliados pode estar atravessada, entre outros aspectos, pela percepção de poder pessoal exercido no intento contra hegemônico, podendo ser expresso pela seguinte pergunta: *o quanto influencia essa dinâmica de desagendamento das políticas LGBTQIA+?*

A despeito do genuíno apoio que pessoas entrevistadas historicamente prestaram a estes grupos sociais e suas respectivas questões de interesse público, este pesquisador identificou que as pessoas falantes por vezes

⁵³ Ao investigar as formas pelas quais o ente público define a sua agenda política, Kingdon (1984) reconhece que as ideias, para sobreviverem nos subsistemas da política, devem ter mais do que capacidade técnica e/ou orçamentária, pois o valor simbólico ao redor de uma ideia traduzida sob a forma de “solução” a uma situação social incômoda também configura como critério de sobrevivência de uma proposta de política pública, o que sugere a inexistência de uma objetividade na dinâmica da política, dado que tais dinâmicas são impactadas por eventos-foco advindos de origem macrossociológica e macropolítica impossíveis de serem mensurados à priori, o que ratifica que a imprevisibilidade é um fator não trivial no processo de mudança da agenda governamental e, por consequência, das políticas públicas.

mobilizaram estratégias de afastamento de si em relação aos fatos aqui narrados, ação discursiva intencional ou inconsciente a que se atribui o nome de "polidez negativa".

Se por um lado é certo que a investigação deste aspecto melhor seria apreendida e implementada através de estratégias metodológicas de prosopografia, ou seja, abordagens que analisam a trajetória pessoal de dado sujeito e sua interlocução com dado objeto de pesquisa, por outro pareceu um custo de oportunidade muito alto a este estudo não reconhecer e iniciar uma discussão de como o fato de dado sujeito ter prestado apoio público às demandas das comunidades LGBTQIA+ brasileiras não os exime de traços de afastamento de si em relação a estes sujeitos e/ou de incerteza e autocontradição acerca dos fatos narrados.

Pode um mesmo sujeito constituir um discurso ora marcado por forte polidez negativa e incerteza em dado aspecto, pergunta ou parte da trajetória e no momento seguinte relatar fatos que denotem indícios de solidariedade e *ethos* de pertencimento, o que revela que os discursos não são estanques, visto que uma certa estratégia de modalização e de polidez combinadas pode ser utilizada para se referir a uma pergunta, mas não à outras, com um sujeito pesquisador, mas não com outros, em dado contexto mas não em outros, o que torna sua análise fortemente circunstancial e imprevisível, conforme sugere e incentiva o pós-empirismo das Teoria Fundamentadas e sua generosa imersão nos dados primários, porém não menos reveladora de representações sociais em constante reelaboração.

Como disposto no capítulo anterior, uma preocupação central deste trabalho foi qualificar a cena de interação conversacional entre pessoa pesquisadora e sujeitos entrevistados ao reconhecer uma coconstrução de dados primários "propositalmente desuniforme", haja vista a influência que as primeiras exercem na elaboração das perguntas de pesquisa, na revisão bibliográfica anterior e no decorrer da teorização emergente, na coleta de dados e sua análise posterior, o que indica uma posição social complexa que carece

de maior caracterização: enquanto falante na elaboração das perguntas do inquérito, enquanto ouvinte na escuta e condução dos turnos e ritmos conversacionais da entrevista semiestruturada, enquanto analista na concepção do projeto de pesquisa, na elaboração das perguntas do inquérito e na análise posterior dos dados.

Mostrou-se mais acessória a esta investigação se debruçar sobre as nuances linguísticas e semióticas do conteúdo coletado, no caso os ritmos, turnos e entoação de fala, aspectos que, conforme a literatura revisada, são fundamentais para entender certas dinâmicas de relação de poder na sociedade civil e política, tema caro a esta Ciência sobre a Política, mas que para os objetivos dessa investigação, no caso analisar o desagendamento governamental das agendas públicas LGBTQIA+, mostrou-se recurso menos prioritário do que a análise das representações sociais acerca das imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ pelo potencial de contribuição que este último possibilitou em melhor refinar o conceito de imagens de políticas públicas e de que forma o Modelo do qual se origina pode melhor ser utilizado para se compreender a realidade brasileira, cena social para a qual não fora construído inicialmente, visto que o Modelo do Equilíbrio Pontuado é estadunidense.

A apresentação dos dados a seguir está organizada da seguinte forma: descrição da iniciativa sob forma de projeto de políticas públicas, atores e atrizes políticos empreendedores, trajetória da reação no intuito do desagendamento governamental, atrizes e atores políticos de opositores à demanda originária do conflito político e, por fim, apresentação dos segmentos codificados no MAXQDA 12.3 sob o critério temático, bem como pelo sujeito pesquisador através dos critérios de polidez e de modalização discursivas anteriormente discutidas.

3.3) Imagens de política pública antiLGBTQIA+ na arena política da Educação: “kit gay” e “ideologia de gênero”

O Projeto Escola sem Homofobia (PESH) foi uma iniciativa fruto da ação comum entre ONGs do campo da Educação e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) com o objeto de elaboração de um material educativo que compusesse a posterior, e jamais alcançada, capacitação voluntária de professoras e professores da rede pública brasileira no intuito de se refletir sobre a importância de uma “Educação para as diferenças” e “interiorizar a agenda anti-homofobia na educação nos estados e municípios” (DE OLIVEIRA, MAIO, 2017: p.132).

Formalmente, o tema do enfrentamento da violência por orientação sexual e identidade de gênero nos currículos escolares do Ensino Médio estava presente desde a formulação do Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, agendamento inicial sobre o qual se proveu continuidade e aprofundamento através da corresponsabilidade tripartite entre a pesquisa qualitativa “Escola sem Homofobia”, conduzida pela ONG Reprolatina através de grupos focais com docentes de instituições públicas da Educação básica entre os anos 2006 e 2009; a elaboração de material didático informativo que embasasse a capacitação do professorado sob responsabilidade da ONG ECOS - Comunicação em Sexualidade, o chamado “Kit de Combate e Prevenção à Homofobia”, ou “*Boleshs*” (Boletim Escola sem Homofobia); bem como a composição de comitês gestores locais de implementação e monitoramento da então pretensa política pública sob intermédio da ONG Pathfinder do Brasil.

De Oliveira e Maio (2017) destacam que a apresentação do supracitado material didático na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDHLP) da Câmara dos Deputados, em 2009, representou o início do conflito político em questão, haja vista os “boleshs” terem sido interpretados como suposta tentativa de interferência na sexualidade infantojuvenil, o que fez com que a proposta fosse deslocada do microssistema do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da ação

comum entre as três Organizações Não-Governamentais anteriormente referidas no sentido de que se alcançasse, primeiramente, o macrossistema da agenda dos meios de comunicação e, por fim, a própria agenda eleitoral do pleito presidencial de 2010, podendo ser identificado como “momento crítico”, o *bandwagon* definido pelo MEP, no sentido do desagendamento desta ação até então em curso.

Grespan e Goellner (2011) destacam que a imagem do “kit gay” promoveu intensa desqualificação das pessoas ativistas e aliadas protagonistas ao passo em que seus empreendedores da moral veiculavam, em diferentes arenas da política, falas e fotos descontextualizadas advindas de informações falsas sobre o PESH, antagonização através da qual estas primeiras passaram a ser identificadas, segundo De Oliveira e Maio (2017, p.117), como supostos “defensores de um fundamentalismo homossexual”, processo de rotulação do “outro” em que se viu também a frequente e infundada associação entre as agendas políticas destes movimentos sociais à pretensão promoção da promiscuidade, da pedofilia e da subversão de uma “família tradicional” enquanto detentora do monopólio sobre as decisões acerca da Educação. Ainda de acordo com estes últimos autores:

No contexto desses embates, adquire visibilidade a figura de Jair Bolsonaro (...) no pleito eleitoral do ano de 2010 ao receber maior destaque na manifestação contra a distribuição do material devido ao depoimento no Plenário que obteve repercussão nacional, seja pelas suas declarações de cunho altamente homofóbico e racista, seja pela distribuição do Informativo *Kit Gay*, apelidado pela mídia de ‘Panfleto Anti-Gay’, jogada discursiva que adquiriu quórum e que rapidamente começou a circular em diferentes instâncias midiáticas chamando a atenção para os supostos perigos que o material pedagógico produzido pelo MEC provocaria na educação e na sociedade brasileira (DE OLIVEIRA, MAIO, 2017: p.139).

A discussão ao redor do PESH enquanto “kit gay” ocupou centralidade na campanha eleitoral de 2010 e, em resposta à difusão de tal imagem e consequente captura da agenda do pleito então em curso, o Partido dos Trabalhadores (PT) divulgou pelas redes sociais a chamada “Carta aberta ao povo de Deus”, de 28/08/2010, intento de prover aquilo que Irineu (2020; 2021) definiu como a “política conciliatória” petista: manter a coalizão político-eleitoral

com os segmentos da fé em coexistência à traços de governamentalização das agendas políticas e cursos de ação dos movimentos LGBTQIA+. A referida “Carta” esteve caracterizada pelos seguintes termos:

(...) Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes tanto para as minorias como para toda a sociedade brasileira (Portal web Gospel Prime, 2010).

A campanha da então presidente Dilma Rousseff sinalizou, anteriormente ao processo eleitoral, sobre a desistência de alavancar esta iniciativa caso eleita, o que de fato se observou em maio de 2011 quando a presidenta, em coletiva de imprensa, referiu-se ao Programa como “propaganda de opções sexuais (sic)”, tendo o Ministério da Educação declinado formalmente do interesse de alavancá-lo a partir de então. O então presidente Jair Bolsonaro, principal difusor da imagem do “kit gay” junto aos sistemas do Parlamento nacional e à mídia, voltaria a mobilizar tal estratégia discursiva de rotulação das pessoas não heterossexuais-cisgêneras enquanto estratégia de alavancagem eleitoral no pleito de 2018 em que se brindou a sua vitória ao Palácio do Planalto (Portal web El País, 2018).

Conforme observado com o Modelo do Equilíbrio Pontuado, as mudanças políticas advém da interação entre as instituições políticas multiníveis e padrões circunstanciais imprevisíveis capazes de alavancar processos de mobilização intensa de novos participantes e suas respectivas imagens (ou anti-imagens no caso) de políticas nos espaços formais de decisão. Conforme o relato de um ativista LGBTQIA+ entrevistado:

Isso acabou virando um pouco a munição da bancada da Bíblia, somado depois ao Escola sem Partido, a ideologia de gênero. O kit gay vem um pouco antes porque era um material de altíssima qualidade que buscava suprir um problema de formação dos professores na sua formação inicial, que não se discutia a questão de gênero, da orientação sexual. Isso foi ruim porque virou tão pejorativo e é daí que sai a mamadeira de piroca que é de uma desqualificação e de uma violência absurda.

Percebe-se aqui uma dinâmica de interação entre imagens desagendadoras de propostas da chamada “Educação para as diferenças”, “kit gay” e “ideologia de gênero”, interação sobre a qual se pretende analisar considerando a codificação discursiva dos segmentos enunciativos apresentado a seguir:

Tabela 5. Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “kit gay”

Iniciativa
Programa “Escola sem Homofobia” (ABGLT, entidades parceiras e MEC 2009-2011): material impresso e audiovisual para formação continuada do magistério sobre temas de gênero e sexualidade.
Atrizes e atores políticos empreendedores
ABGLT, Reprolatina, ECOS – Comunicação em Sexualidade, Pathfinder do Brasil e Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Reações
Entendido como tentativa de conversão da sexualidade infanto juvenil, foi tema central da campanha eleitoral de 2010 em que o candidato José Serra (PSDB) imputava a iniciativa ao PT que, em resposta sob a forma da “Carta aberta ao povo de Deus” e “Mensagem da Dilma”, sinalizou, anteriormente ao processo eleitoral, sobre a desistência de alavancar esta iniciativa caso Dilma Rousseff fosse eleita, o que de fato se observou em maio de 2011 quando a presidenta, em coletiva de imprensa, referiu-se ao Programa como “propaganda de opções sexuais (sic)”, tendo a SECADI/MEC declinado do interesse de alavancá-lo a partir de então. O assunto voltaria a pautar a campanha à prefeitura da cidade de São Paulo, de 2012, em que o então candidato José Serra (PSDB/SP) repetiu as imputações ao então candidato Fernando Haddad (PT/SP), ex-ministro da Educação. O então presidente Jair Bolsonaro (então PSL/RJ), um dos principais difusores da imagem “kit gay” no Parlamento e na mídia, tendo voltado ao tema no pleito de 2018.
Atrizes e atores políticos opositores
Ex-deputado federal Jair Bolsonaro (então pelo PP/RJ), Frente Parlamentar Evangélica, setores da imprensa, campanhas presidenciais e à prefeitura da cidade de São Paulo de José Serra (PSDB/SP) em 2010 e 2012, respectivamente, e de Jair Bolsonaro (então PSL/RJ) em 2018.

Elaboração própria.

Trechos codificados da imagem “kit gay” no MAXQDA

A Frente Parlamentar em Defesa da Livre Expressão Sexual [MESA-2]. Nós fizemos um trabalho [PP-2, MESA-1] de cada um de nós [PP-2, MESA-1] colocar dinheiro das suas emendas individuais para esse Programa [Escola sem Homofobia] que era um programa de

formação para professores de nível médio [MESA-2] sobre como abordar a questão da sexualidade, considerando a diversidade, para adolescentes de nível médio [MESA-2]. Foi aí que nasceu a história do kit gay [MEO-3, MESA-4], eles apelidaram de kit gay [MEO-2, MESA-4] e, simplesmente [MESA-4], o Programa não andou [MESA-4]. A gente tinha como intenção fazer seminários e ainda para preparar material [PP-2] e eles já apresentaram materiais prontos [PN-2, PN-3, MEO-2], ainda hoje [dezembro de 2017] [MESA-3] eu recebo [MESA-1], de vez em quando [MEO-3], “olha a cartilha que está sendo distribuída nas escolas [MESA-2]”, o que não é verdade porque o Programa não foi adiante [MEO-4].

Porque, vou te confessar [PP-2, MESA-1]: no momento em que a Dilma foi candidata a presidente [MESA-2, MESA-3], a reação do movimento [MEO-2] contra a aprovação do projeto [PLC nº122/2006 - criminalização da violência] foi pra cima dela [MEO-2], ainda na campanha [presidencial de 2010] [MESA-3], foi ali [PN-3, MEO-1] que surgiu a história do kit gay [MEO-1, MESA-4]. Então, houve sim um certo esmorecimento da luta nesse momento [PP-2, MESA-1], sabe? [MEO-1] Não é culpa da Dilma [MESA-2], das ministras [da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH] [MESA-2], mas das relações de forças [PN-3, MEO-2], das relações de forças [PN-3, MEO-2].

E, assim, embora o governo [MESA-2] também tivesse o compromisso, dentro Ministério da Educação [MESA-2] tinha também quem não quisesse [PN-2, PN-3, MEO-2], mas a gente venceu [PP-2, MEO-2]. E, por isso, eu fiquei muito triste [MESA-1] quando eu vi [MESA-1] na campanha [presidencial de 2010] da Dilma [MESA-2, MESA-3] os caras irem pra cima [PN-2, PN-3, MEO-2] e ela repetir a história do kit gay [MEO-2, MESA-4], eu cheguei a ligar [PP-2, MESA-1] para o povo da campanha dela [PN-2, PN-3, MEO-2] e dizer: “por favor, fala para ela [MEO-2] não repetir isso [MEO-1], não é kit gay [MESA-4], que não existe kit gay [MESA-4], existe um programa de formação [MEO-4] para professores [MESA-2], não é para alunos [MESA-2], é para professores [MESA-2] para ensinarem como tratar e como abordar quando acontecer com os adolescentes [MESA-2] a história do bullying” que já era discutida, já era muito discutida e a gente já tinha dados [PP-2] muito importantes que diziam que, principalmente [MESA-4], a questão da sexualidade implicava muito no público [MEO-2] e já tinham histórias de suicídio de meninos e meninas por conta disso [PP-2, MEO-2]. Tudo isso é muito forte e a gente tinha muito argumento [PP-2] para justificar a formação de professores [MESA-2], altamente necessária para trabalhar com adolescentes [MESA-2] a questão da diversidade da sexualidade [MEO-4]. Nada disso [MEO-1] convenceu os caras [PN-2, MEO-2].

E esse kit [PN-3, MEO-1, MESA-4], a campanha do kit [PN-3, MESA-4], a gente ficou na defensiva [PP-2] e mostrou como é que eles usaram depois [MEO-2], inclusive na campanha [à presidência] do Haddad [Fernando Haddad] [MESA-2, MESA-3]. Se a gente tivesse ido para a ofensiva [PP-2], tem certos temas que você tem que pagar pra ver [MEO-1]. Não acumula, não marca território, você não reúne sua tropa [MEO-1, MESA-2], quando eles viram que mexia com o PT [MEO-2, MESA-2], aí eles aprofundaram o mal [MEO-2] e vai até a campanha do Haddad [à presidência da República] [MESA-2, MESA-3].

Acho uma estupidez [MEO-1, MESA-4], me desculpe [PN-1, MEO-1], mas isso não tem [MEO-1] o menor propósito. É evidente que tem que combater a homofobia, é evidente. Nós temos gente morrendo [PP-2], sendo agredida, gratuitamente [MESA-4], pelo fato de ser alguma coisa [MEO-1], seja gay [MESA-2], seja transexual [MESA-2], seja o que for [MEO-1] (...) Foi uma exploração política, uma forma de atacar a esquerda [MESA-2] e tentar ganhar espaço para derrubar o PT [MESA-2]. (...) Nós pioramos enormemente nesse terreno [PP-2]. Para mim [PP-2, MESA-1], é assustador o que está acontecendo no Brasil [MESA-2], é a volta do século XIX porque essa discussão [MEO-1] não tem o menor sentido. Essa coisa [“coisificação” - PN-2, PN-3, MEO-1] que virou folclore [MESA-4] de que os meninos [MESA-2] têm que usar azul e as meninas [MESA-2], rosa, eu vou te contar [MESA-1] uma brincadeira: a gente [PP-2] pedia aos professores [MESA-2] para criarem dinâmicas que possibilitasse, por exemplo, a discussão no gênero ou de sexualidade que fosse com as crianças [MESA-2] e

uma professora [MESA-2] fez uma coisa muito simples, ela dividiu [MEO-1] a turma dos meninos [MESA-2] e das meninas [MESA-2] para uma disputa e falou: "então, as meninas [MESA-2] vão ser do grupo azul e os meninos [MESA-2], do grupo rosa". As crianças disseram [MESA-2]: "não, professora [MESA-2], está errado! A senhora [MEO-2] mudou, a senhora [MEO-2] inverteu!" e ela [MEO-2] respondeu: "por quê está errado?" e ela [MEO-2] fez a discussão do porquê não está errado, do porquê menino [MESA-2] não tem que ser azul, menina [MESA-2] não tem que ser rosa. Foi uma experiência interessante [MESA-4], bem bolada, uma coisa simples [PN-1, PN-2, MEO-1] e que funcionou para discutir os estereótipos. Agora, vem uma ministra [Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos] [MESA-2] e fala que é assim que tem que ser [PN-2, PN-3], o que você acha [MEO-1] que eu posso [MESA-1] pensar disso? [MEO-1].

Eu falei [MESA-1] sobre isso [MEO-1]: a ideia de que eles não conseguem entender [MEO-2], minimamente [MESA-4], o que é a sexualidade infantil, que existe uma sexualidade infantil. Para começar, aquela [MEO-1] ideia fantasiosa [MESA-4] de que a criança [MESA-2] é um anjinho de candura [MESA-4]. Se observar as crianças [MESA-2], você sabe que não é assim [MEO-1]: criança [MESA-2] é sacana [MESA-4] também, criança [MESA-2] é maliciosa [MESA-4], criança [MESA-2] é cruel [MESA-4], muitas vezes, como qualquer ser humano [MEO-2] e está se desenvolvendo desse jeito. Quem lida [MEO-2] com crianças [MESA-2] tem que saber lidar, sim [PP-1], com as questões da sexualidade infantil, inclusive como é que lida com a ereção de bebês [MESA-2], isso é [MEO-1] uma coisa [PN-2, PN-3, MEO-1] inteligente [MESA-4], o que não é inteligente [MESA-4] é o comentário dela [MEO-2] que, para mim [MESA-1], não faz o menor sentido. Agora, quem quer se colocar contra [PN-2, MEO-2], inventa qualquer bobagem [PN-3, MEO-1, MESA-4]. É muita mentira, o que esse grupo bolsonarista [MESA-2] está fazendo é muita mentira porque eles têm [MEO-2] ideias preestabelecidas sobre tudo [PN-3, MEO-1], então eles mudam [MEO-2] a realidade. Quer dizer: "não estamos desmatando a Amazônia [PN-3, MESA-1, MESA-3]", "aqui [PN-3, MEO-1] a gente não passa fome [MESA-1]" e assim vai, e "a orientação sexual ou educação sexual é mamadeira de piroca" [MESA-4], percebe? [MEO-1] Não dá para responder isso [MEO-1], está longe de qualquer racionalidade [MESA-4].

Na gestão Haddad [à frente] do Ministério da Educação [MESA-2, MESA-3]. Eu acho que [MEO-1] eles começaram a entender [MEO-2] ali [PN-3, MEO-1] fake news [MESA-4] dá certo. Não teve nada de novo depois disso [PN-3, MEO-1]. Perceba [MEO-1]: eles inventaram [MEO-2] a roda naquele momento [PN-3, MEO-3].

Eles perceberam que [PN-3, MEO-2] a disputa moral era o caminho. Ali [PN-3, MEO-1] eles perceberam que [MEO-2] a disputa moral era o caminho. E também foi um grande equívoco [MESA-4] da esquerda [MESA-2], um grande equívoco [MESA-4] dos governos petistas foram [MESA-2] – e, eu sou petista [PP-2, MESA-1], trabalhei no governo petista [MESA-1, MESA-2, MEO-3] - mas quero dizer que [MESA-1] o grande erro [MESA-4] foi ali [PN-3, MEO-1]: quando a gente disse [PP-2, PP-3, MESA-1] que não ia falar sobre questões que são estruturantes [MESA-4] na sociedade [MEO-2], a gente deu a mensagem à população [MESA-1, MEO-2] de que: "é feio [MESA-4] falar disso, eu não quero [PP-2, MESA-1]". A gente [PP-2, MESA-1] fraquejou [MESA-4], a gente deu [PP-2] o elemento e concordou com eles [PP-2, MEO-2]. Abriu a porta [MEO-2] para que essa disputa moralizante [MESA-4] tomasse conta e virasse o centro do debate até hoje [agosto de 2019] [MESA-3]. E ganhou poder. E deu o golpe que está acabando com todas as políticas importantes para gente pobre [MESA-2]. E, por outro lado, nós nunca mais conseguimos dizer [PP-3, MESA-1]: "não, isso aqui é importante [PN-3, MEO-1], a gente tem [PP-3, MESA-1] que falar sobre isso [MEO-1]". O próprio Haddad [MESA-2] quando ganha a prefeitura [MESA-3] ele cresce [MEO-2] a partir de um debate com o Malafaia [MESA-2] que ele praticamente expulsou [MEO-2] o Malafaia de São Paulo [MESA-2]. Ele disse [MEO-2]: "não, a gente vai falar sobre isso sim [PP-2]. Não tem nada demais. São pessoas [MEO-2], tem que ter respeito. Mas eu quero debater aqui [MESA-1, MEO-1] pá, pá, pá, pá [MESA-4]". E foi debater outras questões da cidade. Quando ele falou

isso [MEO-2, MEO-1], ele naturalizou uma questão [MEO-2]. Quando se fala assim [MEO-1, MEO-2, MEO-3]: “não, eu não quero falar sobre isso [MESA-1, MEO-1]”, eu gaguejo [MESA-1] e digo o que? [MEO-1] “Realmente [MESA-4], isso aqui [PN-3, MEO-1] é muito ruim [MESA-4], e eu sou [MESA-1] um perigo [MESA-4] porque vou ajudar [MESA-1] essas pessoas [MEO-2]”. Então, assim, ali foi o central [PN-3, MEO-1] e ali com a questão da [PN-3, MEO-1] cura gay [MESA-4] eles aprenderam o que? [MEO-2, MEO-1] O modo operante disso [MEO-1] é: “eu vou criar [MESA-1] uma fake news e vou criar um [MESA-1] inimigo que eu preciso [MESA-1] destruir”. Aí você vai falar de tudo [PN-3, MEO-1], “mas vai destruir os direitos trabalhistas e tal... [MEO-1]” e nada disso vai convencer a pessoa [PN-3, MEO-1, MEO-2] porque, às vezes, para eu vencer o meu inimigo [MESA-1] que é o demônio [MESA-2], o satanás que [MESA-2] quer me matar, eu preciso realmente [MESA-1, MESA-4] ser mais dura, então eu vou fazer [MESA-1] um esforço, eu vou ficar [MESA-1] aqui [MEO-1] mas vou dar [MESA-1] um jeitinho, eu vou apertar [MESA-1] aqui em casa [MESA-3] porque eu preciso [MESA-1] que esse Messias salvador [MESA-2, MESA-4] vença o satanás [MESA-2].

(...) O Escola sem Homofobia em que a Dilma [MESA-2] foi à televisão falar [MESA-2] que não ia fazer “propaganda de opção sexual” [MESA-4], além de usar o termo errado, o que é propaganda de opção sexual? [MEO-1, MESA-4] Ela entrava [MEO-2] nesse discurso [PN-2, PN-3, MEO-1] conservador [MESA-4] e usava a pauta LGBT [MESA-2] para negociar com as bancadas [MESA-2] mais atrasadas [MESA-4] para dar governabilidade para eles [PN-2, PN-3, MEO-2].

Teve um certo sucesso [MESA-4] para eles [MEO-2] exatamente [MESA-4] porque encontraram uma denominação fácil [MESA-4] e é campanha política contra a educação sexual e teve um certo êxito [MESA-4] porque impediu... [PN-2, PN-3, MEO-1] E houve alguns erros na condução do processo [PN-2, PN-3].

O erro, por exemplo – eu [MESA-1] não sei se isso aparecia como verdade [PN-1, MEO-1], tanto é que depois desapareceu [MEO-3], o próprio governo recuou [MESA-2] – de algumas cartilhas que foram, evidentemente [MESA-4], para uma criança [MESA-2] muito jovem [MESA-4] com alguns exemplos [MEO-1] que não é [MEO-1], não ajudavam [MEO-1], não era bem aquilo [PN-2, PN-3, MEO-1], houve má condução [PN-2, PN-3, MEO-1, MEO-2].

Sim [PP-1], mas o governo [MESA-2] não teve [PN-3, MEO-1] ou não quis enfrentar mostrando que não era verdadeiro, como se tivesse assumido [PN-2, PN-3, MEO-1]. É como se tivesse assumido [PN-2, PN-3, MEO-1].

Pessoa entrevistada: Nessa questão do kit gay [MESA-4] foi exatamente isso [MESA-4, MEO-1], o governo soltou [MESA-2, MEO-1], não deu e aí recua... [PN-2, PN-3, MEO-1]

Pessoa assessora [não era objeto da entrevista em questão]: Que foi o grande bum [MESA-4] do Bolsonaro [MESA-2].

Pessoa entrevistada: Foi [PP-1].

Pessoa assessora [não era objeto da entrevista em questão]: Bolsonaro surge daí [MESA-2, MEO-3] e depois vira um deputado de meio milhão de votos [MESA-2, MESA-4] porque até então ele era... [PN-3, MEO-1]

Pessoa entrevistada: Não surgiu daí [PN-1, PN-3, MEO-3], não [PN-1], mas ele aproveitou... [PN-2, PN-3, MEO-2].

Pessoa assessora [não era objeto da entrevista em questão]: Ele foi [MEO-2] para a televisão [MESA-2], foi falar... [PN-2, MEO-1] Entender que a fórmula do sucesso era falar de... [PN-2, PN-3, MEO-1].

Pessoa entrevistada: E aí foi um momento onde ele... [MEO-1, MEO-2, MEO-3] Era o governo Dilma, né? [MESA-2, MESA-3, MEO-1, PN-2] Foi quando ele começou [MEO-2, MEO-3] a romper com o PT [MESA-2].

Pessoa assessora [não era objeto da entrevista em questão]: Por que ele era base do governo [PN-2, MEO-2, MESA-2].

Nós do campo [PP-2, MESA-1] democrático e popular [MESA-4, MESA-4], incluindo aí os movimentos sociais [MESA-2] e os partidos de esquerda [MESA-2], tivemos um grande erro [PP-2, MESA-1] nos últimos vinte anos [MESA-3]. Um erro grande, por exemplo, foi ter recuado muito de enfrentar o conflito com esses grupos [PN-2, MEO-2] mais conservadores [MESA-4] que disputavam e ainda disputam narrativa e imaginário na sociedade [MEO-2]. Esse é um erro. Um outro erro foi da gente não ter [PP-2], por exemplo, criado, instrumentalizado ou fortalecido um campo da comunicação e da informação que pudessem enfrentar essa disputa, que pudesse disputar e enfrentar os imaginários e as narrativas, então eles criam com muita força [MEO-2] – inclusive instrumentalizada pelos seus mandatos tanto no Legislativo [MESA-2], quanto no Executivo [MESA-2] – de demonização [MESA-4] das lutas dos movimentos sociais [MESA-2], negro [MESA-2], quilombola [MESA-2], LGBT [MESA-2], de mulheres [MESA-2]. Ainda hoje [MESA-3], por exemplo, você tem [MEO-1] uma sociedade [MEO-2] polarizada [MESA-4] no debate do aborto ou no debate da política de cotas, de qualquer ação afirmativa ou da titulação de terras quilombolas. É uma sociedade [MEO-2] dividida [MESA-4] porque grande parte da população [MEO-2] não tem o acesso adequado a esse debate para poder compreender que isso [MEO-1] é uma questão civilizatória [PN-3, MESA-4], que isso não onera o Estado [MEO-2] e que isso [MEO-1] traz desenvolvimento. Então, você tem [MEO-1] as bancadas [MEO-2] conservadoras [MESA-4] que polarizam a sociedade [MEO-2] a partir da difusão das suas ideias preconceituosas [MESA-4] e que essas ideias preconceituosas [MESA-4] elas têm eco nessa sociedade [MEO-2] porque nós não podemos esquecer [PP-2] da forma como nós fomos colonizados [PP-2]. Como foi construída a economia da nossa sociedade [MEO-2]? [MEO-1] E como sempre foi pensado e estabelecido o papel da mulher [MESA-2], do feminino [MESA-2], do negro [MESA-2], do pobre [MESA-2] e da pessoa LGBT [MESA-2] nesse país. Então, isso [MEO-1] tem eco, está presente na literatura, está presente nos meios de comunicação [MESA-2], o pastor fala [MESA-2] no altar da Igreja, o padre fala [MESA-2] no púlpito da igreja, o apresentador fala [MESA-2] no telejornal e a novela [MESA-2] fala... [MEO-1, MESA-4] e vai no subjetivo das pessoas [MEO-2].

A expressão kit gay [MESA-4], para mim [MESA-1], é muito, muito ruim [MESA-4]. Eu entendo que [MESA-1], como eu te disse [MESA-1], é muito difícil para você explicar [MEO-1] para um pai [MESA-2] que cresceu com uma criação, às vezes, muito dura [MESA-4] é muito difícil explicar: “olha, ninguém está mandando [MEO-2] seu filho [MESA-2] ser homossexual [MESA-2]”, aliás, ninguém consegue [MEO-2] mandar ninguém [MEO-2] ser homossexual [MESA-2]. Mas, é muito difícil [MESA-4] para ele [MEO-2] porque, na cabeça dele [MEO-2], isso pode [MEO-1] influenciar o sexo daquela criança [MESA-2] e não pode porque o desejo vem de dentro, não vem de fora para dentro, vem de dentro para fora. Eu volto a dizer [MESA-1]: é uma mudança de cultura [MEO-3] e isso é [MEO-1] ir lá na escola, de uma maneira mais leve, ter que explicar para aquela criança [MESA-2] que vai crescer e que, lá na frente [MEO-3], vai ser pai [MESA-2] que ninguém está [MEO-2] pedindo pro sujeito [MEO-2] ser homossexual [MESA-2]. A foto do beijo [homoafetivo] não vai transformar ele [MEO-2] em homossexual [MESA-2]. Ele tem [MEO-2] é que entender que o filho [MESA-2] dele [MEO-2] tem direito a um dia [MEO-3] - não é quando for bebê [MESA-2], nem criança [MESA-2], nem de cinco ou seis anos, não - mas que, um dia [MEO-3], vai ter [PN-2, PN-3] a opção sexual [MESA-4] dele [MEO-2], quando tiver doze, quinze ou dezesseis anos [MEO-3] vai querer transar [PN-2, PN-3] e, às vezes, vai querer transar [PN-2, PN-3] com um homem [MESA-2] ou a mulher [MESA-2] vai querer transar [PN-2, PN-3] com uma mulher [MESA-2] e pode querer um dia e pode não querer no outro [PN-2, PN-3, MEO-3]. A única coisa que eu ainda [MESA-1] - olha que eu sou [MESA-1] liberal [MESA-4], mas ainda me assusta [MESA-1] um pouco [MESA-4] - o tal do poliamor, eu ainda [MESA-1, MESA-4] não me convenci que, por vários motivos, ainda não [MESA-4] entrou na minha cabeça [MESA-1], mas eu ainda [MESA-1, MESA-4] vou tentar entender, não consegui ainda [MESA-1, MESA-4]. Mas, o resto, cada um faz [MEO-2] o que quer da sua vida, ninguém tem [MEO-2] nada a ver como o outro sente [MEO-2] o amor, como o outro sente [MEO-2] prazer. Eu não consigo... [MESA-1, MEO-1] Mas entendo, entendo muito as pessoas [MEO-2] que têm... [MEO-1] porque a formação delas

[MEO-2] foi diferente da minha, a educação delas [MEO-2] foi diferente da minha e ele aprendeu [MEO-2] a pensar diferente do que eu penso. Se todo mundo [MEO-2] pensasse igual também... [MEO-1] Então você tem que [MEO-1], de alguma maneira, com muita... [MEO-1] e aí é o mundo, a vivência, aos pouquinhos vai transformando [PN-2, PN-3].

Acho que é [MEO-1] pânico moral [MESA-4], é pânico moral [MESA-4], não precisa disso [MEO-1]. E tem mais: kit gay? [MESA-4, MEO-1] Para mim, é inconcebível [MESA-4] você chamar [MEO-1] isso [MEO-1] de kit gay [MESA-4], mas enfim. A questão da ideologia de gênero, esse é um conceito internacional. Você não aceitar [MEO-1]: “ah, não”, a gente conviveu [PP-2] com isso [MEO-1] e não transformava de sexo, o que não muda nada o que é a identidade de gênero, não vai determinar se o sujeito [MEO-2] é homem [MESA-2], mulher [MESA-2], homo [MESA-2], não vai. Por outro lado, é o que eu disse antes [MESA-1]: você tem lá [MEO-1] um sujeito [MEO-2] que pensa diferente de você [MEO-1] e você tem que [MEO-1] se acostumar, tem que achar um meio termo para fazer avançar na lei... [MEO-1].

Foi uma grande maldade [MESA-4] para poder ser... [MEO-1] Cair dentro das famílias [PN-3, MESA-2] que não tinham noção e das igrejas fundamentalistas [MESA-2, MESA-4] – não estou falando só das igrejas [MESA-2], estou falando também das igrejas católicas [MESA-2] também, as judaico-cristãs [MESA-4] – de mostrar que: “olha, dentro da escola [MESA-2] agora [MEO-3] tem um kit gay [MESA-4]”, é um peso. Você falar que [MEO-1] é um kit gay [MESA-4] é um peso. Você falar que [MEO-1] têm cartilhas e que tem todo um material para desconstruir o preconceito é outra.

Um deles [MEO-2] é o Bolsonaro [MESA-2], um deles [MEO-2] é o Bolsonaro [MESA-2] que usou isso, [MEO-1] inclusive agora [MESA-4, MEO-3], de forma... [MEO-1] Inclusive [MESA-4] produzindo materiais falsos, fotografias de materiais, documentação... [PN-2, PN-3, MEO-1] Um verdadeiro estelionatário [MESA-4], a gente tem [PP-2, PP-3] um presidente que [MESA-2] é um estelionatário [MESA-4]. Isso [MEO-1] acabou virando um pouco [PN-3] a munição [MESA-4] da bancada da Bíblia [MESA-2, MESA-4], somado depois [MEO-3] ao Escola sem Partido, a ideologia de gênero [MESA-4] e, quer dizer, o kit gay [MESA-4] ele vem [MEO-2] um pouco antes [MEO-3] porque era um material de altíssima qualidade [MESA-4] que buscava suprir um problema de formação dos professores [MESA-2] na sua formação inicial, que não se discutia a questão de gênero, de orientação sexual, do racismo, essas coisas [MEO-1] que a universidade [MEO-2] ainda não... [MEO-1] Na [universidade] pública [MEO-2, MESA-4] ainda [MESA-4] você conseguiria [MEO-1] ter algum tipo de formação sobre isso [MEO-1], mas na privada [MEO-2, MESA-4] não tinha, não tinha nenhum [MEO-1]. Isso foi [MEO-1] tão ruim [MESA-4] porque virou tão pejorativo [MESA-4] e é daí [MEO-3] que sai a “mamadeira de piroca” [MESA-4] que é de uma desqualificação [MESA-4] e de uma violência absurda [MESA-4].

Da forma que podia [PN-2, PN-3]. Quando você [MEO-1] tem dinheiro, você consegue [MEO-1] ter muito mais visibilidade e a produção de factoides [MESA-4] que o Bolsonaro [MESA-2] vive até hoje... [MESA-3, MEO-1] Não sei se [PN-1, MEO-1] você conhece [MEO-1], tem um site agora [MEO-3] que chama Cagômetro que você [MEO-1] não precisa procurar mais as cagadas [MESA-4] que ele fala [MEO-2], diariamente [MESA-4], eles colocam [MEO-2] todos os dias [MEO-3] quais foram as imbecilidades [MESA-4] que ele fala [MEO-2]. Têm um... [MEO-1] Ele vive [MEO-2] de factoides [MESA-4], então ele cria [MEO-2] factoides [MESA-4] em cima de factoides [MESA-4], como é que se responde a isso [MEO-1]? [MEO-1] Eu trabalho [MESA-1], eu não tenho [MESA-1] mandato e um gabinete [MESA-2] inteiro para criar mentira, factoides [MESA-4], contratar miliciano [MESA-2]. Não tenho, eu tenho que trabalhar [MESA-1]. Não dá para responder no mesmo nível. E aí você tem [MEO-1] uma imprensa vendida [MESA-2, MESA-4], marrom [MESA-4], escrota [MESA-4], basta você ver [MEO-1] o que os jornalistas [MESA-2] fizeram com o Glenn [Glenn Greenwald] [MESA-2] agora [setembro de 2019] [MESA-3], no [Programa] Roda Viva [da TV Cultura]. É disso [MEO-1] que eu tô [MESA-1] falando, de que imprensa [MESA-2]... [MEO-1] Assim, é isso [MEO-1]. E a

imprensa [MESA-2] comprou e divulgava [PN-2, PN-3]. Em vez de fazer a correção, não, “ah, o projeto Escola sem Homofobia...” [MEO-1], não, virou o kit gay [MESA-4], “ah, é o kit gay? [MEO-1, MESA-4] É o kit gay! [MESA-4] O kit para virar gay” [MESA-4, MESA-2]. É super *disgusting* [MESA-4], é muito ruim [MESA-4], muito ruim [MESA-4]. E o material é um material muito bom [MESA-4], é um material muito bom [MESA-4].

Com certeza! [PP-1] Começa a ser limitada... [MEO-3, MEO-1] E eu ia [MESA-1] te contar esse detalhe que eu te [MESA-1] falei, e eu vou te [MESA-1] contar que o que aconteceu. A pesquisa foi em 2010 [MESA-3], a pesquisa "Homofobia nas Escolas", do Programa Escola sem Homofobia [MEO-4]. Essa pesquisa foi em 2010 [MESA-3]. Esse recurso tinha três componentes: um que foi dado aos movimentos LGBTs [MESA-2], que eles [MEO-2] fizeram seminários nas diferentes regiões do Brasil para poder recolher toda a informação possível sobre as violências existentes que eram... [MEO-1] não tinham visibilidade. As pessoas [MEO-2] não se davam conta de toda essa violência que está acontecendo, que continua acontecendo, mas, nessa época [MEO-3], nesses encontros era trazer essas histórias a público para dar essa visibilidade. Esse era um. O segundo a pesquisa nossa e o terceiro, o material educativo, o famoso "kit gay" [MESA-4] que foi feito pela ECOS [ONG ECOS - Reprodução e Sexualidade] [MESA-2]. Nós, as três partes, a gente se reunia em Brasília [PP-2] e quem coordenou tudo e recebeu o financiamento foi a Pathfinder [MESA-2], de Salvador, com Laudari [Carlos Augusto Laudari, conselheiro técnico sênior em HIV e AIDS da Pathfinder Internacional] [MESA-2], um médico [MESA-2] que foi aluno [MESA-2] meu aqui na Unicamp [MESA-2], a gente era [PP-2] muito amigo, Toni [Antônio Reis] [MESA-2] era presidente da associação ABGLT [MESA-2], naquela época [MEO-3], e o pessoal da ECOS [MESA-2]. Então, a gente se reunia [PP-2, PP-3], tudo foi feito opinando, digamos, fomos participando todos nos três componentes [PP-2, PP-3], embora cada um [MEO-2] era autônomo de fazer.

Exatamente [PP-1], exatamente [PP-1], esse é o conceito [PP-1], é esse o conceito do porquê que eles [MEO-2] querem que a gente não ensine [PP-2, PP-3] educação sexual nas escolas, eles dizem [MEO-2]: "ah, porque nós vamos ensinar e as criancinhas [MESA-2] vão aprender que podem ser gays [MESA-2]". Eu falo [MESA-1]: "sim [PP-1], exatamente [PP-1], vão aprender isso [MEO-1], eles vão ser... [MEO-2, MEO-1]".

Exato! [PP-1] O kit gay [MESA-4] – nossa, como eu falo [MESA-1], vou de um lado para o outro [MEO-1] – o kit gay [MESA-4], quando eles [MEO-2] chamaram de kit gay [MESA-4] é justamente [MESA-4] porque através desse material, o que é que a gente [PP-2, PP-3] queria? [MEO-1] Nós queríamos [PP-2, PP-3] diminuir a homofobia nas escolas [MESA-2]. O que a gente falou [PP-2, PP-3] para a Lena [Lena Franco, coordenadora da ONG ECOS - Comunicação em Sexualidade] [MESA-2] que estava... [MEO-1] Eles [MEO-2] já tinham alguns materiais, foram só readaptados, a gente já trabalhava [PP-2, PP-3], inclusive, com muitos materiais e nós falamos assim: “o que acontece: na escola [MESA-2], as pessoas [MEO-2], nem os próprios gays [MESA-2] sabem o que é orientação sexual”. Eu posso te contar [MESA-1] algumas coisas [MEO-1], e coisas impactantes [MEO-1, MESA-4], para a minha pesquisa. Eu trabalhei [MESA-1] com um pesquisador [MESA-2] de uma das cidades - acho que foi em Goiás ou em Cuiabá, já não me lembro [PN-1], em uma dessas cidades [PN-1]. (...) Como eles [MEO-2] eram estudantes [MESA-2] ainda, de mestrado e doutorado, eu falei [MESA-1]: “tá”, já tínhamos feito vários grupos focais e era um grupo focal com educadores [MESA-2]. Eu falei [MESA-1]: “você quer fazer? [MEO-1, MEO-1] Você coordena [MEO-1] e eu escrevo [MESA-1] agora [MEO-3], eu anoto? [MESA-1, MEO-1]” Eu digitava [MESA-1] direto no computador, mas a gente também gravava [PP-2], eu tomava as notas [MESA-1]. Ele disse [MEO-2]: “ah, eu quero [MESA-1]” porque ele [MEO-2], também, a gente ensinava [PP-2] a eles [MEO-2] como manejar e depois [MEO-3], no final da noite, trabalhava até uma da manhã e a gente analisava os dados, inclusive, como que a gente analisava para eles [MEO-2] terem uma ideia. E, aí, os professores [MESA-2] que a gente perguntou assim, tinha uma das perguntas que era “o que é a homossexualidade e a que idade uma pessoa pode saber se é

homossexual?”. Aí, ele perguntou [MEO-2] e tinha um professor [MESA-2] que era bem líder [MESA-4] e ele me disse [MEO-2] assim – eu nunca vou [MESA-1] esquecer essa história – disse: “olha”, bem assim como se soubesse, em um grupo de dez ou doze professores [MESA-2], então ele parecia [MEO-2] como um líder [MESA-4], disse: “tem uma teoria [PN-2, PN-3] que o homossexual [MESA-2], em algum passado em sua vida [MEO-3], fez uma coisa muito errada [MESA-4]. Então, ele veio aqui [PN-3, MEO-2, MEO-1] e ele vem pagar [MEO-2]”.

Então, pensa nisso [MEO-1]: esse é um professor [MESA-2], que é professor [MESA-2] nessa escola e ele tem o poder [MEO-2] porque ele ensina [MEO-2] aos alunos [MESA-2]. Se ele ensina [MEO-2] isso [MEO-1], o que vai acontecer nessa escola [MESA-2]? E eles não reconheciam [MEO-2] quando a gente falava [PP-2] se tinha gay [MESA-2], lésbica [MESA-2], travesti [MESA-2], transexual [MESA-2], a gente falava tudo [PP-2] [e a resposta era]: “não, olha, eu posso contar [MESA-1] com os dedos da mão”, eles diziam assim [MEO-2]. Quando a gente fazia a mesma pergunta [PP-2] para os estudantes [MESA-2], era diferente, reconheciam um monte [MEO-2], mas os professores [MESA-2] nem reconheciam [PN-3]. E, quando reconheciam [MEO-1], reconheciam [MEO-1], assim [PN-1, MEO-1], os que faziam barulho, sabe? [PN-1, MEO-1] A menina que [MESA-2] era mais popular [MESA-4] e que queria beijar a outra [MEO-2] só pra impactar os outros [MEO-2] ou o menino que [MESA-2] era, assim [PN-1, MEO-1], eles eram [MEO-2] bem visíveis [MESA-4], na verdade, eram bem visíveis por todos [MEO-2]. Mas era tão fácil [MESA-4] para a gente [PP-2], como a gente se posicionava [PP-2], porque a gente também fazia [PP-2] grupos de rodas de conversa no pátio, além dos grupos focais organizados [MEO-2]. Então, pegamos um intervalo e falamos assim: “Gente! A gente queria [PP-2] bater um papo com vocês [MEO-1], é que a gente está [PP-2] fazendo uma pesquisa para saber se tem homofobia nas escolas. Vocês sabem o que é homofobia?” [MEO-1], [respondiam]: “não”, e aí a gente dizia [PP-2]: “ah, a homofobia é tal...” [MEO-1], [após a explicação às pessoas ouvintes se indagava], “então, e aqui? [PN-3, MEO-1]” e [respondiam]: “nossa, aqui [PN-3, MEO-1] tem [homofobia]!”, [a equipe perguntava também]: “aqui têm [PN-3, MEO-1] gay [MESA-2], lésbica [MESA-2], travesti [MESA-2]?”, [e os alunos respondiam]: “nossa, claro!” e as meninas diziam [MESA-2]: “olha, eu gosto de [MESA-1] menina [MESA-2], eu já fiquei [MESA-1] com menina [MESA-2]” e assim elas contavam na roda [MEO-1] e os professores nunca tinham escutado [MESA-2]? É uma coisa [MEO-1], assim, muito incrível [MESA-4].

Nunca conseguiram capacitar [MEO-2] esses educadores [MESA-2]. Porque os materiais [MEO-1]... eles condenaram os materiais [MEO-2] dizendo que era um kit gay [MESA-4] porque o kit dos materiais mostrava essa possibilidade de que as pessoas podem ser o que podem ser [MEO-2] e isso eles criaram [PN-3, MEO-2].

Exatamente [PP-1, MESA-4]. Todo o material educativo foi elaborado pela ECOS [PP-2, MESA-2]. Eram cadernos de atividades para os professores [MESA-2] na escola que nunca chegaram a estar disponíveis porque eles foram [PN-2, MEO-2] bloqueados e, mais, eles bloquearam todo o material [MEO-2] por causa de um vídeo em que mostrava a relação entre duas meninas [MESA-2].

Eles usaram [MEO-2] todos os argumentos sujos [MESA-4] que você possa imaginar [MEO-1].

Fake news, exatamente [PP-1, MESA-4]. Falavam muita coisa [MEO-1, MEO-2]. Tudo era mentira o que falaram [MEO-2] porque todo o material foi muito bem preparado por profissionais especializados em sexualidade [MESA-2]. Eu uso [MESA-1], até hoje [MESA-3], muitos desses materiais. Os materiais são bons [MESA-4] e não iam nunca ser distribuídos nas escolas. Eles seriam [MEO-2] para capacitar as professoras [MESA-2] e os professores [MESA-2] para trabalhar com os alunos [MESA-2] na escola. Esse era o objetivo.

Absolutamente [PP-1, MESA-4], e a partir daí, claro, invalidar então a apresentação dos dados da pesquisa [Escola sem Homofobia]. O que a gente queria que... [PP-2, MEO-1] Enviamos

para cada um dos lugares [MEO-3] e em, alguns lugares [MEO-3], a gente foi apresentando... [PP-2, MEO-1] em Belo Horizonte [MESA-3], alguns que a gente teve recurso [PP-2] voltamos para a apresentar para a comunidade escolar [MESA-2] o resultado da pesquisa. Foi muito pouca gente [MEO-2] e os movimentos sociais [MESA-2], muito pouca gente em geral [MEO-2] para as apresentações porque já havia todo esse murmuro. Eles fizeram uma fofoca generalizada [MEO-2, MESA-4], digamos assim, e as pessoas começaram a ficar [MEO-2] como que “com medo de se misturar a isso [MEO-1]”.

Em 2014 [MESA-3], eu era o coordenador de campanha [MESA-1] da Marina Silva [MESA-2], dei uma entrevista para O Globo [MESA-2], na sexta-feira [MEO-3], elogiando a Marina [MESA-2] por apoiar o casamento gay, no sábado [MEO-3] a Marina [MESA-2], em uma coletiva, disse que não era casamento, era união civil. Veio aquela loucura do Silas Malafaia [MESA-2] [líder da Assembleia Vitória em Cristo], primeiro o Malafaia [MESA-2] criticando ela [MEO-2], depois o Jean Wyllys começa [MESA-2] a bater nela [MEO-2, MESA-4] e, aí, o Malafaia [MESA-2]: “não, se os gays [MESA-2] não gostam, eu gosto [MESA-1]” e começa aquele papo de que ela mudou [MEO-2] por causa do Malafaia [MESA-2] que, até hoje [outubro de 2020] [MESA-3], rende, até hoje [outubro de 2020] [MESA-3], as pessoas [MEO-2] ainda acreditam nisso [MEO-1], as pessoas falam [MEO-2]: “ah, eu adoro Marina [MESA-1, MESA-2], pena que ela [MEO-2] é homofóbica [MESA-4]” e a REDE [MESA-2] só tem viado [MESA-4], não tem como a Marina... [MESA-2, MEO-1] Quem conhece [MEO-2] a REDE Sustentabilidade [MESA-2] sabe que ela [MEO-2] não é homofóbica [MESA-4] e eu fiz [MESA-1] uma carta pública do setorial [MEO-2] dizendo que a Marina [MESA-2] estava errada e que a gente chamava [PP-3] a nossa candidata [PP-2] para conversar e aprender que queríamos os mesmos direitos [MESA-1], com os mesmos nomes, que a gente não podia [PP-3] aceitar um nome diferente, mas que não era por isso que... [MEO-1] A gente achava que [PP-3] ela era [MEO-2] o melhor quadro [MESA-4] e que a gente teria tempo para [PP-2] conversar isso [MEO-1] com ela [MEO-2]. Não dá para você [MEO-1] sair surrando quem você apoia [MEO-1], mas o silêncio total que aconteceu naquela época [MEO-3] de “não vamos criticar, vamos aguentar” [PP-3], isso é [MEO-1] muito ruim [MESA-4], mas eu acho [MEO-1] que é uma lição que o movimento LGBT [MESA-2] - ou uma boa parte [MEO-2] - aprendeu [PP-3], eu tenho escutado [MESA-1] muito mais hoje [MESA-3] essa ideia de que “nós temos que ser independentes, não podemos ser refém de partido” [PP-3], eu acho que [MEO-1] essa surra que [MESA-4] a gente levou [PP-3] e que fez nascer o Bolsonaro [MESA-2] porque foi o “kit gay” [MESA-4] fez o Bolsonaro surgir [MESA-2], infelizmente [MESA-4] é isso [MEO-1], é uma dura aprendizagem [MESA-4] para todos nós [PP-3].

Outro dia [MEO-3], eu fiz uma live [MESA-1] com a Raquel Sheherazade [jornalista e apresentadora] [MESA-2] – que é muito minha amiga – e ela me perguntava: “o Congresso [MESA-2] é homofóbico [MESA-4]?” e eu dizia [MESA-1]: “não, o Congresso é [MESA-2] cheio de canalha [MESA-4] que sabe que a homofobia dá voto, homofobia hoje [MESA-3] dá voto. Você fala [MEO-1] mal de gays [MESA-2], você fala que [MEO-1] vai defender a família [MEO-2] e esse é o mote, isso [MEO-1] dá voto”. Se você fala [MEO-1] da pauta LGBT [MESA-2], as pessoas perguntam [MEO-2]: “mas você [MEO-1] vai vir com aquele negócio [MEO-1] de kit gay [MESA-4]?”.

Ele [MEO-2] pegou um livro – vinte livros, aliás – que foram para a biblioteca do Ministério da Cultura e ele dizia [MEO-2] que era do Ministério da Educação. Então, ia mentindo assim e ia... [MEO-1]

Olhe, o que é uma expansão “anti” é o crescimento da presença dos evangélicos [MESA-2] na política, igrejas evangélicas [MESA-2] com muita força e força crescente na política. Por quê? [PN-1] Porque como eles eram e são um [MEO-2] eleitorado muito cativo [MESA-2, MESA-4], eles atuam com [MEO-2] uma certa orientação das igrejas [MESA-2], eles começaram a ser [MEO-2] muito cultuados pelas forças políticas [MEO-2] e isso [MEO-1] me dava [MESA-1],

inclusive, uma certa angústia, eu diria [MESA-1], em alguns momentos porque a gente ia [PP-2] para um ato político e estava na mesa, sempre presente, o pastor [MESA-2], tinha ato político que não contivesse um pastor [MESA-2]. Por quê? [PN-1] Porque eles começaram [MEO-2] a serem muito adulados até porque era um voto quase que certo, as pessoas imaginavam [MEO-2] que ter a presença desses pastores [MESA-2] apoiando como um eleitorado importante [MESA-2, MESA-4] de ser conquistado. E como eles tinham [MEO-2], e têm, essa pauta bem moralista [MESA-4] contra isso [MEO-1] - “kit gay” [MESA-4] ou outro tipo, de toda atividade LGBT [MESA-2] – então eles traziam [MEO-2] para a política. Se você tinha [MEO-1] alguns desses políticos [MESA-2] e, inclusive, o PT [MESA-2] fez isso [MEO-1] à vontade porque precisava deles [MEO-2], então fazia com concessões. Muito do que teve disso [MEO-1] era uma certa concessão, a Câmara é pródiga disso [MESA-2, MESA-4, MEO-1], impressionante.

Agora, explicar isso [MEO-1] para quem não entende nem o que é a sexualidade [MEO-2], o que tem a ver, ele acha [PN-2, MEO-2, MEO-1] que vai ensinar as crianças [MESA-2] a transar precocemente [MEO-2], bobagem desse tipo [MESA-4, MEO-1]. Hoje [MESA-3], chegaram [MEO-2] ao absurdo da “mamideira de piroca” [MESA-4], não chegavam a tais absurdos [MESA-4]. Mesmo assim, havia um questionamento [MEO-3], tinha que explicar que a sexualidade infantil, sim, é muito importante, tem que ser trabalhada também [PP-2, MESA-1], não é só quando chegar na adolescência que pode engravidar, pegar uma doença e que você tem [MEO-1] que fazer o trabalho de sexualidade, tem que fazer ele [MEO-2] sempre, enfim. Acho que [MEO-1] a principal resistência foi desse tipo [MEO-1].

Tabela 6. Resultados de polidez para a imagem “kit gay”

Polidez negativa			Polidez positiva		
PN-1	13	0,12	PP-1	13	0,145
PN-2	37	0,33	PP-2	58	0,645
PN-3	61	0,55	PP-3	19	0,210
Total	111	1	Total	90	1

Elaboração própria.

Tabela 7. Resultados de modalização para a imagem “kit gay”

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
MEO-1	190	0,47	MESA-1	89	0,18
MEO-2	175	0,43	MESA-2	218	0,44
MEO-3	36	0,09	MESA-3	26	0,05
MEO-4	4	0,01	MESA-4	165	0,33
Total	405	1	Total	498	1

Elaboração própria.

Imagem 1. Nuvem de palavras da imagem “kit gay”



Elaboração própria a partir do *MAXQDA Analytics* 12.3.

Tabela 8. Descrição dos termos linguísticos da imagem “kit gay”

Adjetivo	Azul, erro, factoides, infantil, mentira, kit, líder, rosa.
Advérbio	Exatamente.
Substantivo	Campanha, disputa, educação, escolas, gênero, homofobia, ideia, ideias, mamadeira, movimento, moral, poder, política, Programa, sexual, sexualidade, visibilidade.
Sujeito	Alunos, Bolsonaro, criança, crianças, Dilma, Haddad, homossexual, gay, gays, governo, igrejas, LGBT, Malafaia, Marina, menina, meninas, meninos, Ministério, professores, PT, ONG, partido, povo, professores, sociedade.
Verbo	Aprender, enfrentar, virar.

Elaboração própria.

Tabela 9. Imagem da “ideologia de gênero”

Iniciativas
Programa “Escola sem Homofobia” (ABGLT, entidades parceiras e MEC: 2009-2011); PL nº6005/2016 que institui o “Programa Escola Livre”; PL nº10997/2018 que institui a “Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar”; PL nº502/2019 que institui o “Programa Escola sem Mordação”; PL nº1189/2019 que institui o “Programa Educação Democrática”; PL nº5039/2019 que dispõe a livre manifestação do pensamento na atividade docente em ambiente de ensino-aprendizagem, sendo vedado o registro em multimídia pelo discente, sem autorização do professor; PLs nº375/2019, nº4961/2019 e nº80/2021 que alteram a LDB para dispor sobre a liberdade de opinião e pensamento, e combate à discriminação; e do PL

nº3741/2019 que cria o “Programa Escola sem Discriminação”.

Atrizes e atores políticos empreendedores

ABGLT, Grupo Dignidade, ex-deputado federal Jean Wyllys (então PSOL/RJ), deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT-MS), deputada federal Taliria Petrone (PSOL/RJ), deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS), deputado federal David Miranda (então PSOL/RJ), deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP), deputada federal Natália Bonavides (PT-RN), deputado federal Igor Kannário (então DEM/BA), deputado federal Alexandre Padilha (PT/SP), deputado federal Denis Bezerra (PSB/CE) e deputado federal Alexandre Frota (PSDB-SP).

Reações

PL nº7180/2014, PL nº867/2015, PL nº1859/2015, PL nº8933/2017, PL nº9957/2018, PL nº10577/2018, PL nº10659/2018, PL nº246/2019, PL nº258/2019 e PL nº2692/2019 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa e instituem o “Programa Escola sem Partido”; do PL nº5487/2016 que proíbe a orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que versem sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes; do PL nº3674/2019 e do PL nº3168/2020 que veda apologias e ideologias dentro dos órgãos públicos e estabelecimentos de ensino.

Atrizes e atores políticos opositores

Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Frente Parlamentar Evangélica, Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, ex-deputado federal Erivelton Santana (então PSC/BA), ex-deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF), ex-deputado federal Alan Rick (então PRB/AC), ex-deputado federal Victório Galli (então PSC/MT), ex-deputado federal Cabo Daciolo (PATRI/RJ), deputada federal Bia Kicis (então PSL/DF), deputado federal Delegado Waldir (então PSL/GO), deputado federal David Soares (então DEM/SP), deputado federal Pastor Eurico (PHS/PE), ex-deputado federal Jhonatan de Jesus (então PRB/RR), deputado federal Hélio Lopes (então PSL/RJ), ex-deputado federal Daniel Silveira (então PSL/RJ), deputado federal Otoni de Paula (então PSC/RJ).

Elaboração própria.

Trechos codificados da imagem “ideologia de gênero” no MAXQDA

Eu me lembro [MESA-1] que uma das manifestações lá [MEO-2, MEO-3] [no Congresso Nacional], pelo menos os evangélicos [MESA-2] diziam isso [MEO-1], uma das vezes [MEO-3] que o Senado [MESA-2] quase votou esse projeto [PLC nº122/2006] e que estava prestes a votar [MEO-3], foi uma manifestação que eles fizeram [MEO-2] em frente ao Congresso [MESA-2] e botaram lá trinta, quarenta mil pessoas [MEO-2] acampadas lá contra o PL que iria “destruir a família brasileira [MESA-2]], as nossas crianças [MESA-2] e tudo mais [MEO-2]”, mas aí, nessa época [MEO-3], nem existia esta frase, hoje simbólica [dezembro de 2017] [MESA-3] e eu não sei bem o que é [MESA-1, PN-1, MEO-1], chamada “ideologia de gênero” [MESA-4] que depois veio a seguir [MEO-3] esse conservadorismo [MESA-4], veio aumentando e foi atacando em outras áreas [PN-2, PN-3]. Hoje [dezembro de 2017],[MESA-3], eles focam [MEO-2] na tal da “ideologia de gênero” [MESA-4].

Claro [PP-1], elas definiram [MEO-2] no Senado [MESA-2], no caso do Escola sem Partido elas se espalham [MEO-2] pelo Brasil, aqui [PN-3, MEO-1] foi rejeitado também [PN-3], que mais?

[MEO-1] Eles se colocam [MEO-2] e orientam seus pastores [MESA-2], seus religiosos [MESA-2], contra essas políticas da chamada "ideologia de gênero" [MESA-4] que "vai afetar nossas crianças [PN-2, PN-3, MESA-2]" e, aí, tem todo tipo de bobagem [MESA-4] que se fala ao público [MEO-2] desinformado [MESA-4] que as "crianças vão [MESA-2] usar o mesmo banheiro, que elas vão [MEO-2] ser orientadas para escolher o sexo que elas quiserem [MEO-2] e não o biológico, que a ideologia de gênero [MESA-4] vai destruir as famílias [MESA-2], fazer as cabeça das crianças [MESA-4, MESA-2]", tudo isso [MEO-1] continua influenciando [PN-3] dentro das Câmaras [MESA-2].

Na "ideologia de gênero" [MESA-4] foram os católicos [MESA-2] que fizeram toda a bagaça [MESA-4], criaram o termo e essa análise toda [PN-2, PN-3], mas são os evangélicos [MESA-2] que batem o bumbo [MESA-4], ainda que eles [MEO-2] também tenham protagonismo, como aqui em São Paulo, eu estudo [MESA-1] o caso da Câmara [MESA-2] e a ação do Dom Odilo Scherer [MESA-2] e aqui [PN-3, MEO-1] os católicos [MESA-2] tem uma Associação de Juristas Católicos [MESA-2] que adorava aparecer... [MEO-1] Isso é [MEO-1] interessante [MESA-4], vários pareceres contra o PLC 122 [PN-2, PN-3], a TFP [Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade] [MESA-2], o fascismo [MESA-4] tupiniquim [MESA-4].

Em primeiro lugar, eu acho que [MEO-1] essa formulação expressa um conservadorismo [MESA-4] fundamentalista [MESA-4] inaceitável [MESA-4]. A própria maneira de você transformar [MEO-1] o gênero em uma ideologia significa você criar [MEO-1] uma casamata de preconceito [MESA-4], de autoritarismo [MESA-4] dissimulado [MESA-4] por dentro da própria aceitação dos dominados [MEO-2] à concepção dos dominantes [MEO-2]. Ou a gente quebra [PP-2] com isso [MEO-1], por isso [MEO-1] que eu defendo [MESA-1] que a gente [PP-2] não use o termo "pauta identitária" [MESA-4] e use o termo "agenda libertária" [MESA-4], ou usa essa visão libertária [MESA-4] no sentido amplo no sentido da liberdade e no sentido amplo, no sentido da liberdade e no sentido de vincular a luta contra o sistema capitalista, ou a gente fica [PP-2] na defensiva [MESA-4]. E eu repito [MESA-1]: ficar na defensiva [MESA-4] tentando mediar conceitos, mediar as palavras, eu não estou [MESA-1] defendendo de ser sectário [MESA-4], nós temos que [PP-2] ir na raiz. Não é o melhor [MESA-4] caminho, a experiência mostra [PN-3] que nesses temas o defensismo é o caminho da derrota. Sem sectarismo, sem "olho por olho" você tem que [MEO-1] ser afirmativo [MESA-4] e desmontar a concepção [da ideologia de gênero]. Porque eu acho que [MEO-1] o sistema hoje [agosto de 2019] [MESA-3] de dominação do capitalismo nessa fase em que transforma [PN-2, PN-3] as pessoas [MEO-2] em coisas [MEO-1], não mais em gente [MEO-2], para o capitalismo os humanos [MEO-2] têm que ser um bando de canino [MESA-4] que abaixa a cabeça e aceita a dominação como uma determinação do inevitável, então como determinação dos Deuses [MESA-2] ou então vêm com a fórmula da prosperidade porque a própria ideologia da prosperidade tem um viés discriminatório [MESA-4]. Se a gente não faz [PP-2] um enfrentamento cultural, ideológico e político é muito difícil [MESA-4], inclusive, avançar numa política de acúmulo de força nessa batalha para ter uma sociedade [MEO-2] radicalmente [MESA-4] democrática [MESA-4], humanista [MESA-4], com valores, que o ser humano [MEO-2] esteja no centro, porque ele [MEO-2] não é coisa [MEO-1], porque o capitalismo se relaciona o ser humano [MEO-2], no máximo, como consumidor [MESA-2], não como um sujeito [MEO-2] que tem sentimento, paixão, escolhas, opções e ele é livre [MEO-2] e ninguém tem [MEO-2] autoridade, no plano da norma, para criar qualquer tipo de tutela. Ninguém [MEO-2]. O ser humano [MEO-2], portador de direitos [MESA-4], ele é [MEO-2] intutelável [MESA-4], na minha avaliação [MESA-1]. Nem o Estado socialista, nem o Estado capitalista pode tutelar. Ou você vai [MEO-1] com a radicalização [MESA-4] libertária [MESA-4] da democracia no sentido amplo ou então é muito difícil [MESA-4] enfrentar esse preconceito conservador [MESA-4], truculento [MESA-4], violento [MESA-4] que estamos vendo hoje [agosto de 2019] [MESA-3].

Teve um padre [MESA-2] que escreveu para a freira [MESA-2] que era a diretora na época [MEO-3] para me demitir porque eu estava [MESA-1] fazendo coisas contrárias ao catolicismo, era uma coisa [MEO-1] muito conservadora [MESA-4]. E ela [MEO-2], simplesmente [MESA-4], respondeu que não, que ele não [MEO-2] conhecia o trabalho, que era um trabalho sério [MESA-4], que era acompanhado e não era isso [MEO-1] que ele estava [MEO-2] pensando.

Não [PN-1], nesse sentido, não [PN-1], em função disso, não [PN-1]. Porque aí a gente sempre

[PP-2] argumentava a necessidade que você tem [MEO-1] de orientar as crianças [MESA-2] ou os adolescentes [MESA-2] para que eles levem [MEO-2] uma vida melhor, se protejam, evitem a gravidez na adolescência, doenças e tal, esse argumento, na época [MEO-3], era bem-aceito - parece que [MEO-1], hoje [agosto de 2019] [MESA-3], não sei mais [PN-1, MEO-1]- mas, na época [MEO-3], era uma coisa [MEO-1] que qualquer pessoa [MEO-2] séria [MESA-4] entendia que a educação não pode se omitir dessas coisas [MEO-1].

Isso [MEO-1] é uma grande bobagem [MESA-4], "ideologia de gênero" [MESA-4] não faz o menor sentido. A discussão das relações de gênero é fundamental. Para começar, as mulheres [MESA-2], até hoje [agosto de 2019] [MESA-3], lutam fortemente [MESA-4] em algumas regiões do mundo para poder escolher coisas básicas da vida [PN-2, PN-3]. Por exemplo, na Arábia Saudita só agora [MEO-3] elas estão [MEO-2] conseguindo guiar um carro [PN-2, PN-3]. Tem um filme de uma menina [MESA-2] que queria andar de bicicleta e não podia porque era menina [MESA-2], quer dizer, isso é [MEO-1] uma coisa [MEO-1] absurda [MESA-4]. Eu fui [MESA-1] ao Marrocos, o Marrocos tem praias lindíssimas e as mulheres [MESA-2], para entrar na praia, têm que estar vestidas da cabeça aos pés, tem que estar coberta até aqui [PN-2, PN-3]. .

Então, se você [MEO-1] não discutir as relações de gênero, em todos os cantos, como é que você chega [MEO-1] a uma equidade ou um equilíbrio na relação entre homens [MESA-2] e mulheres [MESA-2]? [MEO-1] "Ideologia de gênero" [MESA-4] é o que? [MEO-1] É uma palhaçada [MESA-4], não faz sentido nenhum, é não querer discutir para ficar tudo como sempre foi, como está, ou piorar ainda [PN-2, PN-3]. Mas, o que se fala "contra a ideologia de gênero" [MESA-4] é para piorar a situação, é para colocar a mulher [MESA-2] em uma posição mais subalterna [MESA-4] do que ela [MEO-2] já conquistou. Só que isso [MEO-1] não pega bem [MESA-4], então, no discurso, eles tentam [MEO-2] misturar uma coisa [MEO-1] moderna [MESA-4] com uma coisa [MEO-1] antiga [MESA-4].

Este mesmo grupo de oportunistas [MESA-4] religiosos [MESA-2] que, internacionalmente [MESA-4], vem fazendo esse debate. Para mim, ideologia do gênero [MESA-4] é uma outra fake news [MESA-4], é uma propaganda que foi criada para inventar esse inimigo [MEO-2] que precisa ser destruído e, a partir daí, arrebatar esses seguidores [MEO-2] enlouquecidos [MESA-4] para continuar mantendo o seu cofrinho. Para mim [MESA-1], ela [MEO-2] é isso [MEO-1], é uma política de morte [MESA-4]. Uma política de morte [MESA-4]. Agora, ela é [MEO-2] a propaganda e a estratégia que mantém a sustentação dessa galera [MEO-2]. Não dá para partir para coisas [MEO-1] assim: "são os evangélicos" [MESA-2]. Eu gosto [MESA-1] de falar que são os oportunistas [MESA-4] religiosos [MESA-2] porque são os neopentecostais [MESA-2], é a Opus Dei [MESA-2] na [Igreja] Católica [MESA-2]. Então, nessa hora [MEO-3] todo mundo se junta [MEO-2] e vira um partido só, eu gosto de dizer [MESA-1] oportunistas [MESA-4] religiosos [MESA-2] por isso [MEO-1], por serem oportunistas [MESA-4] da religião. E não tem só evangélicos [MESA-2] nesse processo [PN-2, PN-3], etc [MEO-1].

Pessoa entrevistada: Como eu [MESA-1] definiria? [MEO-1] Olha, rapaz, eu diria [MESA-1] que não é... [PN-1, MEO-1] Não tenho uma definição [PN-1]. Eu quero dizer [MESA-1] que nós estamos [PP-2] em uma nova [MESA-4] civilização, o processo revolucionário [MESA-4] está acontecendo e isso [MEO-1] está gerando uma nova [MESA-4] era, uma nova [MESA-4] civilização. Isso [MEO-1] se integra a toda essa discussão que é uma coisa [MEO-1] que, para um idoso [MESA-2], precisa fazer um esforço muito grande [MESA-4] para entender um pouco [MESA-4] o que é essa nova [MESA-4] realidade. A discussão de gênero e tudo isso [MEO-1] é, talvez [PN-1], algo [MEO-1] que se integra, por exemplo, para a gente começar [PP-2] a pensar que, daqui a pouco [MEO-3], eu não preciso [MESA-1] de gênero algum para criar um ser humano [MEO-2], posso criar em laboratório. Eu estou vendo uma sociedade [MEO-2] que, lá no futuro [MEO-3], coisas [MEO-1] desse tipo [MEO-1], então não tem... [MEO-1] Você pode [MEO-1] ter perplexidade, mas tem que admitir que tem que discutir porque está aí [PN-2, PN-3], é o mundo, é a vida, é isso [MEO-1], vive. Isso vem [MEO-1] em um processo de há muito [MEO-3] e essa questão sempre existiu [PN-2, PN-3], mas a forma do relacionamento sofreu uma outra dinâmica, é um outro processo que estamos vivendo [PN-2, PN-3]. Nós estamos [PP-2] no linear de um processo ainda maior [MESA-4] que é uma sociedade [MEO-2] em que eu vou criar [MESA-1] seres humanos [MEO-2] e imaginá-los em laboratório, então eu posso discutir [MESA-1] tudo e tudo será motivo de debate. Gênero entra nisso [MEO-1], a

discussão do que é um homem [MESA-2] e uma mulher [MESA-2]. O que é o homo? [MESA-1, MEO-1].

Pessoa assessora: Você vê... [MEO-1, MEO-1] O que eu fico [MESA-1] orgulhoso é que ele não [MEO-2] entendeu sua pergunta. O [nome da pessoa entrevistada aqui ocultado] [MESA-2] não é preconceituoso [MESA-4], ele [MEO-2] nem sabe que "ideologia de gênero" [MESA-4] é essa bobagem [MESA-4] que os evangélicos criaram [PN-2, PN-3, MESA-2] que a gente vai [PP-2] "transformar criança [MESA-2] em gay [MESA-2]" [MESA-4].

Pessoa entrevistada: Não [PN-1], mas ideologia de gênero [MESA-4] eu não estou... [MESA-1, PN-2, MEO-1] Eu estou entendendo [MESA-1], não estou discutindo ideologia. Não é ideologia, mas é um dado real, não é ideologia. É ideologia dizer que o ser humano [MEO-2] pode ser [MEO-1] criado em laboratório? [MEO-1] Se eu precisar [MESA-1] de um homem [MESA-2] ou mulher [MESA-2], então o que é homem [MESA-2] e mulher [MESA-2]? [MEO-1] Então, não estou caindo, eu sei que [MESA-1] a ideologia de gênero [MESA-4] não existe. Entenda [PP-2], eu estou querendo dizer [MESA-1] que a questão do gênero humano [MEO-2] está colocada, pronto. É nesse sentido [PN-2, PP-3]. Eu estou sabendo [MESA-1] que o negócio [MEO-1] da ideologia de gênero [MESA-4] é uma tentativa de querer colocar uma discussão em que não está discutindo um problema de orientação sexual [PN-2, PN-3], do que acontece na ideia de homem [MESA-2] ou mulher [MESA-2] e essa coisa [MEO-1] se confunde, não é com os transgêneros [MESA-2] só, não, confunde-se concretamente [MESA-4] até na ideia desse mundo do futuro [MEO-3], o que é que vai ser daqui [MEO-3] para o futuro [MEO-3], essa ideia de ficção científica, dos homens [MESA-2] cibernéticos [MESA-4], sei lá! [PN-1, MEO-1] Eu não vou [MESA-1] ver isso [MEO-1, MEO-3], mas os mais jovens [MESA-2] podem ver coisas [MEO-1] que, hoje [agosto de 2019] [MESA-3], imagina, é ficção científica. Tudo está sendo colocado [PN-2, PN-3], então a raça humana [MEO-2], o ser humano [MEO-2], dê o nome que se queira [PN-2, PN-3], está em um processo disruptivo [MESA-4], o termo da moda.

Eu costumo dizer [MESA-1] que a ideologia de gênero [MESA-4] sempre existiu [MEO-3]. A ideologia de gênero [MESA-4] que sempre existiu [MEO-3], e até hoje [agosto de 2019] [MESA-3] existe, é o machismo. Essa é a verdadeira ideologia de gênero [MESA-4] que sempre existiu [MEO-3] e continua existindo [MEO-3]. A eles [MEO-2], aos machos [MEO-2], tudo é permitido, aos que não são machos [MEO-2], nada é permitido, nem o direito à vida. Essa é ideologia de gênero [MESA-4] que existe. Agora, existe um projeto de poder que se utiliza de mentiras e de estratégias não verdadeiras [PN-2, PN-3], sem nenhuma fundamentação teórica, que fazem com que as pessoas [MEO-2] acreditem nessas ideias [PN-2, PN-3]. É uma estratégia muito bem construída [MESA-4] e muito empoderada [MESA-4] porque eles têm [MEO-2] muito recurso gasto nisso [MEO-1], formação de lideranças [MEO-2], de pastores [MESA-2] e muitos programas de TV e rádio, vários órgãos de imprensa e tal, peças publicitárias, filmes, tudo pra construir a ideia nas pessoas [MEO-2] de que a ideologia de gênero [MESA-4] é para mudar as pessoas [MEO-2] de sexo e transformar a humanidade [MEO-2]. E isso [MEO-1] tem um objetivo central que é a ocupação dos espaços de poder e a perseguição [PN-2, PN-3] aos que pensam diferente [MEO-2], os que se comportam diferente [MEO-2], e aos que exercitam suas humanidades [MEO-2], suas diferenças [MEO-2] e suas liberdades [MEO-2]. É um projeto de colonização [MESA-4], um projeto de avanço do obscurantismo ou até mesmo do fascismo [MESA-4], de fazer com que as pessoas [MEO-2] tenham ódio e aversão e exercite a intolerância contra essas pessoas [MEO-2] que são chamadas "propagadoras da identidade de gênero" [MESA-2].

O grupo que sustenta [MEO-2] é o grupo fundamentalista [MEO-2, MESA-4] e com o objetivo de tirar tudo aquilo [MEO-1] que a gente vem na luta [PP-3], que a gente vem fazendo [PP-3] enquanto movimento social [MESA-2] e mostrando até para os outros movimentos [MEO-2], infelizmente [MESA-4], que aquela coisa [MEO-1] de que "gay [MESA-2] e lésbica [MESA-2] comem [MESA-4] criancinhas [MESA-2]", tudo isso [MEO-1] veio dentro desse pacote [PN-2, PN-2, MESA-4] e que vai ser difícil [MESA-4] a gente [PP-3] desconstruir tudo isso [MEO-1].

Então, a gente viveu [PP-2, PP-3, MEO-3] uma experiência extremamente [MESA-4] interessante [MESA-4] que era o [programa] Transcidadania que era um projeto da Prefeitura [MEO-2], direto, etc., ele foi [MEO-2] terceirizado nessa gestão [de João Dória e Bruno Covas, do PSDB] [MEO-2]. Então, assim, precisa de uma audácia maior, precisa de... [MEO-1] E aí,

você tem [MEO-1] o governador [de São Paulo, João Dória] [MESA-2] agora [MEO-3] copiando o presidente [MESA-2] dizendo [PN-2, PN-3] que "ah, eu percebi [MESA-1], me alertaram que tem um problema no material da escola, vamos recolher tudo porque a gente [PP-2] não vai discutir ideologia de gênero [MESA-4]". É isso [MEO-1], sabe? [MEO-1] Então, assim, "oi!" [PP-1], essa é uma discussão extremamente [MESA-4] importante [MESA-4] que o movimento [MEO-2] não está... [MEO-1] Quem está discutindo ideologia de gênero [MESA-4] mais fortemente [MESA-4] são as feministas [MESA-2], não é o movimento LGBT [MESA-2]. Como se eu [MESA-1] conseguisse entender que a gênese da nossa luta [PP-2] vem dessa discussão de gênero [PN-3].

Um deles [MEO-2] é o Bolsonaro [MESA-2], um deles [MEO-2] é o Bolsonaro [MESA-2] que usou isso, [MEO-1] inclusive agora [MESA-4, MEO-3], de forma... [MEO-1] Inclusive [MESA-4] produzindo materiais falsos, fotografias de materiais, documentação... [PN-2, PN-3, MEO-1] Um verdadeiro estelionatário [MESA-4], a gente tem [PP-2, PP-3] um presidente que [MESA-2] é um estelionatário [MESA-4]. Isso [MEO-1] acabou virando um pouco [PN-3] a munição [MESA-4] da bancada da Bíblia [MESA-2, MESA-4], somado depois [MEO-3] ao Escola sem Partido, a ideologia de gênero [MESA-4] e, quer dizer, o kit gay [MESA-4] ele vem [MEO-2] um pouco antes [MEO-3] porque era um material de altíssima qualidade [MESA-4] que buscava suprir um problema de formação dos professores [MESA-2] na sua formação inicial, que não se discutia a questão de gênero, de orientação sexual, do racismo, essas coisas [MEO-1] que a universidade [MEO-2] ainda não... [MEO-1] Na [universidade] pública [MEO-2, MESA-4] ainda [MESA-4] você conseguiria [MEO-1] ter algum tipo de formação sobre isso [MEO-1], mas na privada [MEO-2, MESA-4] não tinha, não tinha nenhum [MEO-1]. Isso foi [MEO-1] tão ruim [MESA-4] porque virou tão pejorativo [MESA-4] e é daí [MEO-3] que sai a "mamadeira de piroca" [MESA-4] que é de uma desqualificação [MESA-4] e de uma violência absurda [MESA-4]. .

De qual lado? [PN-1, MEO-1] Porque, na verdade, é uma estupidez [MESA-4] isso [MEO-1], é uma grande estupidez, [MESA-4] não existe isso [MEO-1], é um engordo [MESA-4]. Os estudos de gênero [MEO-4] estão aí há décadas [MEO-3] e mostram da importância do reconhecimento, da necessidade da percepção das diferenças, da percepção que existe uma diferenciação para mais nos direitos masculinos, que existe privilégio para mais e que existe direitos para mais na perspectiva do masculino [MESA-2] e para menos na perspectiva do feminino [MESA-2]. Impedir que as pessoas [MEO-2] discutam isso [MEO-1] e busquem uma sociedade [MEO-2] mais justa [MESA-4], mais igualitária [MESA-4]. Porque quando eles [MEO-3, MEO-2] estão apontando como "a ideologia de gênero" [MESA-4], eles misturam [MEO-2] tudo, né? [PN-2, PN-3, MEO-1] Como se você tivesse [MEO-1] ensinando as pessoas [MEO-2] a serem gays [MESA-2], ensinando a ser lésbica [MESA-2], ensinando a travesti [MESA-2], ninguém [MEO-2] ensina ninguém [MEO-2] a ser isso [MEO-1]. E é um problema porque ao mesmo tempo [MEO-3] que você tem [MEO-1] o Papa Francisco [MESA-2] sendo atacado [PN-2, PN-3] pelo Bolsonaro [MESA-2] agora [MEO-3] porque defende a Amazônia, é a própria Igreja Católica [MESA-2] que plasma essa discussão, que trouxe essa discussão e que baseou essa discussão na América Latina [PN-2, PN-3], a questão da "ideologia de gênero" [MESA-4]. E os políticos [MESA-2] tripudiam em cima [MEO-1], pegaram isso [MEO-1] como... [MEO-1].

Atualmente [MESA-4, MEO-3], sim [PP-1], com a tal... [MEO-1] Os que inventaram [MEO-2] a famosa ideologia de gênero [MESA-4] que é um conceito que... [MEO-1] Alguém [MEO-2] me entrevistou, no outro dia [MEO-3], da Gazeta de São Paulo e me dizia: "a ideologia de gênero [MESA-4] existe?" [MEO-1] Eu falei [MESA-1]: olha, existe porque já foi inventado [PN-2, PN-3, MEO-2, MEO-3].

A ideologia de gênero [MESA-4] é um conceito que foi inventado [PN-2, PN-3], há bastante tempo [MEO-3], não é de agora [MEO-3], agora [MEO-3] se popularizou mais, mas é um termo inventado pelos movimentos [PN-2, PN-3, MEO-2], principalmente [MESA-4] conservadores [MESA-4] religiosos [MESA-2], para impedir que nós ensinemos [PP-2] educação sexual como um direito à liberdade de expressão da sexualidade, da orientação sexual, o direito das mulheres [MESA-2] de decidir sobre a sua própria vida. Então, eles inventam esse conceito [PN-2, PN-3, MEO-2], um termo inventado [PN-2, PN-3], mas já foi inventado [PN-2, PN-3], ele já existe [MEO-2]. Então, a gente não pode [PP-2] desconhecer. Ele não tem [MEO-2] evidência científica, não tem, ele é [MEO-2] um termo inventado [PN-2, PN-3] e ele tem [MEO-2] espaço

porque nós temos [PP-2] uma falha grande [MESA-4], sabe qual é a nossa falha? [MEO-1, MESA-4] Não ter lutado pelo Estado laico. Essa é a nossa falha grande [PP-2, PP-3, MESA-4]. No governo Lula [MESA-2], onde nós tivemos máximo avanço [MESA-4] nos direitos das mulheres [MESA-2] e no direito LGBTs [MESA-2], tinha muita gente [MEO-2] do movimento LGBT [MESA-2] que estava na luta pelo Estado laico. Eu me dirigi [MESA-1] a esse grupo [MEO-2] e a gente não lutou pelo Estado laico [PP-2, PP-3]. Acho que [MEO-1] a gente [PP-2, PP-3] não viu o inimigo [MEO-2, MESA-4] tão forte [MESA-4] como era que era o movimento de religiosos [MESA-2]. E a gente deixou [PP-2, PP-3] e eles foram [MEO-2] ocupando os espaços [PN-2, PN-3] dentro do governo [MEO-2]. E é isso [MEO-1]. E isso [MEO-1] não é somente no Brasil porque esse movimento [MEO-2] da ideologia de gênero [MESA-4] é mundial, não é somente daqui [MEO-1]. Então, o que eles [MEO-2] querem? [MEO-1] Ideologia de gênero [MESA-4] o que é? [MEO-1] É um termo inventado [PN-2, PN-3] que eles querem [MEO-2] manter o status quo, digamos assim [PN-1, MEO-1], o que era, de novo voltamos à mesma, a família [MEO-2] como foi concebida pela religião judaico-cristã [MESA-2], família é homem, mulher e filho [MESA-2] e todas as desigualdades juntas. Eles [MEO-2] querem isso [MEO-1] porque, por exemplo, eu trabalho [MESA-1] em El Salvador, Honduras, lá tem os movimentos [MEO-2] que dizem: “con mis hijos no te metas”, “[não mexam [MEO-2] com meus filhos [MESA-2]]” então, são movimentos [MEO-2] que são os mesmos daqui, que dizem que a responsabilidade da educação sexual [PN-2, PN-3] é da família [MEO-2]. Por quê? [MEO-1] Porque a família [MEO-2] o que quer ensinar? [MEO-1] Eles dizem [MEO-2]: “mulher [MESA-2] é de casa, não tem que sair para trabalhar, toda desgraça que está acontecendo no mundo é porque a mulher [MESA-1] saiu para trabalhar, porque se mulher [MESA-2] estivesse em casa cuidando dos filhos [MESA-2] não tinha nem filho gay [MESA-2] também porque a mulher [MESA-2] não ensinou”, eles estão [MEO-2] falando isso [MEO-1] que nós mulheres somos responsáveis [PP-2, PP-3, MESA-2] que os filhos [MESA-2] são gays [MESA-2], que os filhos [MESA-2] usam drogas, que os filhos [MESA-2] fazem isso [MEO-1], somos nós mulheres [PP-2, PP-3, MESA-2] as responsáveis, eles falam [MEO-2]. Então, eles querem [MEO-2] voltar... [MEO-1] Que a educação sexual seja na família [MEO-2], mas por quê? [MEO-1] Porque a família [MEO-2] tem que voltar a ser: homens trabalham fora [MESA-2], a mulher trabalha em casa [MESA-2] e cuida dos filhos [MESA-2], então eles querem [MEO-2] retroceder [PN-2, PN-3] na conquista dos direitos nossos das mulheres [PP-2, PP-3, MESA-2].

Por isso [MEO-1], eu não consigo [MESA-1] ver o governo Temer [MESA-2] como um governo [MEO-2] de retrocesso [MESA-4], no governo [MEO-2] se parou de falar da pauta, mas as coisas [MEO-1] continuaram acontecendo [PN-2, PN-3]. Eu posso te dar [MESA-1] uma lista de coisas [MEO-1]: o Ministério da Educação [MESA-2] fez um pacto de direitos humanos nas universidades, o nome social eu acho [MEO-1] fantástico [MESA-4], você no meio [MEO-1] de um governo [MEO-2] como se dizia [MEO-2] que era você garantir [MEO-1] que as crianças trans [MESA-2] precisam ser chamadas pelo nome delas, isso foi [MEO-1] uma coisa [MEO-1] que se fosse no governo do PT [MESA-2] teria sido [MEO-3] um escândalo, era a “ideologia de gênero” [MESA-4], e se conseguiu facilmente, hoje [setembro de 2020] [MESA-3] isso já [MEO-1] é um direito.

Eu costumo responder [MESA-1] que eu não [MESA-1] faço ideia porque não existe [PN-1], mas eu faço [MESA-1] bem ideia [PP-1] porque ela é [MEO-2] algo contrário, a ideologia de gênero [MESA-4] é quem luta para uma escola [MESA-2] que não seja antirracista [MESA-4], que não seja antihomofóbica [MESA-4], que não seja... [MEO-1] É a luta pelo padrão heteronormativo [MESA-4] e pela heterossexualidade compulsória [MESA-4]: “eu quero uma [MESA-1] escola [MESA-2] que forme machos [MEO-2], que formem homens [MESA-2], que não mexa nesse assunto, que não seja inclusiva, que não garanta as pessoas trans [MESA-2] na escola [MESA-2]”. As meninas trans [MESA-2] têm infecção urinária por não poder ir ao banheiro, de medo que elas têm [MEO-2] de ir ao banheiro, então a ideologia de gênero [MESA-4] é o contrário, eles acusam [MEO-2] o movimento LGBT [MESA-2] de fazer o que essa direita reacionária e conservadora [MESA-2, MESA-4, MESA-4] faz que é de manter a escola [MESA-2] como um espaço homofóbico [MESA-4], um espaço reacionário [MESA-4], os professores [MESA-2] têm dificuldade com essa pauta.

Foram cinco horas [de evento] [MEO-3], eu discurssei antes [MESA-1] e deu para escutar todo

tipo [MEO-1] de bobagem [MESA-4] do tipo [MEO-1]: “ah, ele é [MEO-2] um cara só”, eles pegavam [MEO-2] trechos do tipo [MEO-1]: “a educação fala que você tem que [MEO-1] fazer o coleguinha [MEO-2] conhecer o outro [MEO-2]” e eu falei [MESA-1]: “gente [PP-2], vocês estão criticando [MEO-1] o Vygotsky [MESA-2], isso [MEO-1] é Piaget [MESA-2], isso é [MEO-1] o básico da educação, vocês não sabem [MEO-1] do que estão falando!”. Eles criam [MEO-1] uma narrativa, pegam um trecho de alguma coisa [MEO-1] do Paulo Freire [MESA-2], depois pegam da Teoria Queer [MEO-4], da Judith Butler [MESA-2] e fazem uma sopa de... [MESA-4, MEO-1] Porque como nenhuma dessas pessoas [MEO-2] que estavam lá vai à fonte, esses caras que [MEO-2] se apresentam como “especialista” [MEO-2] e falam: “ah, eu sou pastor” [MESA-1, MESA-2], tipo [MEO-1] a Damares Alves [ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos] [MESA-2] era Doutora [MESA-4], Doutora em Cristo [MESA-4], e eles inventaram [MEO-2] o título, eles inventam coisas [MEO-2] e vão vociferando... [MEO-1] Eu lembro que [MESA-1] fui com uma amiga minha [MEO-2] e ela saiu [MEO-2] chorando porque o irmão dela [MEO-2] é gay [MESA-2] e me disse: “eu não sei [MESA-1] como você aguenta [MEO-1] ouvir tudo o que você ouviu [PN-2, PN-3, MEO-1]” e eu falei [MESA-1]: “eu fico tão [MESA-1] preocupado [MESA-4] em rebater...” [MEO-1] por que, na hora em que fui falar [MESA-1], eu falei com [MESA-1] um representante do governo federal [MEO-2, MESA-2]: não existe nenhum lugar na Base Nacional Comum Curricular [MEO-4], nem no glossário do Ministério da Educação [MEO-4], nada que fale em “ideologia de gênero” [MESA-4], existe “identidade de gênero” uma única vez [MEO-4], então tudo o que vocês [MEO-1] estão falando aqui [PN-3, MEO-1] é uma loucura [MESA-4] e, depois [MEO-3], eles começaram a dizer [MEO-2]: “é isso mesmo [MEO-1], não está escrito, mas está com outro nome, está de outro jeito, está escondidinho [MESA-4]” e eu falei [MESA-1]: “vocês estão achando [MEO-1] que o DEM [MESA-2] quer fazer ideologia...?” [MEO-1, MEO-1] - porque o Mendonça [José Mendonça Filho, então ministro da Educação] [MESA-2] é do DEM [MESA-2], antigo PFL [MESA-2] que vem [MEO-3] da ARENA [MESA-2] - “vocês estão [MEO-1] achando [MEO-1] que a direita [MESA-2] quer fazer ideologia de gênero?” [MESA-4, MEO-1]

Nessa última legislatura [entrevista de setembro de 2019, Legislatura 2015 a 2018] [MESA-3] – eu fiquei [MESA-1] um tempo [MEO-3] fora das legislaturas, não sei como é que funcionava [PN-1] – mas, em 2016 [MESA-3], no mandato 2015 [MESA-3], eu comecei a sentir [MESA-1] mais dificuldades [PN-2, PN-3]. Então, por exemplo, eu fui votar [MESA-1] um projeto de lei que tratava das crianças [MESA-2] e adolescentes [MESA-2] em situação de risco vítimas de violência [MESA-2], vítimas ou testemunhas de violência [MESA-2], e aí começou [MEO-3] aquela história de que não podia colocar a expressão “gênero” [PN-2, PN-3]. As vezes, para aprovar um projeto que é muito maior, você aceita tirar [MEO-1] a palavra “gênero” e colocar “sexo”, até porque isso [MEO-1] não vai mudar [o conteúdo da lei], mas por um lado... [MEO-1].

Isso apareceu [MEO-1, MEO-3] [quanto ao uso do termo] “diversidade” também, apareceu [MEO-3] no plano nacional e depois se refletiu [MEO-3] esse debate e esse enfrentamento, muitas vezes, corporal dentro das Câmaras [MESA-2] como foi aqui [PN-3, MEO-1], se surraram [MEO-2] quando foram votar o Plano Municipal de Educação de Sorocaba porque as igrejas [MESA-2] vieram unificadas [MESA-4] - evangélicas [MESA-2] e católicas [MESA-2] - os conservadores [MESA-4] vieram para cima porque não podia aparecer a palavra “gênero” e “diversidade” nos planos municipais [PN-2, PN-3] e isso [MEO-1] se espalhou pelo Brasil [PN-2, PN-3]. Não podia aparecer “gênero” [PN-2, PN-3] e, depois [MEO-3], teve até dificuldade de como ia escrever o texto no capítulo da merenda escolar, por exemplo, não poderia aparecer “gênero alimentício”, nem “gênero literário” [PN-2, PN-3], é engraçado! [MESA-4] Pois é [PP-1].

Eu tenho [MESA-1] mais dificuldade de me lembrar [PN-1] do que aconteceu pra trás [MEO-3] do que aconteceu na história recente [MEO-3] porque, na história recente [MEO-3], toda essa questão, por exemplo, a “ideologia de gênero” [MESA-4] que tem afetado [PN-2, PN-3] o Plano Nacional [de Educação] [MEO-4], os Planos Estaduais [de Educação] [MEO-4], os Planos Municipais [de Educação] [MEO-4], aqui em Campinas foi terrível [MESA-4].

Essa legislatura atual [entrevista de setembro de 2019, Legislatura 2019 a 2022] [MESA-3] eu não conheço [MESA-1] os deputados [MESA-2], na passada [MESA-3] não era tão difícil [MESA-4]. Tanto que eles [MEO-2] aceitavam tudo [PN-2, PN-3], só não aceitavam a palavra “gênero” [PN-2, PN-3, MEO-2], o resto aceitava tudo que a gente escrevesse [PP-2, PP-3], tanto

que votamos um monte de coisa [MEO-1]. Dá para você sentar [MEO-1] e conversar. Tem os mais acirrados [MEO-2, MESA-4], tinha, né. Agora, eu realmente [MESA-1, MESA-4] não posso dizer como está [MEO-3]. Mas, acho que [MEO-1] deve estar muito pior [MESA-4] porque ganhou o governo [MEO-2] que ganhou, gente [PP-2]. Ganhou com essa bandeira.

Uma coisa [MEO-1] que eu queria frisar [MESA-1], acho [MEO-1] muito interessante [MESA-4] e que eu sentia [MESA-1], é que a gente foi [PP-2, PP-3] para o governo Temer [MESA-2] e eles não tinham [MEO-2] a mesma influência no governo do Temer [MESA-2] porque não tinha como dizer [PN-2, PN-3] que o Temer [MESA-2] era progressista [MESA-4], que é o que eles falaram [MEO-2] da Dilma [MESA-2]: “ah, a Dilma [MESA-2] é abortista [MESA-4], a Dilma [MESA-2] vai fazer ideologia de gênero [MESA-4]”. Quando eles tentaram [MEO-2] fazer a mesma coisa [MEO-1] e tentaram fazer [MEO-2] com Mendonça [José Mendonça Filho, ex-ministro da Educação entre 2016 e 2018] [MESA-2], no Ministério da Educação quando [esse Ministério] decretou o nome social para as pessoas trans em todo o país [MEO-3], isso [MEO-1] o PT [MESA-2] nunca fez. Mas, eu ia [MESA-1] nas audiências [públicas do Congresso Nacional] e eles falavam [MEO-2]: “ah, esse Ministério [MESA-2] de comunistas [MESA-4]” e eu respondia [MESA-1]: “Do DEM? [MESA-2, MEO-1] Vocês vão querer dizer que o DEM é comunista? [MEO-2, MESA-2, MESA-4, MEO-1] Que o DEM... [MESA-2, MEO-1]” e o argumento ficava esvaziado [MESA-4]. E como não era uma pauta do Temer [MESA-2] - não acho que [MEO-1] ele era [MEO-2] homofóbico [MESA-4], não - mas não era a pauta dele [MEO-2], a gente conversou [PP-2, PP-3] muito sobre isso [MEO-1], ele deixava fazer [MEO-2].

A gente tinha [PP-2, PP-3] a palavra “identidade de gênero” e “LGBT” e o Mendonça [José Mendonça Filho, ex-ministro da Educação] [MESA-2] fez uma reunião com todo mundo [MEO-2] do movimento [MEO-2], chamou o Toni Reis [Grupo Dignidade e Aliança Nacional LGBTI] [MESA-2], a Aliança Nacional LGBTI [MESA-2], chamou todo mundo e falou: “tudo bem se a gente [PP-2, PP-3] trocar a palavra 'LGBT' por uma palavra guarda-chuva 'diversidade' para isso [MEO-1] passar?” [MEO-1, PN-2, PN-3] porque essa galera antigênero [MEO-2, MESA-4] não sabem do que estão falando, eles tiram [MEO-2] “gênero alimentício”, eles não podem [MEO-2] ler “gênero”, então a alternativa que a gente encontrou [PP-2, PP-3], que não é a melhor, eu acho que [MEO-1] o ideal seria que “LGBT” estivesse escrito lá porque aí em uma escola [MESA-2] o cara [MEO-2] pode falar: “não, eu estou trabalhando [MESA-1] a diversidade aqui [PN-3, MEO-1], eu estou falando [MESA-1] de negro [MESA-2]”, por isso [MEO-1] que depois eu briguei [MESA-1] no MEC [MESA-2] pra que esse espaço, esse contrato com a UNESCO [MESA-2] fosse feito e que foi só sobre LGBT, os cinco documentos que eu fiz [MESA-1] não são de diversidade, foi uma pesquisa, em todo o Brasil, sobre como o sistema de ensino do Brasil combatem a homofobia e a transfobia e isso [MEO-1] foi oficialmente [MESA-4] entregue ao governo federal [MESA-2], eu como [MESA-1] especialista [MESA-4] pela UNESCO [MESA-2].

Tabela 10. Resultados de polidez para a imagem “ideologia de gênero”

Polidez negativa			Polidez positiva		
PN-1	15	0,12	PP-1	5	0,09
PN-2	53	0,42	PP-2	33	0,58
PN-3	59	0,46	PP-3	19	0,33
Total	127	1	Total	57	1

Elaboração própria.

Tabela 11. Resultados de modalização para a imagem “ideologia de gênero”

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
MEO-1	174	0,44	MESA-1	64	0,15
MEO-2	159	0,41	MESA-2	165	0,39
MEO-3	52	0,13	MESA-3	14	0,03
MEO-4	8	0,02	MESA-4	186	0,43
Total	393	1	Total	429	1

Elaboração própria.

Imagem 2. Nuvem de palavras da imagem “ideologia de gênero”



Elaboração própria a partir do *MAXQDA Analytics* 12.3.

Tabela 12. Descrição dos termos linguísticos da imagem “ideologia de gênero”

Adjetivo	Conservadora, direita, esquerda, kit, religiosos.
Advérbio	Não consta.
Substantivo	Bancada, campanha, cura, educação, eleição, gênero, homofobia, ideia, ideologia, lei, liberdade, luta, movimento, poder, política, sexual,

	sexualidade, sociedade, vida, votos.
Sujeito	Bolsonaro, Câmara, Católica, Congresso, crianças, Deus, Dilma, evangélicos, família, gay, gays, governo, Igreja, igreja, igrejas, LGBT, Lula, Malafaia, Marta, mulheres, partido, pastores, professores, PT, Senado.
Verbo	Não consta.

Elaboração própria.

Na nuvem de palavras “kit gay”, destaca-se um padrão de maior identificação de sujeitos partícipes, podendo-se exemplificar a correlação iconográfica entre “Bolsonaro, Dilma e Haddad”, por um lado, e “LGBT, Malafaia e Marina”, por outro. Ambas correlações de palavras identificam padrões de intersecção entre a oposição organizada às demandas dos movimentos LGBTQIA+ e a realização de pleitos presidenciais, no caso os de 2010 e de 2014, respectivamente.

Sobre a primeira, cabe recordar que durante o pleito eleitoral que garantiu a primeira vitória eleitoral de Dilma Rousseff a um cargo majoritário, Fernando Haddad ocupava o cargo no Ministério da Educação (MEC) quando a controvérsia ao redor do “kit gay” alcançou o macrossistema da política e da mídia brasileira, alavancadas pelas iniciativas do então deputado federal carioca, Jair Bolsonaro. A imagem de política pública antiLGBTQIA+ do “kit gay” enquanto estratégia de oposição eleitoral foi deslocada do pleito nacional aos pleitos subnacionais posteriores à 2012, alcançando também Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores Brasil afora (MACHADO, 2015; 2018)⁵⁴.

A nuvem de palavras “ideologia de gênero” correlaciona três termos que definiram o “tom” das eleições pós-2010: “campanha, conservadora e crianças”. Cabe reconhecer que tal ocorrência discursiva em muito dialoga com a associação anteriormente exposta entre “Malafaia e Marina”. A

⁵⁴ A dinâmica deste conflito político não teve somente repercussões nacionais, haja vista que durante as eleições de 2012 à Prefeitura de São Paulo, em que Fernando Haddad disputara contra o tucano José Serra, o candidato pelo PSDB/SP proferiu frequentes afirmações que associaram o então ex-ministro e candidato petista da ocasião ao famigerado “kit gay” (TERRA, 2012; DE VITTO, 2021).

ex-presidenciável Marina Silva foi atriz política partícipe das duas primeiras eleições em que o “tom” moralizante das frentes interreligiosas cristãs, de dentro e fora dos governos, influenciaram as agendas eleitorais de 2010, 2014 e 2018.

A então candidata pelo Partido Verde (PV) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2010 e 2014 respectivamente, pessoalmente identificada com uma vivência religiosa pentecostal, foi publicamente confrontada pelo pastor da Assembleia de Deus em Cristo Silas Malafaia acerca de suas posições pessoais sobre uma cidadania LGBTQIA+ brasileira e, na iminência de um posicionamento indeterminadamente polido acerca do tema (Portal Web TERRA, 2014), foi intensamente criticada pela então presidenta e candidata Dilma Rousseff que chegou a afirmar sobre Marina que *‘Mudar de posição de cinco em cinco minutos não é sério’* (Portal Web Rede Brasil Atual, 2014)⁵⁵.

Entre vinte e quatro (24) sujeitos identificados pela nuvem de palavras “ideologia de gênero”, dez deles estão associados à institucionalidades religiosas e/ou sujeitos representantes destas, no âmbito do exercício da crença ou da representação política. Os traços de polidez negativa superam quantitativamente em quase 50% os de polidez positiva, sobretudo quanto ao código Polidez Negativa-3 (PN-3), indicador de forte desidentificação entre quem profere certo anunciado e o desenrolar dos acontecimentos sobre os quais se fala, caracterizando um cenário em que, apesar do intento de incidência política, a chamada “força externa das circunstâncias macrossociológicas” constrangia o empreendimento de ações em favor de pessoas LGBTQIA+ por parte de pessoas ativistas e aliadas ouvidas.

Inicialmente orientado à denunciar uma suposta inadequabilidade técnica do conteúdo do PESH, tais ações de enfrentamento à esta demanda dos movimentos LGBTQIA+ marcaram posições político-eleitorais próprias -

⁵⁵ Pontua-se este que o acirramento eleitoral entre as candidatas petistas e peessedista não tinha como tema apenas a atuação governamental ao redor de direitos às pessoas não heterossexuais-cisgêneras, visto que havia forte discordâncias entre os projetos sobre os rumos da condução macroeconômica, por um lado, e os alcances das políticas redistributivas e compensatórias, por outro (TOITIO, 2016).

difusamente existentes desde a década de 1990 quando da definição do “gênero” enquanto espaço simbólico de disputa política emergida no seio da Renovação Carismática Católica e, posteriormente, incorporada como agenda comum aos grupos evangélicos, conforme discutido no capítulo primeiro - ao passo em que pressionaram os governos da ocasião em descontinuar as ações em andamento, a despeito do custo de oportunidade do investimento público realizado na elaboração dos *boleshs*, financiados pelo FNDE, e sobretudo no custo social advindo da não discussão adequada sobre uma “Educação para as diferenças”, o que perpetua uma cultura escolar marcada por violências motivadas por questões de gênero e sexualidade.

O que estas imagens possuem em comum é a elaboração intencional de uma narrativa moralizante intensamente pautada pela intersecção entre apelos emotivos, traduzida pela defesa da “inocência das crianças” e da “educação sexual como decisão e responsabilidade exclusiva da família”, combinadas à informações inverídicas, sem fundamentação no real teor das iniciativas pontualmente discutidas pelo governo brasileiro, como visto no seguinte relato de um assessor parlamentar do Senado aqui entrevistado:

Não existe nenhum lugar na Base Nacional Comum Curricular, nem no glossário do Ministério da Educação, nada que fale em ideologia de gênero, existe identidade de gênero uma única vez, então tudo o que estão falando é uma loucura. Depois, eles começaram a dizer: ‘é isso mesmo, não está escrito, mas está com outro nome, está de outro jeito, está escondidinho’.

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 com ausentes menções aos termos “gênero” e “orientação sexual”, viu-se a concomitante difusão de uma série de projetos de lei e requerimentos legislativos de outra natureza representando as demandas destes grupos, a exemplo do PL 1859/2015 que pretendia alterar a Lei de Diretrizes e Bases visando vedar a implementação da chamada “ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”, o que indica a alavancagem de uma agenda política com intuito revisionista de legislações e Estatutos anteriormente dispostos (ECA, LDB, PNE, etc.), decretos parlamentares de sustação de atos do Executivo

(Medidas Provisórias, Decretos, Portarias ministeriais, Atos infralegais – PBSH, PESH e Resoluções de Conselhos temáticos), bem como a proposição de projetos de lei próprios. De acordo com Machado (2018, p.10):

Chamo atenção para estes eventos reunindo ativistas, sacerdotes e políticos católicos e evangélicos porque as teses ali defendidas seriam replicadas em várias iniciativas parlamentares posteriores com o intuito de combater a adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras. Na ocasião das votações dos planos estaduais e municipais de educação, seminários semelhantes foram reproduzidos nas esferas estaduais e em diferentes cidades do Brasil.

O Movimento Escola sem Partido, de defesa normativa de princípios mais gerais sobre como a educação brasileira deveria ser, foi adaptado sob os moldes de um projeto de lei e difundido em diferentes arenas parlamentares subnacionais Brasil afora a partir de 2014. A cartilha católica “Você já ouviu falar de ideologia de gênero? Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!”, de 2015, financiada e difundida por parlamentares com vinculação religiosa à Renovação Carismática no Parlamento Nacional se situou enquanto apelo emotivo anticientífico característico de uma ação em rede interreligiosa cristã que empreendia uma leitura ahistórica, acrítica, descontextualizada e literal dos livros religiosos (GRESPLAN, GOELLNER, 2011; LIONÇO, 2014; MACHADO, 2015; 2018; DE OLIVEIRA, MAIO, 2017).

Sobre as imagens aqui discutidas, observa-se que os enunciados discursivos das pessoas ativistas e aliadas se caracterizou por frequente modalização epistêmica objetiva, codificados em MEO-1 e MEO-2, o que revela um conteúdo conversacional com traços de indeterminação de temporalidade, incerteza na identificação dos sujeitos opositores, bem como insegurança quanto à definir trajetórias de protagonismo individual ou do grupo a que faz parte quando do desenvolvimento concreto dos fatos posteriormente narrados. Por outro lado, nota-se também em MESA-2 considerável tendência de se identificar sujeitos ativistas e aliados, bem como a modalizar um discurso mais informal através de adjetivações acerca das dinâmicas políticas investigadas, este último codificado em MESA-4.

Tais imagens antiLGBTQIA+ possuem uma dimensão eminentemente metafórica sobre a política e a vida em sociedade, haja vista a metaforização interreligiosa do “kit gay” e da “ideologia de gênero” enquanto supostas tentativas de “homossexualização das crianças” a partir da mobilização de neologismos enquanto recursos enunciativos de um discurso contrário à ampliação da cidadania de pessoas não heterossexuais-cisgêneras conforme pontuam Grespan e Goellner (2011, p.106):

Ao analisar o panfleto [difundido pelo então deputado federal Jair Bolsonaro contra o PESH] é possível identificar que foi elaborado a partir das proposições do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, no entanto distorce seu conteúdo através da supressão de palavras, ideias e expressões. Além disso, inclui uma série de adjetivações pejorativas (‘República Gay’, ‘MST Gay’, ‘Programa Primeiro Emprego Gay’, entre outras) que reforçam um discurso normativo e conservador.

As ações reativas a um projeto de política pública nunca implementado, o “Escola sem Homofobia”, representou o início de uma radicalização de grupos opositores que se melhor representaria através da “ofensiva antigênero”, traduzida pela cruzada moral contrária à uma imaginada “ideologia de gênero”, observando-se o acoplamento das duas imagens antiLGBTIA+ aqui referenciadas, “kit gay” e “ideologia de gênero”, ao redor da disputa simbólica sobre o papel dos currículos educacionais, da escola e do magistério acerca de questões de gênero e sexualidade na Educação básica.

3.4) Imagens de política pública antiLGBTQIA+ “cura gay” e “sangue gay”: resquíio de estigmas patologizantes anticientíficos no subsistema da Saúde Pública

A década de 1980 protagonizou a emergência da epidemia do vírus HIV e da AIDS e concomitante difusão de discursos moralizantes ao sexualidade humana, em que a existência de identidades não heterossexuais-cisgêneras foram frequentemente associadas ao vírus e à epidemia supracitadas, compreendidas enquanto supostas respostas do Divino cristão à transgressão de uma ordem moral e sexual secularmente estabelecida. Como resposta à esta emergente questão de Saúde Pública internacional, viu-se na iniciativa dos

movimentos sociais então intitulados “lesbigays” uma resposta traduzida em políticas de profilaxia ao vírus, redução de danos da doença e promoção geral da saúde sexual que, posteriormente, foram incorporadas de maneira oficial pelos entes governamentais (PAIVA, 2000; PARKER, 1997).

Sobre a interpretação da AIDS através de um discurso modalizado altamente metafórico, Fairclough (2001, p.204) pontua que:

As formas pelas quais os acontecimentos que perturbam o equilíbrio social relativo (guerras, epidemias, desastres ecológicos, etc.) são metaforizados na mídia e em outras situações nos permitem uma boa percepção dos valores e das preocupações de uma cultura. Por exemplo, Sontag (1988) investigou a metaforização da doença Aids. Ela sugere que a principal metáfora associada com a Aids é a de ‘praga’. (...) A metáfora da praga também se liga a uma metáfora militar: a Aids como uma ‘invasão’, e mais especificamente como uma invasão da Europa e da América pelo Terceiro Mundo. Como a praga, a Aids é construída como um ‘juízo da sociedade’ por sua lassidão moral, e a expansão da Aids é usada politicamente e homofobicamente para frear a ‘sociedade permissiva’. A metáfora, no entanto, tem aspectos contraditórios e problemáticos: ninguém está imune a pragas, ou a Aids, mas essa universalidade põe em risco a construção ideologicamente importante da Aids como uma doença do ‘outro’: a doença ‘deles’ como uma ameaça a ‘nós’.

A partir do argumento anticientífico de que não heterossexuais-cisgêneros comporiam necessariamente o chamado “grupo de risco”, viu-se comunidades epistêmicas e setores profissionalizados destes movimentos sociais desmistificarem a associação entre pertencimento a dado grupo social e comportamentos sexuais de risco às infecções sexualmente transmissíveis a partir do novo milênio (PARKER, 1997; SILVA, ARAÚJO, 2016), ainda que este entendimento tenha atravessado a política pública de Saúde até atualidade, visto que as pessoas homossexuais e homens que fazem sexo com outros homens (da sigla *HSHs*, não autodeclarados gays) enfrentaram proibições à doação de sangue até 2020, o que se alterou apenas com a recente judicialização da demanda.

Este contexto também foi caracterizado por ações transnacionais no sentido da despatologização das não-heterossexualidades, a exemplo da iniciativa alavancada por pela Organização Mundial da Saúde em 1990, e pela construção de protocolos locais proibindo tratamento clínico de reversão da

sexualidade e da identidade de gênero, com destaque à Resolução nº01, de 1999, elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia brasileiro. No novo milênio, destaca-se a construção do chamado “processo transexualizador” no âmbito no Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de 2002, bem como a despatologização formal das identidades não-cisgêneras, logrado no Brasil a partir de 2018 através de ação judicializada (ZAMBRANO, 2011; COACCI, 2020).

Estes marcos de construção de uma inacabada política de saúde integral e universal às pessoas LGBTQIA+ foram objeto da contestação pública instada por parlamentares com vinculação religiosa no Congresso Nacional a partir de um suposto “discurso da verdade” acerca da sexualidade e do gênero caracterizado pela atuação destes sujeitos “empreendedores da moral” enquanto pretensos especialistas autorreferenciados “psicólogos cristãos”, engajados naquilo que definiram retoricamente como “cura gay”, através de audiências públicas no Congresso Nacional, bem como a partir de iniciativas legislativas voltadas à modificar decisões anteriores lastreadas em debates científicos ratificados internacionalmente (GONÇALVES, 2019).

A utilização de títulos como “especialistas”, “mestras” e “doutoras”, a exemplo de Damares Alves enquanto “doutora em Cristo”, ou de Marisa Lobo e Silas Malafaia autodenominados “psicóloga cristã” e “psicólogo cristão”, respectivamente, constroem uma pretensa autoridade moral e ilegítima autoridade científica no campo da Saúde Pública (GONÇALVES, 2019) que busca ocupar o lugar de fala de pessoas ativistas e aliadas aos movimentos sociais feministas e LGBTQIA+, conforme pontuou Machado (2015; 2018). O frequente intento de adequação da ciência aos dogmas religiosos, caso da imagem de política pública antiLGBTQIA+ da “cura gay”, indica o alcance político da chamada “tropa de elite cristã” e sua respectiva “plataforma política retirada do Evangelho” (MACHADO, 2015: p.54).

Entre estas ações de rotulação, patologização e marginalização das identidades não heterossexuais-cisgêneras, destaca-se aquelas que visaram

sustar a proibição de procedimento terapêutico de conversão ou reorientação da orientação sexual e da identidade de gênero consagradas contra a Resolução nº01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Para tanto, parlamentares da frente interreligiosa cristã propuseram os Projetos de Decreto Legislativo de Sustação de Atos do Poder Executivo (PDC) nº234/2011 e nº539/2016 que pretendiam sustar a supracitada Resolução do CFP, bem como a partir do Projeto de lei nº4931/2016 que dispunha sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana, ambos atualmente arquivados.

Tais iniciativas foram caracterizadas pelas pessoas aqui entrevistadas como estratégias discursivas e de ação com o objetivo de retomar uma política pública de patologização e encarceramento manicomial das diferenças no sentido de “(...) recolonizar a sociedade e fazer com que essas liberdades individuais sejam cassadas”, conforme se observa no relato de uma ativista LGBTQIA+ com histórico de atuação junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Considerando este histórico, atentemos à uma descrição mais detalhada às nuances discursivas situadas ao redor das imagens “cura gay” e “sangue gay”:

Tabela 13. Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “cura gay”

Iniciativas
Proibição de procedimento terapêutico de conversão ou reorientação da orientação sexual e da identidade de gênero por parte da Resolução nº01/1999 do Conselho Federal de Psicologia.
Atrizes e atores políticos empreendedores
Resolução nº01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP).
Reações
Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos do Poder Executivo (PDC) nº234/2011 que susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia. nº01/1999 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual; PDC nº539/2016 que susta os efeitos da Resolução

nº 01/1999 editada pelo Conselho Federal de Psicologia; e PL nº4931/2016 que dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana.

Atrizes e atores políticos opositores

Ex-deputado federal João Campos (então PSDB/GO), deputado federal Pastor Eurico (PHS/PE), ex-deputado federal Ezequiel Teixeira (então PTN/RJ) e deputado federal Marco Feliciano (então PSC/SP).

Elaboração própria.

Trechos codificados da imagem “cura gay” no MAXQDA

O Malafaia [Pastor Silas Malafaia] falava [MESA-2] “isso aqui [PN-3, MEO-1] é ciência, eu sou psicólogo [MESA-1, MESA-2], não existe o cromossomo homossexual” [MESA-4], fazem aquela salada e eles vão muito para o discurso da ciência [MEO-2], que é uma coisa [MEO-1] que eu até tenho estudado na ideologia de gênero [MESA-1], eles querem pegar muito essas argumentações [MEO-2], eles pegam a família [homoafetiva] [MEO-2]: “olha lá [MEO-3], não tem reprodução se não tiver o casamento tradicional”, “não tem cromossomo transgênero”, eles fazem essas falas [MEO-1, MEO-2] que repercutem por gente [MEO-2] que se diz liberal [MESA-2] e tal que é muito geneticista [MESA-4], aquele menino [MESA-4] o Eli Vieira que é um reacionário geneticista e gay [MESA-2, MESA-4], eu sei que a gente ralou muito [PP-3, MESA-1, MESA-4].

Com certeza [PP-1], com certeza! [PP-1] Você sabe [MEO-1] quem é a pessoa que mais liderou – que liderou, assim, ponto do técnico – essa oposição ao PLC 122? [MEO-2] Você não conhece [MEO-1] aquela psicóloga doida [MEO-2, MESA-4], acho que é Rosângela [Marisa Lobo Franco Ferreira Alves, psicóloga] [MEO-2, erro do nome informado, MEO-3]. Ela, inclusive, foi... [MEO-1, MEO-2] Ela aparece desde o início do processo [MEO-2, MEO-3], ela têm pareceres [MEO-2], ela é evangélica [MEO-2, MESA-4] e é quem assessora a igreja [MESA-2], assessora o Magno Malta, inclusive [MESA-2]. Eu acho que é Rosângela [MEO-1, MEO-2] [Marisa Lobo Franco Ferreira Alves, psicóloga que advogou sobre técnicas de reversão da sexualidade, contrariando a resolução nº1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que veta esse tipo de prática profissional], o Conselho Nacional de Psicologia cassou o registro dela [MESA-2, MEO-2], ela é louca de pedra [MEO-2, MESA-4], todos os argumentos que ela usa [MEO-2] são os que eles repercutem [MEO-2] que vem desconstruindo a história do gênero [MEO-4], isso tudo que [MEO-2] a gente lutou para construir. [PP-2] Eu [MESA-1], pelo menos, passei muito tempo de estudo para poder construir na minha cabeça a história do gênero, ainda na CUT [Central Única dos Trabalhadores] ainda [PP-2, MESA-1, MESA-2]. Eles começam descendo [MEO-2] a lenha na história do queer, então ela traz [MEO-2], digamos, o conhecimento científico que embasa todas as argumentações deles [MEO-2]. Agora, nós temos juízes também que se manifestaram de forma muito legal, tinha um moço chamado Raupp [Rogério Raupp Rios, TRF 4/RS] [PP-2, MESA-1, MESA-2], é do Rio Grande do Sul.

O que [eles] perceberam? [MEO-2] Eles montaram uma operação [MEO-2] que é: “eu preciso ter os votos [MESA-1], então toda vez que eu falo de cura gay [MESA-1, MESA-4], de banheiro [para pessoas transgênero], eu ganho vinte mil votos, cem mil votos, dez mil votos brincando [MESA-1]”.

Sem sombra de dúvida [PP-1]. É o retorno de uma política manicomial [MEO-4]. A gente sabe que [PP-2], historicamente [MEO-3], os manicômios também eram utilizados [MESA-2], por exemplo, para aprisionar mulheres que se rebelavam contra o seu pai ou seu marido numa sociedade onde a mulher precisava da autorização do homem para sair de casa, para trabalhar ou para estudar [MESA-2] e assim também era com as pessoas homossexuais [MESA-2] e

transgêneras [MESA-2]. Muitas delas eram consideradas com a sua libido alta [MEO-1] e os médicos acreditavam que isso era um transtorno mental [MESA-2]. Então, existe sim [PP-1] um desejo de voltar a congelar esses comportamentos ou invisibilizá-los, trancafiá-los [MEO-2, MESA-4]. Eu acho que [MESA-1, MEO-1] a cura gay [MESA-4] também faz parte desse conjunto de medidas que tem como desejo recolonizar a sociedade [MESA-4] e fazer com que essas liberdades individuais sejam cassadas [MEO-2].

As comunidades terapêuticas surgem com vários objetivos [MESA-2]: um deles é catequizar as pessoas [MEO-2], digamos assim, evangelizá-las, numa sociedade cheia de problemas [MESA-2] onde eles vislumbram [MEO-2] de que o Estado é ineficaz [MESA-2], é pouco presente e eles tentam ser [MEO-2] esse braço de apoio e de assistência para muitas famílias [MESA-2] que vivenciam o uso da droga, o uso abusivo do álcool e outras situações como problemas sociais familiares e aí, nesse sentido, eles descobrem [MEO-2], por exemplo, que é um caminho para ganhar muita grana, para fortalecer as suas ideias [MEO-2] e as suas religiões [MEO-2] e, principalmente, para fortalecer os seus projetos de poder [MEO-2] porque muitas dessas [MEO-2] terapêuticas [MESA-2] apoiam candidatos neopentecostais conservadores [MESA-2, MESA-4] que vão para o Legislativo [MESA-2] tentar “teocentrizar” a política [MESA-4], então eu acho que [MESA-1, MEO-1] faz parte do projeto [MEO-1].

Não tenho dúvida [PP-1], não tenho dúvida [PP-1]. As pessoas cada vez mais pensam assim [MEO-2]. É assustador, inclusive, mas elas acreditam naquele modelo [MEO-2] porque nós estamos falando de um Brasil punitivo [PP-2, MESA-2], estamos falando de um Brasil que castiga [PP-2, MESA-2], de um Estado que maltrata [MESA-2] mas que “está corrigindo”. Então, ele faz o discurso [MEO-2] da correção às custas do choque. Imagina o que é isso na sala de aula? [MEO-1, MESA-2]

Mas, medicamento [MESA-4], nas faculdades de medicina [MESA-2] é isso que se ensina [MEO-1], então a sexualidade existe como um sinônimo de reprodução. Isso é absolutamente [MESA-4] errado e, infelizmente [MESA-4], esse conhecimento é hegemônico até hoje porque a heteronormatividade, como diz nosso amigo Rogério [Rogério Diniz Junqueira, pesquisador do INEP e sobre os movimentos LGBTQIA+ no Brasil] [MEO-4, MESA-1, MESA-2], ele é uma [MEO-1] das pessoas [MEO-2] que escreve muito de como a sociedade [MEO-2] vai colocando a heterossexualidade como uma norma e, quando se coloca uma norma, tudo que não está dentro dessa norma é visto como uma doença, é visto como anormal [MEO-4], é visto como um... [MEO-1] não é reconhecido do jeito que a gente quer que se reconheça como um dos direitos [PP-2].

Opa! [PP-1]. Eu diria que [MESA-1] a origem mais importante está nas religiões [MESA-2] e é ver o que está acontecendo agora. Nós temos uma tradição judaico-cristã [MESA-2] e, nós temos... [PP-2, MEO-1] Bom, você deve ter lido [MEO-1] muito Michel Foucault [MESA-2, MEO-4] e sobre o controle econômico da sexualidade] e nós temos [PP-2], por uma parte, a medicina [MESA-2] como o grande poder de controle da sexualidade e a Igreja [MESA-2], como um organismo de controle dessa sexualidade [MEO-2]. Porque quando o médico te diz e ensina [MESA-2]: “isso é anormal [MEO-2], você é anormal [MEO-1], você tem que [MEO-1] findar com isso [MEO-2] senão você é anormal [MEO-1]”. A ciência fez e diz isso [MESA-2]. O que a religião faz? Ela estabelece [MEO-2], a religião judaico-cristã estabelece mecanismos de controle [MESA-2, MEO-4]. Então, dizem assim [PN-2, MEO-1, MEO-2]: “você não pode [MEO-1] se masturbar, vai sair pêlo nas mãos” [MESA-4], isso é um [MEO-1] mecanismo de controle, o menino adolescente [MESA-2], o de nove anos [MESA-2], criança ou adolescente [MESA-2], que começa a explorar seu corpo, ele vai dizer [MEO-2]: “nossa, vai sair pêlo na mão” [MESA-4]. Então, as pessoas dizem [MEO-2]: “olha, você pode esconder de mim” [MEO-1, MEO-2], diz a mãe [MESA-2], “mas Deus está em todo lugar [MESA-2, MEO-3], Deus está te vendo [MESA-2, MEO-2]”. A religião [MESA-2] começa a utilizar esses mecanismos de controle [MEO-1] e é por isso que [eu] digo... [MESA-1, PN-2, PN-3].

(...) Tinha um professor [MESA-2] que era bem líder [MESA-4] e ele me disse assim [MEO-2] –

eu nunca vou esquecer essa história [PP-2, MESA-1] – disse: “olha”, bem assim como se soubesse [PP-2], em um grupo de dez ou doze professores [MESA-2], então ele parecia [MEO-2] como um líder [MESA-4], disse: “tem uma teoria [PN-2] que o homossexual [MESA-2], em algum passado em sua vida [MEO-3], fez uma coisa muito errada [“coisificação indeterminada e adjetivada” - PN-2, PN-3, MEO-1, MESA-4] . Então, ele [MEO-2] veio aqui [PN-3, MEO-1] e ele vem pagar [MEO-2].

Sim, infelizmente [PP-1]. Voltamos [PP-2] a esses médicos [MESA-2], psicólogos [MESA-2], psiquiatras... [MESA-2] são profissionais que, mais do que profissionais, são pessoas [MEO-2] que têm ideologia religiosa e, então, são pessoas que não usam [MEO-2] a ciência, não usam a evidência científica, eles usam [MEO-2] a sua crença religiosa para atuar, o qual é absolutamente sem ética nenhuma e condenável [MEO-4, MESA-4], ou seja, eles deveriam [MEO-2] estar presos, na verdade. Essas pessoas [MEO-2] – voltando à mesma coisa [PN-2, PN-3, MEO-1] – por quê o Bolsonaro é escolhido [MESA-2]? Por quê essas pessoas [MEO-2] podem ter eco? Porque tem gente [MEO-2] que pensa como elas [MEO-2].

Acho que sim [MEO-1] e eu vou te dizer mais [MESA-1]: o que está acontecendo [PN-3] com usuários de drogas [MESA-2]. O Dória [João Dória, ex-prefeito de São Paulo][MESA-2] passou e mandou limpar as ruas [PN-3]. Isso não chama higienização? [MEO-1] Chama o quê? [PN-2, PN-3, MEO-1] Isso acabou de acontecer em São Paulo [MEO-1, MEO-3, MESA-2]. E isso [MEO-1] logicamente quando.. [MESA-4, PN-2, PN-3] a história dos manicômios, a história é justamente tiram... [PN-2, PN-3, MEO-2], você não é uma pessoa para a sociedade [MEO-1, MEO-2, MEO-2], você é meio suja [MEO-1, MESA-4], a convivência social, então “eu tenho que te retirar” [MESA-1]. E é perigoso [MESA-4] o que está acontecendo [PN-3], muito perigoso [MESA-4] o que está acontecendo [PN-3]. Por isso que eu [MESA-1] estou muito falante contra esse governo [MEO-2] porque realmente [MESA-4] esse governo [MEO-2] não está dando muito espaço e está fortalecendo essas pessoas com a...[PN-2, PN-3, MEO-2, MEO-1] Retomamos a cura gay [MESA-1, MESA-4]! Já tem psicólogo fazendo a cura gay [MESA-2, MESA-4]. O Toni [Antônio Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI] pode te contar [MESA-2, PN-2], ele passou por padres [MEO-2, MESA-2], por igrejas [MESA-2], cura gay [MESA-4], por mil coisas [PN-3], é lamentável [MESA-4].

Nós nunca tocamos em setores religiosos [PP-2, MESA-2], mas claro que a gente tinha [PP-2] testemunhos e mais testemunhos de que aconteciam práticas horríveis [PN-3, MESA-4] dentro das igrejas [MESA-2]: de desencapetamento [MESA-4], de exorcismo, de cura, algumas coisas assim [MEO-1] que esses setores [MEO-2] contavam para nós [PP-2] alguns exemplos que eram horríveis [MEO-1, PN-3, MESA-4] .

Evidentemente [MESA-4] que se confrontaria no dia a dia e na prática se essas práticas [PN-3, MEO-1] que as igrejas [MESA-2] faziam [PN-3], e que algumas ainda fazem [PN-3, MEO-3], continuassem. Evidentemente [MESA-4]. Não pode dizer que o homossexual é um doente [MESA-2, MESA-4], que vai fazer cura, que vai fazer exorcismo, desencapetamento [MESA-4], mas é o que eles faziam com relação a isso [PN-3, MEO-2, MEO-1].

Eles não conseguem conceber [MEO-2] a nossa existência [PP-3, MEO-2], prova disso é que a gente percebe que [PP-3] eles querem propor a cura [MEO-2], eles acham que cura para a homofobia é não existir mais gays [MEO-2, MESA-2] e eles falam isso não oficialmente [MEO-2, MEO-1, MESA-4], mas nos corredores [PN-2, PN-3, MEO-2]: “não, tem que se curar, você virando [MEO-1] hétero [MESA-2] não sofrerá mais homofobia, não terá mais esta questão [PN-2, PN-3, MEO-1]”, então é um problema de concepção de mundo, então é muito mais profundo do que um projeto de lei, eles não querem a nossa existência [MEO-2, PP-3] e isso que é difícil [MEO-1, MESA-4] porque você tem que fazer todo um trabalho de resistência [MEO-1, PP-3].

Eu [MESA-1] não me lembro bem [MEO-1] quando isso deixou de acontecer [PN-2, PN-3,

MEO-1, MEO-3], mas o que me lembro muito claramente [MESA-1, MESA-4] é de que isso era [MEO-1], absolutamente [MESA-4], visto como doença e que tinham que ser internadas e curadas as pessoas [PN-2, PN-3, MEO-2], isso me lembro [MEO-1, MESA-1]. Muito claramente [MESA-4]. Eu cheguei em 1977 [MESA-1, MESA-3], aqui [PN-3, MEO-1] havia ditadura e, por exemplo, havia muita... [PN-2, PN-3, MEO-1] existiam os manicômios [MESA-2], existiam os manicômios [MESA-2]. Então, existia muita internação que as famílias [MESA-2] faziam quando você não atendia a ordem estabelecida [MEO-1], vou colocar assim [PN-3, MEO-1], então, claro [PP-1]. Qualquer pessoa que estava com uma depressão [MEO-2], nessa época, sim... [PN-2, PN-3, MEO-1]. Era muito difícil que as pessoas saíssem do armário [MEO-2], como a gente diz hoje [PP-2, MESA-2], hoje [MESA-2] ele é muito mais fácil [MEO-2, MESA-4] porque as pessoas são respaldadas [MEO-2] pelos direitos, são respaldadas por muito apoio. Tem muita força contra que a gente está tendo agora [PP-2, MESA-3] no governo atual [MESA-2, MESA-3], de Bolsonaro [MESA-2], mas a gente já criou muitas políticas [PP-2], muito apoio, tem muita gente [MEO-2] que hoje apoia [MESA-3]. Então, ninguém vai chamar atenção [MEO-2] se ver duas meninas [MESA-2] de mãos dadas num shopping e tal, isso existia na época [MEO-1, MEO-3].

As pessoas [MEO-2] aceitaram mais [PN-2, PN-3] e entenderam melhor [PN-2, PN-3, MESA-4], entenderam mais [PN-2, PN-3] e deixaram de ter aqueles [MEO-1] preconceitos tão fortes [MESA-4] que tinham [PN-2, PN-3, MEO-2]. Mesmo quando você ainda percebe preconceito [MEO-1], não é mais uma coisa escancarada na sociedade [PN-2, PN-3, MEO-1, “coisificação”] como era antes [MEO-3]. Agora [MEO-3], aí vem a política institucional e transforma [PN-2, PN-3] isso em uma verdade política [MEO-1]. Então, as pessoas [MEO-2] passam falar disso [MEO-1] como se tivesse sentido fazer a cura gay [MESA-4], por exemplo, que é um disparate absoluto [MESA-4].

O cara que acredita [MEO-2] que gay é uma permissividade [MESA-2, MESA-4], que precisava ir lá... [PN-2, PN-3, MEO-1], ter psiquiatra [MESA-2] porque psiquiatra cura [MESA-2], se é que tem cura [PN-3, MEO-1], se é que essa palavra existe [PN-3, MEO-1], enfim, esse não [MEO-2], esse pensa exatamente ao contrário [MEO-2] do que você pensa [MEO-1], do que eu penso [MESA-1]. Mas, eles ganharam a eleição [MEO-2, MEO-3] e a gente perdeu [PP-2].

Tabela 14. Resultados de polidez para a imagem “cura gay”

Polidez negativa			Polidez positiva		
PN-1	0	0	PP-1	9	0,27
PN-2	23	0,38	PP-2	19	0,58
PN-3	37	0,62	PP-3	5	0,15
Total	60	1	Total	33	1

Elaboração própria.

Tabela 15. Resultados de modalização para a imagem “cura gay”

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
MEO-1	64	0,37	MESA-1	24	0,16
MEO-2	89	0,51	MESA-2	73	0,49

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
MEO-3	13	0,07	MESA-3	4	0,03
MEO-4	7	0,04	MESA-4	50	0,32
Total	173	1	Total	145	1

Elaboração própria.

Imagem 3. Nuvem de palavras da imagem “cura gay”



Elaboração própria a partir do MAXQDA Analytics 12.3.

Tabela 16. Descrição dos termos linguísticos da imagem “cura gay”

Adjetivo	Horríveis, lamentável, problemas, religiosa.
Advérbio	Absolutamente, exatamente, oficialmente.
Substantivo	Banheiro, comportamentos, Conselho, ciência, contra, controle, cura, desejo, dúvida, desencapetamento, exemplo, existe, homofobia, kit, manicômios, menino, moral, norma, pânico, poder política, sexualidade, testemunhos, votos.
Sujeito	Comunidades terapêuticas, doente, gay, gays, gente, governo, homossexual, igrejas, médicos, menino, padres, pessoa, pessoas, psicóloga, psiquiatra, religião, sociedade, transgêneros, você, Você.
Verbo	Acho, aprenderam, entenderam, estabelece, invisibilizá-los, pensa, recolonizar, temos, sair, trancafiá-los.

Elaboração própria.

Tabela 17. Imagem de política pública antiLGBTQIA+ “sangue gay”

Iniciativas
Autorizar que homens que fizeram sexo com outros homens nos últimos doze (12) meses possam constar como doadores de sangue, demanda representada pelo PL nº287/2003 dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual; pelo PDC nº422/2016 que susta portaria da ANVISA para autorizar a doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens 12 meses antes da doação; e pelo PL nº3598/20 que proíbe a exclusão de doadores de sangue por preconceito étnico, de cor, gênero, orientação sexual ou qualquer outro pretexto discriminatório. Instado pela ADO nº5543/2016, STF entendeu as portarias do MS e da ANVISA como inconstitucionais e discriminatórias.
Atrizes e atores políticos empreendedores
Ex-deputada federal Laura Carneiro (DEM/RJ), ex-deputado federal João Campos (PSB/PE), Partido Socialista Brasileiro (autor da ADO nº5543/2016) e Supremo Tribunal Federal (STF).

Reações
O artigo nº25, inciso XXX, alínea ‘d’ da Resolução nº34, de 11 de junho de 2014, da ANVISA dispõe sobre o seguinte: “Art. 25. O serviço de hemoterapia deve cumprir os parâmetros para seleção de doadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em legislação vigente, visando tanto à proteção do doador quanto a do receptor, bem como para a qualidade dos produtos, baseados nos seguintes requisitos: XXX – os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por um período de 12 (doze) meses após a prática sexual de risco, incluindo-se: (...) d) indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou as parceiras sexuais destes”. No mesmo sentido, o artigo nº64, inciso IV, da Portaria nº158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde afirmava o seguinte: “Considerar-se-á inapto temporário por 12 (doze) meses o candidato que tenha sido exposto a qualquer uma das situações abaixo: (...) IV – homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes”.
Atrizes e atores políticos opositores
Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Elaboração própria.

Trechos codificados da imagem “sangue gay” no MAXQDA

Tem muita pertinência a pergunta [PP-1; MESA-4]. Primeiro porque quando apareceu esse tema [PN-2], em vez da sociedade tratar [MEO-2] democraticamente [MESA-4], tratar com políticas de saúde pública, tratar com a informação, vai tratar pelo preconceito. Não é a primeira vez que surge isso [PN-2, MEO-1] na história da humanidade. Teve vários outros momentos e várias outras causas [MEO-3, MEO-2] que a primeira reação é combater a questão pela violência, pelo preconceito. Então, para mim [PP-2, MESA-1], isso está muito nesse contexto [PN-2, MEO-3].

Esse [projeto de lei nº287/2003 do direito] da doação de sangue foi lá trás [MEO-3], eu reapresentei [no Congresso] em 2016 [MESA-1, MESA-3], eu já tinha apresentado [MESA-1]. Porque quando você deixa de ser deputado [PN-2, MEO-1] os projetos somem [MESA-1] e, aí, eu reapresentei [MESA-1]. Eles não conseguem [PN-2, MEO-2] votar isso, não sei porque [MEO-1], acho que confundem [PN-2, MEO-1] – mais uma vez a história lá de trás [MEO-3] – uma coisa não tem nada a ver com a outra [MEO-1]. O sujeito pode ser gay e não ter AIDS [PP-2, MESA-2]. Aquela associação [de homossexuais] com a AIDS continua no imaginário [MEO-4].

O do [direito à doação de] sangue, eles não aprovam [PN-2, MEO-2], está a séculos lá e ninguém aprova [PN-2, MEO-2]

Mas não é que a AIDS tenha escolhido os gays [MEO-4] porque os gays, ou como diziam [PN-2, MEO-2] até, à época [MEO-3], que era o castigo divino [MESA-4], era algo ou uma manifestação da ira de Deus [MESA-4] em relação às práticas sexuais, etc.

Sobretudo a Igreja Católica [MESA-4] que não queria nem pensar [em acolher grupos LGBTQIA+ vivendo com HIV e AIDS].

Sim [PP-1], as pessoas chegaram a dizer [MEO-2] que os terreiros estavam disseminando o HIV, uma vez que lá estavam os gays, se servindo da ritualística dos terreiros e [MESA-1, MESA-2, PP-2], portanto, todos implicados na “peste gay” [MESA-4] E, aí, tem gente, na época, dizendo [MEO-2] que a culpa da “peste gay” era do demônio, portanto, era do candomblé [MESA-2, MESA-4].

Então, sim [PP-1], eu te diria que [MESA-1], por uma parte, sim [PP-1], trouxe, aumentou muito o estigma e até hoje, eu diria [MESA-1], que tem muita gente que acha [MEO-2] que o HIV e a AIDS “é de gay” ou “de trabalhadores do sexo”, pessoas bem delimitadas [MEO-2], digamos, acho que [MEO-1] até hoje ficou muito [MEO-1].

A prevenção da AIDS traz muito recurso para trabalho educativo e, nesse trabalho educativo, não dava para falar de prevenção à AIDS sem falar de diversidade sexual, de identidade de gênero [MEO-4]. Eu me lembro [MESA-1] os primeiros casos como a gente explicava [PP-2], a gente não tinha [PP-2] nem materiais, como a gente explicava [PP-2] para as pessoas [MEO-2] e como que a gente tinha que [PP-2] desmistificar esta ideia de que a AIDS era “doença de gay” [MEO-4, MESA-4], como diziam [MEO-1], e que ser gay não é ser doente [MESA-2, MEO-4]. Isso foi muito importante [MESA-4, “muito” advérbio de modo], o trabalho.

Ontem [01 de outubro de 2020] [MESA-3], o pastor Ezequiel [Ezequiel Teixeira, deputado federal pelo Podemos/RJ] tinha dito que [MESA-2] “o homossexualismo era igual ao câncer e à AIDS” [MESA-4], eu passei meu aniversário na frente do Palácio [Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro] protestando para ele cair [PP-3, MESA-1], a gente conseguiu derrubá-lo [PP-3] [do cargo de secretário de estado de Assistência Social e Direitos Humanos] e ele foi multado em 100 mil reais que vão para o Rio sem Homofobia e que vão fazer muita diferença [MESA-4, “muita” advérbio de modo].

A grande luta do Fernando Henrique foi isso [MESA-2] [profilaxia ao HIV e redução de danos da AIDS], mas havia algo mais importante do que isso naquela época [PN-1]? Aquilo [PN-3, MEO-1] ali [PN-3, MEO-1] era o “câncer gay” [MESA-4], aquilo [PN-3, MEO-1] ali [PN-3, MEO-1] acabava com a vida, as pessoas tinham horror [MEO-2] de tocar um gay [MESA-2] e diziam: “cuidado, vai pegar HIV” [MESA-4], as pessoas não queriam [MEO-3] usar talheres de pessoas gays [MESA-2] nos Estados Unidos, as lésbicas tiveram que ir para hospital atender aos gays porque os médicos não queriam atender os gays [MESA-2]. Então, acho que também a gente tem que entender [MEO-1, PP-2] a perspectiva histórica e, naquele momento [MEO-3],

a coisa mais importante do mundo. Até hoje [outubro de 2020] [MESA-3], em São Paulo, vinte e cinco por cento da população LGBT tem HIV, você vê que a gente teve [PN-2, “você” como pronome do caso reto de afastamento, PP-3] essa discussão do “sangue gay” [direito das pessoas homossexuais a doar sangue] até agora [outubro de 2020, circunstância em que se realizou a entrevista e também o período da autorização judicial do direito de doar pelo STF] [MESA-3], eu fui acusado, nas redes sociais, de “querer distribuir sangue contaminado para as pessoas” por conta da minha luta pela pressão do tema [MESA-1, PP-3, MEO-2] do [direito a doar] sangue, então você vê que é um negócio [MEO-1, “você” como pronome do caso reto de afastamento] que foi lá – não me lembro em que ano que foi [MEO-3] – a quebra de patente [do antirretroviral Nelfinavir, laboratório Roché, em 2001, por iniciativa do Ministério da Saúde]. Você imagina o mundo que a gente tinha naquela época? [MEO-1, PP-3]. Eu entendo a crítica [MESA-1], eu não estou [MESA-1] aqui dizendo [na entrevista] [MESA-3] que ele não poderia fazer [MEO-2], mas eu acho que [MEO-1] era o mais importante, daquela época [MEO-3], evitar essa mortandade porque era assim, todo mundo que conhecia [MEO-2] e que era gay [MESA-1], estava morrendo [MESA-4].

Sim [PP-1], sim [PP-1]! Sempre foi, sempre foi um pânico moral [MESA-4] até o início dos anos.. [MEO-3]. Início, não [MEO-3], meados dos anos 1990 [MESA-3], quando a gente pede que separe bem o movimento de HIV/AIDS do movimento homossexual para não vincular mais [PP-3, MESA-2] Éramos os mais infectados [MESA-1, MESA-4] e meus companheiros estavam [PP-3, MESA-2] morrendo ali [PN-3, MEO-1] na minha cara? [MESA-4]. Estavam, mas a gente não podia [PP-3] trazer mais esse estigma para nós [PP-3] porque ninguém estava vendo [MEO-2] que tinha muito hetero que era infectado [MESA-2], hoje [MESA-3] você vê o número de crianças [MEO-1, MESA-2] que nasceram naquela época [MEO-3] já infectadas, mas ninguém falava nada [MEO-2], a coisa era a “peste gay” [MESA-4]. A gente tira isso, mas continuamos [MESA-1, PP-3] dando todo apoio e trabalhando junto com o movimento da AIDS, assim como os das tuberculoses [MESA-2], mas não à frente desses movimentos como estávamos [PP-3, MESA-1].

Tabela 18. Resultados de polidez para a imagem “sangue gay”

Polidez negativa			Polidez positiva		
PN-1	1	0,07	PP-1	6	0,24
PN-2	10	0,62	PP-2	8	0,32
PN-3	5	0,31	PP-3	11	0,44
Total	16	1	Total	25	1

Elaboração própria.

Tabela 19. Resultados de modalização para a imagem “sangue gay”

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
MEO-1	18	0,35	MESA-1	17	0,31
MEO-2	17	0,33	MESA-2	14	0,25
MEO-3	12	0,23	MESA-3	7	0,12
MEO-4	5	0,09	MESA-4	18	0,32

Modalização epistêmica objetiva			Modalização epistêmica subjetiva e modalização avaliativa		
Total	52	1	Total	56	1

Elaboração própria.

Imagem 4. Nuvem de palavras da imagem “sangue gay”



Elaboração própria a partir do MAXQDA Analytics 12.3.

Tabela 20. Descrição dos termos linguísticos da imagem “sangue gay”

Adjetivo	Contaminado, histórica, homossexualismo, horror, infectadas, infectado, peste, preto.
Advérbio	Democraticamente.
Substantivo	Acolhimento, antirretroviral, companheiros, câncer, castigo, cuidado, desmistificar, diversidade, doação, doença, educativo, estigma, gênero, homofobia, ideia, imaginário, luta, movimento, patente, preconceito, prevenção, reação, sangue, saúde, sexual.
Sujeito	AIDS, Igreja Católica, crianças, Deus, demônio, gay, gays, hétero, HIV, homossexual, homossexuais, terreiros, trabalhadores
Verbo	Éramos, morrendo, protestando, queriam.

Elaboração própria.

Na imagem “cura gay”, destaca-se um corpo enunciativo discurso por forte polidez negativa, sobretudo através de PN-3 que capturou 62% das

codificações, haja vista a desidentificação entre si e os sujeitos alvo da interação conversacional, bem como em MEO-2, presente em 51% dos segmentos marcados com traços de modalização epistêmica objetiva, em que se observa a ausente identificação dos sujeitos envolvidos na difusão da dita imagem. Quanto à imagem “sangue gay”, observa-se maior solidariedade das pessoas falantes com os sujeitos envolvidos, principalmente através do código PP-3 com 44% de segmentos codificados, bem como maior tendência à modalização subjetiva, ou seja, de afinidade com o objeto, destacando-se as frequentes adjetivações codificadas como MESA-4.

Sobre as imagens de política pública antiLGBTQIA+ “cura gay” e “sangue gay”, respectivamente, nota-se nos enunciados discursivos das pessoas entrevistadas a alternância entre a modalização epistêmica objetiva, com destaque à indeterminação de sujeitos e temporalidade de ocorrência dos fatos narrados, e traços de modalização epistêmica avaliativa de expressa afinidade pessoal com os fatos narrados através de juízos de valor adjetivados sobre uma realidade historicamente desigual, a exemplo do imaginário coletivo que simbolicamente circunda a comunidade LGBTQIA+ desde a década de 1980 sobretudo: o “homossexualismo”, os “infectados”, os “contaminados”, “a peste que estava morrendo”, etc. Sobre a dimensão metafórica no discurso enquanto produtora de certa realidade social, Fairclough (2001, p.241) argumenta que:

As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental. Um dos marcos definidores no interior e além das práticas discursivas é a forma como um domínio particular da experiência é metaforizado. (...) E um aspecto da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas e a mudança na metaforização da realidade.

A nuvem de palavras da imagem “sangue gay” apresenta a correlação entre “AIDS-Católica-HIV”, o que sugere que os discursos condenatórios às identidades não heterossexuais-cisgêneras empreendidos pelo Vaticano por ocasião da emergência da epidemia da AIDS na década de 1980 seguem no imaginário coletivo da sociedade em geral e das pessoas tomadoras de decisão, a exemplo do subsistema da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a

ANVISA, que jamais reviu, por iniciativa própria, os protocolos de Saúde Pública que obstaculizavam a doação de sangue por parte de pessoas autodeclaradas homossexuais, compreendidas no passado como um “risco à saúde pública” a partir do entendimento anticientífico de que a AIDS representaria uma “peste gay”.

Para Wendy Brown (2006; 2019), a racionalidade religiosa é produtora de uma “cidadania religiosamente interpelada” (*religiously interpellated citizenry-submissive*), ou seja, subjugada à hierarquia e autoridade das instituições cristãs e amplamente indiferente à deliberação política em geral, sendo que os discursos hegemônicos de setores radicalizados do cristianismo colocariam em risco a separação entre Estado e religião, dado que a aproximação entre o moralismo e autoritarismo levam a emergência de uma nova linguagem política antidemocrática capaz de afetar a legitimidade do Estado de Direito.

A imagem “sangue gay” tem sido uma estratégia discursiva que responde a ideia-força de que o advento do HIV e da AIDS representaria uma suposta resposta do Criador à transgressão da heterossexualidade-cisgênera e monogâmica enquanto normas sociais e religiosas estabelecidas. A difusão da equivocada compreensão da AIDS enquanto suposta “doença da comunidade gay” proveu no Brasil recente uma cidadania interpelada e desigual, haja vista o inaccessível, até o ano de 2020, do direito à doação de sangue. A dimensão altamente metafórica das imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ aqui mapeadas têm provido manutenção aos entendimentos de hegemonias interreligiosas em ação que, para além de ter dificultado o agendamento de direitos que afrontem seus códigos de conduta moral, desaceleraram uma anterior ação governamental afirmativa ao redor de uma cidadania LGBTQIA+ integral jamais lograda, deslocando estes grupos sociais objeto de históricas desigualdades multicausais a um status de cidadania “de segunda classe” ao passo em que não há usufruto literal de todos os direitos civis, políticos e sociais dispostos na Carta Magna de 1988.

Na possibilidade ou concretude de uma inação governamental na garantia dos direitos LGBTQIA+, posicionado que esteve e está o Estado brasileiro enquanto “Leviatã mediador do conflito” (GARCIA et al, 2020), viu-se a alavancagem de uma cidadania incompleta, haja vista seu alto grau de interpelação religiosa, por um lado, e a frequente judicialização destas demandas por conta da omissão do corpo legislativo nacional brasileiro, por outro. Neste processo, destaca-se a interação entre imagens de política pública antiLGBTQIA+ que comumente mobilizaram um discurso de uniformização sobre estas diversas comunidades e sujeitos ao redor da alcunha “gay” - “kit gay”, “cura gay”, “sangue gay”, “ideologia de gênero” enquanto intento de “homossexualização das crianças” (GRESPLAN, GOELLNER, 2011) - atribuída à indivíduos amplamente mais diversos do que cabe representar esta identidade sexual particular.

A marginal incorporação política destes sujeitos que as seguidas gestões lulopetistas empreenderam, visto a hegemonia de um intento conciliário partidário e ideológico (IRINEU, 2021), tornaram certos corpos não heterossexuais-cisgêneros “sem lei” (GARCIA, et al, 2020: p.338): se sem lei, sem direito a ter direitos, dinâmica política esta nomeada por Vianna (2013) como o “desfazer dos direitos”. Se a opção parece ter sido incluir alguns sujeitos no limítrofe da marginalidade legal, isso sugere que os “sem lei”, por consequência, também foram, têm sido e serão aquelas e aqueles detentores do direito a ter “menos direitos”, por consequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tal “Democracia de Terceira Onda” – conceito presente desde manuais de políticas públicas elaborados por agências de fomento e financiamento internacionais, a exemplo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, do inglês IBRD), até trabalhos da chamada “Teoria Crítica” marxista – parece não mais existir, pelo menos não da forma como a costumávamos conhecer. Repensar teoricamente uma nova Democracia, polissêmico que é o conceito e suas respectivas interpretações, também foi objetivo difuso deste trabalho. A última experiência democrática, forjada na década de 1980 e natimorta na última década (2011-2020), parece ter convivido relativamente em paz com tais assimetrias de direitos.

Para a Literatura de Políticas Públicas, as situações incômodas à sociedade civil compreendidas como problemas de ordem governamental não são, por natureza, insolúveis. O que define a prioridade, a disposição e a capacidade governamental de intervir no sentido de minimizá-las são as condições e restrições vigentes a estes temas de interesse público, quando não às soluções que se ligam a essas demandas. A definição destes “problemas de responsabilidade do ente público” é atravessada por múltiplas representações sociais em constante reelaboração, sendo que a atribuição de responsabilidades ao governo se dá a partir de certas visões de mundo competem por atenção e recursos do ente oficial.

O agendamento e respectivo agenciamento sobre a responsabilidade governamental em garantir os direitos das pessoas não heterossexuais-cisgêneras foi conquista incrementalmente estabelecida desde a redemocratização. Apesar das disputas intramovimentos sociais LGBTQIA+ ao redor uma agenda política própria, parte considerável dos temas de interesse destes grupos foi processada nos subsistemas do Estado brasileiro, ainda que a opção na maioria dos casos tenha sido reconhecer a pertinência do direito em questão sem, no entanto, garantir recursos materiais – a exemplo de leis

focalizadas, de orçamento suficiente, etc. – que melhor implementassem os ditos Programas, configurando-os mais como “cartas de intenção de uma pretensa ação governamental” do que ação concreta de reconhecimento de uma cidadania integral com redistribuição de direitos que lhes façam jus à constituição da primeira.

Não foi objetivo do presente trabalho desqualificar toda e qualquer atividade de oposição à proposta de políticas públicas para essas comunidades, considerando que exercer tal contrariedade constitui o rol dos chamados “direitos políticos”, constitucionalmente garantidos pela Carta Magna brasileira de 1988. O esforço da ocasião se situou em melhor caracterizar a mobilização de representações sociais interreligiosas que, no decorrer de seu “intento desagendador”, pouco ou nada guardavam correlação com o conteúdo original das demandas voltadas às comunidades LGBTQIA+. A enunciação discursiva de informações inverídicas e apelos emotivos de cunho religioso circunscreveram as imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ aqui estudadas enquanto símbolos e estratégias de ação que levaram à uma latente inação do ente governamental brasileiro.

Através do paradigma construtivista de codificação de dados qualitativos, a Teoria Fundamentada em Dados proposta por Kathy Charmaz norteou a elaboração de uma teorização desuniformemente coproduzida e objetivada à reunir dados contextuais suficientes sobre a dinâmica política aqui investigada, codificados em categorias analíticas que buscassem enfatizar os chamados “períodos críticos” de mudanças da agenda governamental quando da discussão das demandas de pessoas não heterossexuais-cisgêneras. A realização de entrevistas com sujeitos ativistas e aliados partícipes da construção dos direitos LGBTQIA+ pressupôs que as práticas discursivas representam, no âmbito microsociológico, formas particulares de uma prática social macrosociológica, tal qual advoga Fairclough e sua respectiva Análise de Discurso Textualmente Orientada.

O desacoplamento entre a literatura clássica de agenda governamental – que enfatiza as formas pelas quais esta se constitui – e o objeto da pesquisa – no caso, o desagendamento governamental através de imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+ como representações sociais lideradas por uma hegemonia interreligiosa cristã – demandou uma técnica do tipo interpretativa com vistas à, mais do que descrever, interpretar acerca de caminhos possíveis à uma outra abordagem acerca destes marcos teóricos clássicos de formação da agenda governamental, haja vista a identificação de uma dinâmica na prática social: a contra-alavancagem de uma agenda LGBTQIA+ brasileira junto aos governos.

Ao mapear as principais imagens de política pública antiLGBTQIA+ empreendidas no Brasil redemocratizado, este trabalho ofereceu a análise preliminar de um previsível efeito desdemocratizante: a retirada injustificada e brusca dos temas públicos de interesse das comunidades LGBTQIA+ da agenda governamental, sobretudo e especialmente da agenda política do Congresso Nacional, a despeito da pertinência e da relevância social destas demandas. Aqui se enfatizou a natureza discursiva da agenda governamental e de que forma tais enunciados foram capazes de moldar o rol de prioridades elencados pelo ente público em dada circunstância.

Quanto ao discurso de pessoas ativistas e aliadas na missão de definir as ditas “imagens”, observou-se frequentes traços de polidez negativa e de modalização objetiva que indicaram notável indeterminação na definição da temporalidade dos eventos, combinadas à sobressaliência de neologismos e metaforizações intrínsecas ao valor simbólico e ao conteúdo das representações sociais em disputa seja pelo agendamento, seja pelo desagendamento dos direitos LGBTQIA+.

Se as imagens ao redor de temas que envolveram a Saúde Pública se mostraram infrutíferas, tendo as matérias legislativas sido arquivadas e as portarias ministeriais revogadas, o mesmo não pode se afirmar sobre as questões ao redor da Educação, haja vista que a busca por uma Educação para

as diferenças ainda é o alvo de intensa controvérsia, levando a uma situação de empate: se por um lado a derrota do projeto “Escola sem Partido” representou importante marco na defesa de uma escola laica e democrática, por outro o clima ideológico regressivo instalado junto à parte da sociedade civil tem feito da carreira docente objeto de frequentes perseguições e constrangimentos, complexo fenômeno social que pode ter sentidos imprevistos e indesejados para o futuro.

Grupos defensores de uma moral interreligiosa cristã desenvolveram interpretações próprias sobre a laicidade estatal (“Estado laico não é Estado ateu”), sobre o significado e os alcances de uma política nacional e intersetorial de Direitos Humanos, que exclui das políticas de reconhecimento afirmativo os grupos sociais com crenças, valores e atitudes que confrontam seus códigos morais, sobretudo mulheres feministas e sujeitos não heterossexuais-cisgêneros. Estas seriam as raízes do ato de constranger a manutenção incremental do agendamento até então observado quanto às demandas LGBTQIA+, o “fenômeno do desagendamento”. A ação de negar o reconhecimento, traduzida através da revisão de direitos outrora constituídos, configura como uma ação pública intencional e propositada. O Estado segue em ação, mas parte dele pareceu empenhado, sobretudo na última década, na tarefa de “desfazer os direitos LGBTQIA +”.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

_____; Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). Dossiê Gênero e Estado: Formas de Gestão, Práticas e Representações. **Cadernos PAGU**, n.51, p.1-54, 2017.

ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Corrêa. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos Ebape**. br 16, p.444-455, 2018.

ALONSO, Celina; BRANDÃO, Catarina; GONÇALVES, Sônia. Análise temática qualitativa com o apoio do MAXQDA – O impacto da COVID-19 no setor da restauração. **New Trends in Qualitative Research**, v. 9, p. 312–319, 2021.

ALONSO, Nilton Tadeu. **Do Arouche aos Jardins: Uma gíria da diversidade sexual**. AnnaBlume Editora, 2 ed., 2010.

ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, no.1, p.1-21, 2014a.

_____; Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos PAGU**, p.13-56, 2014b.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; NETO, Mussi Assad Mussi Koury; MELO, Mariana Cristina Pereira. A revogabilidade política das decisões do STF: a vulnerabilização na tutela de direitos fundamentais e o especial prejuízo aos grupos LGBT. **Revista de Informação Legislativa**, ano 15, n. 199, p.55-75, jul.set. 2013.

BARCELOS, Márcio. Processos sociais, construções discursivas e “imagens de política pública” na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009. **Plural: Revista de Ciências Sociais** 19.2, p.83-112, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo 4ªed. **Lisboa: Edições**, v. 70, p. 1977, 2011.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in American politics**. University of Chicago Press, 1993.

_____ ; MORTENSEN, Peter B. “Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change in public policymaking”. **Theories of the policy process**, p. 59-103, 2014.

_____ ; MACLEOD, M. C. Lessons From the Trenches: Ensuring quality, reliability, and usability in the creation of a new data source. **The Political Methodologist**, v. 8, n. 2, p. 1-10, Spring 1998.

_____ ; WILKERSON, J. D. Studying Policy Dynamics. In: BAUMGARTNER, F. R. e JONES, B.D. (Eds.). **Policy Dynamics**. Chicago: University of Chicago Press, 2002, p. 29-46.

BAUMGARTNER, Frank. R.; MAHONEY, Christine. Forum Section: The Two Faces of Framing: Individual-Level Framing and Collective Issue Definition in the European Union. **European Union Politics** (SAGE). Vol. 9., p.435–449, 2008.

BECKER, Howard G. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BOBBIO, Norberto. O Conceito de sociedade civil. Tradução de. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal Edições, 1982.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia. História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia** (org. de Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983. pp. 122-150.

BRAGA, Patrícia Pinto; ROMANO, Cynthia Márcia; SILVA, Kênia Lara; DUARTE, Elysângela Dittz. Utilização de software em análises de dados qualitativos: contribuições para resultados consistentes em investigações nas ciências da saúde. **CIAIQ 2019**, vol.2, p.950-955, 2019.

BRASIL, **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº26/2013**. Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em:< <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240> >. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº5543/2016**. Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em:< <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753608126> >. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº132/RJ e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº4.277/DF**. Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível

em:<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em 26/08/2021.

_____. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____, **Projeto de Decreto Legislativo nº234/2011**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Decreto Legislativo nº539/2016**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2113432>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Emenda à Constituição nº70/2003**. Disponível em:<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/61093/pdf>>. Acesso em 28/08/2021.

_____, **Projeto de Emenda à Constituição nº158/2015**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024222>>. Acesso em 28/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1151/1995**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº287/2003**. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B9AEF5951D623B1D86BEF5D2E61CC949.node2?codteor=231912&filename=Avulso+PL+287/2003>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº580/2007**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/346155>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3712/2008**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=404064>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4508/2008**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=420940>>. Acesso em 27/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4914/2009.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=427692>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5167/2009.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/432967>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7018/2010.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/470695>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7382/2010.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=478462>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1672/2011.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=510199>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5120/2013.** Disponível em:<
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C38CA18008128DF6FA5BD5A8697DD25F.proposicoesWebExterno1codteor=1064244&filename=Tramitacao-PL+5120/2013>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº6583/2013.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/597005>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº6584/2013.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=597006>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7180/2014.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=606722&ord=1>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7582/2014.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=616270>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº620/2015.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=969166>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº867/2015.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1804/2015.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302214>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3369/2015.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024195>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4931/2016.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081600>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5487/2016.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2087086>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº6005/2016.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº6793/2017.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122642>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7292/2017.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>>. Acesso em 28/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº7702/2017.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2138861>>. Acesso em 28/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº8854/2017.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2156482>>. Acesso em 26/08/2021.

_____. **Projeto de Lei nº9048/2017.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2160696>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº9906/2018.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170522>>.

Acesso em 27/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº10997/2018.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2186762>>.

Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº246/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº375/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191016>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº502/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191271>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1189/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193294>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1276/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193448>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº1579/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194480>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº2265/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197907>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº2544/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacaoidProposicao=219465>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3674/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2208921>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3741/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2209589>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4152/2019.** Disponível em:<
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1781212>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4961/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219655>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5039/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220059>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5256/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacaoidProposicao=222069>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº5304/2019.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2222704>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3168/2020.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254747>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3435/2020.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacaoidProposicao=2255780>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº3598/2020.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256640>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº4796/2020.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacaoidProposicao=2263692>>. Acesso em 27/08/2021.

_____, **Projeto de Lei nº80/2021.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268726>>. Acesso em 14/09/2021.

_____, **Projeto de Lei nº342/2021.** Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2269803>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei do Senado nº612/2011**. Disponível em:<
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei do Senado nº470/2013**. Disponível em:<
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Projeto de Lei do Senado nº291/2015**. Disponível em:<
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121288>>. Acesso em 30/08/2021.

_____, **Requerimento Legislativo nº239/2021**. Disponível em:<
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2270537>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Resolução nº34/2014**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2014. Disponível em:<
<https://inc.saude.gov.br/download/resolucao-rdc-n-34-de-11-de-junho-de-2014.pdf>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Resolução nº175/2013**. Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em:<
<https://www.cnj.jus.br/lei-sobre-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-completa-4-anos/>>. Acesso em 26/08/2021.

_____, **Portaria Ministerial nº158/2016**. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:<
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158_04_02_2016.html>. Acesso em 26/08/2021.

_____, Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Anais da **Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT**. Brasília: SEDH-Presidência da República, 2008. Disponível em:<
<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso em 19/01/2020.

BROWN, P.; LEVINSON, S.. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, Wendy. American nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BULGARELLI, Lucas. “Quem acredita em ideologia de gênero? Disputas sobre direitos, políticas e agendas em torno do gênero e da sexualidade”. In: **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Organização de Taynah Ignácio, Andressa Mourão Duarte, Guilherme Gomes Ferreira, Joanna Burigo, Tamires de Oliveira Garcia e Winnie Bueno. Editora Zouk, p.91-100, 2020.

CALMON, Paulo C. P.; COSTA, Marcelo Marchesini. Análise de Políticas Públicas no Brasil: Estudos sobre a Formação da Agenda Governamental. In: **31º Encontro da ANPAD**, 2007, p.1-30.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, no. 5, p.611-614, 2004.

CANNEL, C. F, KAHN, R. L. Coleta de dados por entrevista. In: FESTINGER, L. & KATZ, D. A pesquisa da psicologia social. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1974. In: ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.2, p. 61-69, julho/1992.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 239-258, 2015.

_____ ; Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje-ISSN: 0104-7094**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.

_____ ; Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, v. 1, p. 87-124, 2007.

_____ ; Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 1, n. 1, p. 486-505, 2016

_____ ; BRASIL, Felipe Gonçalves; SUDANO, Andreia Di Camilla Ghirghi Pires. **O estudo da agenda governamental: Reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas**. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

CHARMAZ, Kathleen. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

CLARKE, Adele E.; FRIESE, Carrie; WASHBURN, Rachel S. Situational analysis: Grounded theory after the interpretive turn. **Sage Publications**, 2017.

COACCI, Thiago. A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na ADI 4275. **Direito e Práxis**, vol.11, p.1188-1210, 2020.

_____; Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais brasileiros sobre homossexualidades, 1989-2012. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, p.53-84, 2015.

COHEN, Michael D.; MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. A garbage can model of organizational choice. **Administrative science quarterly**, p. 1-25, 1972.

COLLING, Leandro. “A saída está na interseccionalidade”. In: **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Organização de Taynah Ignácio, Andressa Mourão Duarte, Guilherme Gomes Ferreira, Joanna Burigo, Tamires de Oliveira Garcia e Winnie Bueno. Editora Zouk, p.241-248, 2020.

DA COSTA SANTOS, Gustavo Gomes. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, 2007.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

DA SILVA, Dáfni Priscila Alves; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; HENRIQUE DA SILVA, Anderson. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, v.24, no. 2, p.119-134, 2015.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003.

DE MEDEIROS, Angélica Pott; SANTOS, José Luís Guedes dos; ERDMANN, Rolf Hermann. A teoria fundamentada nos dados na pesquisa em administração: evidências e reflexões. **Ciências da Administração**, v.21, no. 54, p.95-110, 2019.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v.4, no. 1, p. 54-77, 2010.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Isaiás Batista; MAIO, Eliane Rose. “NÃO VAI SER PERMITIDO A NENHUM ÓRGÃO DO GOVERNO FAZER PROPAGANDA DE

OPÇÕES SEXUAIS”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**. V.15, no. 1, p.125-152, 2017.

DE VITTO, Victor Augusto Nunes; DE VITTO, Claudia Valeria Santos. Direitos para LGBTIs no Brasil: os outliers da agenda legislativa? **E-Legis**, v.10, nº 23, maio/agosto de 2017.

_____ ; **Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: estudo de caso sobre uma omissão legislativa**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2018.

_____ ; **“Quando apelos emotivos valem mais do que informações empíricas: argumentação e construção de imagens de política pública antiLGBTI+ no Brasil”**. 45ª Encontro da ANPOCS, 2021.

DIAS, Maria Berenice. Legislação brasileira e homofobia. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 163-174, 2011.

EASTON, David. **The political system: an inquiry into the state of political science**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1953.

EVERS, Tilman. Identidade: A face oculta dos novos movimentos sociais. (Identité: la face cachée des nouveaux mouvements sociaux). **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: v.2, no. 4, p.11-23, 1984.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Revista de Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades**. p. 131-158, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água (Revistas USP)**, v.25, no. 2, p.307-329, 2012.

_____ ; **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do " campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2011.

_____ ; Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FERREIRA, Guilherme Gomes; BURIGO, Joanna; GARCIA, Tamires de Oliveira; IGNÁCIO, Taynah. “As saídas à esquerda para questões de gênero e sexualidade”. In: **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Organização de Taynah Ignácio, Andressa Mourão Duarte, Guilherme Gomes Ferreira, Joanna Burigo, Tamires de Oliveira Garcia e Winnie Bueno. Editora Zouk, p.21-26, 2020.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal Edições, 1988.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

_____ ; Reconhecimento sem ética? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 70, p. 101-138, 2007.

G1, Globo.com (Portal *web*). **Dilma divulga carta para 'pôr um fim definitivo à campanha de calúnias'**. 15/10/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-divulga-carta-para-por-um-fim-definitivo-campanha-de-calunias.html>>. Acesso em 20/01/2018.

_____ ; **Serra usa kit gay e Dirceu contra Haddad**. 15/10/2012. Acesso em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2012/serra-usa-kit-gay-dirceu-contrahaddad-6404668>>. Acesso em 19/09/2021.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fabio Mariano da; SANCHEZ, Marcelo Hailer. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 321-341, Aug. 2020.

GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes Editora, p.00-00, 2002.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. “Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória”. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (organizadora). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Thesaurus Editora, 1ª ed., p.83-118, 2007.

GOFFMAN, E.. **Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior**. New York: Anchor Books, 1967.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião & Sociedade**, v.39, p.175-199, 2019.

GOODIN, Robert E.; REIN, Martin; MORAN, Michael. **Overview of Public Policy: the public and its policies**. New York: N.A, 2011.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **R. FAGED**, Salvador, n.19, jan./jun.2011, p. 103-122.

GROFMAN, Bernard. Seven Durable Axes of Cleavage in Political Science. In: Kristen Renwick Monroe, ed., **Contemporary Empirical Political Theory**. Berkeley, CA: University of California Press, pp. 73-86, 1997.

HECLO, Hugh. Issue **Networks and the Executive Establishment**. In **The New American Political System**, ed. Anthony King. Washington, DC: American Enterprise Institute. 1978.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, v.24, no. 2, p.566-583, 2021.

_____ ; Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta**, v. 12, n. 34, 2014.

_____ ; “Neoliberalismo, desdemocratização e a cruzada antigênero: A política das ruas enquanto caminho de resistência”. In: **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Organização de Taynah Ignácio, Andressa Mourão Duarte, Guilherme Gomes Ferreira, Joanna Burigo, Tamires de Oliveira Garcia e Winnie Bueno. Editora Zouk, p.139-150, 2020.

_____ ; et all. “O Samba começou e fez convite ao Tango para parceiro?” A arena LGBTI em tempos de ofensiva neoliberal e “cruzada antigênero” no Brasil e na Argentina. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 255-270, 2019.

JENKINS-SMITH, H. C.; SABATIER, Paul A. **Evaluating the Advocacy Coalition Framework**. Journal of Public Policy. Cambridge, v. 14, n. 2, p. 175-203, 1994.

JOHN, Peter. New directions in public policy: theories of policy change and variation reconsidered. In: **International Conference on Public Policy, Grenoble**. 2013. p. 1-36.

_____ ; The Policy Agendas Project: a review. **Journal of European Public Policy**. 13:7, (975-986), 2006.

JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. From there to here: Punctuated equilibrium to the general punctuation thesis to a theory of government information processing. **Policy Studies Journal**, v. 40, n. 1, p. 1-20, 2012.

_____ ; **The politics of attention: How government prioritizes problems**. University of Chicago Press, 2005.

KAEFER, Florian; ROPER, Juliet; SINHA, Paresha. A Software-assisted qualitative content analysis of news articles: example and reflections. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, 2015.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton university press, 1994.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Longman Pub Group, 1984.

KUCKARTZ, Udo; RADIKER, Stefan. **Analyzing qualitative data with MAXQDA**. Switzerland: Springer International Publishing, 2019.

LIMA, José Leonardo Oliveira; MANINI, Miriam Paula. Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso dos softwares NVivo e Freemind. **Informação & Informação**, vol. 21, no. 3, p.63-100, 2016.

LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. **RAP – Revista de Administração Pública**, 1997, 31.1: 30-48.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e Teoria Queer**. 1. Ed/ 1 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26, p.1-18, 2018.

_____; Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, vol.35, p.45-72, 2015.

MAJONE, Giandomenico. **Evidencia, argumentación y persuasión en la formulación de políticas**. Fondo de cultura económica, 1997.

MASSARDIER, Guilles. Redes de políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabeth (org.). **Políticas Públicas: coletânea**, vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, 2012, 39: 403-429.

_____; Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, p.197-225, 2005.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 621-648, 2017.

METELSKI, Fernanda Karla; SANTOS, José Luís Guedes dos; CECHINEL-PEITER, Caroline; FABRIZIO, Greici Capellari; SCHMITT, Márcia Danieli; HEILEMANN, MarySue. Teoria Fundamentada Construtivista: características e aspectos operacionais para a pesquisa em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v.55, p.1-9, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar.2012.

_____ ; Herança e promessas do ensino das Ciências Sociais na área da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 2367-2372, 2012b.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

_____ ; **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Série Cadernos da Diversidade, Vol. 6. 2º ed. (Rev. E Ampl.). Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP-Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

NUNES, Juliane Vargas; WOLOSZYN, Maíra; GONÇALVES, Berenice Santos; PINTO, Marli Dias de Souza. A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados: uma investigação a partir de exemplos. **Fronteiras: estudos midiáticos**. v.19, n. 2, p.233-244, 2017.

OLIVEIRA, Denise Cristina de. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v.16, p.569-76, 2008.

PARKER, Richard G. Reflexões sobre a sexualidade na sociedade latino-americana: implicações para intervenções em face do HIV/AIDS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. V.7, p.99-108, 1997.

PIERSON, Paul. **Politics in time: History, institutions, and social analysis**. Princeton University Press, 2011.

QUINALHA, Renan. "O mito fundador de Stonewall: Onde quase tudo começou". In: **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Organização de Taynah Ignácio, Andressa Mourão Duarte, Guilherme Gomes Ferreira, Joanna Burigo, Tamires de Oliveira Garcia e Winnie Bueno. Editora Zouk, p.43-48, 2020.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. **Signótica**, v.17, no. 2, p.275-298, 2005.

RECH, Alessandra Paula; SCHUTZ, Danielle. Episódio *Queermuseu*: Reflexos do despreparo social em torno da arte. **Palíndromo**, v.9, no. 19, p.13-30, 2017.

REDE BRASIL ATUAL (Portal Web). **Dilma critica Marina: 'Mudar de posição de cinco em cinco minutos não é sério'**. Por Redação. Matéria de 11/09/2014.

Disponível:<<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/dilma-critica-marin-a-mudar-de-posicao-de-cinco-em-cinco-minutos-nao-e-serio-1630/>>. Acesso em 01/01/2022.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy sciences**, v. 21, n. 2-3, p. 129-168, 1988.

_____ ; JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy change and learning: An advocacy coalition approach**. Westview Pr, 1993.

_____ ; WEIBLE, Christopher M. The advocacy coalition framework. **Theories of the policy process**, v. 2, p. 189-220, 2007.

SALLUM JR, Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, v. 5, p. 145-159, 1991.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, p. 31-47, 2018.

SEGATTO, José Antônio. O Risorgimento, notas sobre a Itália. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. São Paulo: vol.25, p.201-204, 2001.

SHAPIRO, Ian. Problems, methods, and theories in the study of politics, or what's wrong with political science and what to do about it. **Political Theory**, v. 30, n. 4, p. 596-619, 2002.

SHIMIZU, Helena Eri; SILVA, Jessica Reis; DE MOURA, Luciana Melo; DÍAS-BERMÚDEZ, Ximena Pamela; ODEH, Muna Muhammad. A estrutura das representações sociais sobre saúde e doença entre membros de movimentos sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.20, p.2899-2910, 2015.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**. Tese de doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Minas Gerais, 2006.

SILVA, Claudionor Renato da. **Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da *Grounded Theory***. Tese de Doutorado em Educação Escolar, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Araraquara, 2015.

SILVA, Fábio Ronaldo; ARAÚJO, Martinho Tota Filho Rocha de. Meu prazer agora é risco de vida ou quando a mídia transforma gays em monstros. **XII CONAGES – Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade**. p.1-11, 2016.

SIMON Herbert. A. A Behavioral Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 69, no. 1, fevereiro, pp. 99-118, 1955.

SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christopher W. Where Does Policy Come from? The Policy Process. In: **The public policy theory primer**. Westview Press, pp. 75-99, 2009.

SOUZA, André Ricardo de; ABUMANSUR, Edin Sued; LEITE, Jorge. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. **Horizontes Antropológicos**. Vol.25, p.385-410, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**. Salvador: v. 16, n. 39, 2003.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STONE, Deborah A. Causal stories and the formation of policy agendas. **Political science quarterly**, v. 104, n. 2, p. 281-300, 1989.

TAYLOR, Matthew. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. **Dados**, nº 50, vol. 2, 2007.

TERRA (Portal Web). **Marina volta atrás por Malafaia, apontam críticas no Twitter**. Por Redação. Matéria de 31/08/2014. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/marina-volta-atras-por-malafaia-a-pontam-criticas-no-twitter,520fd3daf8c28410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em 29/12/2021.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

_____; “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, no. 10, p.80-108, 2020.

TORRES, Maricel Karina López; OLIVEIRA, Paulo Cristiano de; NUNES, Carolina Schmitt; NAKAYAMA, Marina Keiko. Análise da utilização da Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados) na produção científica brasileira entre 2008-2012. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. V.11, no. 24,p.137-161, 2014.

TORRES, Tatiana de Lucena; CAMARGO, Brígido Vizeu; BOUSFIELD, Andréa Barbará; SILVA, Antonia Oliveira. Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 20, p.3621-3630, 2015.

TORRESAN, Jorge Luís. O ponto de vista enunciativo sobre a linguagem: a modalização no discurso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Dialogia**. Vol.3, p.87-103, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record Editora, 7ª edição, 2007.

TRUE, James L.; JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. Punctuated equilibrium theory. Explaining Stability and Change in Public Policymaking. **Theories of the policy process**, p. 1-58, 2006.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e cognição na sociedade. **Revista Portuguesa de Humanidades**. Vol.19, no. 1, p.19-52, 2015.

ZITTOUN, Philippe. Analysing policy failure as an argumentative strategy in the policymaking process: A pragmatist perspective. **Public Policy and Administration**, v. 30, n. 3-4, p. 243-260, 2015.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre , v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007 .

WEIBLE, Christopher M.; SABATIER, Paul A. A guide to the advocacy coalition framework. **Handbook of public policy analysis**, p. 123-136, 2006.

_____; An advocacy coalition framework approach to stakeholder analysis: Understanding the political context of California marine protected area policy. **Journal of public administration research and theory**, v. 17, n. 1, p. 95-117, 2007.

ANEXO I – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Perguntas gerais:

- 1) Como iniciou o seu ativismo em favor da cidadania LGBT?
- 2) Com o advento do HIV/AIDS no Brasil a partir de 1982, viu-se a emergência de um “pânico moral” subsequente que insistiu em associar a difusão do vírus às comunidades homossexuais e não-cisgêneras, tornando, segundo alguns pesquisadores do tema, o HIV um “câncer gay” ou “metáfora de homossexualidade”. Que observações faria acerca deste contexto?
- 3) Sobre este contexto, viu-se um período de moderada expansão das iniciativas da sociedade civil em favor do debate sobre sexualidade, embora ainda bastante atrelados aos temas sobre o HIV e a AIDS, como as ações da ABIA, do Pela Vidda e do GAPA, por exemplo. A urgência que havia em se discutir a AIDS retardou um debate maior sobre sexualidade no Brasil que extrapolasse a questão da profilaxia ao vírus?
- 4) É correto afirmar que as reformas de Estado empreendidas na década de 1990 priorizaram a gestão ortodoxa do orçamento público em detrimento do cumprimento dos direitos civis e, sobretudo, sociais que haviam sido recém-promulgados pela CF 88?
- 5) Na sua opinião, a década de 1990 foi marcada pelas disputas ao redor de duas concepções de Estado, uma gerencial/neoliberal e outra voltada à manutenção do Estado de Bem Estar Social?
- 6) Uma reivindicação frequente dos movimentos LGBTs brasileiros no período era a de que as gestões ditas neoliberais (Sarney a FHC/1985-2002), ao focalizarem atenção nas políticas de profilaxia ao HIV, acabaram reduzindo toda uma agenda complexa deste movimento social à questão da AIDS, apenas. Como avalia este impasse?
- 7) Que impactos a realização das Paradas do Orgulho, a partir de 1995, a criação da SEDH, em 1997, e do CNCD, em 2001, produziram para o reconhecimento de uma agenda LGBT brasileira?
- 8) Em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia. O que pensa a respeito das diretrizes e do alcance do PSSH?
- 9) A aprovação, em 2006, dos “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, chamados de Princípios de Yogyakarta, contribuíram com os debates sobre educação e sexualidade?
- 10) A proposição e relatoria dos projetos legislativos em favor de LGBTs foram liderados pela bancada feminina dos partidos de esquerda e centro no Congresso Nacional?
- 11) Como analisa o processo pelo qual se deu ascensão da alcunha “kit gay”, usada para se referir ao Programa Escola sem Homofobia elaborado pelo MEC?

- 12) A disputa presidencial de 2010 representou um “ponto de virada” no sentido do fortalecimento de uma oposição organizada à expansão da cidadania LGBT brasileira?
- 13) A oportunidade de propor e discutir temas favoráveis a LGBTs foram restringidas no governo Dilma se comparada ao governo Lula?
- 14) Que consequências foram sentidas na luta em favor dos direitos LGBTs após a escolha do deputado federal Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados?
- 15) A coalizão eleitoral do PT com parte da chamada “bancada evangélica” pode ter trazido custos políticos à tramitação de propostas legislativas que redistribuíam direitos às pessoas LGBTs?
- 16) Como definiria a chamada “ideologia de gênero”? Quais narrativas e grupos a tem sustentado e com quais objetivos?
- 17) Quais os maiores desafios de se empreender advocacy em favor da cidadania LGBT no Brasil?
 - 17.1) Poderia nos contar sobre o Projeto Aliadas? Quais têm sido as suas prioridades?
- 18) Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil podem ser considerados “políticas de governo” ou “políticas de Estado”?
- 19) De que forma as reivindicações das comunidades LGBTs foram tratadas pelo governo de Michel Temer?
- 20) Como contornar a notável inação do Congresso Nacional brasileiro frente a uma ampla agenda de reivindicações da comunidade de LGBTs que data da década de 1980?
- 21) Vsa. tem conhecimento a respeito de iniciativas em favor da comunidade de LGBTs que sejam realizadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)?
 - 21.1) Em que aspectos esta instância intergovernamental poderia contribuir para a expansão dos diferentes tipos de direitos civis, políticos e sociais para LGBTs no Brasil?

Perguntas específicas:

José Genoíno e Roberto Freire:

- 1) Enquanto opositor da ditadura civil-militar brasileira, como se deu a relação entre os governos de exceção que vigoraram entre 1964 e 1985 e os movimentos sociais de oposição e luta por democracia? Neste contexto, notava-se a expressão de uma organização política homossexual/lesbigay/trans brasileiros?
- 2) Recordar-se de algum ator político, associação política e/ou movimento social que tenha sugerido a possibilidade de incluir não discriminação por orientação sexual no artigo 5º da CF 88? Quem foi o seu autor/a?
 - 2.1) Quais os principais apoiadores da proposta à época? Quais narrativas mobilizaram em defesa da questão?

2.2) Quais os principais opositores da proposta à época? Quais narrativas mobilizaram contra esta proposta?

Yone Lindgren, Eliseu Neto, Roberto “Beto” de Jesus, Andrey Lemos, Laura Carneiro, Symmy Larrat, Roberto Freire, para o doutorado; Paulo Iotti, Julian Rodrigues, Fátima Cleide, Iara Bernardi e Antônio “Toni” Reis para o mestrado:

- 1) A equiparação de uma “LGBTfobia” ao já previsto crime de racismo teria sido a melhor escolha para coibir a violência contra este grupo social?
- 2) A pluralidade de identidades sexuais que estão sob o guarda-chuva da sigla LGBT ajuda a complexificar o processo de se viabilizar medida protetiva a todos desta comunidade?
- 3) O PLC nº122/2006 foi apensado, em 2013, e desapensado, em 2014, ao PLS nº236/2013 que legislava sobre a Reforma do Código Penal Brasileiro. Vsa. acompanhou as discussões a respeito do referido PLS? Havia espaço para a demanda de criminalização da violência à LGBT no Projeto do Cód. Penal?
- 4) O “apensamento seguido de desapensamento” pode ser sido uma estratégia utilizada para interromper as discussões do PLC nº122/2006 com o menor custo político para seus opositores?
- 5) Um argumento frequente de oposição à criminalização da violência contra LGBTs seria o de que esta decisão violaria, em tese, a integralidade das liberdades religiosas. Este pode ser um indicativo de que os setores religiosos entendem a liberdade religiosa como uma liberdade absoluta e ausente de relativização?
- 6) Uma parcela dos movimentos LGBTs (PSOL) criticam as iniciativas legislativas de criminalização pois estas, em tese, “reiteraram a lógica punitivista e carcerária do Estado Nacional brasileiro”. O que Vsa. pensa a respeito?
- 7) Vsa. acompanhaste a formalização do Mandado de Injunção nº 4733, de 2012, de autoria da ABGLT e o ingresso da ADO nº26, de 2013, no STF?
- 8) Na sua opinião, por quais razões o Partido dos Trabalhadores, autor do PL nº5003/2001 e relator do PLC nº122/2006 que o sucedeu, não demonstrou interesse em ingressar com a ADO, considerando que o Partido em questão havia sido o empreendedor na proposição, relatoria e defesa do Projeto no Congresso?
- 9) O deputado federal Dr. Jaziel (PL/CE) propôs, no dia 12 de agosto, o PL n.4430/2019 que visa sustar a recente decisão do STF de equiparar LGBTfobia ao racismo, iniciativa esta que o Cidadania 23 configurou como protagonista e empreendedor no âmbito da ADO 26/2013. Como o sr. avalia a tentativa do parlamento de criar óbices a esta decisão judicial?
- 10) Que efeitos que a ascendente judicialização das políticas públicas pode trazer à democracia?

Margarita Díaz:

- 1) Como se deu a articulação entre governos e ONGs pró-LGBT após a redemocratização?
- 2) Poderia nos contar de que forma e em que contexto a Reprolatina foi fundada?
- 3) De que forma se deu a construção do Programa Escola sem Homofobia? Qual a participação da Reprolatina nesta política?
- 4) O Brasil tem conseguido consolidar uma Política de Saúde Integral para a população LGBT?
- 5) Quais as consequências práticas da ausência de uma educação sexual e reprodutiva no Brasil?
- 6) A dificuldade de se implementar uma política de educação sexual e reprodutiva no Brasil descumpra os princípios da integralidade, universalidade e equidade do SUS?

Symmy Larrat:

- 1) Quais têm sido as principais agendas e ações desenvolvidas pela ABGLT?
- 2) A ABGLT participa do Projeto Aliadas, de incidência política no Congresso Nacional?
- 3) Como se deu a construção de uma política integral de saúde LGBT e trans no âmbito do SUS? Esta medida tem enfrentado resistências?

Yone Lindgren:

- 1) Segundo outras/os ativistas ouvidos, a luta LGBT deixou de ser “identitária” para compor uma mudança do tipo “estruturante e civilizatória”. Concorda com esta afirmação?
- 2) Poderia nos contar mais detalhes sobre sua participação na ABL?
- 3) Na sua opinião, de que maneira os movimentos feministas e os estudos de gênero contribuíram e contribuem para as trajetórias dos movimentos LGBTs?

Antônio Egypto:

- 1) Como se deu a fundação do GTPOS?
- 2) De que forma o GTPOS contribuiu com o governo municipal de Luíza Erundina? Quais as principais ações desempenhadas? Resultados?
2.1) O trabalho empreendido pelo Grupo enfrentou resistências neste período? Se sim, quais?
- 3) De que forma o GTPOS contribuiu com o governo municipal de Marta Suplicy? Quais as principais ações desempenhadas? Resultados?

- 3.1) O trabalho empreendido pelo Grupo enfrentou resistências neste período? Se sim, quais?
- 4) Segundo matérias publicadas pelos sites “Diário do Centro do Mundo”, de 06 de dezembro de 2018, e “Aos fatos”, de 13 de dezembro do mesmo ano, a atual ministra dos DH, Damares Alves, difundiu, em uma palestra realizada em 2013, informações inverídicas a respeito do trabalho desenvolvido pelo GTPOS. De acordo com a ministra, a PMSP teria contratado a ONG para “ensinar professores de creches sobre ereção de bebês e masturbação”, informação esta que os próprios sites desmentem. Como o sr. responderia a esta afirmação?

Agenda política LGBT\Programa Brasil sem Homofobia

Sistema de Códigos		2032
Documentos		2032
Entrevistas		2032
Andrey Lemos		114
Antônio Egypto		65
Beto de Jesus		140
Celso Monteiro		106
Eliseu Neto		260
Fátima Cleide		90
Iara Bernardi		121
José Genoíno		99
Julian Rodrigues		169
Laura Carneiro		107
Margarita Díaz		151
Paulo Iotti		120
Symmy Larrat		102
Roberto Freire		170
Toni Reis		78
Yone Lindgren		140
Imagens políticas antiLGBTQIA+		0
Cristofobia		0
Cura gay		0
Escola sem Partido e Homes...		0
Estatuto da Família e do Na...		0
Heterofobia		0
Ideologia de gênero		0
Kit gay		0
Sangue gay		0
Atores e processos envolvidos		0
Conjuntos		2032
Sistema de Códigos		2032
Agenda política LGBT		0
Candidaturas LGBTs e a representação na política		16
Casamento civil igualitário e "Direito das Famílias"		50
Coordenadorias e Centros de Referência LGBT		8
Cultura e LGBT		6
Criminalização da violência		0
Emenda à lei antirracismo: PL5003/2001 e PLC122/2006		94
Emenda da não-discriminação à CF88		23
PLs do "crime de ódio" e do "estupro de ódio"		7
Direitos humanos e LGBT: SDH, CNCD, SEDH e PNDHs		20
Educação e LGBT		0
Educação integral para gênero e sexualidade		59
Programa Escola sem Homofobia		29
"Transcendência", educação e empregabilidade trans		3
Encontros, Conferências e Conselhos nacionais e locais		25
Identidade de gênero: nome social e uso do banheiro		17
Mercado "rosa"		10
Organismos, Conferências e Tratados internacionais		27
Paradas do orgulho, datas comemorativas e ações de visibilidade		31
Programa Brasil sem Homofobia		29
Saúde e LGBT		0
Direito à doação de sangue		4
Rede temática IST/HIV/AIDS		41
Saúde integral para a pessoa travesti e transexual		8
SUS e LGBT		19
Segurança pública e LGBT		12
Aliadas/os dos movimentos LGBTs		241
Eleições e contraofensiva aos direitos LGBT		175
Governos e LGBT		350
Movimentos LGBTs		369
Operações aos movimentos LGBTs		350

Governos e LGBT

	2032	2032
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Códigos <ul style="list-style-type: none"> Documentos <ul style="list-style-type: none"> Entrevistas <ul style="list-style-type: none"> Andrey Lemos 114 Antônio Egypto 65 Beto de Jesus 140 Celso Monteiro 106 Eliseu Neto 260 Fátima Cleide 90 Iara Bernardi 121 José Genoíno 99 Julian Rodrigues 169 Laura Carneiro 107 Margarita Díaz 151 Paulo Iotti 120 Symmy Larrat 102 Roberto Freire 170 Toni Reis 78 Yone Lindgren 140 Imagens políticas antiLGBTQIA+ 0 Cristofobia 0 Cura gay 0 Escola sem Partido e Homes... 0 Estatuto da Família e do Na... 0 Heterofobia 0 Ideologia de gênero 0 Kit gay 0 Sangue gay 0 Atores e processos envolvidos 0 Conjuntos 2032 Sistema de Códigos <ul style="list-style-type: none"> Agenda política LGBT 538 Aliadas/os dos movimentos LGBTs 0 Atrizes, atores políticos e entidades 0 GTPOS 6 Outras atrizes, atores políticos e entidades 42 Reprolatina 3 Definições dos/as aliadas/os sobre os movimentos LGBTs 8 Defesa dos direitos LGBT no Legislativo por aliadas/os 0 Estratégias e cursos de ação de aliados/as 25 Frentes parlamentares e audiências públicas em Comissões 16 Tensões entre aliados/as e movimentos LGBTs 27 Movimento de mulheres 0 Agendas da mulher e LGBT : o papel das legisladoras 24 Direitos sexuais e reprodutivos em geral 24 Movimento negro 0 Lei Caó como "antidiscriminatória geral" e o "racismo social" 41 Luta antirracista e sua interseção com LGBTs 25 Eleições e contraofensiva aos direitos LGBT 0 Aliança eleitoral do PT c/ opositores e consequências para LGBT 60 "AntiLGBTs" como estratégia de alavancagem eleitoral 23 Antipetismo, impeachment e a eleição presidencial de 2018 27 Campanhas eleitorais e a defesa dos direitos LGBT 30 "Empreendedores da moral": poder econômico e os "cultomícios" 35 Governos e LGBT 350 Movimentos LGBTs 369 Opositores aos movimentos LGBTs 359 Conjuntos 0 		

Movimentos LGBTs

Sistema de Códigos

	2032	2032
Documentos	2032	2032
Entrevistas		
Andrey Lemos	114	
Antônio Egypto	65	
Beto de Jesus	140	
Celso Monteiro	106	
Eliseu Neto	260	
Fátima Cleide	90	
Iara Bernardi	121	
José Genoíno	99	
Julian Rodrigues	169	
Laura Carneiro	107	
Margarita Díaz	151	
Paulo Iotti	120	
Symmy Larrat	102	
Roberto Freire	170	
Toni Reis	78	
Yone Lindgren	140	
Imagens políticas antiLGBTQIA+	0	
Cristofobia	0	
Cura gay	0	
Escola sem Partido e Homes...	0	
Estatuto da Família e do Na...	0	
Heterofobia	0	
Ideologia de gênero	0	
Kit gay	0	
Sangue gay	0	
Atores e processos envolvidos	0	
Conjuntos	2032	
Sistema de Códigos		
Agenda política LGBT		538
Aliadas/os dos movimentos LGBTs		241
Eleições e contraofensiva aos direitos LGBT		175
Governos e LGBT		0
Definições sobre o Estado brasileiro		0
"Biopolítica" e "necropolítica"		18
Estado de Direito: laicidade estatal e liberdade religiosa		13
"Neoliberalismo" e "busca pela igualdade" entre os diferentes		18
Executivo, Legislativo e a cidadania LGBT		0
Fernando H. Cardoso, 50ª e 51ª Legislaturas e os direitos LGBTs		17
Lula da Silva, 52ª e 53ª Legislaturas e os direitos LGBTs		38
Dilma Rousseff, 54ª e 55ª Legislaturas e os direitos LGBTs		61
Michel Temer, 55ª Legislatura e os direitos LGBTs		29
Jair Bolsonaro, 56ª Legislatura e os direitos LGBTs		43
Sustação de decisões do Executivo via PDCs parlamentares		9
Governamentalização dos movimentos LGBTs		15
Legistivo, Judiciário e a cidadania LGBT		0
Ativismo judicial e consequências à democracia representativa		14
Contestação das decisões judiciais em favor de LGBTs		6
Omissão parlamentar e consequente judicialização da agenda LGBT		69
Movimentos LGBTs		369
Opositores aos movimentos LGBTs		359
Conjuntos		0

Movimentos LGBTs\Tensões intramovimentos

Sistema de Códigos

	2032	2032
▼ Documentos		2032
▼ Entrevistas		2032
→ Andrey Lemos	114	
→ Antônio Egypto	65	
→ Beto de Jesus	140	
→ Celso Monteiro	106	
→ Eliseu Neto	260	
→ Fátima Cleide	90	
→ Iara Bernardi	121	
→ José Genoíno	99	
→ Julian Rodrigues	169	
→ Laura Carneiro	107	
→ Margarita Díaz	151	
→ Paulo Iotti	120	
→ Symmy Larrat	102	
→ Roberto Freire	170	
→ Toni Reis	78	
→ Yone Lindgren	140	
▼ Imagens políticas antiLGBTQIA+	0	
→ Cristofobia	0	
→ Cura gay	0	
→ Escola sem Partido e Homes...	0	
→ Estatuto da Família e do Na...	0	
→ Heterofobia	0	
→ Ideologia de gênero	0	
→ Kit gay	0	
→ Sangue gay	0	
→ Atores e processos envolvidos	0	
→ Conjuntos	2032	
▼ Sistema de Códigos		2032
→ Agenda política LGBT	538	
→ Aliadas/os dos movimentos LGBTs	241	
→ Eleições e contraofensiva aos direitos LGBT	175	
→ Governos e LGBT	350	
▼ Movimentos LGBTs	0	
→ Ação política dos movimentos LGBTs	0	
→ Disputa de narrativas com opositores	14	
→ "Hay gobierno, dialoguemos" e o suprapartidarismo	27	
→ Incidência política/advocacy	24	
→ Onguização, profissionalização e comunidades epistêmicas	14	
▼ Atrizes, atores políticos e entidades LGBTs	0	
→ ABGLT	32	
→ ABL/LBL	7	
→ Aliança Nacional LGBTI	27	
→ ANTRA	5	
→ UNALGBT	3	
▼ Memórias políticas dos movimentos LGBTs	0	
→ Ditadura, luta de classes e a resistência ao "mov.homossexual"	15	
→ Identidade coletiva, representação sociodemográfica e as siglas	35	
→ Pessoas LGBTs e a sociedade brasileira	18	
→ Trajetórias pessoais do ativismo LGBT	11	
▼ Políticas LGBT	0	
→ Diálogo intersetorial/interministerial para alavancar políticas	20	
→ LGBTs como "empreendedores de políticas"	27	
→ Política afirmativa/identitária ou estruturante/civilizatória?	19	
→ Políticas LGBT são de governo ou Estado?	16	
→ Precaridade institucional e orçamentária das políticas LGBT	22	
→ Tensões intramovimentos	33	
→ Opositores aos movimentos LGBTs	359	
→ Conjuntos	0	

Opositores aos movimentos ...zação" como racismo social

Sistema de Códigos		2032	2032
Documentos	Sistema de Códigos	2032	2032
Entrevistas	Agenda política LGBT	2032	538
Andrey Lemos	Aliadas/os dos movimentos LGBTs	114	241
Antônio Egypto	Eleições e contraofensiva aos direitos LGBT	65	175
Beto de Jesus	Governos e LGBT	140	350
Celso Monteiro	Movimentos LGBTs	106	0
Eliseu Neto	Ação política dos movimentos LGBTs	260	79
Fátima Cleide	Atrizes, atores políticos e entidades LGBTs	90	74
Iara Bernardi	Memórias políticas dos movimentos LGBTs	121	79
José Genoíno	Políticas LGBT	99	104
Julian Rodrigues	Tensões intramovimentos	169	0
Laura Carneiro	Acesso a cargos, informações, emendas e visibilidade privilegiada	107	10
Margarita Díaz	Disputas pela agenda do movimento social	151	12
Paulo Iotti	Disputas por conta da preferência ideológica e partidária	120	11
Symmy Larrat	Opositores aos movimentos LGBTs	102	0
Roberto Freire	Atrizes, atores políticos e entidades	170	34
Toni Reis	Definições de LGBTs e aliados sobre os opositores	78	72
Yone Lindgren	Disuadir o governo da situação em apoiar políticas LGBT	140	41
Imagens políticas antiLGBTQIA+	Imagens de política pública antiLGBT	0	0
Cristofobia	"Cura gay": patologização e encarceramento das identidades LGBT	0	17
Cura gay	"Escola sem Partido" e "homeschooling"	0	9
Escola sem Partido e Homes...	Estatuto da Família, Estatuto do Nascimento e o antiaborto	0	25
Estatuto da Família e do Na...	"Ideologia de gênero" e ofensiva antigênero na Educação	0	29
Heterofobia	Intolerância religiosa com matrizes não judaico-cristãs	0	5
Ideologia de gênero	HIV como "câncer gay" e doação de "sangue gay"	0	11
Kit gay	"Kit gay" e a "mameira de piroca"	0	33
Sangue gay	Liberdade de expressão, de crença e "cristofobia"	0	28
Atores e processos envolvidos	"Privilegio gay" e "heterofobia"	0	19
Conjuntos	Oposição à "solução da criminalização" como racismo social	2032	0
	"Abolicionistas penais" anticriminalização da violência		21
	Estratégia do "apensamento seguido desapensamento" -PLC 122/200		15